

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LENIR MORAES MUNIZ

PESCAR E DESPESCAR: uma análise do cotidiano da pesca artesanal praticada por um grupo de pescadores em Penalva-MA

São Luís-MA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LENIR MORAES MUNIZ

PESCAR E DESPESCAR: uma análise do cotidiano da pesca artesanal praticada por um grupo de pescadores em Penalva-MA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant´Ana Júnior

São Luís-MA

2016

Muniz, Lenir Moraes.

Pescar e despescar: uma análise do cotidiano da pesca artesanal praticada por um grupo de pescadores em Penalva- MA / Lenir Moraes Muniz. — São Luís, 2016.

237 f.

Orientador: Horácio Antunes de Sant'Ana Junior.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.

1. Pesca – Antropologia social. 2. Pesca artesanal – Penalva - MA. 3. Pescado – Comercialização. 4. Baixada maranhense. 5. Colônias de pescadores. I. Título.

CDU 572.028:639.2(812.1)

PESCAR E DESPESCAR: uma análise do cotidiano da pesca artesanal praticada por um grupo de pescadores em Penalva-MA

LENIR MORAES MUNIZ

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant´Ana Junior (PPGCSOC/UFMA)
(Orientador)

Prof. Dr. Élio de Jesus Pantoja Alves (DESOC/UFMA)

Prof. Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho (PPGCSOC/UFMA)

Prof. Dr. José Policarpo Costa Neto (DOL /UFMA)

Prof. Dra. Madian de Jesus Frazão Pereira (DESOC/UFMA)

Ao meu pai, Pedro Carvalho Muniz (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

O verbo é agradecer, muito embora, a conjugação desse verbo, nem sempre, seja suficiente para expressar a gratidão que tenho pela atenção e cuidado das pessoas que estiveram ao meu lado durante o Doutorado, que me estenderam a mão amiga, e contribuíram, de alguma forma, com esta caminhada. Serei sempre agradecida a todos que me apoiaram e contribuíram com o trilhar de mais esse caminho percorrido, colaborando com a vitória em mais um desafio da minha trajetória acadêmica, e, também, pessoal. O trabalho intelectual nunca é solitário e a busca pelo conhecimento é sempre uma tarefa compartilhada. Portanto, a realização deste trabalho somente se tornou possível graças ao apoio de pessoas, sobre as quais não poderei cometer o equívoco de não mencioná-las.

Agradeço em primeiro lugar ao meu Deus, El-Shadai, pelo fôlego e sustento da minha vida, por ter permitido as vitórias e conquistas e por seu cuidado misericordioso na realização dos meus sonhos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de Bolsa de Doutorado que financiou parte desta pesquisa, tornando meus objetivos acadêmicos possíveis.

Aos grupos de estudo que participei durante a minha trajetória acadêmica, desde a Graduação até a Pós-graduação, os quais foram de fundamental importância e enriquecimento para minha formação, por me ter possibilitado as primeiras experiências com a pesquisa científica: o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro) sob a coordenação do Prof. Dr^o Carlos Benedito Rodrigues, por possibilitar minha primeira aproximação com a pesquisa científica; o NEPP (Núcleo de Estudos em Poder e Política) sob a coordenação da Prof^a Dr^a Ilse Gomes Silva e da Prof^a Dr^a Arlete Santos Borges, por ter me auxiliado na escolha de uma linha teórica de pesquisa; e finalmente, ao GEDMMA (Grupo de Estudos em Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente) coordenado pelo Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, pelas leituras que nortearam a análise teórica deste trabalho e ajudaram na delimitação do objeto de estudo.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, antes de mais nada, pelo auxílio na construção do conhecimento iniciado na Graduação até a finalização desta Tese. Por durante esta trajetória ter valorizado cada passo dado enriquecendo o que foi

construído com sua experiência e sabedoria, pelos ensinamentos e dicas de pesquisa e pelas horas de leituras dedicadas ao meu trabalho. Suas sugestões foram sempre úteis, sempre bem-vindas e acabaram por constituir-se neste trabalho. Enfim, pela atenção, respeito e paciência que teve comigo.

Ao Prof. Dr. Policarpo Costa Neto, por sua disponibilidade e gentileza em contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa, desde os rascunhos iniciais até a finalização da Tese.

Ao Prof. Dr. Élio de Jesus Pantoja Alves, por sua importante contribuição durante a Banca de Qualificação e nos ajustes finais deste trabalho.

À Prof^a. Dr^a. Elizabeth Maria Bezerra Coelho por sua contribuição no avanço da pesquisa, no que diz respeito à delimitação do objeto de investigação científica e a metodologia utilizada, inclusive por suas “dicas” nas aulas da disciplina Seminário de Tese.

Ao Prof. Dr. Carlos Benedito Rodrigues, pelo exemplo de vida tanto profissional como pessoal e, por suas contribuições e incentivos à minha vida acadêmica.

À Prof^a. Dr^a. Ilse Gomes Silva, por sempre estimular o meu avanço em busca de conhecimento sobre a temática estudada.

Aos colegas do curso de Doutorado da Turma 02 (2012) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão que contribuíram com meu aprendizado através das discussões e conversas e pelos comentários e sugestões feitos aos primeiros ensaios deste trabalho, especialmente Ana Caroline Pires Miranda e Karla Suzy Andrade Pitombeira por termos estreitado, ainda mais, os laços de amizade durante o Doutorado.

Aos preciosos e inesquecíveis amigos que tive o privilégio de conquistá-los durante a minha trajetória acadêmica, desde a Graduação: Ana Caroline Miranda (mais uma vez), Carla Georgea Silva Ferreira, Regimeire Oliveira Maciel, Antônio Marcos Gomes, Dayana dos Santos Delmiro Costa, por terem permitindo-me compartilhar alegrias e tristezas, vitórias e derrotas ao longo desta caminhada.

Ao Secretário Adjunto de Projetos Especiais da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, Prof. Odair José Soares da Silva, pelo apoio e gentileza em permitir um horário especial de trabalho durante o último ano de elaboração desta Tese.

Às amigas e colegas de trabalho da Secretaria Adjunta de Projetos Especiais-SAPE, Prof.^a Maria Zilda Cantanhede, Prof.^a Maria da Conceição Maia e prof.^a Maria Hermínia Cantanhede, pela amizade, apoio e por nossas conversas sobre as particularidades e encantos da Baixada Maranhense, cujo teor contribuiu de forma significativa com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Às amigas e vizinhas, Marlene Rufino Freitas e Deusinete Pereira Serra, pelo apoio demonstrando durante as conversas e as horas de estudos compartilhadas.

Ao meu pai, Pedro Carvalho Muniz (*in memoriam*), pelo legado e saudade que deixou ao partir para outro plano há algum tempo atrás.

À minha mãe, Maria José D. Moraes Muniz, por tudo, em especial por minha existência, por sua incontestável sabedoria, adquirida na escola da vida e por seu carinho e dedicação exclusiva atribuída à nossa família.

Aos meus irmãos: Ilnar Moraes Muniz, Joel Moraes Muniz, Osmar Moraes Muniz e José de Ribamar Moraes Muniz, por serem fontes de consolo nas minhas angústias e pelo carinho e dedicação a mim dispensados.

À minha sobrinha, Sofia Muniz do Carmo, minha nega, simplesmente por existir em minha vida.

Ao meu companheiro, Deilson, por me fazer acreditar em minha capacidade durante as etapas do curso de Doutorado e, especialmente, agradeço pela importante companhia e apoio durante a pesquisa de campo realizada, em que *se tornou* pesquisador para me auxiliar nos levantamentos das informações contidas neste trabalho.

Aos intelectuais penalvenses com os quais conversei Joseila Balby, Raimundo Balby, Ivaldo Castelo Branco Soares e Adonae Marques Martins, serei sempre grata pelas informações e por ter sido presenteada com suas publicações, cujo riquíssimo conteúdo contribuiu de forma imprescindível para a elaboração deste trabalho.

Finalmente e, não menos importante, agradeço ao grupo de pescadores de Penalva, por terem se tornado meus interlocutores, pela gentileza com que me concederam as informações e por eu ter testemunhado a existência de um conhecimento local complexo e fundamental para a reprodução dos agentes sociais da pesca em Penalva, Baixada Maranhense. Em particular, agradeço a Seu Domingos, por sua boa vontade e gentileza de ter me apresentado aos demais pescadores com os quais conversei.

A natureza realiza o seu trabalho de renovação da vida! Os campos estão alagados pelas cheias dos rios e do lago, iniciada em janeiro e que agora os fazem transbordar! A maior parte do território da região está submersa! Os arbustos e árvores dos campos jazem embaixo d'água ou quase. As mais altas, como crivirizeiros, cambucazeiros e jeniparaneiras, exibem as suas copas, mas pouco dos troncos; araribeiras e popoqueiras fazem boiar os seus galhos e ramos verdes. Proliferam por todos os lados as plantas aquáticas, como aguapés e balseos, formando verdadeiros tapetes sobre águas e provocando sérios obstáculos à passagem das canoas. Abaixo da superfície acontece o milagre da reprodução de dezenas de espécies de peixes.

RESUMO

A Antropologia da Pesca é um subcampo de investigação das ciências sociais que nasceu em um contexto que colocou em questão as orientações da própria Antropologia Social, adquirindo o status de disciplina ou campo de investigação científica somente a partir da década de 1980. A disciplina construiu elementos epistemológicos que permitem entender as relações sociais existentes entre os pescadores, colocando em cena importantes dados para análise e conhecimento das particularidades da vida desses grupos sociais, cujo modo de vida está relacionado com os recursos pesqueiros. A pesca artesanal no município de Penalva, na Baixada Maranhense, apresenta-se como uma das principais atividades econômica e de sustento das famílias que dependem da atividade pesqueira para se manter. Esta Tese visa fazer um estudo sobre o cotidiano e prática da atividade da pesca desenvolvida por um grupo de pescadores e pescadoras artesanais penalvenses, analisando como estes se organizam socialmente em termos práticos e simbólicos. Dessa forma, a partir do relato e da memória social dos pescadores, busco analisar como é construído e reconstruído o modo de vida deste grupo. O trabalho na pesca confere aos pescadores e pescadoras artesanais de Penalva a construção, ao longo dos anos, de conhecimentos que são inerentes ao ofício, os quais são adquiridos e repassados oralmente de uma geração à outra, oferecendo subsídios para os pescadores interagirem com o meio em que vivem no desenvolvimento da atividade da pesca. A pesca favorece as relações que se estabelecem entre os diversos agentes envolvidos na produção do pescado, viabilizando um conjunto de ações que são ressignificadas pelo grupo em uma sociabilidade marcada pela comercialização do pescado.

Palavras-chave: Antropologia da pesca. Baixada Maranhense. Penalva. Lagos. Pesca artesanal. Materiais de pesca. Comercialização do pescado. Modo de vida.

ABSTRACT

Anthropology Fisheries is a social science research subfield born in a context that has put in question the guidelines of their own Social Anthropology, acquiring the discipline status or scientific research field only from the 1980s Discipline built elements epistemological that allow us to understand the existing social relations among fishermen, putting into play important data for analysis and knowledge of the peculiarities of life of these social groups whose way of life is related to the fishing resources. Artisanal fishing in the municipality of Penalva, in Maranhão Lowlands, presents itself as one of the main economic activities and livelihoods of families who depend on fishing activity to stay. This thesis aims to make a study on the daily life and practice of fishing activity carried out by a group of penalvenses fisherfolk, analyzing how these socially organized in practical and symbolic terms. Thus, from the report and the fishermen's social memory, I try to analyze how it is constructed and reconstructed the way of life of this group. The Work in Fishing gives fisherfolk Penalva construction, over the years, knowledge which are inherent to the craft, which are acquired and passed on orally from one generation to another, offering subsidies to interact fishermen with the environment in which they live in the development of the fishing activity. Fishing favors the relationship established between the various actors involved in the production of fish, allowing a set of actions that are resignified by the group in a sociability marked by the marketing of fish.

Keywords: Fishing Anthropology. Baixada Maranhense. Penalva. Lakes. Small-scale fishing. Fishing materials. Marketing of fish. Lifestyle.

RÉSUMÉ

Anthropologie de la pêche est un sous-champ de recherche en sciences sociales né dans un contexte qui a mis en cause les directives de leur propre anthropologie sociale, l'acquisition du statut de discipline ou le domaine de la recherche scientifique qu'à partir des années 1980 Discipline construit des éléments épistémologique qui nous permettent de comprendre les relations sociales existantes entre les pêcheurs, mettant en jeu des données importantes pour l'analyse et la connaissance des particularités de la vie de ces groupes sociaux dont le mode de vie est liée aux ressources de pêche. La pêche artisanale dans la municipalité de Penalva, en Maranhão Lowlands, se présente comme l'une des principales activités économiques et les moyens de subsistance des familles qui dépendent de l'activité de pêche pour rester. Cette thèse vise à faire une étude sur la vie quotidienne et la pratique de l'activité de pêche effectuée par un groupe de penalvenses pêcheurs, analysant comment ces organisés socialement en termes pratiques et symboliques. Ainsi, à partir du rapport et de la mémoire sociale des pêcheurs, je tente d'analyser la façon dont il est construit et reconstruit le mode de vie de ce groupe. Le travail dans la pêche donne des pêcheurs construction Penalva, au fil des ans, les connaissances qui sont inhérentes à l'artisanat, qui sont acquis et transmis oralement d'une génération à l'autre, offrant des subventions pour interagir pêcheurs avec l'environnement dans lequel ils vivent dans le développement de l'activité de pêche. Pêche favorise la relation établie entre les différents acteurs impliqués dans la production de poissons, ce qui permet un ensemble d'actions qui sont resignified par le groupe dans une sociabilité marquée par la commercialisation du poisson.

Mots-clés: Pêche Anthropologie. Baixada Maranhense. Penalva. Lacs. La pêche à petite échelle. Matériel de pêche. La commercialisation du poisson. Mode de vie.

LISTA DE SIGLAS

AML - Academia Maranhense de Letras

APA- Área de Proteção Ambiental

CNP- Conselho Nacional de Pesca

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODEPE- Conselho de Desenvolvimento da Pesca

CPF- Cadastro de Pessoa Física

DGP- Divisão de Caça e Pesca

FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador

FAPESMA- Federação dos Sindicatos de Pesca do Estado do Maranhão

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis.

INSS-Instituto Nacional do Seguro Social

MA- Ministério da Agricultura

MMA- Ministério do Meio Ambiente

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

MPA- Ministério da Pesca e Aquicultura

MPS- Ministério da Previdência Social

NUPAUB- Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas
Brasileiras

PNDP- Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca

PIS- Programa de Integração Social

PASEP- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

RG- Registro Geral

RGP- Registro Geral da Pesca

SEMATUR- Secretaria Maranhense de Turismo

SEAP- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SUDEPE- Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

STF- Superior Tribunal Federal

UEMA- Universidade Estadual do Maranhão

UFMA- Universidade Federal do Maranhão

UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFAM- Universidade Federal do Amazonas

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

UnB- Universidade de Brasília

USP- Universidade de São Paulo

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Avenida Beira Rio e Rua Jacinto Barros respectivamente.....	53
Imagem 02: Localização e representação cartográfica do município de Penalva.....	66
Imagem 03: Foto das estearia da Cacaria.....	69
Imagem 04: Vista aérea da cidade de Penalva com o Lago Cajari ao fundo.....	92
Imagem 05: Cidade de Penalva a partir da outra margem do canal Maracu.....	94
Imagem 06: Ilhas Flutuantes do lago Formoso.....	97
Imagem 07: Sistema lacustre de Penalva.....	98
Imagem 08: Crianças e adolescentes participam da pesca em Penalva.....	106
Imagem 09: Mulheres desenvolvendo atividade da pesca.....	122
Imagem 10: Bandeira de saco plástico hasteada para sinalizar ponto de pesca.....	130
Imagem 11: Revendedores à espera do desembarque do pescado na “praia”	145
Imagem 12: Comercialização do pescado entre pescador e atravessador.....	147
Imagem 13: A “praia” a partir do outro lado da barragem do canal Maracu.....	150
Imagem 14: Venda de lanches na “praia”.....	151
Imagem 15: Comercialização do pescado na feira de Penalva.....	153

Imagem 16: Dupla de “cumpanheiros” no trabalho da pesca em Penalva.....	158
Imagem 17: Disputa entre atravessadores para se aproximarem das canoas.....	160
Imagem 18: O camarão gigante da Malásia e o Tucunaré.....	163
Imagem 19: Pescador concertando rede de pesca.....	168
Imagem 20: oficina de fabricação das embarcações utilizadas na pesca.....	169
Figura 21: Canoa contendo o “boi”	170
Imagem 22: Apetrechos de pescaria no cômodo da casa.....	171
Imagem 23: Pescadores artesanais no porto de Penalva.....	173
Imagem 24: Colônia de Pescadores de Penalva.....	197
Imagem 25: Carteiras de pescador emitidas por diversos órgãos estatais.....	205

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Pescadores entrevistados.....54

Quadro 02: Espécies de peixes capturados em Penalva.....162

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 01: Destino do pescado capturado na região lacustre de Penalva.....	154
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
I- A atividade da pesca	20
II- Antropologia marítima ou antropologia da pesca: elementos epistemológicos para o surgimento de uma subárea do conhecimento	24
III A Antropologia da Pesca no Brasil	30
IV- A interação homem/natureza e as territorialidades construídas na atividade da pesca artesanal	37
V- A construção do objeto de estudo	48
VI- Procedimentos Metodológicos.....	52
CAPÍTULO 01- CARACTERIZAÇÃO ECOLÓGICA E SOCIOCULTURAL DA BAIXADA MARANHENSE.....	57
1.1 Aspectos da colonização da Baixada Maranhense	62
1.1.2 Penalva: uma cidade lacustre	65
1.1.2.1 As estearias.....	67
1.2 Uma caracterização da pesca desenvolvida na Baixada Maranhense.....	71
1.3 Os saberes da pesca artesanal e o conhecimento local na Baixada Maranhense: uma discussão antropológica.....	74
1.4 Modalidades e técnicas utilizadas na pesca artesanal na Baixada Maranhense.....	79
CAPÍTULO 02 - TRABALHO E COTIDIANO DA ATIVIDADE DA PESCA EM PENALVA.....	85
2.1 Caracterização da área de estudo: cenário de uma cidade de lagos	91
2.2 Pescar e despescar: o <i>métier</i> do pescador artesanal de Penalva	98
2.3 A mulher na atividade da pesca em Penalva: “ <i>porque mulher de pescador é pescadora</i> ”	116
2.4 Os pontos de pesca: como dividir o indivisível?.....	123
2.5 A imprevisibilidade na pesca: “ <i>Porque a pescaria é assim, cada tempo tem um traço</i> ”.....	131
2.6 A sorte, o risco e a inveja na pescaria em Penalva	134

CAPÍTULO 03- AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO EM PENALVA.....	140
3.1 “ <i>É no olho</i> ”: outro peso, outra medida na comercialização do pescado em Penalva	143
3.2 Da “praia” à feira: dois espaços de sociabilidade na venda do pescado.....	148
3.3 Os agentes envolvidos na atividade da pesca em Penalva	155
3.3.1 Proeiro e popeiro: relações de amizade, parentesco e solidariedade	156
3.3.2 O atravessador ou revendedor	159
3.4. Modalidades e materiais utilizados na pesca	164
3.4.1 A rede.....	166
3.4.2 A canoa e o motor.....	168
3.5 A autonomia no trabalho da pesca: “ <i>porque a gente trabalha pra nós mesmo</i> ”	172
3.6 Percepções sobre a natureza: foi o peixe que diminuiu ou foi a população que aumentou?.....	174
 CAPÍTULO 04 – INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROFISSÃO E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DO PESCADOR ARTESANAL.....	181
4.1 As Colônias de Pescadores	191
4.2 A Colônia de Pescadores de Penalva e a representatividade política dos pescadores.....	195
4.3 O seguro defeso dos pescadores artesanais de Penalva: do discurso oficial às narrativas locais sobre o processo de efetivação do benefício.....	202
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	221
APÊNDICE	234

INTRODUÇÃO

I- A atividade da pesca

Na interação entre homem e natureza são produzidos saberes e técnicas que se constituem em um elemento de ligação e identificação dos grupos sociais e o meio ambiente em que estão inseridos. A pesca se constitui em um elemento de ligação milenar entre sociedade e natureza para a sobrevivência humana. O ato de capturar o pescado está diretamente ligado aos modos de vida e à reprodução de grupos sociais em diferentes culturas. Os conhecimentos herdados de gerações anteriores e reinventados pelo pescador artesanal para desenvolver a atividade pesqueira fazem com que ele estabeleça relações lógico-espaciais com o ambiente da pesca, lhe permitindo classificar e compreender aspectos naturais, climáticos e comportamentais das diferentes espécies de peixe, assim como a comunicação com dimensões não materiais ou com o sagrado.

A pesca se constitui em uma importante atividade presente ao longo dos anos como fonte de sobrevivência humana. A sua importância não é somente pelo aspecto econômico, mas, também, pela função social desempenhada nos processos históricos dos grupos humanos. A relevância da atividade da pesca se fundamenta, sobretudo, pelo fato de o pescado ser fonte de alimentação e da reprodução social de diferentes culturas. Nesse contexto, a pesca artesanal¹ exerce um papel fundamental como atividade econômica para muitas comunidades locais existentes no território brasileiro.

Diegues (1983:13) afirma que a pesca é uma atividade praticada por grupos humanos anteriormente ao aparecimento da agricultura. E que, muito embora se saiba pouco sobre a pesca praticada por “sociedades primitivas”, de acordo com estudos arqueológicos e etnológicos, ela tem sido uma importante fonte de alimentos para essas sociedades. Cita como exemplo, que “Os restos de cerâmicas, cascas de ostras e mexilhões encontrados na

¹ A categoria pescadores artesanais utilizada aqui, diz respeito àqueles pescadores que, na captura e comercialização do pescado trabalham sozinhos ou formam laços de solidariedade com outros pescadores ou, ainda, utilizam a mão-de-obra familiar não assalariada, tendo como uma das características a exploração de ambientes ecológicos como os rios e lagos, as embarcações e os apetrechos utilizados no trabalho da pesca possuem baixas tecnologias. Os pescadores artesanais mantêm contato direto com o ambiente natural e, assim, adquirem um conjunto complexo de conhecimentos acerca da classificação, história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais da região onde vivem. A pesca artesanal é feita através de técnicas de reduzido rendimento relativo e sua produção é total ou parcialmente destinada ao mercado.

Escandinávia, atestam a importância dos moluscos na alimentação humana no período anterior ao Neolítico”.

Em *L'évolution de la pêche*, Herubel (1928) analisa a pesca numa perspectiva histórica e geográfica, afirmando que alguns instrumentos eram utilizados na captura de peixes e outros animais terrestres, como o arpão encontrado nas Ilhas Shetland, junto a restos de peixes e moluscos. De acordo com o autor, o anzol teria sido inventado somente no final do Paleolítico, representando um grande avanço no setor. No período Neolítico, a tecelagem primitiva permitiu a confecção das primeiras redes pesca, indicando que nesse período a pesca era principalmente lacustre e fluvial.

No Império Romano, especialmente a partir do surgimento do cristianismo, o consumo de peixe aumentou de forma significativa, incentivado pelos dogmas e doutrinas da Igreja. A Lei Licínia, por exemplo, estabelecia os dias em que somente se devia comer pescado. Nesse período, embarcações faziam o transporte dos pescados conservados em azeite entre a Sicília e Óstia. Dessa época, também, se tem o registro da existência do cultivo de ostra sobre telhas, na Provença. A pesca mais comum praticada no Mediterrâneo era a de atum. Muito embora, fosse praticada, também, a pesca da sardinha, da lagosta e da baleia (DIEGUES, 1983).

Na Europa, a atividade da pesca avançou de forma significativa no período denominado por parte da historiografia como Idade Média. Do século VII ao X, o peixe tornou-se parte integrante na dieta popular, incluindo o arenque, o atum salgado e a carne de baleia. A pesca era considerada uma atividade importante e, era incentivada pelos monges, assim como a fabricação de redes utilizadas na captura do pescado. Nos séculos X e XI, na República de Veneza, fechavam-se braços de estuários, formando-se as *piscariae*, para a engorda da tainha alimentada pelas águas do mar. Ainda nesse período surgiu, no Golfo da Gasconha, a pesca da baleia, cuja carne era salgada e muito consumida como alimento pelos exércitos e nas equipagens dos navios, ao passo que o azeite servia como combustível para a iluminação. Também no século X, surgiram as primeiras corporações ou confrarias de pescadores, a pesca do arenque passou a ser fundamental para as cidades da Liga Hanseática, que reunia várias cidades do Mar do Norte e do Báltico. Já no século XIV, estabeleciam-se os primeiros tratados que regulamentaram a pesca de arranque. E, em 1357, realizou-se o primeiro tratado sobre a permissão da pesca entre os reis da Inglaterra, da

Dinamarca e da Holanda, quando as frotas foram classificadas por nacionalidade e a captura noturna foi proibida (HERUBEL, 1928).

No século XV, os barcos de pesca bascos de longo alcance chegam aos mares da Terra Nova no Canadá, dando início à pesca de bacalhau e originando as primeiras companhias de pesca. Nesse período, os barcos a vela chegavam a pesar de 40 a 150 toneladas aproximadamente. A revolução industrial deu grande impulso à pesca e, desde 1880, surgiram os primeiros barcos de pesca a vapor, usando grandes redes de cerco e de arrasto, o *trawl*, que devido seu alto poder de capturar, pode ser considerado o instrumento de pesca em larga escala, por excelência. Dessa forma, a difusão do barco a vapor fez com que o desaparecimento do barco a vela usado na pesca de longo curso fosse relativamente rápido na Europa, fazendo com que, por volta de 1928, essa categoria de barco tivesse desaparecido em quase sua totalidade. Posteriormente, e para atender às necessidades do contexto industrial da época, surgiram os barcos motorizados exigindo condições especiais de abastecimento e reparação, o que engendrou o surgimento de portos especializados em atividade pesqueira (DIEGUES, 1983).

A intensificação do capital industrial, não só nas atividades de captura, mas também de industrialização do pescado e sua comercialização, teve consequências importantes sobre a organização do processo de produção e sobre as próprias relações de produção. As mudanças tecnológicas acarretaram também alterações profundas no processo de trabalho, com o aparecimento de funções novas no barco a vapor, com as dos maquinistas, mecânico, etc. (DIEGUES, 1983: 22 e 23).

No Brasil, a atividade pesqueira é anterior à chegada dos navegadores portugueses às terras brasileiras. Os registros históricos indicam que a atividade era praticada pelos índios, uma vez que peixes, crustáceos e moluscos eram parte importante da dieta alimentar desses povos. Léry (1941), em sua viagem ao Brasil no século XVI, participou da tentativa de colonização francesa do Rio de Janeiro e descreve detalhadamente a pesca praticada por alguns indígenas Tupinambás ao longo do litoral brasileiro na pesca litorânea, informando que os índios utilizavam canoas, pirogas cavadas em troncos de árvores, piperis, jangadas feitas de paus amarrados.

Dessa forma, Diegues (1999) ressalta que a pesca esteve presente na história do país desde antes dos tempos da colonização e está entre as atividades econômicas mais antigas e

mais tradicionais do Brasil. Ainda no período colonial, além da pesca indígena de subsistência, organizou-se a pesca da baleia, que se constituía num monopólio da Coroa Portuguesa. Nas primeiras décadas do século XX, a atividade pesqueira, antes vinculada à pequena produção assumiu, em algumas regiões, uma escala comercial de grande importância, como é o caso da pesca da sardinha por barcos que usavam uma grande rede de cerco, chamada de traina.

Diegues (1983 e 1999) destaca que no caso do Brasil, até a década de 1930, a atividade pesqueira era realizada em conformidade com a pequena produção mercantil, em que os pescadores espalhados pelas inúmeras comunidades ao longo do litoral combinavam a atividade agrícola com a pesca. Porém, nesse mesmo período, em algumas regiões, a pesca já apresenta uma escala comercial de grande importância, como é o caso da pesca da sardinha por barcos que usavam uma grande rede de cerco, chamada de traina.

Em 1967, com o Decreto-Lei nº 221 o Governo brasileiro cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca-SUDEPE, fazendo com que a atividade pesqueira se transforme em uma indústria de base, estimulando o desenvolvimento da pesca industrial no país. Isso acarreta ao setor o aumento de volume significativo de recursos, através da aplicação de incentivos fiscais.

Entretanto, com a transformação tecnológica ocorrida no setor após a década de 1960, a atividade pesqueira teve seu valor econômico, político e social, estendido e intensificado. Entre os anos 1967 a 1986, os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos pesqueiros, contribuíram significativamente para ampliar a produção nacional de pescado e o parque industrial processador desse produto. Nos primeiros anos dessa política, mais de 50% dos recursos obtidos foram aplicados na indústria pesqueira, não havendo investimentos na área de pesquisa e levantamento de dados (FURTADO, 1993).

Ainda de acordo com Diegues (1999), a pesca industrial e empresarial teve seu auge na década de 1970, passando por uma grave crise iniciada na segunda metade da década de 1980, quando a maioria das indústrias fechou suas portas. Uma das causas principais dessa crise foram as consequências da sobrepesca dos bancos de camarão e algumas espécies de peixes, além da recessão econômica que limitou o aporte dos recursos financeiros conseguidos facilmente pelas empresas. Uma parte das empresas pesqueiras do sul acabou

se transferindo para o litoral amazônico, sobretudo entre Pará e Maranhão, onde continuam explorando os bancos de camarão.

Nesse contexto, a preponderância da pesca artesanal no ambiente pesqueiro brasileiro estabelece um fator adicional de importância socioambiental que desperta o interesse de pesquisadores das diversas áreas do conhecimento. Portanto, a partir da década de 1970, as ciências sociais, particularmente a sociologia e antropologia – a exemplo do que ocorreu nos países europeus – começam a despertar interesses no estudo das comunidades de pescadores, como veremos mais adiante.

Contudo, é importante ressaltar que nesse recorte sobre o contexto histórico da pesca como atividade de subsistência e de expansão do capital, é importante considerar o conhecimento acumulado pelos pescadores durante esses vários séculos sobre o comportamento das espécies capturadas, a época de sua reprodução, a concentração dos cardumes. Paralelamente ao saber relacionado com a pesca, desenvolveram-se as técnicas e os conhecimentos relativos aos regimes de ventos, ao clima e à fabricação e utilização dos instrumentos utilizados na captura do pescado. Dessa mesma forma, no Brasil, a pesca é uma atividade exercitada ao longo dos anos, uma prática herdada de ancestrais e gerações nativas e colonizadoras, praticada principalmente pelos indígenas e negros, adotando técnicas e instrumentos que foram sendo inovados e reinventados a partir do contato com os colonizadores europeus.

II- Antropologia marítima ou antropologia da pesca: elementos epistemológicos para o surgimento de uma subárea do conhecimento

As comunidades de pescadores como objeto de estudo das ciências sociais são consideradas como uma preocupação recente na perspectiva dos estudos da antropologia social e cultural. As preocupações por parte das ciências sociais em investigar as tecnologias, as formas de trabalhos e a organização social das comunidades de pescadores se torna objeto de atenção por parte de antropólogos apenas a partir da década de 1960.

Rubio-Ardanaz (1994) afirma que a princípio os trabalhos sobre as comunidades de pescadores apresentavam um caráter meramente descritivo. Somente em trabalhos posteriores as comunidades de pescadores se tornam um objeto de investigação científica

apresentando conteúdo e orientação mais diversificados. Essa variedade e pluralismo de análise giram em torno da Antropologia da Ecologia, da Antropologia da Economia e da Antropologia da Política. Com esses subcampos, surgem nas ciências sociais outros campos de investigação em Antropologia Social, um dos quais coloca em cena importantes dados para o conhecimento das particularidades da vida dos trabalhadores, cuja subsistência depende dos recursos do mar, analisando dessa forma, que a Antropologia Marítima nascerá em um contexto que colocará em questão as orientações da própria Antropologia Social.

Os primeiros estudos sobre sociedades de pescadores surgem, quando os pesquisadores ingleses começaram a fazer ciência utilizando a metodologia de pesquisa etnográfica, através dos trabalhos de campo. Um exemplo foi a publicação da clássica monografia de Malinowski *Argonautas do Pacífico Ocidental* em 1922. Esse trabalho faz uma crítica aos antropólogos evolucionistas que viam na pesca um estágio civilizatório anterior à agricultura e à sedentarização. Dentro da perspectiva funcionalista, ele estudou a sociedade dos tombriandeses insulares, particularmente o *kula* (troca ritual de bens) realizado no âmbito da navegação entre as ilhas da Polinésia. Suas análises sobre as funções das crenças religiosas, dos mitos e da magia contribuíram decisivamente para consolidar um novo campo do conhecimento humano: a Antropologia Social (BRETON, 1989).

Em 1946, Raymond Firth, também funcionalista, publicou *Os Pescadores Malaaios*, contribuindo decisivamente para construção da Antropologia da Pesca. Nesse trabalho, Firth afirma existir uma crucial semelhança entre a economia da pesca e a economia camponesa. Segundo ele, ambas as economias apresentam analogias estruturais e a sociedade dos pescadores foi tratada como parte das sociedades camponesas. Porém, em trabalho posterior, em 1970, Firth estabelece uma diferenciação entre o camponês e o pescador, baseada especialmente na forma de acesso aos recursos naturais.

Porém, Breton (1981) afirma que esses primeiros antropólogos não estavam interessados em estudar especificamente as sociedades insulares ou as sociedades marítimas dos pescadores. O interesse de ambos era teórico, orientado à elaboração de novas metodologias baseadas na pesquisa de campo e no método funcionalista para contribuir com o avanço teórico da Antropologia.

Dessa forma, a Antropologia Marítima ou Antropologia da Pesca se constitui - enquanto campo de investigação científica - em uma subárea recente da Antropologia Social, adquirindo o status de disciplina ou campo de investigação científica somente a

partir da década de 1970. Portanto, a Antropologia da Pesca apresenta uma escassa institucionalização nas ciências sociais.

Breton (1981: 08), em seu trabalho intitulado *L'anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs. Réflexions sur la naissance d'un sous-champ disciplinaire* faz uma análise sobre o contexto de surgimento e consolidação da Antropologia Marítima como subárea disciplinar da Antropologia Social, examinando sua história e o *status* epistemológico que lhe é outorgado. Dessa forma, a Antropologia Marítima nasce em um contexto de diversos questionamentos da antropologia social.

Le processus d'émergence et de consolidation de l'anthropologie maritime reprend donc en gros le cheminement de l'ensemble des sous-champs disciplinaires en anthropologie sociale, cheminement fortement empreint d'académisme qui ne devient conscient qu'après coup des multiples paramètres qui le façonnent.

Na contextualização feita por Breton (1981), o surgimento e consolidação da Antropologia Marítima se deram em três períodos distintos, os quais apresentam características específicas no que diz respeito à atividade da pesca. O autor considera que o primeiro período de produção científica sobre a Antropologia Marítima se deu antes dos anos de 1950, período marcado pela publicação de trabalhos dissertativos no campo da Antropologia Social sobre as técnicas da pesca de alguns grupos indígenas ocidentais de pescadores, trabalhos elaborados, sobretudo por antropólogos norte-americanos. Porém, esses antropólogos focam suas análises na identificação e meios de trabalhos, estabelecendo algumas relações entre a pesca e a organização social em geral; abordam de maneira muito restrita os impactos da atividade da pesca nas outras esferas sociais, como a economia, por exemplo.

Pascual Fernandez (1991) considera que, em geral, essa primeira etapa de desenvolvimento da Antropologia da Pesca ou Antropologia Marítima se caracteriza, sobretudo, por fazer referência à pesca apenas de forma parcial, ou seja, sem apresentar maiores preocupações pelas especificidades da atividade enquanto meio de subsistência, de trabalho e das relações sociais e simbólicas que são inerentes ao processo. Portanto, essa fase inicial de desenvolvimento da Antropologia Marítima ficou marcada pela produção

científica dos antropólogos funcionalistas clássicos, cujos trabalhos têm como conteúdo uma análise mais relacional da atividade da pesca, se comparados com os trabalhos anteriores.

O segundo período de desenvolvimento da Antropologia Marítima teria começado por volta dos anos de 1950, se estendendo até aproximadamente a década de 1960. Essa etapa ficou marcada pela publicação de trabalhos de antropólogos com caráter de etnografia de comunidades de pescadores, inaugurando novos modelos teóricos de forma mais dinâmica do que aqueles anteriormente empregados pelos funcionalistas clássicos, o que permite consolidar uma abordagem mais processual para o estudo da organização social de comunidades de pescadores, atraindo a atenção não apenas para a flexibilidade dos sistemas de parentesco bilaterais, mas também, para a necessidade, através da teoria de rede, de reduzir o impacto da normativa sobre o comportamento individual (BRETON, 1981; PASCUAL FERNANDEZ, 1991).

Ces travaux, largement diffusés à cause de leur aspect novateur, ont par la suite influencé tout un groupe de jeunes chercheurs qui entreprirent des études plus complètes de sociétés de pêcheurs. On assiste alors à une reprise des monographies, comme celles de W. Davenport (1954) et L. Comitas (1962) en Jamaïque, de E. Norbeck (1954) et T. Fraser (1960) en Asie, de C. Kottack (1966) et S. Foreman (1970) au Brésil, et de A. Orona (1967) au Vénézuéla, pour n'en citer que quelquesuns. Même si à cette époque les sociétés de pêcheurs étaient devenues pour certains anthropologues un tremplin critique de la théorie existante, ces études, poursuivies pour la plupart dans le cadre de programmes doctoraux, demeurent fort timides à ce niveau, se contentant d'aborder de manière mécanique les diverses composantes de la réalité sociale et économique des localités étudiées. Une coupure épistémologique se met en place dans cette seconde période et la reprise des études plus systématiques sur les sociétés de pêcheurs, au lieu de renforcer la critique théorique déjà amorcée par les premières monographies et les études sectorielles caractéristiques du début de cette période, débouche sur une sorte d'académisme plat dont le seul avantage a été de faire ressortir l'importance des sociétés de pêcheurs, trop longtemps négligées par les anthropologues (BRETON, 1981:10).

Nesta fase, é importante se destacar a maneira mecânica como são abordados os diversos componentes da realidade social e econômica das comunidades de pescadores investigadas pelos antropólogos, fazendo referência às alternativas e às estratégias adotadas diante das exigências de um estudo baseado nas análises culturais, econômicas e ecológicas. Dessa forma, podemos considerar como uma característica positiva os trabalhos dos

antropólogos que contribuíram para o desenvolvimento da Antropologia Marítima neste período, a atenção sobre a importância da organização social das comunidades que vivem da pesca, fato negligenciado por tanto tempo pelos antropólogos que os antecederam. Isso nos permite afirmar que nesse estágio de desenvolvimento estaríamos diante de uma configuração mais clara deste subcampo disciplinar (RUBIO-ARDANAZ, 1994).

Já a terceira etapa de desenvolvimento da Antropologia Marítima se inicia na década de 1970, período em que fica oficialmente reconhecida como um subárea no interior da Antropologia Social. Nesse período, surge uma maior produção de pesquisa na área através de estudos monográficos e um expressivo aumento do número de antropólogos que se dedicam a esse campo de investigação, o que resulta na realização de reuniões e congressos científicos que tratam sobre o estudo das comunidades de pescadores. Esse período ficou caracterizado, também, pela publicação de obras e sínteses sobre a pesca enquanto uma atividade coletiva. Essas atividades e publicações nessa área foram frutos de uma série de linhas de investigação que foram sendo formadas no campo acadêmico nos diferentes departamentos de Sociologia e Antropologia. Foi com a publicação desses trabalhos que a Antropologia Marítima ou Antropologia da Pesca se consagrou como disciplina acadêmica.

Ahora ya se puede decir que la *antropología marítima* como tal se há hecho un espacio propio dentro de la antropología social. Son años en los que disponemos de numerosos estudios monográficos sobre el tema. (...). A partir de este instante se extiende en cierta forma el campo de verificación de las teorías antropológicas. Con la ampliación de esta subdisciplina y el desarrollo de estudios englobados en ella queda abierto de una forma más evidente un terreno para el desarrollo de la antropología social. Si el conjunto de investigaciones realizadas reflejaba en un principio las preocupaciones tradicionales de la antropología, ahora es evidente un interés más claro por los grupos que viven y se configuran social e culturalmente en torno a la mar (RUBIO-ARDANAZ, 1994: 22).

Portanto, o surgimento e consolidação da Antropologia Marítima e seu caráter como um subcampo disciplinar distinto, demonstra que as discussões em torno do processo de sua consolidação serviu de base para o desenvolvimento de outros subcampos disciplinares, uma vez que surge em um contexto em que a Antropologia Social, como ciência, está sendo repensada e questionada do ponto de vista epistemológico e teórico-metodológico.

Breton (1981) foi um dos primeiros antropólogos a fazer uma revisão crítica sobre a Antropologia Marítima, estudando o nascimento desse campo disciplinar, sua história e suas

bases epistemológicas. Ele afirma que a Antropologia Marítima até então havia se contentado em utilizar, em sua análise, metodologias desenvolvidas em outros campos disciplinares, aplicando os formalismos da Antropologia Econômica, da Ecologia, esquecendo de realizar uma reflexão própria sobre as especificidades das comunidades de pescadores (DIEGUES, 1999).

De acordo com a concepção de Geistdoerfer (1989) a antropologia marítima tem como objeto de estudo a variedade e a complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação do espaço marinho, do qual retiram seu sustento. Esse campo disciplinar se propõe a estudar, portanto, o modo de vida das comunidades que habitam próximo ao ambiente marítimo e desenvolvem a pesca, comparando suas especificidades em contraste com o modo de vida das populações continentais. Entre as especificidades das comunidades de pescadores, ele destaca: o modo de organização econômica e social, a importância atribuída às atividades pesqueiras na economia, e o caráter simbólico das relações com o mar.

Tendo apresentado o contexto de surgimento e consolidação da Antropologia Marítima ou Antropologia da Pesca dentro do campo de conhecimento das ciências sociais, e considerando que a denominação de *Antropologia Marítima* pode pressupor aquela atividade pesqueira desenvolvida exclusivamente no ambiente do mar, a meu ver, parece mais adequado utilizar a denominação de *Antropologia da Pesca* para a pesquisa em questão. Pois, a pesquisa desenvolvida nesta Tese, não diz respeito à atividade pesqueira desenvolvida exclusivamente no ambiente marítimo ou de água salgada. Mas, o tipo específico de pesca desenvolvida na Região da Baixada Maranhense e, em particular, no Município de Penalva diz respeito às atividades desenvolvidas nos lagos da região.

Pascual Fernandez (1991) afirma que, muito embora alguns antropólogos utilizem a terminologia Antropologia Marítima como sinônimo de Antropologia da Pesca, ele prefere utilizar o termo “*antropología de la pesca*”, uma vez que este termo tende a abranger, também, aqueles pescadores que desenvolvem a atividade em outros ambientes, como nos rios e lagos. Considera, dessa forma, que o campo da Antropologia da Pesca apresenta um aspecto mais amplo de linhas de investigação. Portanto, partilhando do entendimento desenvolvido por este autor, utilizarei no desenvolvimento deste trabalho a noção de Antropologia da Pesca como o campo de estudo que oferece subsídios epistemológicos e teóricos para o estudo do grupo de pescadores aqui analisado.

III A Antropologia da Pesca no Brasil

Lopes (2010: 27)² considera que a pesca no Brasil pode ser considerada “a indústria etnograficamente mais interessante”. A atividade da pesca artesanal propicia as condições objetivas da produção e reprodução social de grupos humanos, como o acesso à alimentação e renda e; também, condições subjetivas, como o conhecimento local sobre o meio natural, o qual está condicionado por dinâmicas ambientais que estão relacionadas com os conhecimentos locais que são apreendidos sobre os recursos naturais e técnicas empregadas na captura do pescado. Nesse processo, a natureza se constitui no meio de trabalho dos pescadores artesanais, no qual desenvolvem os saberes empregados na atividade pesqueira.

O primeiro registro que se tem sobre a pesca praticada no Brasil nos remete aos relatos feitos por Jean de Léry, um religioso calvinista que participou da tentativa de colonização francesa no Rio de Janeiro no século XVI, em *Viagem à Terra do Brasil*. Nesta obra, Jean de Léry descreve como era praticada a pesca no litoral brasileiro pelos índios Tupinambás. Em seus registros, Léry (1961: 31) descreve sobre as tecnologias e os apetrechos utilizados por esse povo indígena no desenvolvimento da atividade da pesca:

Terminando, direi, ainda, a respeito do modo de pescar dos tupinambás, que além das flechas usam também espinhas à feição de anzóis, presas a linhas feitas de uma planta chamada *tucom* a qual se desfia como cânhamo e é muito mais forte. Com esse apetrecho pescam de cima das ribanceiras e à margem dos rios. Também penetram no mar e nos rios em jangadas, a que chamam *piperis*; são feitas de cinco ou seis paus redondos, mais grossos que o braço de um homem, e bem amarrados com cipós retorcidos. Sentados nessas jangadas, com as pernas estendidas dirigem-nas para onde querem com um bastão chato que lhes serve de remo. Como esses *piperis* têm apenas uma braça de comprimento e dois pés mais ou menos de largura, resistem mal às tormentas e mal podem sustentar um homem. Quando o tempo está bom e os selvagens pescam separadamente, parecem de longe, tão pequenos se vêem, macacos, ou melhor, rãs, aquecendo-se ao sol em achas de lenha soltas nas águas. Como essas jangadas, feitas à feição de órgãos, flutuam como pranchas grossas, penso que se as construíssemos em França teríamos um bom meio de atravessar os rios e pântanos, e lagos de águas paradas ou de fraca correnteza, diante dos quais nos vemos muitas vezes embaraçados.

² Artigo publicado originalmente na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 02, Rio de Janeiro, 1938. A citação corresponde à versão publicada em DOMINGUES, H. M. B. e ALMEIDA, A. W. B. de. (Orgs). **Raimundo Lopes**: dois estudos resgatados. Ouro Sobre Azul: Rio de Janeiro, 2010.

Léry (1961: 30) continua expressando sua admiração sobre a habilidade que os índios desenvolviam na atividade da pesca, em particular na utilização da flecha como instrumento de captura para toda espécie de peixe visíveis dentro d'água, bem como, a capacidade de “tanto os homens como as mulheres saber nadar e são capazes de ir buscar a caça ou a pesca dentro d'água como um cão. Também, os meninos apenas começam a caminhar já se metem pelos rios e pelas praias, mergulhando como patinhos”.

Na narrativa do autor, podemos observar que os nativos foram influenciados pelas técnicas da pesca trazidas pelos europeus.

Acrescentarei ainda que quando os selvagens nos viam pescar com as redes que trouxéramos e a que eles chamavam pyissa-uassú, mostravam-se solícitos em ajudar-nos, espantados com ver-nos apanhar tanto peixe de uma só vez. Se porventura os deixávamos manejar as redes, revelavam grande habilidade.

Depois que os franceses começaram a traficar com o Brasil, os selvagens colheram vantagens das mercadorias que começaram a receber. Por isso louvam os traficantes; pois outrora eram obrigados a se servir de espinhas em vez de anzóis e agora gozam das vantagens dessa bela invenção que é o anzol de ferro. Daí, como já disse, terem os rapazes dessa terra aprendido a dizer aos estrangeiros que encontram: de agotarem amabe pindá,²⁴⁵ isto é, dá-me anzóis, pois agotarem no seu idioma quer dizem bom, amabe dá-me, e pindá anzol (LÉRY, 1961:31-32).

No período colonial tivemos no Brasil, além da pesca indígena de subsistência, a pesca da baleia, que se constituiu em um monopólio da coroa portuguesa. A pesca da baleia era realizada por pescadores portugueses e bascos. Essa modalidade de pesca se desenvolveu principalmente na Bahia, no litoral Sul de São Paulo e litoral de Santa Catarina, onde ainda hoje é possível se encontrar vestígios arqueológicos das diversas armações. Esse tipo de pesca terminou somente nos anos de 1970, com a desativação da empresa japonesa em Cabedelo, na Paraíba (DIEGUES, 1999).

Diegues (1999: 362) considera que a atividade pesqueira tenha sido responsável pela formação de inúmeros grupos sociais litorâneos regionais ligados à pesca, entre elas a do jangadeiro, em todo litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia; a do caiçara, no litoral entre Rio de Janeiro e São Paulo; e o açoriano, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enfatizando ainda que “(...) enquanto esses dois últimos tipos de pescadores estavam

também ligados à atividade agrícola, os primeiros dependiam quase inteiramente da pesca costeira”.

O autor paraense José Veríssimo publicou em 1895 *A Pesca na Amazônia*³ um trabalho que descreve a pesca praticada pelo homem amazônico nos rios e lagos da região. Descrevendo a paisagem, o homem nativo e a variedade das espécies ictiológicas da Amazônia, bem como, as técnicas de pesca, instrumentos utilizados e as espécies de peixes capturadas, o autor analisa a importância da atividade da pesca no processo de conquista e domínio da região, enfatizando os denominados “pesqueiros reais” que eram montados e mantidos como estabelecimentos oficiais para o abastecimento dos centros urbanos que iam se formando na região Amazônica. Neste sentido Veríssimo (1970: 07 e 10) destaca:

O meio afeiçoa o homem: o indígena da Amazônia é principalmente ictiófago e, conseqüentemente, pescador. A mata amazônica sem embargo de seu volume e espessura, lhe não é obstáculo à vida fácil e cômoda que leva. A prodigiosa rede de canais – rios, furos, igarapés-miris, lagos ligados uns aos outros e aos rios próximos – que lhes oferecem o meio mais fácil, mais conveniente, mais propício às suas, aliás resumidas, necessidades da vida social o desobrigam de defasá-la.

Não é, porém, somente no ponto de vista etnográfico, senão também sob o aspecto econômico que merecem descritas as suas artes, e os seus processos e instrumentos de pesca. a população amazônica, não inferior talvez a setecentos ou oitocentos mil habitantes, alimenta-se, já vimos, principalmente de peixe, e a pesca em lagos concorre, e não pouco, para a riqueza pública dos dois Estados que formam a Amazônia.

Corroborando com essa perspectiva, Furtado (1981) afirma que a pesca comercial artesanal foi uma das primeiras atividades econômicas da Amazônia colonial, sendo que os colonizadores portugueses utilizavam o pescado como moeda de pagamento e troca durante o século XVII. Esse fato gerou a valorização do pescado, demandando o surgimento dos “pesqueiros reais” na região Amazônica. A pesca comercial iniciou de forma mais intensiva com a exploração do peixe-boi e do pirarucu. A proporção que os centros urbanos iam se formando, a demanda por pescado aumentava, especialmente para Zona Franca de Manaus, com isso a pesca foi se intensificando cada vez mais na região.

³ A referência aqui citada corresponde a reedição da obra *A Pesca na Amazônia* publicada pela Universidade Federal do Pará em 1970 (VERÍSSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. Universidade Federal do Pará-UFGPA: Belém, 1970).

A exemplo de como se configura a consolidação da Antropologia da Pesca no campo de investigação das ciências sociais no cenário global, no Brasil os estudos acadêmicos sobre comunidades de pescadores se teceram, em geral, nos mesmos modelos teóricos e epistemológicos que caracterizaram as perspectivas socioantropológicas europeias e norte-americanas.

Um dos primeiros antropólogos brasileiros que se propôs a estudar os vários aspectos da vida cultural e social de comunidades de pescadores no Brasil foi a professora da Faculdade de Letras e Filosofia da USP, Gioconda Mussolini, cuja produção científica contribuiu de forma significativa para a consolidação da Antropologia da Pesca no Brasil.

Entre os anos de 1945 e 1946, como resultado de suas pesquisas realizadas na Ilha de São Sebastião com comunidades caiçaras no litoral paulista, Gioconda Mussolini publicou dois artigos sobre a temática da pesca artesanal. Em 1945, foi publicado o primeiro artigo de Gioconda Mussolini na revista *Sociologia: revista didática e científica*, intitulado “O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião”. Logo no ano seguinte, em 1946, a autora publicou na mesma revista o artigo “O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil”. É importante observar que esses dois artigos de autoria de Gioconda Mussolini têm como temática as técnicas de confecção e utilização de apetrechos para a captura dos peixes e as tecnologias da pesca em geral, o que faz de seus trabalhos os pioneiros sobre a Antropologia da Pesca no Brasil.

De fato, o foco, inicialmente concentrado nos aspectos materiais e tecnológicos da captura de alguns peixes, alarga-se imediatamente para um conjunto de questões que, como veremos, constituirão o grande tema das preocupações intelectuais de Gioconda Mussolini até a sua morte, em 1969, e que se prendem à circulação de populações, de trabalhadores e de elementos de natureza cultural e social influenciados por essas questões migratórias e demográficas. Nesses dois artigos, provavelmente redigidos no mesmo período em que ela concluía a redação de sua dissertação de mestrado sobre populações indígenas, não há nenhuma reflexão teórica ou metodológica mais aprofundada, o que nos permitirá, aliás, considerar o lugar dessa reflexão na produção de Gioconda, que, pelo contrário, atribuía imensa relevância a tais fundamentações (CIACCHI, 2007:1989).

Dessa forma, a análise da produção bibliográfica de Gioconda Mussolini destinada a abordar a atividade da pesca no litoral paulista nos permite perceber um avanço no campo brasileiro da Antropologia da Pesca a partir dos anos de 1940. Fato que, de acordo com

Ciacchi (2007: 182) permite considerar que “O subcampo disciplinar da antropologia da pesca tem no nome de Gioconda Mussolini uma espécie de mãe fundadora. Suas pesquisas de campo ainda orientam os estudos de muitos pesquisadores contemporâneos”.

Diegues (1999: 363) faz um breve histórico sobre o desenvolvimento da atividade da pesca no Brasil, bem como, contextualiza como as comunidades de pescadores se tornaram interessantes do ponto de vista da investigação científica para antropólogos e sociólogos estrangeiros e brasileiros. De acordo com o autor, a contribuição das ciências sociais sobre as comunidades de pescadores tem até a década de 1960, um número reduzido de estudos e publicações no Brasil. Porém, destaca:

No entanto é preciso destacar os trabalhos dos antropólogos Pierson e Teixeira (1947), *Survey de Icapara, uma Vila de Pescadores do Litoral Sul de São Paulo*, e de Gioconda Mussolini, *O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião* (1945) e *O cerco Flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil* (1946), que descreveram o modo de vida e técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores-caiçaras do litoral do Estado de São Paulo. A contribuição etnográfica de Mussolini foi importante para o entendimento das relações entre as comunidades caiçaras (oriundas da miscigenação entre o colonizador português, o índio e o negro), o mar, os estuários e a Mata Atlântica. Ela analisou também o processo de disseminação, entre os caiçaras, do cerco flutuante, aparelho de pesca introduzido pelos migrantes japoneses.

No período entre as décadas de 1950 e 1960, houve um número expressivo de publicações sobre o tema, tendo a contribuição de autores da geografia humana, os quais se interessaram em descrever vários aspectos da distribuição e as formas de vida dos pescadores que atuavam, sobretudo, no litoral entre o Rio de Janeiro e Santa Catarina. Entretanto, esses trabalhos em sua maioria, apresentavam um caráter mais descritivo e empírico sobre a pesca, sem tratar mais especificamente, sobre “estudos de comunidades”. Somente no final da década de 1960 e início da década seguinte, alguns trabalhos de sociólogos e antropólogos são publicados apresentando uma maior densidade metodológica e teórica enfocando, especificamente, das mudanças sociais ocorridas entre as comunidades de pescadores litorâneas ocasionadas pela introdução das relações capitalistas no setor pesqueiro, dos conflitos ocasionados pela disputa entre a pesca realizada nos moldes da pequena produção mercantil e aquela realizada pelas grandes empresas do setor.

Diegues (1999: 364-365) cita exemplos de trabalhos dessa envergadura que foram publicados nesse período:

O sociólogo Fernando Mourão, em seu trabalho *Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo* (1971), relaciona as mudanças ocorridas nas comunidades de pescadores dessa área com a emergência de uma nova racionalidade, a de mercado. A emergência da racionalidade característica do sistema de mercado foi concomitante ao surgimento de um novo estrato social (o dos pescadores artesanais com embarcações motorizadas que exploram o “mar-de-fora”) e ambos decorreram de mudanças no sistema de comercialização do pescado – especialmente fixação de um preço de mercado –, que levou também, em menor grau, à introdução de novas técnicas de captura.

Antônio Carlos Diegues, em *Pesca e Marginalização no Litoral Paulista* (1973) e *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar* (1983), usando um enfoque da antropologia econômica, analisou as relações conflituosas entre a pesca artesanal e a pesca empresarial em termos de modo de produção, enfocando os aspectos sócio-políticos da emergência das empresas pesqueiras no país. Um dos aspectos importantes do trabalho é a análise da articulação e dependência da pesca artesanal em relação à empresarial, devido à desorganização da pesca artesanal, principalmente entre os pescadores do litoral norte do Estado de São Paulo.

Outros trabalhos como *A Pesca sob o Capital: a tecnologia a serviço da dominação* (1985: 08) de Alex Fiuza de Mello se debruçam sobre a temática da proletarização do pescador artesanal da Amazônia, que a partir da década de 1960, passa a ser dominado pelos empreendimentos capitalistas no setor. Nesse período, a racionalidade capitalista passa a considerar as técnicas nativas de pesca “como processo produtivo irracional e atrasado”. Neste sentido o autor considera que o Estado teve um papel fundamental, na medida em que o desenvolvimento e industrialização do setor pesqueiro, na Amazônia e em todo o país, sempre dependeram de créditos e incentivos fiscais financiados pelo Estado. De acordo com Fiuza de Melo (1985: 28):

Bastaria tomar como exemplo o conteúdo dos Planos Nacionais de Desenvolvimento da Pesca ou os Planos Anuais de Trabalho da SUDEPE⁴ para se ter uma ideia do verdadeiro papel que o Estado vem desempenhando neste sentido. (...). Entre os benefícios instituídos pelo Decreto [Decreto-Lei nº 221 de 28/02/67], ao lado dos incentivos fiscais encontram-se:

⁴ Superintendência de Desenvolvimento da Pesca.

- isenção do imposto de renda e seus adicionais às pessoas jurídicas com planos aprovados pela SUDEPE;
- Isenção total de impostos e tachas federais incidentes sobre o pescado.

Laraia (1993: 09-10) sintetiza a contribuição das ciências sociais no estudo e produção científica sobre a pesca artesanal no Brasil, afirmando que:

Na década de 50, Gioconda Mussolini preocupou-se com o estudo das populações caiçaras do litoral paulista. Na década de 60, Alcida Ramos produziu uma tese de mestrado, apresentada à Universidade de Wisconsin, sobre os pescadores originários de Póvoa de Varzim, localizada na Ponta do Caju, na cidade do Rio de Janeiro.

Os anos 70 foram mais pródigos. Mariza Peirano, Maria das Graças Pinto Tavares e Túlio Maranhão realizaram pesquisas de campo no litoral cearense, mais precisamente na praia de Icaraí, com a finalidade de elaboração de tese de mestrado que foram apresentadas à Universidade de Brasília. Lamentavelmente, nenhuma dessas dissertações foi publicadas. Na mesma época, Raymundo Heraldo Maués e Maria Angélica Maués, com a mesma finalidade, estudaram uma comunidade pescadora do litoral paraense. Pelo menos, o trabalho de Raymundo Heraldo Maués resultou na publicação de um livro: *A Ilha Encantada: Medicina e Xamanismo numa Comunidade de Pescadores (NAEA/UFPA, Belém, 1990)*. (...) No final desta década, intensificaram-se os estudos sobre o tema. Destacamos as dissertações defendidas por Eliana Gonçalves Peçanha, Luiz Fernando Dias Duarte, Roberto Kant de Lima e Arno Vogt, resultantes de pesquisas realizadas no litoral fluminense e apresentadas ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Em 1977 e 1978, Marília de Carvalho, da Universidade Federal do Paraná, realizou a sua pesquisa junto aos pescadores da Ilha do Mel, cujos resultados foram apresentados no programa de mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A quantidade e a diversidade dos trabalhos sobre comunidades de pescadores publicados no Brasil desde a década de 1940, “apontam para a construção de um campo específico do conhecimento nas ciências sociais que poderia ser intitulado: *Sócio-Antropologia Marítima (ou da Pesca)*”. A partir daí, antropólogos e sociólogos brasileiros têm produzido trabalhos que acenam para uma Sociologia e Antropologia das comunidades de pescadores. Um dos motivos que justificam o subcampo específico nas ciências sociais de *uma socioantropologia da pesca* se baseia na explicação de alguns autores em considerarem “a especificidade das comunidades de pescadores: em suas relações com o meio ambiente particular, o mar, no seu mundo de valores e ideologias decorrentes dessas

relações com o mundo natural e também com a sociedade mais ampla, a nível regional e nacional” (DIEGUES, 1999: 373).

Gerber (2013) considera que, apesar de o Brasil ser um país com um litoral privilegiado em seus aspectos ambientais, sociais e humanos, tem muito que avançar em estudos antropológicos sobre as áreas que o compõem, incluindo a pesca, pescadores e pescadoras. A autora considera que a antropologia, e não apenas a sociedade de forma ampla ou os órgãos públicos, ainda não reconhecem a contento a pesca como uma temática interessante para ser analisada cientificamente e de forma mais aprofundada. Dessa forma, muito embora, os registros de trabalhos elaborados por profissionais das ciências sociais brasileiros e estrangeiros, somem um número significativo, reconhecemos que, ainda, se faz necessário avançarmos na produção de pesquisas socioantropológica que abordem as questões relacionadas às particularidades inerentes aos diversos grupos sociais de pescadores que habitam nos diferentes ambientes aquáticos do território brasileiro.

IV- A interação homem/natureza e as territorialidades construídas na atividade da pesca artesanal

Considerar as representações simbólicas da natureza possibilita a compreensão das modificações e reconfigurações das relações que são estabelecidas entre sociedade e natureza e dos agentes sociais e o meio ambiente em suas histórias locais. Nas práticas culturais e simbólicas dos grupos sociais locais, em suas interações sociais com a natureza, constroem seus modos de vidas diretamente baseados no uso e manejo dos recursos naturais. Esses grupos sociais adotam um sistema de manejo dos recursos naturais que procura respeitar os ciclos da natureza, revelando os conhecimentos herdados de gerações anteriores.

Nas relações de interação entre comunidades locais e natureza, é importante observar as afinidades que são estabelecidas com o território, entendido aqui como o espaço sobre o qual um determinado grupo social reivindica direitos estáveis de acesso, controle e uso dos recursos naturais nele existentes. Para (DIEGUES, 2001b), além de espaço de reprodução econômica e das relações sociais, o território é também o *locus* das representações e do imaginário simbólico desses grupos sociais. A íntima relação do homem com seu meio ambiente, comparada à do homem urbano-industrial, faz com que os ciclos da

natureza sejam associados às explicações místicas ou religiosas constitutivas da cultura desses grupos sociais. As representações que essas populações fazem dos diversos *habitats* em que vivem, também, se constroem segundo maior ou menor controle, daquilo que dispõem sobre a natureza. Esses sistemas locais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, por intermédio de mitos e símbolos, que levam a modos de vidas baseados nos ciclos da natureza.

A liberdade caminha junto com o conhecer adquirido ao longo de anos de experiência. O conhecer do velho pescador se traduz pela sabedoria, algo distinto do saber-fazer. A sabedoria não diz respeito ao manuseio do apetrecho de pesca, mas onde e quando utilizá-lo. A sabedoria, o pescador a adquire não somente pela experiência, mas indo pescar e ouvindo os mais velhos (DIEGUES, 1983: 195).

Os chamados povos e comunidades tradicionais⁵ reivindicam suas identidades sociais e étnicas, baseados em uma territorialidade possível de ser garantida a partir das práticas jurídicas que asseguram a gestão coletiva do território. Dessa forma, acionam o uso sustentável do território e os recursos nele existentes, promovendo o resgate dos conhecimentos tradicionais para a garantia do território, tendo como característica principal uso comum da terra, das águas e dos seus recursos.

Existem inúmeros debates em torno do conceito de povos e comunidades tradicionais. Almeida (2004b) considera que a noção de povos e comunidades tradicionais não remete a “atraso”, “sobrevivência” e muito menos a “remanescente”, descartando a possibilidade de considerá-lo como uma abordagem evolucionista. Trata-se de uma nova categoria possível de expressar diversas formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza.

Little (2002) considera que a designação de “povos”, em vez de outra designação, coloca esse conceito dentro dos debates sobre os direitos dos povos, e se transforma em um instrumento estratégico nas lutas por justiça social e direitos territoriais. Nessa mesma perspectiva, o autor considera que a definição de “tradicional”, ao invés de associar esses

⁵ Para efeitos explicativos a categoria tradicional utilizada aqui, diz respeito à identidade étnica e às noções de pertencimento dos diferentes grupos sociais a seus respectivos territórios; não diz respeito, portanto, aos níveis de tecnologia e ao desenvolvimento econômico vivenciados por esses grupos.

povos com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico, vincula-os com realidades fundiárias plenamente modernas. Dessa forma, o autor define tal conceito como um mecanismo analítico e político capaz de agregar fatores de uso do território comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que diferentes grupos sociais assumem na atualidade.

Na opinião do autor supracitado, os territórios dos povos tradicionais são fundamentados em décadas e, até mesmo, séculos de ocupação efetiva, e que a expressão dessa territorialidade, não reside, necessariamente, na figura de leis ou títulos, mas, é sustentada nos bastidores da memória coletiva, incorporando dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território.

Alguns autores consideram importante entre essas populações a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelos ciclos da natureza, que tende à manutenção e permanência dos recursos naturais utilizados, ou seja, um sistema em que não visa somente à exploração desses recursos, no qual perpetua a existência de um conjunto de regras e conhecimentos adquiridos e repassados de uma geração a outras gerações. Para Diegues (2006: 206):

A unidade familiar e/ou de vizinhança é também uma característica importante no modo de vida dessas populações que produzem para sua subsistência e para o mercado. O conhecimento aprofundado sobre os ciclos naturais e a oralidade na transmissão desse conhecimento são características importantes na definição dessa cultura.

Após vários debates, envolvendo agentes de governo e acadêmicos, chegou-se a uma definição legal de povos e comunidades tradicionais, o Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, estabelece o seguinte conceito normativo:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Assim como o conceito de povos e comunidades tradicionais, as noções de território nas ciências sociais provocam uma série de discussões, as quais vão desde aquela que considera o território apenas como sinônimo de espaço onde se localiza um ou mais agrupamentos humanos articulados entre si, àquela que considera que território não é apenas um conjunto de fatores naturais e de presenças humanas, mas está constituído por laços informais e relações arquitetadas ao longo do tempo, se constituindo na própria identidade dos grupos sociais, ou seja, o território como o espaço das identidades. Desta forma, Haesbaert e Limonad (2007: 42-43), enfatizam que a noção de território deve partir do pressuposto de que:

primeiro, é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos – o segundo é muito mais amplo que o primeiro;

o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza);

o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica.

Haesbaert (2011) congrega as diversas concepções de território dentro de dois referenciais teóricos: a noção de território baseado numa leitura marxista balizada pela relação de produção, o território se torna uma fonte de recursos, ou seja, “meios materiais de existência”. Essa noção de território é muito referenciada na experiência territorial de grupos sociais, cuja principal fonte de recursos necessários a sua sobrevivência provém da natureza.

A outra concepção de território considerada por Haesbaert (2011) é a compreensão idealista que incorpora a dimensão ideal ou apropriação simbólica, considerando que um grupo social, ao se apropriar de um território, reivindica o acesso, o controle e o uso do território tanto dos recursos visíveis, quanto dos valores simbólicos que os compõem, os quais contribuem para as condições de reprodução social desse grupo, e dos recursos naturais dos quais esse grupo depende. Nessa concepção, o território não se define apenas por um princípio de apropriação material, mas também, por um princípio cultural de

identificação e de pertencimento, em que perder o seu território é mais do que perder as bases materiais de existência: é perder sua identidade, desaparecer.

Moraes (2008) considera que a valorização do espaço pode ser apreendida como processos historicamente identificados como de formação de um *território*. A formação de um território envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, numa relação social contínua com essa localidade, dando forma às sociabilidades reinantes no local. A valorização se torna qualidade do lugar quando se intensificam as ações sociais ali desenvolvidas, trabalho humano que subverte as características naturais originais. A constituição de um território se dá a partir das construções e destruições que fazem parte de um determinado espaço, qualificando-o para apropriações futuras, ou seja, a partir de um processo cumulativo, em que a apropriação qualifica uma porção do espaço como território.

Para Haesbaert (2011: 54) “O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder”, isto é, o território é concebido como “relacional”, tendo como um dos seus componentes essenciais o conjunto das relações sociais, ou seja, relações de poder. E, o território é relacional não apenas por incorporar um conjunto de relações sociais, mas também, por envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material; e justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões.

O território, para determinados grupos sociais, é ao mesmo tempo um espaço de reprodução física, de subsistência material, e um espaço carregado de referências simbólicas, veículo de construção de sua identidade cultural.

A construção do território resulta da articulação de duas dimensões principais, uma mais material e ligada à esfera político-econômica, outra mais imaterial ou simbólica, ligada, sobretudo à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social” (HAESBAERT e LIMONAD, 2007: 49).

Considerando o território como uma construção histórica, social e simbólica, em que dele fazem parte diferentes formas de apropriação e uso da natureza, as diferentes territorialidades, também, são forjadas socialmente ao longo do tempo, através das mais variadas formas de apropriação de uma determinada parcela do espaço por distintos grupos

sociais, de onde emanam as diferentes identidades. A territorialidade é considerada por Little (2002: 03) como “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”.

A partir dessa concepção, a territorialidade se constitui em um espaço social privilegiado de construção de conhecimentos. Os povos e comunidades tradicionais manejam seus territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social e econômica, utilizando conhecimentos e práticas gerados e transmitidos ao longo dos anos de uma geração a outra.

Afinal, o território é um espaço, sobretudo etnográfico e deve ser definido pelos diferentes contextos e pelas práticas sociais que lhe conferem significado, levando em conta processos de territorialidades ocorridos em poucas décadas, e que levaram à fragmentação e à perda das áreas de ocupação tradicional de comunidades remanescentes de quilombos e das chamadas populações tradicionais no Brasil contemporâneo (O'DWYER, 2012: 242).

Almeida (2010: 172) assegura que a noção de território, enquanto uma construção social apoiada em formas de existência coletiva é divergente daquela da terra, objetivada enquanto recurso da natureza. Pois, ao analisarmos as diferentes territorialidades das chamadas identidades coletivas, como, por exemplo, a territorialidade das quebradeiras de coco babaçu, que não corresponde, exatamente, àquela de ocorrência de babaçuais. A territorialidade concebida pelas identidades coletivas está para além da terra, para além das características naturais, em que “a existência do recurso natural, por si só, não constitui critério definidor de um determinado grupo ou de seu respectivo território. A divisão político-administrativa não serve igualmente de critério para delimitá-los”.

Nessa perspectiva (Chamy, 2004:11) considera que o espaço não pode ser compreendido em sua totalidade correlacionando-o exclusivamente à realidade concreta contida no meio físico. “A totalidade de sua compreensão engloba as formas sociais em que é apropriado e percebido pelos que dele se utilizam e defendem, ordenando-o e organizando-o e isso consiste na definição de território”. Dessa forma, o território é construído a partir de uma apropriação social produzida historicamente pelas relações

estabelecidas entre grupos sociais e o espaço, envolvendo aspectos jurídicos, culturais e simbólicos.

As diferentes proposições sociais de interação entre homem e natureza são reveladas a partir do momento que se analisam os diferentes significados de produção e reprodução material e simbólica dos recursos ambientais em questão. A apropriação da natureza por parte dos pescadores artesanais ocorre através dos conhecimentos locais, construídos na atividade da pesca.

Begossi (2013: 165) lembra que existe uma diferença entre área de pesca e territórios de pesca ou pesqueiros. Pontos de pesca são os locais específicos ou pequenas áreas onde é realizada a atividade da pesca. Já os pesqueiros ou territórios são pontos de pesca onde existe alguma forma de apropriação, regra de uso ou conflito sendo, então, um território em seu sentido ecológico. “Desse modo pode-se concluir que um território é um espaço que foi, ou está sendo, apropriado por algum indivíduo, grupo ou comunidade sob forma de defesa ou de regras de uso, ou sob conflitos de uso”. Em Penalva, os territórios de pesca são construídos a partir de regras de uso comum balizadas pelo *respeito*, mas, também, por relações de conflitos entre os pescadores, como será analisado mais à frente.

Nessa perspectiva, a análise que faço aqui, considera que o território para a comunidade de pescadores não se constitui apenas nos espaços físicos como lagos, campos e igarapés, mas carrega significados construídos socialmente, dando ao grupo a concepção de mundo que confere sentido aos seus modos de vida. Dessa forma, o controle e disciplinamento do espaço reafirmam modos de vida e identidades culturais.

Para Diegues (2001a), a pesca artesanal se constitui na atividade pesqueira em que o pescador tem o seu modo de vida baseado principalmente na pesca, o que não exclui totalmente o exercício de outras atividades econômicas, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. O autor considera que os pescadores artesanais desenvolvem a atividade da pequena pesca, a qual uma parte da produção é consumida pela família e outra parte é destinada para a comercialização, tendo a unidade familiar como parte importante na produção, incluindo, ainda, outras pessoas como conhecidos e parentes longínquos.

Dessa forma, a pesca artesanal é entendida aqui como processo de trabalho e, diz respeito, à pesca praticada nos campos, lagos e igarapés do município de Penalva, Baixada Maranhense. É a atividade pesqueira em que o pescador, sozinho ou em parceria, participa

direta ou indiretamente da captura do pescado, utilizando instrumentos e técnicas que são readaptadas ao longo dos anos, de modo a atender as suas necessidades, tendo o pescador o poder decisório sobre aquilo que produz. Alguns autores consideram que uma das principais características que distingue a pesca artesanal da pesca industrial, enquanto processo de trabalho, é a diferença existente entre ambas: a pesca artesanal apresenta um baixo custo na produção, uma vez que o grupo de trabalho é formado por referenciais de parentesco sem vínculo empregatício e suas características são bastante diversificadas da pesca industrial, tanto em relação aos *hábitat* e estoques pesqueiros que exploram, quanto aos instrumentos e técnicas de pesca que utilizam (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1986).

De acordo com Diegues (1983:198), os pescadores artesanais se identificam como um grupo que possui uma profissão. Esta profissão demanda o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao produtor subsistir e se reproduzir enquanto pescador. “O domínio da arte [pescar] exige dele uma série de qualidade físicas e intelectuais que foram conduzidas pelo aprendizado na experiência, que lhe permitem apropriar-se, também dos segredos da profissão”.

Na pesca artesanal o trabalho do pescador é marcante em todas as etapas da captura do pescado, no que diz respeito, ao lançamento, recolhimento e levantamento manual das redes ou demais implementos e, até mesmo, na fabricação dos mesmos. O *métier* do pescador artesanal se baseia nos conhecimentos transmitidos por seus ancestrais, pelos mais velhos da comunidade, ou adquiridos pela interação com os companheiros do ofício. A pesca em Penalva é realizada em embarcações pequenas, as canoas a remo ou mesmo motorizadas, sem instrumentos de apoio à navegação, contando tão somente com a experiência e o saber adquiridos, através da capacidade de observação dos astros, dos ventos e das águas e de um conjunto de domínios que o pescador artesanal tem sobre a natureza.

Loureiro (1985: 61), que realizou um estudo sobre a produção pesqueira de Vigia no Pará, constatou que a pesca artesanal naquela localidade constitui um conjunto de unidades produtivas apresentando alguns traços comuns com a prevalência da parceria como relação básica de trabalho, a produção visando precipuamente a subsistência familiar e o uso de embarcações de madeira de reduzida capacidade, combinado com o emprego de aparelhos de pesca de confecção artesanal, “preferentemente a rede e o espinhel, que diferem das redes em malha em forma de saco, articuladas por cabos e movidas mecanicamente que são

empregadas pelos barcos pesqueiros com cascos de aço que integram a frota da pesca industrial”.

Na mesma perspectiva, Furtado (1984: 51) considera que a pesca artesanal amazônica se constitui como de grande relevância na economia regional. De acordo com a autora:

Em sendo um segmento da sociedade complexa, tem suas especificidades sócio-culturais que precisam ser distinguidas do segmento urbano se quisermos (sic) compreendê-lo melhor e reconhecida para que a reprodução social seja contínua e para que recebam o tratamento adequado. E estas especificidades dizem respeito à sua própria estrutura social (do grupo) a qual é permeada por traços da cultura indígena que lhe serviu de fundamento, por relações sociais altamente valorizadas no processo produtivo e em todos os campos de sua vida (como o parentesco, o compadrio, a amizade, as relações de vizinhança) cuja ruptura concorre para o solapamento das formas de solidariedade grupal, levando os membros ao individualismo que tende a atrofiar os valores culturais: a generosidade, as formas de solidariedade e reciprocidade.

Diegues (1983: 193), ao caracterizar o pescador artesanal que desenvolve a atividade no litoral sul de São Paulo, diz que o ponto definidor deste não se resume ao ato de viver da pescaria, mas dominar, plenamente, os meios de produção da pesca: “o controle de como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte de pesca, pois sem isso não se faz pescador e, portanto, não se é pescador”. O conhecimento adquirido na atividade da pesca é cumulativo, produzido por gerações sucessivas; é empírico, pois deve se confrontar com o teste da experiência diária; é dinâmico no sentido que ele se transforma em função das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas.

A atividade da pesca artesanal propicia as condições objetivas da produção e reprodução social de grupos humanos, como o acesso à alimentação e renda e; também, condições subjetivas, como o conhecimento local sobre o meio natural, o qual é condicionado por dinâmicas ambientais que estão relacionadas com os conhecimentos locais, os recursos naturais, os apetrechos e técnicas empregados na captura do pescado. Nesse processo, a natureza se constitui no meio de trabalho dos pescadores artesanais, em que desenvolvem os conhecimentos e técnicas de captura das diferentes espécies de pescado.

O aparecimento de grupos sociais que se afirmam através de uma identidade coletiva, entre eles, os pescadores artesanais, trouxe a complexidade de elementos

identitários à “questão ambiental”, colocando além das práticas conflitantes de agentes sociais diferenciados, o reconhecimento de dimensões simbólicas peculiares nas relações desses agentes com os recursos naturais. Para Almeida (2010: 170):

O sentido coletivo dessas autodefinições emergentes impôs uma noção de identidade à qual correspondem territorialidades específicas, cujas fronteiras estão sendo socialmente construídas e nem sempre coincidem com as áreas oficialmente definidas como reservadas e/ou protegidas. Com propósito de síntese, pode-se adiantar que antes a “questão ambiental”, através da categoria terra, era considerada indissociável dos problemas agrários e agora, pela noção de território, revela-se também adstrita a fatores étnicos.

Nessa perspectiva, a gestão do meio ambiente é vista como resultante da participação de diferentes agentes sociais e da construção de sujeitos coletivos, a partir da apropriação e uso do território. Os chamados povos e comunidades tradicionais produzem e reproduzem seus modos de vida na superfície terrestre através do território e dos seus recursos naturais, inclusive a terra. Esses territórios são essenciais para a continuidade das mesmas, uma vez, que as territorialidades conferem diferentes significados à reprodução material e simbólica dos modos de vida desses grupos sociais.

Dessa forma, o território para os grupos locais não se constitui apenas nos espaços físicos como lagos, campos e igarapés, mas estão pautados nos significados construídos socialmente, dando ao grupo a concepção de mundo que confere sentido aos seus modos de vida. Dessa forma, o controle e disciplinamento do espaço reafirmam modos de vida e identidades culturais, fazendo com que, o manejo dos recursos naturais pelos pescadores artesanais garanta a reprodução social dos mesmos.

O modelo de modernização global hegemônica tende a (in)visibilizar os saberes locais, que são construídos a partir das interações de grupos sociais. Porém, essas populações locais resistem de diversas formas a esse modelo de desenvolvimento para produzir e reproduzirem seus modos de vida, através de suas dinâmicas e interação com a natureza e seus recursos.

A reivindicação dos saberes locais e a proposta de um diálogo de saberes emergem da crise ambiental entendida como uma crise civilizatória; de uma crise da racionalidade da modernidade e do processo de

racionalização do processo de modernização. A valorização dos saberes locais desloca a supremacia do conhecimento científico, da relação objetiva do conhecimento e sua pretensão de universalidade, para os saberes arraigados nas condições ecológicas do desenvolvimento das culturas, nas formas culturais de habitar um território e no sentido existencial do ser cultural (LEFF, 2010: 95 e 96).

Neste sentido, o autor discorre sobre a necessidade da existência de um diálogo entre os saberes locais e o conhecimento científico, suscitada pela crise ambiental e paradigmática atual, uma vez, que os modos de vida de populações tradicionais foram, por muito tempo, considerados como obstáculo ao desenvolvimento e ao tema da modernidade. Nesse aspecto, é possível afirmar que a capacidade de reorganização dos modos de vida dos grupos sociais que utilizam os recursos naturais, como os pescadores artesanais, depende, fundamentalmente, do conhecimento patrimonial desses grupos sociais.

As diferentes proposições sociais de interação entre homem e natureza são reveladas a partir do momento que se analisam os diferentes significados de produção e reprodução material e simbólica dos recursos ambientais em questão. Essa relação de interação entre homem e natureza é explicada quando os grupos locais não se consideram únicos proprietários dos recursos naturais, considerando que os recursos naturais pertenceriam a seres míticos e imaginários. E, que ao descumprir as regras estabelecidas pelos “donos da natureza”, uma determinada pessoa corre o risco de sofrer sanções, que vão daquelas consideradas mais simples como ser *assombrado* por um dos invisíveis ou *encantados*, ou, ainda, sofrer retaliações mais graves como ser *flechado* com uma enfermidade muito grave.

O ciclo das inundações e da estiagem marcam os modos de vida dos grupos sociais que vivem próximos aos campos e lagos da Baixada Maranhense. As inundações ocasionadas no período chuvoso pelas cheias dos rios, e o abaixamento das águas no período de estiagem têm grandes implicações ecológicas, sociais e econômicas locais. Os modos de vida dos pescadores artesanais são reproduzidos social e economicamente através da atividade pesqueira. Os grupos sociais que trabalham com a atividade da pesca artesanal em Penalva interagem com a natureza, que lhes confere um sistema de conhecimentos e saberes, o qual agrega práticas cotidianas que são adquiridas ao longo do tempo, reproduzidas e reinventadas a cada geração.

V- A construção do objeto de estudo

A primeira característica do objeto científico, segundo Bachelard (1996), é que ele não é dado pela natureza, em continuidade com esta, mas, ao contrário, é construído pelo cientista. Isso significa que, no exercício da ciência, o cientista deve romper com o senso comum e, conseqüentemente, com os objetos advindos desse tipo de experiência. Portanto, apresento aqui o objeto sociológico de investigação desta Tese.

Na pesquisa científica em ciências sociais o pesquisador não deve se deixar seduzir pelo primeiro olhar, pela primeira aproximação com o objeto de investigação científica, como se essas fossem já a verdade. O pesquisador não deve parar nesse primeiro passo, considerado por Bachelard (1996) como “obstáculo ao conhecimento”. Este autor adverte para a necessária vigilância que se deve ter na escolha e nos métodos de investigação do objeto.

Bourdieu (1999), compartilhando da mesma perspectiva teórica de Bachelard, concorda com a necessidade de ruptura do conhecimento científico com o senso comum que implica na ruptura com a “sociologia espontânea”, típica do senso comum, considerada por ele como “obstáculo epistemológico”. De acordo com Bourdieu (1999: 17), a reflexão sociológica é importante na prática científica:

Semelhante tarefa, propriamente epistemológica, consiste em descobrir no decorrer da própria atividade científica, incessantemente confrontada com o erro, as condições nas quais é possível tirar o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro a um conhecimento mais verdadeiro, ou melhor, como afirma Bachelard, próximo, isto é, retificado.

A noção de “obstáculo epistemológico” é de fundamental importância para o desenvolvimento do conhecimento científico. É na superação destes obstáculos que reside o sucesso de uma pesquisa científica. Porém, a condição essencial para a superação dos obstáculos é a consciência por parte dos cientistas de que eles existem e que, se não são neutralizados, podem comprometer o processo da pesquisa, desde seus fundamentos até os seus resultados. De acordo com Bourdieu (1999: 23), “A vigilância epistemológica impõe-se, particularmente, no caso das ciências do homem nas quais a separação entre a opinião

comum e o discurso científico é mais imprecisa do que alhures”. E complementa: “... a familiaridade do universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência”.

O objeto sociológico não existe apenas e tão somente no universo dos “problemas sociais” que, como tais, são resultados das relações sociais, políticas e econômicas da sociedade, mas não são em si objetos de pesquisa, sendo necessário serem construídos.

Lenoir (1998: 59) considera que a primeira dificuldade do sociólogo em apreender, definir e conceber o seu objeto de estudo são as representações pré-estabelecidas, as quais influenciam na análise e resultado da pesquisa, porém são necessárias na medida em que são elas que: “(...) produzidas pela experiência banal, [as pré-noções] têm como objetivo, antes de tudo harmonizar nossas ações com o mundo que nos cerca; são formadas pela e para a prática”. O autor afirma que, na construção do objeto, são as questões que o pesquisador faz que o ajudam a construir o seu objeto de investigação. Dessa forma, ele apresenta uma síntese de todas essas ideias, ao afirmar que: “Os princípios de classificação do mundo social, até mesmo os mais naturais, referem-se a fundamentos sociais”.

A partir dessa perspectiva, eu levantei alguns questionamentos e indagações que contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa: Como são adquiridos os conhecimentos necessários para o indivíduo tornar-se pescador? Como são construídas as solidariedades e reciprocidades entre os agentes no trabalho da pesca? Quais são as percepções que os pescadores e pescadoras artesanais têm sobre o tempo, o espaço e a natureza? Como se dão as relações sociais na comercialização do pescado em Penalva? Qual é a representatividade da colônia para os pescadores e pescadoras penalvenses? Por fim, a pesquisa procurou investigar quais são os elementos práticos e simbólicos que organizam a produção e reprodução social do modo de vida dos pescadores e pescadoras artesanais de Penalva, tentando perceber qual é a representação que esses agentes fazem de si, dos outros e do mundo da pesca em que estão inseridos.

Na construção científica do objeto de pesquisa, é necessário se aplicarem técnicas científicas aos objetos da “sociologia espontânea”. Para Bourdieu (1999: 48), é preciso inserir o objeto de pesquisa em uma problemática teórica, pois:

Por mais parcial e parcelar que seja um objeto da pesquisa, ele só pode ser definido e construído em função de uma problemática

teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada.

E ainda, segundo o mesmo autor:

O sociólogo nunca conseguirá acabar com a sociologia espontânea e deve se impor uma polêmica incessante contra as evidências ofuscantes que proporcionam, sem grandes esforços, a ilusão do saber imediato e de sua riqueza insuperável (BOURDIEU, 1999:23).

Na investigação científica, o sociólogo depara-se com categorias já construídas socialmente, sendo-lhe necessário analisar e desmontar essas construções já existentes, assim como se confronta com definições institucionais. Por serem socialmente construídas, as categorias são “naturalizadas”, sendo necessário ao pesquisador fazer a “problematização” das mesmas, pois se trata de categorias preexistentes à pesquisa a ser desenvolvida. Lenoir (1998) adverte que o sociólogo não deve naturalizar as categorias, mas perceber como surgiram e foram construídas socialmente.

Geertz (1997:88) analisa que, somente é possível para o pesquisador compreender as relações simbólicas que os "nativos" usam para perceber o seu mundo social, se procurar realizar um movimento pendular constante entre as categorias "nativas" e as categorias utilizadas por ele para entender o seu objeto científico.

A meu ver, o etnógrafo não percebe - principalmente não é capaz de perceber - aquilo que seus informantes percebem. O que ele percebe, e mesmo assim com bastante insegurança, é o “como que”, ou “por meio de que”, ou “através de que” (ou seja lá qual for a expressão) os outros percebem. Em país de cego, que, por sinal, são mais observadores que parecem, quem tem um olho não é rei, é um espectador.

Nessa perspectiva, a orientação metodológica da sociologia é de que o conhecimento das dinâmicas sociais se torna possível a partir de um distanciamento analítico do pesquisador com o objeto de investigação, fazendo o exercício da “vigilância reflexiva” sobre o objeto de estudo, buscando estabelecer uma ruptura com as representações

espontâneas, problematizando a relação “natural” que o investigador estabelece com o universo estudado.

Porém, Bourdieu (1998) considera que as motivações que levam o pesquisador a investigar um objeto de estudo não surgem como uma escolha aleatória, pois o simples fato de o objeto despertar interesse e indagações que instigam a estudá-lo decorre, de alguma forma, de afinidades com o objeto de investigação. É a pesquisa, portanto, emoção e razão permeada de relações sociais. Dessa forma, fazer ciência pressupõe, de alguma forma, um envolvimento entre sujeito e objeto, uma vez, que a escolha por um determinado objeto científico, longe de ser neutra, é permeada de significações subjetivas, aptidões e inclinações pessoais, juízo de valor e visões de mundo diferenciadas.

O autor, ainda, destaca que a escolha de um objeto de estudo é feita levando-se em conta não só a percepção do pesquisador de que este objeto é algo importante e interessante, mas, também, a possibilidade de este objeto tornar a si próprio e ao pesquisador interessantes e importantes frente ao campo científico em questão.

Neste aspecto, considero que meu interesse voltado para investigar sociologicamente a temática da organização social do modo de vida sustentado pela pesca artesanal em Penalva se deu a partir de outras pesquisas realizadas por mim na região da Baixada Maranhense durante a minha trajetória acadêmica. Para a conclusão do curso de Mestrado, defendi em 2009 a Dissertação “A Matança de Búfalos na Baixada Maranhense: as consequências de um projeto de desenvolvimento e o conflito socioambiental”, cujo objetivo foi analisar os conflitos socioambientais decorrentes da prática da criação de búfalos implementada como atividade econômica na Região da Baixada Maranhense a partir da década de 1960. A prática da bubalinocultura foi iniciada na Baixada Maranhense dentro de um projeto governamental de desenvolvimento econômico. Entretanto, essa prática ocasionou problemas sociais e ambientais para os grupos sociais que dependem dos campos inundáveis e de seus recursos naturais para se manterem.

Portanto, durante o desenvolvimento da referida pesquisa, observei a importância e a representatividade, tanto econômica como social da pesca artesanal para a região, o que me motivou fazer uma investigação sobre como se organiza o trabalho na pesca, o qual se articula dentro de um processo de aprendizado partilhado pelos agentes, cuja interpretação e saberes sobre a natureza tornam-se primordiais. Portanto, decidi por analisar o município de Penalva entre os 21 municípios que formam a Microrregião da Baixada Maranhense,

especialmente, porque a atividade pesqueira artesanal representa uma das principais atividades econômicas locais. Isso se deve, sobretudo, à atividade da pesca ser desenvolvida durante o ano inteiro, o que não acontece em outros municípios vizinhos, fazendo com que, Penalva, forneça pescado para esses municípios próximos, como se verá no decorrer desta Tese.

VI- Procedimentos Metodológicos

Para facilitar o acesso à memória social do grupo estudado, eu fiz uso, do método da história de vida, um método qualitativo bastante utilizado em pesquisas etnográficas. Debert (2004) considera a história oral e a história de vida como um instrumental analítico fundamental no trabalho do antropólogo. A história oral é importante na medida que permite produzir novos documentos, tendo em vista que a própria ideia de memória exige nossa atenção não exclusivamente para o passado mas, para a relação entre o passado e o presente.

Esse instrumental nos possibilita o estabelecimento de um diálogo entre informante e analista. “é assim que histórias de vidas e relatos orais fazem convites irrecusáveis para rever interpretações, desenvolver novas hipóteses e encaminhar novas pesquisas de forma a refinar os grandes conceitos explicativos e seus pressupostos” (DERBERT, 2004:156). Dessa forma, considerou-se a história de vida e a história oral, como uma ferramenta metodológica importante para a compreensão do campo social em que os pescadores estão inseridos⁶, pois, possibilita ao pesquisador conhecer a história de vida de agentes estratégicos dentro do grupo, possibilitando o entendimento das relações sociais do grupo estudado. Conhecer a memória local do grupo estudado, através da história de vida e da história oral dos agentes que desenvolvem a atividade da pesca, foi uma forma que encontrei de compartilhar do passado dos pescadores e poder participar da sua vida presente.

Na escolha dos interlocutores para as entrevistas optei por aqueles agentes com maior idade, considerando que estes desenvolvem a atividade da pesca há um período maior de tempo, se comparada com outro pescador mais novo. Porém, isso não significou deixar de considerar a importância da contribuição e das informações fornecidas por outros agentes, não descartando a contribuição de pescadores mais jovens, para ter acesso à

⁶ Nesse aspecto, nas citações de entrevistas com pescadores, procurei respeitar a linguagem coloquial dos interlocutores entrevistados.

memória social do grupo e analisar como se configuram e reconfiguram seus modos de vida e suas relações de dependência com os recursos pesqueiros necessários para a reprodução e sobrevivência econômica social e cultural do grupo de pescadores artesanais. Portanto, a pesquisa considerou os múltiplos agentes e vozes que constroem e reconstróem os processos sociais de relações com a pesca em Penalva.

Imagem 01: Avenida Beira Rio e Rua Jacinto Barros, respectivamente.



Fonte: Arquivo pessoal

Dessa forma, adotei a entrevista semiestruturada como um instrumento importante em campo para a obtenção dos dados e informações contida nesta Tese. A pesquisa de campo para o levantamento de informações foi realizada junto ao grupo de pescadores e pescadoras artesanais que habitam no perímetro urbano da cidade de Penalva, especialmente, com aqueles que moram na Rua Jacinto Barros e no bairro Trizidela na Avenida Beira Rio e na Rua da Caixa D`água (Ver Imagem 01), localidade formada, quase exclusivamente, por famílias de pescadores; e outros pescadores que residem em outras ruas de Penalva. A seguir o quadro contendo os nomes, idade e apelido dos pescadores e pescadoras entrevistados.

Quadro 01: Pescadores entrevistados

Nome	Apelido	Idade	Data da realização da entrevista
Alessandro Lopes Lobo	Cachola	38 anos	29/01/2015
Benedito de Jesus Costa	Libita	68 anos	15/11/2014
Carlos César F. Barros	Sarapó	59 anos	05/06/2015
João Francisco Costa Teixeira	NI ⁷	64 anos	10/11/2014
José Antônio Travassos Lobo	NI	65 anos	04/06/2015
João Mariano Souza Silva ⁸	Poeira	62 anos	06/06/2015
Domingos Silva	Domingo de Maria Helena	58 anos	12/11/2014
Edvaldo Mendes Araújo	NI	61 anos	05/06/2015
Joana Pinto Gomes	NI	56 anos	06/06/2015
João Batista Costa	Joca Lobo	58 anos	01/02/2015
João Carlos Nogueira Ferreira	NI	44 anos	30/01/2015
João Pedro Costa Mendonça	NI	50 anos	13/11/2014
José Carlos Batista	NI	62 anos	28/01/2015
José Ribamar Nunes	Mazinho	39 anos	04/06/2015
Lourival Costa Ferreira	NI	39 anos	05/06/2015
Luís Carlos dos Santos Barros	NI	42 anos	05/06/2015
Luís Gonzaga Ribeiro	NI	NI	06/06/2015
Luís Magno Brito Nunes	Loloza	49 anos	06/06/2015
Maria José Tavares Campos	Zezé	56 anos	08/06/2015
Pedro Penha	NI	47 anos	07/06/2015
Reinaldo Silveira	NI	43 anos	07/06/2015
Valbelino Galvão Santos	Valbinho	NI	28/11/2014
Zacarias Silva Mendes	NI	74 anos	06/06/2015
Manoel das Dores Moraes ⁹	Dozinho	NI	13/11/2014

Fonte: Caderno de campo

O grupo de pescadores e pescadoras entrevistado reside na zona urbana de Penalva às margens do lago Cajari. Nos relatos ficou bastante comprovado que muitos deles residiam anteriormente nos povoados mais distantes do centro da cidade, no “*interior*”, como denominam. Referindo-se a um passado distante e de uma vida sofrida na lavoura, os pescadores afirmam que outrora trabalhavam na lavoura, mas também, sempre praticaram a pesca, desenvolvendo a função dos denominados *pescadores-lavradores* (GUTMAN, 2005) bastante comum na região da Baixada Maranhense. As razões apontadas pelos pescadores

⁷ Não informado.

⁸ O Senhor João Mariano Souza Silva hoje já está aposentado como pescador e desenvolve, também, o papel de atravessador, compra o pescado diretamente dos outros pescadores e vende na feira de Penalva.

⁹ O Senhor Manoel das Dores Moraes é pescador e atualmente faz parte da diretoria da Colônia de Pescadores Z-23 de Penalva, ocupa o cargo de tesoureiro na instituição.

que os levaram a migrar dos povoados para a zona urbana do município de Penalva foi, especialmente, a tentativa de melhoria de vida, e atribuem ao trabalho na pesca o fator que proporciona a eles um modo de vida no ambiente urbano. Dessa forma, o grupo de pescadores vive em áreas urbanas construindo aí uma solidariedade baseada na atividade pesqueira.

A pesquisa de campo contou, também, com anotações em cadernos de campo e registros fotográficos através da observação do cotidiano da chegada dos pescadores no porto de Penalva, denominado localmente de “praia” e da comercialização do pescado. Foi realizada uma pesquisa histórica e bibliográfica de levantamento de dados sobre o processo da colonização da Região da Baixada Maranhense, dando atenção particular ao município de Penalva.

A partir dessa perspectiva, na metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa para elaboração da Tese, busquei elementos visando associar a pesquisa documental em fontes secundárias assim como o trabalho de campo no município de Penalva, para observar e interagir com os pescadores, ouvir suas histórias e interpretações, observando e registrando as singularidades dos modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais de Penalva.

Esta Tese está estruturada contendo uma introdução e mais quatro capítulos. Na Introdução apresento um breve histórico sobre a importância da atividade da pesca para os grupos humanos, tanto no que diz respeito à subsistência, como fonte de renda. Nessa parte, faço uma sucinta exposição sobre a Antropologia Marítima ou Antropologia da Pesca, que nas décadas de 1970 e 1980, surge como um subcampo da Antropologia Social, apresentando subsídios epistemológicos para estudo e análise das comunidades de pescadores. Apresento, também, os procedimentos metodológicos utilizados no levantamento e análise das informações contidas nesta pesquisa.

No Capítulo primeiro, apresento os aspectos ecológicos e sociais da Baixada Maranhense, enfatizando como se deu o processo de colonização daquela região, dando uma atenção especial ao município de Penalva, local que se constituiu em campo empírico desta pesquisa. Portanto, este capítulo traz uma revisão bibliográfica sobre o tema da pesca artesanal, na qual busquei observar a importância desta atividade para a Baixada Maranhense, assim como os saberes e os conhecimentos que são construídos a partir da prática da pesca. Isso se traduz através das modalidades e técnicas utilizadas na captura do

peixe e, conseqüentemente, para a sobrevivência dos grupos sociais que habitam proximamente aos lagos e campos da região.

O segundo Capítulo tem como objetivo fazer uma análise do cotidiano e prática da atividade pesqueira desenvolvida em Penalva. Neste capítulo dei uma atenção especial à mulher pescadora, como um agente que participa da atividade de forma efetiva e se reconhece como uma profissional portadora de uma identidade e, também, de direitos, inclusive os previdenciários. Aqui é evidenciado, também, como são construídas as territorialidades dos pescadores artesanais de Penalva. Para isto, enfatizei como se dá a (in)divisão dos locais de pesca ou pesqueiros, considerando o risco, a sorte e a inveja como categorias que nos ajudam a compreender as relações simbólicas e práticas que tecem o universo da pesca artesanal.

Já o capítulo terceiro ficou dedicado a analisar as relações sociais que são construídas na produção e comercialização do peixe em Penalva. Nesse aspecto é enfatizado que na comercialização do pescado não é adotado o método da pesagem, o artifício usado para aferir o peixe é o “olho”, ou seja, é através do que se está vendo que o pescador atribui valor a sua mercadoria e cabe ao comprador/revendedor concordar com o valor ou ofertar uma contra proposta, dessa forma, tanto na “praia” quanto na feira, diariamente a venda do peixe agrega diversos elementos que conjugados se traduzem nas sociabilidades que são construídas em torno da cadeia produtiva do pescado em Penalva.

Finalmente, no quarto Capítulo, procurei discutir como se deu a institucionalização do trabalho na pesca pelo Estado brasileiro, cuja regulamentação se inicia, sobretudo, com a criação das primeiras colônias de pesca, por volta do ano de 1919. Entretanto, as colônias de pescadores se apresentam a partir de um modelo de organização que não visa atender aos interesses dos pescadores artesanais ou promover a sua organização, demonstrando uma fragilidade no que diz respeito à representatividade política dos profissionais da pesca, restando aos pescadores se cadastrarem nas colônias devido à obrigatoriedade que é imposta para terem acesso a determinados benefícios previdenciários, sobretudo o seguro-desemprego do pescador, também denominado de seguro-defeso. E no caso dos pescadores penalvenses, a realidade não se mostra diferente, como tentarei demonstrar no decorrer do capítulo.

CAPÍTULO 01- CARACTERIZAÇÃO ECOLÓGICA E SOCIOCULTURAL DA BAIXADA MARANHENSE

De acordo com a divisão geográfica do IBGE (2012), a Microrregião da Baixada Maranhense está localizada na Mesorregião Norte do Estado do Maranhão. Compreende toda a região correspondente aos campos naturais inundáveis, estendendo-se aproximadamente por 17.579,366 Km² na bacia hidrográfica dos rios Mearim, Pindaré, Pericumã e Turiaçu, abrangendo extensas áreas sujeitas a inundações periódicas, os campos naturais, caracterizadas por solo argiloso, escorregadio e que, na época da estiagem, apresenta-se ressequido e coberto por gramíneas. A Baixada Maranhense está localizada na zona de transição entre a Amazônia e o Nordeste, fazendo parte da Amazônia Legal Brasileira¹⁰, e constitui um complexo de muitos componentes ecológicos, tais como rios, lagos, estuários, áreas alagáveis, agroecossistemas e áreas urbanas.

A Microrregião da Baixada Maranhense possui aproximadamente 556.000 habitantes¹¹. É formada por 21 municípios: Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, Peri-Mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana e Vitória do Mearim (IBGE, 2014). Essa região apresenta em toda a sua extensão campos naturais inundáveis, lagos rasos temporários, que ocupam toda a planície, lagos marginais e inundações em um importante sistema lacustre, caracterizada do ponto de vista ecológico como um ambiente que apresenta uma complexidade em sua estrutura e funcionamento.

A Baixada Maranhense tem seus territórios assentados em um espaço físico que apresenta condições climáticas úmidas e quentes. “Tais características permitem a formação de um complexo de ecossistemas compostos por vegetação e fauna diversificada, que assume importância social para a população local”. A população residente nessa região é, em grande parte, composta por grupos sociais que sobrevivem da pesca, da caça e da pequena agricultura (FARIAS FILHO, 2012:19).

¹⁰ Segundo Costa (1982: 17): “O Maranhão constitui parte integrante da Amazônia Legal, de acordo com o dispositivo da Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953 abrangendo a parte do território maranhense que se situa aquém do meridiano de 44°”.

¹¹ Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Lopes (1970)¹² assegura que a Baixada Maranhense se localiza em torno do Golfão Maranhense, formando os vastos campos aluviais, apresentando uma classificação geológica como bacia de sedimentos recentes, na qual predomina a areia e a argila. Apresenta terrenos levemente ondulados, exceto nos descampados livres, com numerosos “lagos”, os quais, geralmente, são fundos de várzea de margens indistintas. Os “rios” se constituem ou em grandes artérias ou em sangradouros e igarapés. As vegetações denominadas localmente de “ilhas” ou são partes destacadas de terras firmes, ou tesos isolados, ou restinga de campo, ou, ainda, simples moita de arvoredo. Os “tesos” se constituem em partes relativamente altas dos campos sujeitos às inundações. Os “igarapés” são pequenos rios ou simples derivações. Já as “baixas” e “enseadas” são as entradas de campo inundáveis.

É uma curiosa revivescência, a que se dá nas invernias longas, quando os lagos transbordam sobre as campinas e as águas invadem baixas e enseadas, insulando tesos e arvoredos, inundando ilhas e fitas de mato – onde depois, nos troncos, se há de ver, muito acima do solo, a “marca do inverno”, como atestado desse fenômeno da inundação lenta, gradual, difusa, inofensiva, que foi tão bem frisado, a respeito da Amazônia, por Euclides da Cunha.

É, então, quando os rios triplicam de largura e a água chapinha sob o soalho de palmeira dos sítios construídos sobre jirau como se fôsem uma reminiscência da habitação lacustre que se pode ver uma ressurreição, pálida embora, dos antigos lenções de água que, nos primórdios da era quaternária iam rolar as suas águas quase ao sopé das chapadas (LOPES, 1970: 122).

Os rios anualmente transbordam e suas águas inundam as planícies da região, que ficam aproximadamente seis meses secas e seis meses alagadas, períodos que regionalmente são chamados respectivamente de “verão” (julho a dezembro) e “inverno” (janeiro a junho). O pico das enchentes ocorre em abril e maio, enquanto que o nível mínimo d`água se registra em novembro e dezembro, quando os campos ficam descobertos, se transformando em áreas de pastoreio. Na estação chuvosa, quando os rios e lagos transbordam, os campos são inundados e transformados em lagos rasos. Parte das águas é devolvida aos rios quando seus níveis baixam (SANTOS, 2004).

¹² Obra reeditada pela SUDEMA em 1970, sendo os textos originalmente publicados entre os anos de 1936 e 1938, no *Boletim* do antigo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do Rio de Janeiro, correspondendo aos Volumes 28 a 49 (informações levantadas a partir da edição supracitada).

A dinâmica dos campos naturais da Baixada Maranhense envolve dois ciclos de troca de energia que abrangem dois períodos diferentes de acordo com a estação do ano. Durante o período do “inverno” que acontece de janeiro a junho na região, os rios e os lagos transbordam, inundando os campos e transformando-os em extensos lagos, em geral de pouca profundidade. Durante o período chamado verão (julho a dezembro), os campos ficam secos, com vegetação constituída principalmente por gramíneas, ciperáceas, além das espécies de igapó, neste período sem água (PINHEIRO & AROUCHE, 2013: 10).

De acordo com Lopes (1970: 124 e 125) na Baixada Maranhense os rios e lagos permitem a pesca em abundância e a população local raramente habita em pleno campo, mas tende a fixar moradia próxima das matas, o que lhes permite a prática da agricultura, da caça e do extrativismo de algumas espécies vegetais. E que a “vida, nos campos, apresenta uma série de mutações, variando com as condições do solo e das águas, em multiplicidade infinita”. Neste aspecto, o autor continua romanceando:

Nenhuma outra forma de campo excede em variedade e em colorido a esses jardins espontâneos, do recorte mais vivo e caprichoso, animados de uma beleza clara e perfeita e ao mesmo tempo álcere, viva, nos matizes das frondes rendilhadas, dos lençóis d'água, dos capinzais. Graças de parque – imensidades de estepas.

Seguem-se as matas marginais, serpentando com os rios, e os maciços sombrios e elevados dos cocais como ilhas pelo meio das campinas. E, finalmente, conchas lacustres, campos de grande inundaçã. É nestes que melhor se pode ver mutaçã da vida, na alternância climática das águas.

A vida nos campos da Baixada Maranhense apresenta anualmente um ciclo de mutações variando com a condiçã do solo e das águas. Durante aproximadamente os seis meses de estiagem, desenvolve-se grande produçã de gramíneas e ciperáceas propícias para o pastoreio animal. Com a chegada da estaçã das águas, rios e lagos perenes extravasam transformando os campos, então fertilizados, em extensos lagos rasos, os quais apresentam elevada produtividade de peixes, principal base alimentar e econômica dessa região. E, ainda, de acordo com Correia (2006: 26):

Essa dinâmica de inundaçõs é responsável pela renovaçã da vida e desenvolvimento da grande biodiversidade da Baixada Maranhense, o que garante a sobrevivência das comunidades da região. Assim, a vida na Baixada, inclusive a vida humana, é regulada pelo ciclo das águas que proporciona uma série de mutaçõs conforme o nível que alcançam.

Araújo e Pinheiro (2008) consideram que os campos inundáveis da Baixada Maranhense constituem um complexo no qual o homem é parte importante, no manejo, utilização e conservação de seus componentes. Como consequência dos abundantes recursos hídricos regionais, a pesca artesanal constitui, possivelmente, a atividade socioeconômica mais importante. Os autores consideram que a Baixada Maranhense é uma área de grande produção de pescado. Muito embora, já existem diversos estudos sobre o assunto, ainda se fazem necessários estudos acadêmicos que abordem todos os aspectos da atividade da pesca praticada na região.

De acordo com a Lei Estadual nº. 5.047/90, os campos naturais da Baixada Ocidental e Oriental Maranhense são considerados áreas de preservação ou conservação ecológica, o que implica na proibição de atividades econômicas e na aquisição por particulares, sendo permitido apenas o usufruto comum. Estão permitidas, também, a pesquisa científica, o lazer e a educação ambiental (MARANHÃO, 1990). Entretanto, o que se observa é que a legislação é desconsiderada, uma vez que, na região são desenvolvidas atividades econômicas. A produção do pescado capturado através do sistema de uso comum dos recursos ictiológicos é a base alimentar das famílias locais, mas também, grande parte da produção é comercializada, como veremos no decorrer deste trabalho.

Devido à reconhecida importância da região dos campos naturais inundáveis, o Governo do Estado do Maranhão estabeleceu a Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense. Na área predominam terras planas, baixas e inundáveis com vegetação de manguezais, campos aluviais e fluvio-marinhos e matas de galeria. Ela possui o maior conjunto de bacias lacustres do Nordeste, as quais contribuem com elevada produtividade pesqueira, principal base de sustentação alimentar e de renda da sua população (COSTA NETO, 2002: 22).

Considerando a importância etnobiológica dessa região, foi criada pelo Decreto Estadual nº 11.900, de 11 de junho de 1991, a Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense (APA), cujas bacias lacustres contribuem com a elevada produtividade pesqueira, base alimentar dos grupos sociais locais. É atravessada em parte pela Estrada de

Ferro Carajás¹³, o que ocasiona uma forte pressão antrópica sobre os ecossistemas. A Microrregião da Baixada Maranhense, apresenta uma área de aproximadamente 1.775.035,6 hectares, da qual fazem parte 32 municípios. São eles: Anajatuba, Arari, Bequimão, Cajapió, Cajari, Lago Verde, Matinha, Mirinzal, Monção, Olho D'água das Cunhãs, Palmeirândia, Penalva, Peri-Mirim, Pindaré-Mirim, Pinheiro, Pio XII, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Mateus, São Vicente Férrer, Turiaçu, Viana, Vitória do Mearim, Bacurituba, Conceição do Lago-Açu, Tufilândia, Pedro Rosário, Presidente Sarney, Igarapé do Meio e Olinda Nova do Maranhão (SEMATUR, 1991).

A APA da Baixada Maranhense está localizada na zona de transição entre os biomas Amazônia e Cerrado, com influência dos ambientes costeiros e marinhos. Na APA, são encontrados três tipos de lagos: os lagos de barragem fluvial, resultantes de antigos meandros abandonados, muito comuns nas várzeas do Baixo Mearim; os lagos fluviais de porte médio, em áreas alagadas dos rios regionais; os lagos que se situam em reentrâncias ou rias interiorizadas (LOPES, 1996). O objetivo desta APA é disciplinar o uso e ocupação do solo, a exploração dos recursos naturais, as atividades de pesca e caça predatórias, a criação de gado bubalino, a integridade biológica das espécies, os padrões de qualidade da água e proteção aos refúgios das aves migratórias (ALMEIDA, 1995).

Além de ser uma Área de Proteção Ambiental, a Baixada Maranhense, a partir de 2000, foi designada na lista de Sítios Ramsar¹⁴, Convenção de importância internacional para conservação e uso sustentável de Zonas Úmidas, por se tratar de um ambiente de áreas inundáveis, onde ocorrem campos, matas de babaçu, matas ripárias, manguezais e bacias lacustres.

Entretanto, apesar de existir uma legislação que rege sobre a importância da proteção ecológica da região da Baixada Maranhense, e mesmo, a criação da Área de Proteção da Baixada Maranhense, o que se observa é que a efetivação da lei não é colocada em prática. No caso da APA da Baixada não existe, ao menos, o plano de manejo da mesma, os pescadores e pescadoras de Penalva ao serem indagados sobre a APA da Baixada, responderam que desconhecem a sua existência, o que me leva a acreditar que na prática se

¹³ Ferrovia de propriedade da Vale S.A. que, com seus aproximadamente 900 km, ligas as grandes minas de ferro do sudeste do estado do Pará aos portos localizados no município de São Luís, capital do estado do Maranhão.

¹⁴ A Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, conhecida como Convenção Ramsar, aconteceu na cidade iraniana de Ramsar, em 2 de fevereiro de 1971 e entrou em vigor em 1975 (IBAMA, 2007).

trata de uma legislação sem efeito, no que diz respeito ao plano de manejo e conservação da área estudada.

1.1 Aspectos da colonização da Baixada Maranhense

A colonização do território correspondente ao que hoje é denominada de Microrregião da Baixada Maranhense ocorreu mais cedo, se compararmos com a que aconteceu no restante da Província do Maranhão. Lopes (1970) considera que um dos motivos que contribuiu para o acelerado povoamento dessa região foi sua localização geográfica que, por se constituir em uma região navegável banhada pelos diferentes rios, os quais deságuam no Golfão Maranhense, lhe colocava em condição de acesso fácil aos colonizadores europeus. Outro fator a ser considerado é a oferta de terras fartas e férteis que contribuíram para o desenvolvimento das atividades produtivas voltadas para agricultura e pecuária.

No Maranhão, os rios se constituíram nas grandes vias de colonização e ocupação, se tornando os distribuidores e os concentradores do movimento demográfico. Isso se fez possível em razão de serem acessíveis e se transformarem em verdadeiras “artérias navegáveis”.

De acordo com Lopes (2002), o território que hoje é denominado como Microrregião da Baixada Maranhense, anteriormente, no século XVII, constituiu parte de duas capitanias, a capitania de Cumã e a capitania de Tapuitapera. As terras de Cumã e Tapuitapera foram doadas pela Coroa Portuguesa aos irmãos Coelho de Carvalho. A Capitania de Cumã teve como primeiro donatário Francisco Coelho de Carvalho. Em 1627, a pedido de seu irmão, Antônio Coelho de Carvalho, Francisco Coelho de Carvalho foi habilitado, por Felipe III de Portugal e IV da Espanha, a doar de juro e herdade para sempre a Capitania de Cumã a Antônio Coelho de Carvalho e todos os seus descendentes, o qual declarou ter recursos suficientes para, em um curto período de tempo, explorá-la com proveito para a Coroa e com a garantia de segurança desse litoral, onde era costume traficar estrangeiros, tendo em vista, que não havia povoação de origem portuguesa na capitania.

A doação abrangia, como era estilo das capitanias do Brasil, cinquenta léguas de costa, com os salgados, pescarias, ilhas e demais pertences e

logradouros quais o donatário haveria sem pagar pensão ou tributo, salvo o dízimo dos frutos devido a Deus, e era extensiva aos herdeiros ascendentes e descendentes.

(...) com jurisdição civil, podendo nomear, além de juízes, escrivães e tabeliões meirinhos e outros oficiais de justiça, ouvidor para conhecer de apelações e agravos, dando apelação em certos casos, e exercer com o donatário jurisdição e alçada em caso de morte natural tratando-se de escravos, gentios, ímpios ou cristãos e homens livres e, nos crimes de heresia, traição, sodomia e moeda falsa sobre qualquer pessoa (LOPES, 2002: 136-139).

O território da Capitania de Cumã e Tapuitapera correspondia a uma extensa região que englobava desde parte do que é hoje a cidade de Alcântara, passando pelo Mearim, se estendendo até o Pindaré. No século XIX, a antiga Tapuitapera, depois vila de Alcântara, teve destacado de seu território outras freguesias, como a de Santo Antônio e Almas, São Bento, São Vicente de Férrer, Santa Helena, São João Batista do Cururupu, São Bento de Bacurituba, Santo Inácio de Pinheiro e São Lourenço de Pericumã. No território da Capitania de Cumã foram criadas, por desmembramento da freguesia da vila de Viana, outras freguesias ou paróquias, entre elas, São Francisco Xavier de Monção, São José de Penalva e São Pedro.

Primeiramente, a colonização do Maranhão se concentrou na região da Baixada Maranhense e na parte oriental da província, acompanhando o curso dos principais rios, permitindo o acesso por onde se expandia a missão dos padres da Companhia de Jesus e por onde se aventuravam fazendeiros, senhores de engenhos, criadores de gado, que saíam explorando o interior do Maranhão. Na primeira década do século XIX e com a implantação do sistema agroexportador, se acelera, ainda mais, a colonização e exploração do território maranhense.

Com isso, foram formando-se os povoados a partir dos agrupamentos das habitações dos vaqueiros e pescadores em torno de uma fazenda ou congregando a população de um desses pequenos distritos de lavoura das matas isoladas ou vizinhas dos campos inundáveis. As vilas e cidades, nas variadas formas como foram estruturadas, assemelham-se à formação dos povoados: situam-se em pontos de trânsito fluvial ou terrestre, se constituindo em centros de desenvolvimento da atividade econômica de criação de gado. “Em certos casos são determinadas pela entrada de um distrito agrícola da orla florestal. É natural que

procurem ter simultaneamente – à frente, a vida pastoril, os campos, e, no fundo do quadro, a vida agrícola e florestal” (LOPES, 1970:137).

Lopes (1970:138), ainda, menciona o exemplo da cidade de Viana¹⁵, a qual atenderia a maior parte das condições supracitadas, e a considera como exemplo. “Fundando-a como aldeia, os padres jesuítas aquilatam-lhe a situação a beira de um famoso lago, abundantíssimo de peixe, junto às campinas e às boas terras de lavrar”. A cidade é localizada sobre uma “ponta” de terra firme que avança entre a lagoa e uma das suas enseadas. No período da enchente, os lagos se alastram cercando e invadindo a “ponta”, a rua e os becos transformando-se em canais, onde as embarcações circulam, “e surge, assim, periodicamente, o aspecto originalíssimo de uma Veneza, alegre e rústica de palha...”

A frente de colonização que partia do litoral, acompanhando o curso dos rios que deságuam no Golfão Maranhense, ainda não havia penetrado mais profundamente no continente. A conquista se concentrava, até então, na região da Baixada Maranhense, acompanhando o curso dos principais rios, formando povoações, engenhos e fazendas nas margens dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munim (CABRAL, 1992; FARIA, 2005). A fertilidade das terras junto aos rios possibilitou a prática da monocultura da cana-de-açúcar.

A economia açucareira no Maranhão, além da mão de obra negra escrava, foi facilitada, também, pelas grandes extensões de solos férteis propícios às lavouras de cana-de-açúcar. Outro fator importante para o comércio açucareiro instalar os engenhos nessas regiões foi a hidrografia viável para mover os engenhos e para o transporte e exportação do açúcar para a metrópole. A atividade açucareira no Maranhão esteve concentrada ao longo dos rios das Capitanias, em virtude da fertilidade dos solos de várzea. Os engenhos que funcionaram na região onde hoje é a Baixada Maranhense se localizaram, especialmente, às margens dos rios Mearim e Pindaré (MESQUITA, 1987).

Na análise de Lopes (1970), os povoados – e conseqüentemente as vilas e cidades – na Baixada Maranhense foram se formando pelo agrupamento das cubatas de vaqueiros e pescadores nos arredores de uma determinada fazenda, ou congregando a população de um

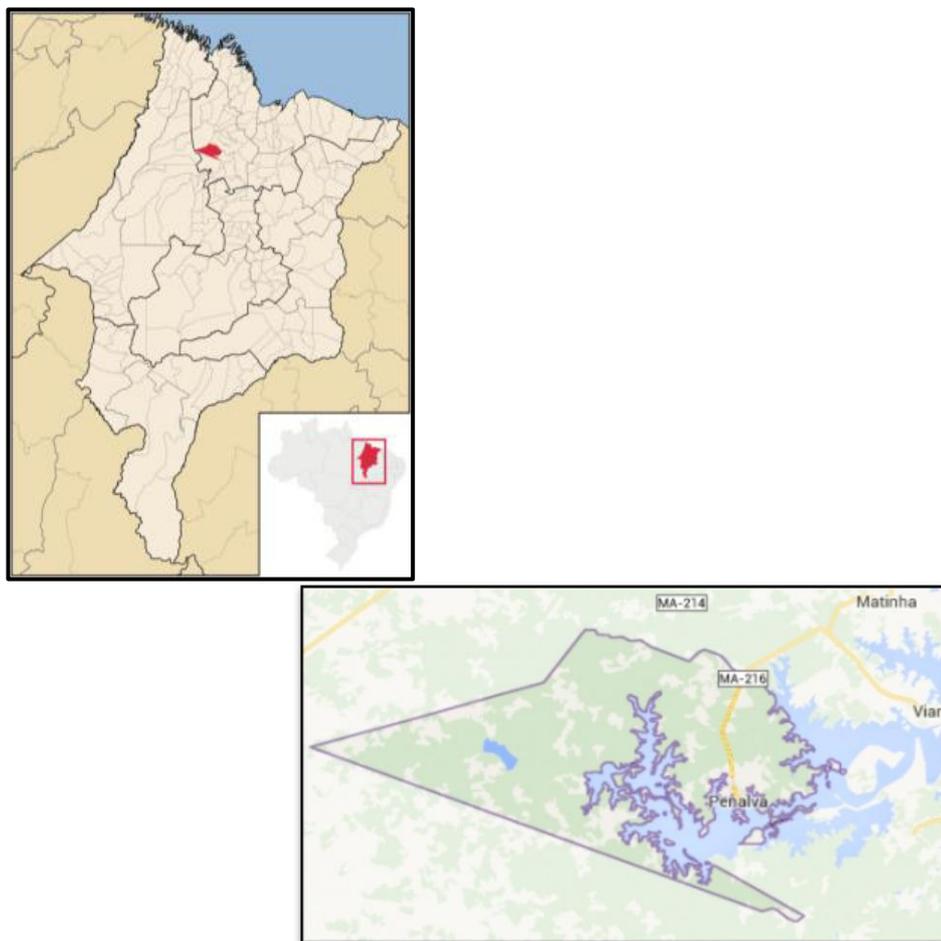
¹⁵ Viana teve sua colonização iniciada pelos missionários da Companhia de Jesus. Na segunda metade do século XVII, deslocou-se para aquele local certo número de índios Guajajara procedentes da aldeia do Itaquí. No início do século seguinte, os jesuítas fundaram a Missão de Conceição de Maracu, edificando uma igreja, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. “É que Viana foi aldeia privilegiada dos jesuítas e paróquia de Nossa Senhora da Conceição, instituída sem ligação, antes ou depois, com Alcântara” (LOPES 2002: 77). Viana se constitui em uma das cidades mais antigas de Maranhão, tendo sido elevada à categoria de vila em 1757, pelo governador da Capitania, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa.

dessas pequenas povoações de lavoura das matas insulares ou vizinhas dos campos, ou ainda como escalas fluviais, pontos de embarque de gado, ou de pastagem dos rios principais.

1.1.2 Penalva: uma cidade lacustre

O município de Penalva está localizado na Microrregião da Baixada Maranhense, às margens do Lago Cajari, distando 252 km da capital, São Luís. De acordo com Censo Demográfico (IBGE, 2010), possui uma população total de 34.246 habitantes, com estimativa de aproximadamente 37.255 habitantes para o ano de 2015. Em 2010, era de 17.671 o número correspondente à população rural, e a população urbana somava um total de 16.575 habitantes. O município de Penalva limita-se ao norte pelos municípios de Pinheiro e Viana; ao sul pelos municípios de Monção e Cajari; a leste, pelos municípios de Viana e Cajari, e a oeste por Monção, apresentando uma extensão territorial de 738.252 km.

Imagem 02: Localização e representação cartográfica do município de Penalva



Fonte: IBGE Cidades, 2014.

Os registros históricos sobre o município de Penalva apresentam alguns fatos bastante curiosos, a começar pelo nome, os registros históricos sobre a fundação e povoamento do município de Penalva apresentam duas versões sobre a origem do nome da cidade. A primeira versão tem uma explicação lendária e diz respeito ao número significativo de aves de plumagem branca, as *garças*, que habitam as margens dos lagos e campos da região. Dessa forma, ouve-se em Penalva que o nome surgiu a partir do fato de que na região os nativos encontravam com muita frequência penas de coloração alva, surgindo da junção desses dois termos o nome Penalva (pena+alva). A outra versão diz respeito à fundação da cidade de Penalva, a qual afirma que o nome da cidade se originou no período da colonização, estando relacionado com o nome de uma cidade portuguesa denominada Penalva do Castelo, de onde os colonos fundadores procediam.

O pequeno povoado denominado São Brás, foi o marco inicial do que viria a ser a cidade de Penalva. Inicialmente o povoado de São Brás integrava a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viana que, através da Lei 510, de 27 de julho de 1858, foi dividida com a criação da Freguesia de São José de Penalva que, muito embora tenha sido elevada à categoria de Freguesia, ainda continuou pertencente à comarca de Viana. Através da Lei 955, de 21 de junho 1871, a Freguesia, de São José de Penalva foi elevada à categoria de vila. Entretanto, somente em 1938, Penalva passou à categoria de Cidade pela lei nº 45, de 29 de março. O território do atual município foi desmembrado do município de Viana (BARROS, 1985).

Lopes (1970: 140) considera que o povoamento que deu origem à Vila de São José de Penalva foi uma antiga aldeia dos índios Gamela, que se instalaram ao longo do Cajari, do Capivari e de outros lagos da região. “A origem da vila de Penalva é antigo aldeamento de índios gamelas, posterior à queda dos jesuítas. Enquanto tantos outros pontos são citados nos cronistas como estabelecimentos jesuíticos, e às vezes com os mesmos nomes de hoje, o Cajari [o lago] não foi a princípio, colonizado pelos padres”.

1.1.2.1 As estearias

Os registros de Marques (2008: 793)¹⁶ apontam a existência de povoações pré-coloniais no território onde é hoje o município de Penalva, pois foram encontrados no lago Cajari esteios lavrados os quais, em determinados períodos de seca mais severa ficam descobertos, *as estearias*, o que confirma a existência de moradias que, de acordo como se apresenta, indicam ter feito parte de uma povoação existente em tempos remotos, tendo sido “averiguado que seus habitantes conheciam o uso do ferro pelos pregos e argolas para suspender redes, que nos esteios se achavam cravados”. Porém, o autor ressalva que os moradores mais antigos do lugar e os índios descendentes dos primeiros povoadores não sabem dar nenhuma notícia sobre essa antiga povoação que, supostamente, teria habitado aquela região.

Em estudos posteriores aos de Augusto Cesar Marques, Lopes (1970) em 1919 faz uma investigação arqueológica das denominadas *estearias*, e conclui “Era realmente um

¹⁶ A primeira publicação do Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão de Augusto César Marques é de 1870.

habitat análogo ao dos atuais sítios-jiraus, mas em proporções de verdadeira cidade lacustre e contendo os vestígios de uma cultura indígena própria (machados de pedra, cerâmica pintada e modelada, inclusive fusaiolas, etc.) sem mistura de influxo colonial”. O autor chegou à conclusão de que os referidos esteios devem ter sido suportes de habitações, que tiveram a superestrutura e os demais acessórios de construção desaparecidos e “é esta a maior prova de que era uma povoação sobre estacaria em pleno lago” (LOPES, 1970: 140).

A partir dos registros de César Augusto Marques e dos levantamentos de Raimundo Lopes, abstraímos que as estearias ou palafitas eram aldeias formadas por várias cabanas erguidas sobre um tabuado sustentado por estacas ou esteios fincados no fundo ou à beira de lagos e pântanos, a salvo das variações de nível das águas (BARROS, 1985: 24).

Balby (1985: 27) afirma que o município de Penalva apresenta um destaque importante dentro da arqueologia brasileira, pois, em sua região lacustre, são encontradas “evidências de estearias (restos de cidades sobre estacas), situadas nos lagos Cajari e Capivari”.

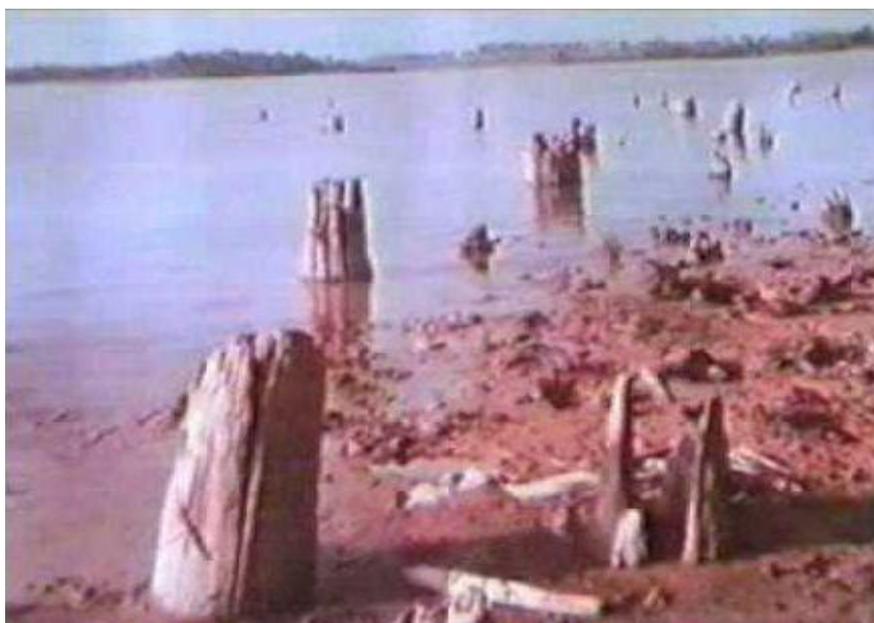
A estearia do lago Cajari, a poucos metros da cidade de Penalva, apresenta milhares de esteios espalhados pelo lago. Somente visível em épocas de grandes secas, esses esteios, os fragmentos de cerâmica e artefatos de pedra aí encontrados, constituem provas de passagem de homens neolíticos pela zona de Penalva, onde acamparam e fizeram uma autêntica civilização lacustre.

O autor descreve a experiência que teve, em razão do fenômeno de dois grandes períodos de seca ocorridos na região nos anos de 1981 e 1983, os quais lhe permitiram conhecer e fotografar evidentes resquícios da cidade construída sobre o lago. Ele informa que a população penalvense teve poucas vezes a oportunidade de observar a totalidade dos restos da famosa e lendária cidade do lago, uma vez que isso somente se torna possível quando o nível das águas do lago baixa de forma mais severa. Nos relatos dos pescadores, os esteios são mencionados com bastante frequência. Inclusive, relatam que costumam ser surpreendidos pelas estruturas de madeira fincadas no fundo do lago quando estão pescando, pois os esteios ocasionam atrito ao se chocarem com as embarcações e que, comumente, têm suas redes de pesca engatadas nas estruturas de madeiras durante as pescarias.

Os esteios, vestígios da antiga cidade lacustre penalvense, estão localizadas numa enseada (hoje enseada dos Esteios) do bairro Trizidela um pouco atrás da margem esquerda do rio Cajari, na “boca” do lago do mesmo nome. (...) a presença de um grande número de machados de pedra, milhares de fragmentos e objetos de cerâmica, restos de manufaturados, evidenciam nos primitivos habitantes de Penalva, uma cultura com características do período neolítico. (...). A tribo lacustre penalvense tinha como principal fonte de subsistência o peixe do lago. Pelo seu habitat eram hábeis canoieiros (BALBY, 1985: 28).

Barros (1985) assegura que, além da investigação arqueológica sobre as estearias do lago Cajari realizada por Raimundo Lopes em 1919, posteriormente, em 1971, foi realizada uma pesquisa promovida pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Na ocasião, foram localizados e estudados dois locais que apresentam as estearias, a estearia da Cacaria, localizada no lago Cajari, junto à cidade de Penalva, e a estearia do Baiano que se encontra um pouco mais afastada e situada do igarapé do mesmo nome. Como resultado da pesquisa encontra-se no referido museu a exposição de material arqueológico, como artefato de pedra e fragmentos de cerâmica, e material literário sobre o assunto.

Imagem 03: Foto das estearia da Cacaria



Fonte: Balby (1985)

Portanto, Barros (1985: 25) transcreve os seguintes dados sobre a pesquisa realizada pelo Museu Emílio Goeldi nas estearias de Penalva:

Como a estearia fora construída sobre um banco situado entre dois grandes poções do lago, foi escolhida a estaca seca para os trabalhos de campo, considerando que o nível da água a essa época não deveria exceder a 1,50m de profundidade local. A área da estearia foi delimitada e do fundo do lago, de pontos previamente selecionados, coletada grande quantidade de artefatos líticos, vasos e fragmentos de cerâmicas, amostra do solo, restos de esteios, madeira queimada e carvão. A análise de todas essas evidências resultou o reconhecimento da Fase Cajari, relacionada à das estearias maranhenses.

A cerâmica temperada com areia, cacos moídos, conchas moídas e mais raramente, “canixi”, mostra geralmente núcleo escuro ou mesmo preto (oxidação incompleta) e superfície fortemente impregnada de óxido de ferro, resultado da longa permanência no fundo do lago.

Artefatos líticos abundantes, compreendendo batedores e moedores de seixos, afiadores ou abrasadores de caneluras, pequenas cascas como facas e raspadores, quebra-cocos e mós; material lítico polido ou picotado restrito a lâminas de machado, cunhas e cotas cilíndricas.

O grande número de fragmento de assadre ou grelhas implica na utilização da mandioca ou qualquer outro tubérculo, raiz ou coco sob a forma de bolos de farinha, enquanto as rodela-de-fuso sugerem fiação de fibras ou algodão para confecção de linhas, cordas, redes, etc.

De acordo com os estudos realizados pelo Museu Goeldi, a estearia do lago Cajari era a que, provavelmente, apresentava o maior número de habitantes indicando que ali seria um local de moradia permanente, enquanto que a estearia localizada no igarapé do Baiano, onde se encontram raras evidências arqueológicas, deveria ser um local de habitação temporária destinada para a atividade da pesca e coleta.

Apesar da existência dos resquícios arqueológicos e das pesquisas realizadas, para muitos penalvenses o tema das estearias é considerado como crendices e cosmologias locais. Ouve-se em Penalva histórias a respeito de uma “antiga Penalva” que teria afundado no lago Cajari, ou a respeito de uma cidade que teria existido submersa no fundo do lago antes mesmo de se formar o povoado que deu origem à atual cidade. Enfim, são histórias que fazem do povo de Penalva um grupo social que possui uma cultura própria e considera os lagos da região como fonte de sobrevivência, e que também, fazem parte de sua identidade.

1.2 Uma caracterização da pesca desenvolvida na Baixada Maranhense

Nas pesquisas realizadas por Lopes (1970) sobre a pesca na Baixada Maranhense, ele constatou que os rios e lagos da região permitem a pesca em abundância. Costa (1982) considera que a pesca se constitui em uma importante atividade econômica, garantindo os meios de vida da população local; e que, através de uma investigação cuidadosa, é possível se verificar prodigiosa produção de pescado das mais diferentes espécies, o que proporcionará a dimensão da pesca na Baixada Maranhense. O autor, ainda destaca que, nesse amplo panorama abundante da pesca nos rios, lagos, lagoas e campos alagados, são encontradas as mais variadas espécies de peixes.

As inundações ocasionadas no período chuvoso pelas cheias dos rios, e o abaixamento das águas no período de estiagem têm grandes implicações ecológicas, sociais e econômicas na região. O modo de vida dos grupos sociais locais é reproduzido social e economicamente através da atividade pesqueira. Os grupos sociais que trabalham com a atividade da pesca artesanal na Baixada Maranhense desenvolvem interações com a natureza, que lhes conferem um sistema de conhecimentos e saberes, o qual agrega práticas cotidianas que são adquiridas de outras gerações, reproduzidas e reinventadas a cada nova geração.

Sobre este aspecto, Furtado (1993) considera que a atividade da pesca proporciona ao pescador construir uma relação muito próxima com a natureza. E quanto mais ajustado é o pescador ao seu ambiente, mais condições cognitivas ele terá para desvendar e se apropriar da natureza. É isso que permite a ele ter acesso objetivo ao conhecimento das relações existentes entre sua atividade e as faunas aquática e terrestre, a flora e a outros fenômenos da natureza como os ventos, as marés, as nuvens e a chuvas, e assim por diante, o que permite ao pescador sabedoria para decodificar os sinais.

Farias Filho (2012) enfatiza que a atividade da pesca na Baixada Maranhense se constitui em uma prática milenar, que vem se reconfigurando desde as primeiras ocupações humanas até os dias atuais. Juntamente com a agricultura e a pecuária, compõem as atividades econômicas de maior relevância para os grupos sociais que habitam nas margens dos campos e lagos da Baixada Maranhense. A atividade pesqueira assume importância tanto social como econômica na região, pois, além de ser uma das atividades que gera parte da renda dos grupos sociais locais, se constitui na base alimentar desses grupos.

De acordo com Araújo & Pinheiro (2008: 42), a região lacustre de Penalva, na Baixada Maranhense, é um bom exemplo da riqueza pesqueira existente na região. “Grande parte do peixe consumido nos povoados da região e em municípios vizinhos é oriunda da pesca diária no lago Cajari”. No município de Penalva a pesca tem grande importância econômica para a localidade, desenvolvida de forma artesanal, que vai desde a confecção de instrumentos até as técnicas utilizadas na captura do pescado.

Os campos e lagos inundáveis da Baixada Maranhense se constituem em territórios de uso comum por parte dos grupos sociais residentes naquela região. Para Diegues (2001b), no Brasil, ainda existe uma variedade de formas comunais de acesso a espaços e recursos naturais que, por muito tempo, foram desconsideradas e até ignoradas pelas formas de apropriação dominantes, tanto pela grande propriedade privada como pela pública. Para o mesmo autor, os sistemas de uso comum dos espaços e recursos naturais:

(...) existem por um longo período de tempo em comunidades tradicionais não-urbanas, e se caracterizam pela utilização comum (comunitária) de determinados recursos, como peixes, plantas medicinais da mata, produtos do extrativismo vegetal (cipó, materiais de construção) e áreas de cultivo agrícola itinerante. Além dos espaços usados em comum, existem outros apropriados individualmente, como o lugar de habitação, quintal, animais domesticados etc. Eles existem em comunidades tradicionais com forte dependência do uso dos recursos naturais renováveis, com vinculação mais ou menos limitada com o mercado. Esses arranjos subsistem e são permeados por uma extensa teia de relação de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intergrupar (DIEGUES, 2001b: 97-98).

De acordo com estudos realizados em 1991, pela, então, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo (SEMATUR), o percentual da pesca artesanal desenvolvida na Região da Baixada Maranhense é representado pelas comunidades assentadas proximamente aos campos inundáveis e a maioria dessas comunidades não possui estradas de acesso, dependendo principalmente do transporte fluvial e marítimo para se deslocarem para as sedes dos municípios próximos. Dessa forma, a especificidade da organização social da pesca artesanal na Baixada Maranhense é constituída por diferentes concepções e representações que os pescadores atribuem à natureza e aos recursos naturais.

Na interface sociedade e natureza é possível observar a dinâmica relacionada com os saberes e conhecimentos que são construídos nessa relação, os quais vão desde os critérios utilizados para selecionar determinados locais para a ocupação humana, como os critérios de seleção dos locais que são considerados apropriados para desenvolver a atividade da pesca, bem como, as diferentes modalidades, técnicas e instrumentos utilizados no ato para capturar determinada espécie de peixe.

Os pescadores artesanais, tanto da água doce como marinhos, não procuram as suas presas ao acaso, mas as buscam em locais específicos do rio ou do mar. Em termos ecológicos, tal comportamento não surpreende, visto que na natureza os organismos não estão distribuídos uniformemente, mas sim em manchas. Essas manchas são constituídas por recursos agregados que ocorrem em uma determinada área. Transferindo esse raciocínio para a pesca, podendo supor que o pescado é em geral encontrado agregado, em mechas, nos rios e mares. Ou seja, o que os pescadores denominam com “pesqueiros” são na realidade manchas de pescado, ou locais onde determinadas espécies são encontradas (BEGOSSE, 2013:163).

Para Diegues (2001b), a diversidade biológica não é simplesmente um conceito pertencente ao mundo natural, é, também, uma construção cultural e social. As espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades locais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas. A ação das diversas sociedades modela a natureza e seus diversos *habitats*. Um mosaico de diferentes *habitats* espelha a ação material e simbólica das diversas comunidades humanas que os ocuparam ao longo dos séculos.

Dessa forma, os pescadores e pescadoras artesanais se identificam como um grupo que possui uma profissão. E esta profissão está diretamente relacionada como o domínio de conhecimentos e técnicas que são construídos ao longo dos anos e permitem ao pescador se manter e se reproduzir enquanto tal. Neste contexto, o domínio da arte de saber pescar exige do pescador uma série de qualidades físicas e intelectuais e permite a ele apropriar-se, também, dos segredos que fazem do pescador um profissional da pesca.

Furtado (1993: 206), em estudos realizados com pescadores artesanais do rio Amazonas, enfatiza os saberes envolvidos na atividade da pesca, quando estes sentem a necessidade de buscar outros pontos de pesca na região, uma vez que observam a diminuição do estoque pesqueiro em pontos anteriormente explorados. Para descobrir um

novo ponto de pesca na região em que trabalham, os pescadores desenvolvem um senso de observação para ser possível notar alguns sinais que caracterizam a presença de peixes em determinados locais. “Tais sinais, que se conjugam na mente do indivíduo para denunciar a presença da fauna ictiológica, capaz de proporcionar um considerado nível de captura para os fins desejados podem estar associados à água e/ou a terra”.

1.3 Os saberes da pesca artesanal e o conhecimento local na Baixada Maranhense: uma discussão antropológica

Os grupos sociais que desenvolvem a atividade da pesca artesanal têm sua lógica construída e influenciada por fatores diversos: sociais, étnicos, culturais e ambientais, os quais lhes atribuem aspectos e modos de vida peculiares, sem deixar de ser parte do todo mais amplo. As interações que permeiam a vida social desses grupos, as relações com o meio ambiente local e as relações com o mundo de fora, criam e/ou intensificam expectativas de desenvolvimento à medida que entram em contato com outros aspectos da vida moderna, os quais se criam também e se desenvolvem no interior do próprio grupo (FURTADO, 2002).

Autores como Mignolo (2003), Lander (2005), Martínez-Alier (2007), Leff (2006 e 2010) e Shiva (2001) consideram necessário modificar os paradigmas do pensamento, possibilitando modificações e reconfigurações da relação entre sociedade e natureza e dos agentes sociais e o meio ambiente em suas histórias locais. Um conhecimento que não se restringe ao mundo acadêmico, mas compõe as nossas interpretações do mundo e organiza as narrativas da criação cósmica da civilização ocidental. Dessa forma, Mignolo (2003) propõe um “pensamento liminar” possível de atuar nas margens e nas fronteiras divisórias da epistemologia moderna ocidental. Esse pensamento liminar é uma reflexão crítica sobre a produção do conhecimento e implica na sua redistribuição geopolítica até então pautada na colonização epistémica e na subalternização das outras formas de saberes que não foram pautadas nos cânones da ciência eurocêntrica, propondo, portanto, operar com essa “outra lógica” do conhecimento liminar, que considere os conhecimentos locais subalternizados, enquanto instrumento de descolonização intelectual e epistemológica.

Para Lander (2005: 04), a epistemologia eurocêntrica nos impossibilita de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e dos conhecimentos que

lhes são próprios. Na opinião do autor, os saberes modernos têm uma eficácia neutralizadora dos outros conhecimentos, a partir de duas dimensões: a primeira diz respeito às sucessivas separações ou partições do mundo que historicamente foram determinadas na sociedade ocidental; a segunda refere-se à forma como são articulados os saberes modernos nas relações de poder, especialmente nas relações imperiais de poder que constituem o mundo moderno. “É essa visão eurocêntrica que nos impede de ver que não há um lugar ativo, a Europa, e lugares passivos, a América, por exemplo”.

O pensamento colonizador, que se fundamenta na ideia que dirigiu os destinos humanos na busca pela universalidade do pensamento, pela unidade da ciência e pela ideia do uno, a partir da racionalidade e visão do mundo ocidental constrói uma “jaula de ferro”, que vai esgotando as possibilidades de pensamento e conduzindo a modos de pensar, valorizando, hierarquizando e supervalorizando a ciência em detrimento das outras formas de pensar e de sentir, subjugando os saberes culturais locais. O que os povos da América Latina e outros povos do terceiro mundo sofreram não foi apenas a conquista de seus territórios enquanto apropriação dos recursos naturais, mas a colonização das mentes, das suas cosmovisões, dos saberes e conhecimentos próprios desses povos que surgiram de seu modo de interagir com a natureza (LEFF, 2010).

A reivindicação dos saberes locais e a proposta de um diálogo de saberes emergem da crise ambiental entendida como uma crise civilizatória; de uma crise da racionalidade da modernidade e do processo de racionalização do processo de modernização. A valorização dos saberes locais desloca a supremacia do conhecimento científico, da relação objetiva do conhecimento e sua pretensão de universalidade, para os saberes arraigados nas condições ecológicas do desenvolvimento das culturas, nas formas culturais de habitar um território e no sentido existencial do ser cultural (LEFF, 2010: 95-96).

O autor propõe um diálogo entre os saberes local e científico, gerando um encontro entre esses conhecimentos dotados de lógicas próprias. Esta perspectiva rompe com o colonialismo de um saber que, historicamente, se processa quando agentes atuam de forma autoritária e unilateral em relação às sociedades tradicionais, considera que a instauração desse diálogo possibilita a articulação de discursos diferentes e contraditórios, e não a construção de verdades absolutas e unilaterais, centradas numa relação de poder do global sobre o local e do conhecimento científico sobre o conhecimento tradicional. Dessa forma,

propõe, em termos epistemológicos e políticos, a construção de um novo modelo de conhecimento que rompe com os padrões da ciência formal.

A constituição de novas propostas epistemológicas para a descolonização da maneira de pensar o mundo, a qual foi imposta pela retórica colonial ocidental, e que, ainda hoje, continua regendo as relações humanas, as relações de poder e as relações com a natureza, se configura em um desafio epistemológico contemporâneo, o qual propõe uma aliança entre a ciência e os saberes tradicionais de grupos sociais locais, incorporando os valores culturais em que cada cultura dá significado aos seus conhecimentos, aos seus saberes, recriando e articulando o pensamento humano com o potencial da natureza.

Considerando a ciência como uma expressão da criatividade humana, Shiva (2001: 29) avalia a ciência como uma iniciativa pluralista que agrega diferentes “maneiras de conhecer”, não se restringindo à ciência ocidental moderna, mas inclui um sistema de conhecimento das diversas culturas em diferentes períodos históricos. “O reconhecimento das diversas tradições de criatividade é um componente essencial para manter vivos diferentes sistemas de conhecimento”.

Alguns autores acreditam que as culturas e os saberes locais podem contribuir para o manejo e conservação da biodiversidade dos ecossistemas. E consideram que esses saberes são o resultado das interações entre as sociedades e o meio ambiente.

É importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações constroem, pois é com ele que agem sobre o meio natural. É também com essas representações mentais e com o conhecimento empírico acumulado que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo. O imaginário dos povos das florestas, rios e lagos brasileiros está repleto de entes mágicos que castigam os que as destroem (caipora/curupira, mãe-da-mata, boitatá), os que maltratam os animais (anhangá), os que matam animais em época de reprodução (tapira), os que pescam mais que o necessário (mãe-d'água) (DIEGUES, 2001a: 32).

Neste contexto, a atividade da pesca artesanal está inserida em um complexo, envolvendo os elementos de ordem prática e de ordem simbólica, que vão desde as técnicas utilizadas na captura do pescado aos mitos e encantamentos, baseados em crenças e poderes sobrenaturais que, dependendo do contexto, pode contribuir ou prejudicar a pesca.

Cunha e Almeida (2001: 187) advertem que devemos evitar as concepções essencialistas que consideram as populações tradicionais como conservacionistas *naturais*. Entretanto, determinados grupos sociais possuem práticas culturais e ideologias que se constituem em técnicas para o uso dos recursos naturais de baixo impacto ambiental, uma vez que, “Valores, tabus de alimentação e de caça, e sanções institucionais ou sobrenaturais lhes fornecem os instrumentos para agir em consonância com essa ideologia”.

No estudo desses grupos sociais, é importante considerar a existência de um sistema de manejo dos recursos naturais marcado pelos ciclos da natureza, prevendo a manutenção e permanência dos recursos naturais utilizados, ou seja, um sistema que não vise somente à exploração desses recursos, mas no qual se perpetue um conjunto de regras e conhecimentos adquiridos pela tradição herdada de outras gerações. As interações entre homem e natureza promovem um aprendizado permeado por conflitos, adequações e acréscimo de conhecimento.

Leff (2010: 102) adverte que, certamente, não existe uma convivência perfeita entre populações humanas e natureza. Porém, na relação entre algumas culturas “tradicionais” e natureza sempre houve certa harmonia, um pertencimento ao cosmo e à vida comunitária, e que isso se perde frente à imposição da racionalidade econômica. Para o autor:

O problema é que a ciência nos colocou no beco sem saída da coisificação, no labirinto da objetivação do mundo, onde o que perdemos foi a capacidade que os saberes populares e tradicionais tiveram quanto à relação entre o simbólico e o real, através da cultura, através da organização dos mitos, na função das cosmovisões e do uso da palavra, não apenas para designar as coisas, mas para simbolizar, significar e valorizar culturalmente a natureza.

Nessa análise, é importante observar a dinamicidade, pois tanto as sociedades quanto a natureza se transformam. As comunidades chamadas “tradicionais” também se transformam, através de dinâmicas tanto internas quanto externas; mas, os autores que trabalham com a perspectiva conservacionista consideram que o ritmo de transformação e degradação ambiental nessas comunidades é mais lento do que nas sociedades urbano-industriais (DIEGUES, 2001a; CUNHA e ALMEIDA 2001; ACSELRAD, 2004; ZHOURI, 2005). Além disso, existem, entre esses grupos sociais, uma importante dependência dos

recursos naturais, sua estrutura simbólica e os sistemas de manejo desenvolvidos ao longo do tempo.

Os conhecimentos apreendidos e construídos na atividade da pesca artesanal estão baseados em um universo que envolve saberes e práticas, permitindo identificar e capturar as diferentes espécies de peixes. Nesse universo, as técnicas empregadas fazem com que transpareça uma associação entre o uso prático e instrumental e um saber oriundo da observação do comportamento da natureza, uma dinâmica da interação entre homem e natureza. “A criatividade e suas variações, no âmbito da pesca, são construídos nos panoramas locais e da singularidade da sistematização dos saberes do pescador” (MORAES, 2007:164). O ato de pescar, para aqueles que não compreendem a sistemática de grupos sociais de pescadores, pode ser entendido apenas como o ato de capturar o peixe, entretanto, para aqueles que vivem e atuam na pesca, significa um conjunto de relações que implica em domínios variados como a classificação, ordenação e diferenciação das espécies capturadas e dos instrumentos utilizados.

A atividade da pesca na Baixada Maranhense está marcada pela relação que os pescadores artesanais estabelecem com os recursos pesqueiros ali existentes. Através do trabalho desenvolvido nas pescarias, os grupos sociais locais não somente realizam relações concretas com a natureza para extrair o peixe de uso imediato, mas, também, elaboram instrumentos de trabalho, formulam e reinventam dialeticamente técnicas e saberes que fazem das relações de trabalho parte da cultura, enquanto manifestação dos sistemas simbólicos.

Para Diegues (2001a: 49), a pesca artesanal se constitui na atividade pesqueira em que o pescador tem o seu modo de vida baseado, principalmente, na pesca, o que não exclui o exercício de outras atividades econômicas, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. O autor esclarece: “Os pescadores, sobretudo os artesanais, praticam a pequena pesca, cuja produção é em parte consumida pela família e em parte comercializada. A unidade de produção costuma ser a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes longínquos”.

Correia (2006: 63) afirma que a pesca na Baixada Maranhense é desenvolvida de forma artesanal, “aquela que se realiza pelo trabalho manual do pescador”. Na pesca artesanal o agente participa em todas as etapas, baseado em conhecimentos que foram transmitidos por seus ancestrais, pelos mais velhos da comunidade, ou mesmo, um

conhecimento que é adquirido pela interação com companheiros que praticam o ofício há mais tempo. Na atividade são utilizadas pequenas embarcações, canoas, a remo ou mesmo motorizadas, sem instrumentos de apoio à navegação, contando para a operação tão somente a experiência e o saber adquirido.

Os campos inundáveis e áreas adjacentes são alagados por 2 a 6 meses por ano (fevereiro a junho) dependendo da extensão do período chuvoso. Os lagos temporários alagam rapidamente na enchente, a vegetação herbácea terrestre morre e decompõe enquanto que, simultaneamente, plantas aquáticas e semiaquáticas desenvolvem-se em grande quantidade. No período seco, gradativamente, a vegetação herbácea volta a dominar a paisagem (PINHEIRO & AROUCHE, 2013:26).

O ciclo das águas regula a vida na Baixada Maranhense, especialmente, no que diz respeito às atividades econômicas. Tratando-se da pesca, as diversas modalidades e técnicas empregadas são motivadas por conhecimentos a respeito das condições climáticas e demais características da natureza, ou seja, determinadas modalidades da pesca são mais desenvolvidas em determinado período do ano que apresenta condições climáticas específicas, como, por exemplo, o período da estiagem e o período das enchentes dos lagos e igarapés.

1.4 Modalidades e técnicas utilizadas na pesca artesanal na Baixada Maranhense

Pescar e desenvolver os sistemas de trabalho nessa atividade não devem ser apreendidos como simples reflexo da proximidade dos grupos sociais locais com os campos e os lagos inundáveis da Baixada Maranhense. Mas, deve ser levado em consideração que a vitalidade da organização social da pesca artesanal nesta região está relacionada com uma tática de reprodução dos modos de vida dos grupos locais de pescadores.

O convívio e a observação do meio ambiente no qual os pescadores interagem são elementos de uma teia de conhecimentos que cresce a partir da condensação de novos conhecimentos. O surgimento de novas orientações e de novos conhecimentos pode ser impulsionado por diversas ordens, como a tecnológica, a partir de novos equipamentos de pesca; a

cultural, a partir do contato com outras comunidades; e a ordem biológica (MORAES, 2007: 67).

O contato direto do pescador artesanal com o meio ambiente em que vive possibilita-lhe adquirir conhecimentos e habilidades sobre o ambiente natural em que está inserido. Os conhecimentos sobre o manejo dos recursos naturais, transmitidos por outras gerações gera um sistema de crenças e adaptações aos grupos sociais locais que permitem reproduzir seus modos de vida.

Toda interferência nas práticas de pesca presume uma interferência sobre o meio. Independentemente do tipo de instrumento que se pesca, este não age sozinho nem em vão. As redes, por exemplo, são descidas nas águas em determinadas épocas do ano, em determinada região, numa determinada profundidade. O espinhel é esticado nos rios numa determinada profundidade, dependendo da interferência sobre as espécies de peixe que se pretende capturar, e assim por diante. A prática da pesca carrega consigo uma vasta teoria, que traduzimos pelos conhecimentos míticos, religiosos, sobrenaturais. Trata-se de uma tríade entre os domínios em que as partes estão no todo e este, por sua vez, encontra-se nas partes, caracterizando assim uma forma hologramática de compreensão da atividade de populações pesqueiras. É essa junção de domínios que permite às práticas de pesca atuarem como operadores e sistematizadores de conhecimentos, num processo cognitivo que envolve populações que têm um forma peculiar de leitura de mundo, mediante suas tradições num contexto cultural e educativo (MORAES, 2007: 164).

A atividade da pesca artesanal desenvolvida na Baixada Maranhense permite vários métodos e técnicas de captura das diferentes espécies. A pesca se apresenta como uma importante atividade econômica, social e cultural, apresentando variados métodos e técnicas para a captura do pescado, se constituindo em verdadeiros modos de vida dos baixadeiros¹⁷.

Lopes (1970), em seus estudos pioneiros sobre a Baixada Maranhense, constatou que a pesca na região é praticada tanto como uma ação individual como coletiva, evocando, inclusive, processos indígenas como a técnicas de arco e flecha. Nos processos individuais, o autor fala da pesca que emprega o anzol, o arpão e a tarrafa. Já os principais processos coletivos seriam a pesca realizada com a cerca, a camboa e a moponga.

¹⁷ Regionalmente, e para alguns pesquisadores, *baixadeiro* é considerado como o gentílico de quem é oriundo da Microrregião da Baixada Maranhense.

A “*camboa*”, segundo Lopes (1970: 133), consiste em “uma reunião de pescadores, que procedem fechando um círculo de canoas e tarrafeando simultaneamente”. Já, o processo de bater “*moponga*” “consiste em um cordão de homens marchando com a água pela cintura e batendo para afastar o peixe para o ponto apropriado à apreensão”.

Dessa forma, a moponga se constitui na atitude utilizada pelo pescador para ter sua técnica de pesca mais bem sucedida, pois consiste em afugentar o peixe para “cair” na armadilha. “A pesca nos campos alagados é frequentemente caracterizada pela moponga. Por essa palavra entende-se a perseguição ao peixe batendo-se na água, de modo que ele se espante e acorra ao ponto onde, disposto o curral, a tapagem, a armadilha, ou à ‘espera’, pelos próprios pescadores, será a pesca capturada” (Idem).

A modalidade da pesca que utiliza a *cerca* consiste na fabricação de uma espécie de *curral* (por isso é conhecida em determinados lugares da Baixada Maranhense como *pesca de curral*) feito dos talos da folha da palmeira do babaçu, ou de varas. Esse tipo de pesca é realizado, principalmente, quando as águas estão baixando e começam a descobrir os pontos mais altos dos campos, uma vez que o peixe adentra o curral, não consegue mais escapar. Porém, “A técnica de curral que é amplamente utilizada no Estado, representa um obstáculo para as espécies migratórias, que fazem a piracema (migração para a reprodução) como curimatá, branquinha, surubim, piramutaba, peixes de importância econômica relevante” (SEMATUR, 1991: 73).

A *tapagem* é outra modalidade de pesca praticada na Baixada Maranhense. A *tapagem* é construída no local do lago ou igarapé favorável à entrada do peixe, é um cercado feito, também, com talos da folha da palmeira do babaçu ou varas que são amarradas com cipó na parte superior. A técnica consiste em barrar a saída dos peixes tapando os igarapés com cercas em todos os lugares possíveis pelos quais os peixes possam escapar (ARAÚJO & PINHEIRO, 2008).

Araújo & Pinheiro (2008) citam as principais modalidades desenvolvidas pelo pescador na pesca artesanal nos campos e lagos da Baixada Maranhense: *pesca de rede parada* ou *enganche*, *pesca de linha* ou *anzol*, a *pesca de choque*, *pesca com rede de arrasto*, *pesca com landruá*, *pesca com tarrafa* e *pesca espinhel*. Na modalidade *rede parada*, ou de *enganche*, são utilizadas redes grandes, retangulares, que se mantêm verticalmente devido a pequenos flutuadores que são amarrados no lado superior da rede, em oposição aos chumbos que ficam na parte de baixo, e fixados por uma vara em cada

extremidade. A rede fica parada no lago até o momento em que os pescadores decidem tirá-la, trazendo-a para a canoa, acreditando que já existem peixes fixados a ela.

De acordo com Costa (1982: 104), “esse tipo de rede é tecida em malhas de tamanhos 08 a 10 e 10 a 12 cm de bitola, sendo mais usada a primeira que é utilizada para pesca de peixe de tamanho médio”. Já a puçá é uma rede em forma de funil tecida com linha e medindo de 04 a 05m de largura, de 1,5 e 2m de altura na boca, com comprimento aproximadamente de 5m de diâmetro.

A pesca utilizando a *rede de arrasto* funciona como um "pente fino". São necessárias duas ou mais pessoas, dependendo do tamanho da rede que será utilizada. Um pescador segura um lado da rede, enquanto o outro segura o outro lado e, assim, vão caminhando arrastando a rede, na qual se prendem peixes de vários tamanhos, devido à utilização de malhas muito pequenas.

A *pesca de linha* ou *pesca de anzol* consiste em lançar a linha com o anzol iscado, no lago, e esperar que algum peixe venha a cair na armadilha. E a *pesca de choque*, também chamada de *pesca de socó*, consiste no ato de o pescador entrar na água até a altura da perna ou da cintura, conforme a profundidade, segurando o *socó* pela parte de cima e em seguida mergulhando-o rapidamente até tocar o fundo. Então, ele tenta capturar o peixe com a mão pela abertura superior. Essa modalidade de pesca se dá no período de abaixamento das águas dos lagos e se constitui em uma prática bastante difundida na região.

O *socó* é um cesto cônico, sem fundo nem tampa, de pouco menos de um metro de altura, com o diâmetro da abertura menor de 20 cm e a maior com o dobro dessa medida. “A pescaria com o socó é usada nos lagos e nos campos alagados, de duas maneiras: em fundo de cerca de um metro e em profundidades maiores” (Lopes, 2010: 53); o *jequi* tem forma cilíndrica com duas entradas, é construído com talas longitudinais de cerca de 1,28m de comprimento, até 12mm de espessura e 1 a 2 cm de larguras “são armadilhas guarnecidas de entrada afunilada simples ou dupla e que se utilizam deitados nos pontos de obrigatória passagem dos peixes” (LOPES, 2010: 69).

A modalidade de pesca utilizando o *landruá*, ou *calabouço* utiliza um instrumento semelhante a uma peneira, que, dependendo do tamanho, necessita de duas pessoas para segurá-la. O *calabouço* ou *landruá* é introduzido por baixo das plantas aquáticas (flutuantes) e, em seguida, suspenso. Quando este é levantado, as plantas são retiradas da peneira, ficando somente os peixes que se encontram escondidos (ARAÚJO & PINHEIRO, 2008).

O *caniço* e *anzol* são instrumentos bastante utilizados na região, especialmente no período de alagamento dos campos. Consiste em uma vara de mais ou menos 1,5 m e com uma espessura de 2 cm em torno do qual é entrelaçada uma linha com um anzol na extremidade. Já o *espinhel* é um instrumento fabricado com vários fios de linha nos quais estão alinhavados vários anzóis de diferentes tamanhos e espessura. “A pesca de *espinhel* é feita em qualquer época do ano, de preferência nos rios, *igarapés* e canais” (COSTA, 1982: 105).

A *tarrafa* é uma pequena rede circular de arremessar com pesos de chumbo na parte inferior, e tecida com linha de *náilon*. Na pesca com a *tarrafa*, o pescador lança o instrumento sobre as águas, em um local que imagina existir peixe, a *tarrafa* afunda com o auxílio do peso de chumbo fixado em sua base e emaranha os peixes que encontrar no fundo d'água.

As técnicas utilizadas e as modalidades empregadas na atividade pesqueira na Baixada Maranhense apresentam uma realidade dinâmica, não se tratando, portanto, de uma técnica de trabalho do passado. Essa dinâmica é concebida coletivamente, conferindo dinamicidade a um sistema de valores e saberes que são passados, reinventados e redefinidos de geração para geração na produção da pesca.

Os conhecimentos são construídos e reconstruídos como práticas subjetivas e objetivas que contribuem para tecer e moldar os modos de vida. A capacidade de lidar com a atividade da pesca se constitui um dos elementos importantes sobre a arte de tornar-se pescador, pois é o conhecimento prévio que o pescador possui sobre o meio ambiente no qual está inserido que lhe permite a classificação dos pontos de pesca, das espécies de peixes, dos instrumentos e apetrechos adotados no ato de pescar. Dessa forma, uma das características do pescador artesanal é sua capacidade de confeccionar e adaptar os instrumento e apetrechos utilizados na captura do pescado.

Lopes (2010:76) sinaliza que os diversos instrumentos e apetrechos utilizados na prática da pesca na região fluvio-lacustre da Baixada Maranhense tiveram influências tanto do indígena, do negro africano, como do colonizador europeu:

Na pesca fluvial brasileira a persistência do fundo indígena é predominante nas flechas e estende-se aos arpões, aos cestos, às condições de moradia e de navegação, à nomenclatura (tupi). A influência negra concorre ou converge com a indígena, principalmente quando aos *cestos especiais*, e

com a europeia no uso das *fisgas* de ferro. A cultural ocidental europeia, representada pelo português, introduziu o uso dos anzóis e pesos de metal e o das redes de arremessar e de arrastar com nomenclatura *mourisca* e *neolatina*.

Portanto, devo ressaltar que em Penalva, observei que os pescadores artesanais utilizam na atividade da pesca, quase unicamente, a rede parada ou de enganche, a tarrafa e o anzol, para a captura de pescado, sendo a tarrafa outro instrumento utilizado apenas de forma esporádica, e em alguns períodos do ano. Portanto, a análise elaborada a partir desta pesquisa tem como campo empírico um grupo de pescadores artesanais que praticam a pesca utilizando, sobretudo, a rede parada, como veremos mais adiante.

CAPÍTULO 02- TRABALHO E COTIDIANO DA ATIVIDADE DA PESCA EM PENALVA

Neste capítulo pretendo fazer uma leitura da vida social dos pescadores, analisando as relações práticas e simbólicas estabelecidas na organização do trabalho e cotidiano da pesca. Para tanto, partirei do reconhecimento das especificidades da pesca praticada nos diferentes ambientes aquáticos como o mar, rios, lagos, lagoas, igarapés, porém, tratarei aqui, especificamente, da pesca praticada nos lagos, igarapés e campos inundáveis da Baixada Maranhense, particularmente no município de Penalva.

O município de Penalva tem a sua economia baseada, sobretudo na pesca, na agricultura, no comércio e na prestação de serviços, sendo a pesca a atividade econômica principal. A pesca local se caracteriza pelo emprego de técnicas tradicionais que, se comparadas às técnicas modernas utilizadas na pesca industrial e empresarial capitalista desenvolvida em outras regiões do país – radar, sonda, arrastão, barcos de grande porte, etc, na qual o pescador é visto como um operador de máquina e tendo que vender sua força de trabalho para o “patrão” (MELLO, 1985) – apresenta uma diversificação na forma e nas técnicas de captura, empregando tecnologias mais seletivas e menos impactantes do ponto de vista ambiental.

O uso de instrumentos e técnicas artesanais na atividade da pesca em Penalva e a interação do pescador com o meio ambiente em que está inserido são características importantes na análise das relações sociais e simbólicas do grupo de pescadores estudado. Maldonado (1986:15) afirma que os estudos sobre comunidades de pescadores, tanto a partir de uma perspectiva socioantropológica como econômica, tende a fazer uma análise sobre o processo produtivo da atividade em si, a renda da pesca e as inovações tecnológicas utilizadas como principais elementos na classificação da modalidade de pescadores. De acordo com a autora, quanto ao tipo de produção, os pescadores artesanais se caracterizam pelo emprego de baixo custo da produção, uma vez que:

(...) produzindo com grupos de trabalho formado por referenciais de parentesco, sem vínculo empregatício entre as tripulações. Esse tipo de pescador tem na pesca a sua principal fonte de renda e a produção volta-se para o mercado, sem perder contudo o seu caráter alternativo, podendo destinar-se tanto ao consumo doméstico como a comercialização. (...) o perfil do pescador artesanal se o representa como aquele que exerce a

profissão em caráter permanente ou temporário, podendo alterar ou complementar a pesca com quaisquer outras atividades econômicas, trabalhando por conta própria ou em regime de economia familiar, pago pelo sistema de partes e sem um mínimo fixo garantido.

Na pesca artesanal a unidade de produção é, em geral, a familiar e baseada nos laços de amizade e vizinhança, construindo, dessa forma, uma solidariedade baseada na atividade pesqueira; e, tem como fundamento o fato de que os pescadores possuem o domínio sobre o seu trabalho. As comunidades de pescadores estão espalhadas pelo território brasileiro no litoral, nos rios e lagos, tendo modos de vida baseados principalmente na pesca, ainda que exerçam outras atividades econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura (DIEGUES, 1983).

De acordo com Venturato (2008), a execução da pesca artesanal está relacionada com a validação tanto dos meios de produção, como as embarcações do tipo que tem como característica o motor de popa ou o remo; e os apetrechos utilizados na captura do pescado, quase sempre são a rede e anzóis. O modo de vida dos pescadores artesanais apresenta características peculiares simbolizadas pela composição de dois espaços, a casa e o trabalho, constituindo, respectivamente, o ambiente privado e público.

Nessa perspectiva, os pescadores artesanais que desenvolvem a atividade nos lagos de Penalva têm nos laços de parentesco, de amizade e de vizinhança a base para a formação das parcerias no trabalho da pesca. E a produção do pescado é uma parte comercializada e a outra é destinada para o consumo da família. Em Penalva, a prática de associar a pesca com a lavoura, parece ser uma característica do passado do grupo de pescadores estudados. Observei que, atualmente, a prática da atividade agrícola não foi mencionada pela maioria dos pescadores entrevistados. Entretanto, nas narrativas fica elucidado que a prática da lavoura associada à pesca, assim como outras atividades, ficou em um passado distante, especialmente quando os pescadores residiam nos povoados de Penalva, denominados por eles de “*interior*”, antes de se mudarem para a zona urbana do município. Este aspecto fica evidenciado nos trechos abaixo da fala dos pescadores:

Eu trabalhei de lavoura, meu pai trabalhava na lavoura e sempre trabalhei com ele. Mas, depois o negócio da pescaria foi dando certo, aí faz muito tempo que não trabalho mais. Mas, a pesca é que sempre foi minha profissão mesmo, eu me aposentei de pescador. Sempre a gente

trabalhava de lavoura e pescava pra comer e fazer a despesa e pegar um dinheirinho porque não tinha outro serviço, enquanto a lavoura tava se formando a gente tava pescando... morando sempre na beira do lago, morei no Lago Formoso. Na lavoura eu trabalhava, mas não era todo tempo, eu sou sócio mesmo é na pescaria, me associei na colônia de pescador. Sempre pesquei pra comer e vender. Porque assim: a gente sempre tira aquele pra comer, o almoço, aí o que sobra do dia a gente vende pra tirar a despesa e pra comprar os outros matimentos que a gente precisa. A gente trabalhava de lavoura e sempre pescava pra arranjar um dinheirinho. Pescava para comer e vender, tirava o almoço e vendia o resto pra comprar os outros mantimento. O peixe que eu pego eu tiro o almoço e vendo o resto para fazer a despesa: comprar o arroz, a farinha, um remédio, essas coisa (Seu Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

Eu já fui quebrador de coco, já fui lavrador, já fui vaqueiro... A lavoura, também foi bom pra mim, eu trabalhei muito tempo na lavoura. Mas, assim... Nesse tempo a gente era muito pobrezinho... O ramo da pescaria é melhor pra gente. Então, eu vivo mesmo aqui é da pesca. Aí com a ajuda do Governo [concessão do seguro-defeso] é melhor pra gente, a gente investe nos material da gente, eu tenho meu motor, minha canoa, e tá dando pra nós viver da pesca (Seu Domingo Silva - Entrevista realizada em 12/11/2014).

A categoria *artesanal* da atividade pesqueira em Penalva está relacionada, também, à fabricação dos instrumentos de pesca, os quais, em parte, são fabricados manualmente, e pequenos reparos dos mesmos. No caso dos pequenos reparos e consertos, estes são realizados em sua totalidade pelos pescadores, contando com a ajuda de pessoas ligadas por laços de parentesco, amizade e/ou compadrio. Nesse contexto, instrumentos de trabalho, como canoas e redes se constituem em capital materializado, em torno do qual o pescador garante autodeterminação, ou seja, tem controle sobre o seu próprio tempo no processo e resultado do trabalho na pesca, inclusive na comercialização. Porém, o conhecimento prático sobre a fabricação de tais instrumentos de trabalho, adquirido ao longo dos anos e repassado de uma geração à outra, agrega, também, um capital simbólico, o qual faz com que o pescador possa ser reconhecido por seus pares no campo da pesca artesanal.

O pescador artesanal penalvense tem na pesca um elemento organizador das demais dimensões da vida social, uma vez que a pesca lhe permite construir formas de solidariedade e reciprocidade em torno da produção e demais elementos envolvidos no processo. Sendo

assim, os conhecimentos adquiridos com o manejo da pesca estão relacionados com o ciclo das águas e as mudanças climáticas: período de cheias e vazantes; da chuva e da estiagem, fases da lua, da vegetação característica das áreas dos lagos; das migrações de determinadas espécies; o horário para se colocar as redes, ou seja, especificidades relacionadas com a prática da pesca. Somente a experiência adquirida confere ao pescador tais habilidades.

De acordo com Bezerra (2006), a região de Penalva possui características peculiares, que são determinadas por um ciclo hidrológico que apresenta um regime de cheia e estiagem, o qual deixa grande parte dos campos do município inundada durante os seis primeiros meses do ano, o que lhe atribui uma complexidade do ponto de vista ecológico com a disponibilidade de fauna e flora exuberantes. Essa condição ambiental é determinante para o meio natural e, igualmente, exerce influência sobre o meio cultural e econômico.

Muito embora as espécies de peixes capturadas durante o ano inteiro em Penalva sejam as mesmas, os pescadores afirmam que, de acordo com a época do ano são necessárias técnicas diferenciadas na captura do pescado, especialmente porque com o aumento ou diminuição das águas, determinadas espécies de peixes são capturadas somente em determinados locais de pescas e em horários diferenciados, ou seja, o pescador necessita conhecer as tecnologias apropriadas de acordo com determinados aspectos ecológicos, o que tem efeito direto sobre os grupos locais e o seu modo de vida. Nesse aspecto, para entender esse processo, podemos recorrer a Evans-Pritchard (2005: 101) quando considera que: “A tecnologia, sob um ponto de vista, é um processo ecológico: uma adaptação do comportamento humano às circunstâncias naturais”.

O contexto ecológico em que os pescadores de Penalva estão inseridos apresenta uma relação de tempo e espaço que nos permite fazer uma relação análoga com a análise dos estudos clássicos desenvolvidos por Evans-Pritchard (2005) sobre um povo nilota, os Nuer. Nesse trabalho de Evans-Pritchard (2005: 66) podemos perceber claramente, na atividade de criação de gado, a relação direta dos Nuer com o seu meio ambiente, quando ele afirma que: “Tais características interagem umas com as outras e compõem um sistema ambiental que condiciona diretamente a vida dos Nuer e influencia sua estrutural social”. E que:

As limitações ecológicas e outras influenciam suas relações sociais, mas o valor atribuído às relações ecológicas é igualmente significativo para a compreensão do sistema social, que é um sistema dentro do sistema

ecológico, parcialmente dependente deste e parcialmente existindo por direito próprio. Em última análise, a maioria – talvez todos – dos conceitos de espaço e tempo são determinados pelo ambiente físico, mas os valores que eles encarnam constituem apenas uma das muitas possíveis respostas a este ambiente e dependem também de princípios estruturais, que pertencem a uma ordem diferente de realidade (EVANS-PRITCHARD, 2005:107).

Na análise de Evans-Pritchard, as mudanças que ocorrem no meio ambiente servem como pontos de referência dos quais os Nuer se utilizam para marcar o movimento da sociedade. Observamos aqui, a importância dos fenômenos ecológicos nas relações sociais dos Nuer e de sua interação com o ambiente. Evans-Pritchard (2005: 88 e 94) admite que: “A variação no suprimento de alimentos durante o ano inteiro e sua suficiência para a vida em todas as estações é, assim, determinada pelo ciclo anual de mudanças ecológicas”. E ainda afirma: “Sua ecologia limita e de outras maneiras influencia suas relações sociais, mas o valor dado às relações ecológicas é, igualmente, significativa na compreensão do sistema social, que é um sistema dentro do sistema ecológico, em parte dependente deste e em parte tendo existência própria”.

Nessa perspectiva, o autor faz referência à importância da ecologia como realidade objetiva, que limita e influencia a estrutura social dos Nuer, especialmente no que diz respeito às atividades econômicas. Porém, o autor, também, enfatiza a relevância da ecologia como um sistema de representação social simbolicamente construído. E, ainda, Evans-Pritchard (2005: 61) traduz o entendimento construído pelos nativos sobre o ambiente em que estão inseridos e reproduzem seu modo de vida: “Os nuer, porém, acham que vivem na melhor região do mundo e, deve-se reconhecer, para criadores de gado, a região tem muitas características admiráveis”. E, então, admite seu fracasso em convencê-los do contrário: “Eu logo desisti de convencer os Nuer de que existem regiões mais adequadas para a criação de gado do que a deles”. Nesse ponto, é possível observar a representação tanto material como simbólica, que esse povo faz de seu território e dos recursos naturais nele existentes.

Partindo desta inspiração, podemos afirmar que as noções de tempo e espaço dos pescadores de Penalva estão relacionadas com a suas relações ecológicas, vinculadas às mudanças climáticas ocasionadas nos campos e lagos da região em que desenvolvem o trabalho da pesca, apresentando um importante significado para a organização da vida social do grupo, no qual se observa a relação dialógica e sistêmica que estabelecem com a natureza na reprodução da atividade da pesca. A temporalidade presente nas relações da pesca é imbricada em uma noção de tempo ecológico

determinado pelo ritmo da natureza que indica como e quando o pescador artesanal deve trabalhar na atividade da pesca nos campos e lagos da região.

Nesse aspecto, os elementos da natureza são observados em função da importância que eles possuem na organização do trabalho na pesca. As representações sobre o tempo referem as sequências temporais que emergem da relação com o ambiente natural, não como imposição imediata da natureza, mas como representação socialmente construída. Em termos sociais, não existe uma natureza em si, mas uma natureza culturalmente apreendida pela relação que os pescadores estabelecem entre a sazonalidade e a vida social.

Em Penalva, de acordo com os ciclos das chuvas, das enchentes e vazantes, a pesca apresenta características diferenciadas ao longo do ano. Este aspecto fica elucidado no trecho abaixo da fala de José Ribamar, pescador de Penalva:

Pra mim aqui a melhor safra do ano é no período de junho a dezembro. Sempre nesse período a água tá baixando, é bom pra peixe, a safra é boa. Já no período do começo d'água, no período que tá enchendo, aí o peixe hoje tá aqui, amanhã não tá. Aí, o peixe é mais difícil, chove hoje amanhã não chove, aí fica mais difícil de pegar o peixe (Entrevista realizada em 04/06/2015).

Nesse contexto, a produção e reprodução dos modos de vida dos pescadores artesanais estão relacionadas ao processo de apropriação e uso dos recursos naturais do ambiente em que atuam, dependendo, portanto, do ecossistema aquático para dar continuidade às suas práticas profissionais. A pesca artesanal é entendida como um modo de vida, se apresentando como uma interação socioambiental balizada pelo conhecimento adquirido ao longo dos anos que faz do pescador um profissional.

Efetivamente, mais do que em qualquer outra atividade econômica, a pesca é influenciada pelas forças da natureza, com reflexos imediatos na regularidade da captura, na formação do excedente, no relacionamento dos grupos e classes sociais envolvidas no processo de produção (DIEGUES, 1983: 03).

O autor considera que as comunidades pesqueiras desenvolvem seu trabalho a partir do conhecimento empírico adquirido e acumulado com o passar do tempo através das

gerações anteriores, consolidando o valor da intuição, da percepção e da vivência com as demais partes integrantes desse saber tradicional.

E ainda, no que diz respeito à organização social de pescadores, sua vida social interna, as relações com o meio ambiente local e regional e as relações com o mundo de fora, Furtado e Nascimento (2002:32-33) afirmam que:

As comunidades humanas pesqueiras organizam-se segundo sua lógica própria construída e influenciada por diversos fatores (sociais, étnicos, culturais e ambientais) que lhe atribuem feições e modos de viver particulares, sem deixar de ser parte do todo mais amplo. (...). Não obstante esse cenário, desenvolvem atividades e relações sociais que os mantém ligados ao mundo de fora; criam e/ou intensificam expectativas de desenvolvimento à medida que entram em contato com a modernidade, sem que esse contexto, entretanto, seja o único fator das expectativas. Estas se criam também e se desenvolvem no interior da própria comunidade.

Na região lacustre de Penalva a atividade da pesca é executada de acordo com as características ecológicas que o ambiente apresenta. A pesca desenvolvida nos lagos envolve a unidade familiar. As mulheres, na maioria das vezes, acompanham seus maridos na ação de captura do pescado, sendo comum sua participação na fabricação e concerto de redes; as crianças, especialmente os meninos, desde a infância acompanham seus pais nas pescarias pelos lagos.

2.1 Caracterização da área de estudo: cenário de uma cidade de lagos

Inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) da Baixada Maranhense, a cidade de Penalva é denominada de “A Princesa dos Lagos”. A denominação se dá pelo fato de a cidade possuir uma importante região lacustre formada por inundações sazonais do rio Pindaré. A região lacustre de Penalva é formada por quatro importantes lagos: Cajari, Capivari, Formoso e da Lontra. Um deles recebe o nome da cidade vizinha, Cajari. Entre os meses de janeiro a junho, em consequência da grande abundância de chuvas os rios da região transbordam, inundando os campos e várzeas, formando imensos lagos de água doce. Portanto, a água oriunda das chuvas é uma das contribuições principais para cheia dos lagos,

pois esta cai nos divisores de água e migram para as bacias hidrográficas que drenam os lagos da região (PINHEIRO & AROUCHE, 2013).

Imagem 04: Vista aérea da cidade de Penalva com o Lago Cajari ao fundo



Fonte: www.portaldepenalva.net

A área lacustre de Penalva (lagos Cajari, Capivari, da Lontra e Formoso) é formada pelo resultado das inundações sazonais do Pindaré; a influência dessas inundações estende-se aos municípios de Penalva, Cajari, Matinha e Viana. O canal do Maracu, com cerca de 18 km de extensão, também chamado de rio pela população local, conecta a região lacustre de Penalva ao lago de Viana; deste, até o rio Pindaré, rio mais importante e formador das áreas inundáveis e lagos da região. O Lago Cajari, um dos mais importantes da região e banha a cidade de Penalva (NASCIMENTO, 2006: 21).

De acordo com Pinheiro e Arouche (2013), esses quatro lagos são os mais importantes da região de Penalva. O Lago Cajari está localizado em frente à cidade, sendo considerado o maior, principalmente depois da construção da Barragem sobre o canal Maracu ligando o centro da cidade ao bairro Trizidela¹⁸, que ocasionou o aumento do

¹⁸ De acordo com Nascimento (2006: 31 e 34): “A primeira vez em que foi erguida em agosto de 1997 pela Prefeitura Municipal de Penalva, esta barragem possuía uma estrutura de enrocamento no meio e concretada na crista e nas laterais. A crista permitia a passagem de automóveis do porto de Penalva para o povoado da Trizidela e vice-versa, além disso, havia também uma trilha que facilitava a travessia de embarcações de um lado para outro do lago, beneficiando a pesca para os moradores a jusante do lago Cajari. Outra estrutura que a primeira barragem possuía era uma passarela para travessia de pedestres ao longo e acima da mesma, pois quando chegava à época das chuvas, a água do lago fluía por cima da crista desta barragem, impossibilitando a

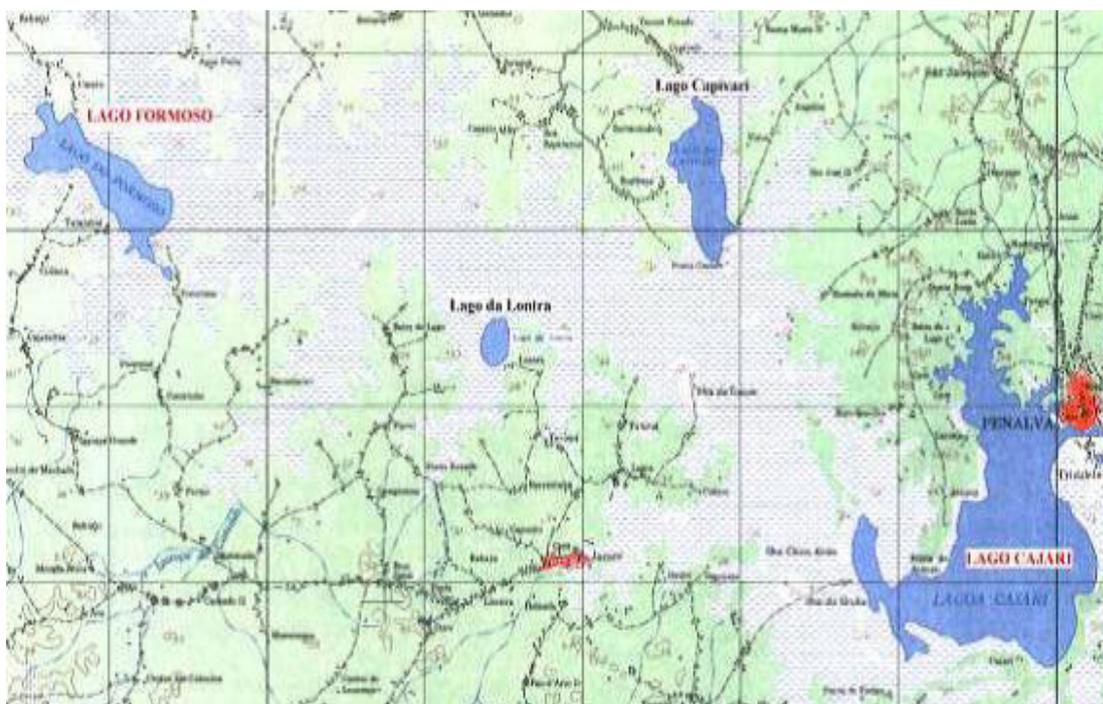
volume de água deste lago em uma área de aproximadamente 30 km². O lago Cajari recebe as águas dos outros três lagos que formam a área lacustre de Penalva. O Lago Capivari está localizado entre o lago Cajari e o lago da Lontra, divide-se em dois rios temporários, o Goiabal e o Castelinho. Já o Lago da Lontra se localiza entre os lagos Capivari e Formoso, sendo o menor entre os quatro lagos principais. Ainda, de acordo com os autores:

A região lacustre de Penalva, conta com um número de sistemas de produção agroextrativos característicos das populações humanas tradicionais dessa região. Esses sistemas estão distribuídos em diferentes unidades de paisagens do município, sendo constituídos de atividades agrícolas, pesqueiras, extrativa e de pecuária. Ao realizar as técnicas de exploração do ambiente, os produtores rurais estabelecem interações diretas com o meio de uma forma peculiar para manter sua subsistência (PINHEIRO & AROUCHE, 2013: 81).

passagem de pessoas. A passagem da água transbordante por cima da barragem, pode ter sido um dos fatores que contribuíram para o seu rompimento em 2003.

Depois do rompimento, a barragem do Lago Cajari foi reconstruída pela Prefeitura em junho de 2005. Na sua parte adjacente à cidade de Penalva, mede cerca de 121m de comprimento, 4,50m de altura e 17m na largura da crista e uma inclinação de 3,50m (medida até o nível da água em abril de 2006). Na sua porção após o bairro da Trizidela, sua extensão é de cerca de 700m. É uma barragem do tipo enrocamento, feita de material heterogêneo (barro e pedras) sem uso de concreto e sem comportas para extravasamento do excesso de água. Tais características podem ser as causas para as erosões laterais e rompimentos já ocorridos nesta barragem. Atualmente a barragem está com sua altura mais elevada e não permite a passagem da água de montante para jusante, por cima da crista”.

Imagem 05: Sistema lacustre de Penalva



Fonte: Carta 608 DSG/IBGE (2016)

O Lago Formoso está localizado a aproximadamente 30 km de distância do Lago Cajari e do centro da cidade de Penalva, apresentando aproximadamente 13km² de área, sendo formado pelo escoamento de vários igarapés temporários. Vale ressaltar que o lago Formoso é bastante conhecido por apresentar em seu curso pequenas ilhas flutuantes, onde o acúmulo de sedimentos, vegetais e outras partículas formam um manto fértil sobre as águas escuras do lago, pela presença de juçaraís, de onde calcula-se que sejam extraídos 90% dos frutos produzidos em toda a região (MIRANDA, 2006).

De acordo com Araújo e Pinheiro (2012:2), essas ilhas são formações de aterrados flutuantes que, por não serem apegados ao solo flutuam na água, ou seja, não há enraizamento das espécies vegetais no solo. O enraizamento acontece na espessa camada de matéria orgânica acumulada sobre as águas. Os aterrados são de dois tipos:

- a) móveis – as ilhas flutuantes, que se movem na época de cheia, nas águas do lago Formoso;
- b) imóveis – embora flutuantes são presos às margens de terra firme, ficando portanto sem movimento, apenas com flutuação na água. Estas formações se localizam no entorno do lago e nos fundos de vale, nas áreas mais baixas, em geral nas proximidades de nascentes de córregos.

No imaginário local, o fenômeno das ilhas flutuantes do lago Formoso se configura como uma importante representação do mundo social, natural e simbólico para a população penalvense, sobretudo para os pescadores artesanais. Pois, de acordo com as cosmologias locais, o lago Formoso é protegido por seres sobrenaturais, os *encantados*; estes seriam os responsáveis pelo constante movimento de suas ilhas flutuantes sobre as águas do lago. Devido ao movimento das ilhas, estas tendem a se chocar contra as áreas de terra firme do entorno do lago reproduzindo em forte barulho. Este acontecimento reforça, ainda mais, as crenças míticas locais sobre a presença e proteção dos *encantados* ao lago Formoso. Por esse motivo são denominadas localmente de *ilhas encantadas*.

Essas crenças sobre a existência dos seres sobrenaturais funcionam como elementos que exercem um controle territorial do uso dos recursos naturais. Uma vez que, os grupos sociais que têm seus modos de vida produzidos a partir da interação com a natureza, tendem a acreditar que o uso dos recursos naturais é controlado por seres míticos construídos no imaginário cosmológico da comunidade, os quais monitoram, dia e noite, esses espaços. Contribuem, assim, para um manejo capaz de acarretar menores danos ao meio ambiente, sobretudo por se construir no imaginário local que, ao se causar algum dano ambiental em consequência da pesca e da caça excessiva, por exemplo, o autor de tal infração pode sofrer sanções impostas pelos *encantados*, que vão desde ser acometido por enfermidades ou, até mesmo, ser punido com a própria morte.

Seu Zacarias, pescador de Penalva, 74 anos, narra uma experiência vivenciada no lago Formoso e nos informa, de modo geral, como outros pescadores procediam para obter a licença dos *encantados* para realizarem suas pescarias no lago:

Olha! Senhora, quando eu era mais novo eu morava num lugar chamado lagoa do Caçado, fica aí diante do Jacaré [Povoado de Penalva]. E aí tinha esse lago lá do Formoso, lá era o seguinte: eu ia pra lá. Lá o lago era muito fundo, pra você pegar um peixe lá você tinha que chegar e dizer assim: - Oi meus amigos, meus parentes meus conhecidos, eu quero um peixe aqui pra mim cumer, pedindo pros encantados [risos]... E aí você dava as vez uma tarrafiada e aí rapidinho você conseguia. Não sei se aquilo é porque tinha uma proteção de Deus, né? Aquilo ali valia, num sabe? Se chegasse brabo lá!? Não arrumava nada. Lá tinha gente que chegava lá e dizia: - Olha, eu trouxe aqui um litro de cachaça meus amigo, que são dono daqui, aí ele botava em cima de um negócio e deixava lá, aconteceu de o cara ir no outro dia lá e o litro tava sequinho e num tava emborcado nem nada, entendeu? Pois é, ali tinha muita coisa...

O camarada não podia chegar assim, achando que era o dono não, ali tinha dono, é uma ilha encantada?... Tudo tem dono, né? (Entrevista realizada em 06/06/2015).

As narrativas míticas construídas pelo imaginário desses grupos sociais funcionam como um elemento importante no controle territorial nas interações com a natureza, na medida em que esses seres míticos impõem regras sobre o uso dos recursos naturais, os quais, entre outras atribuições, monitoram esses espaços e punem quem os desrespeita. Estes seres não humanos e forjados no imaginário mítico local representam seres *encantados* e possuidores de determinadas funções na organização social, delimitando espaços e fixando regras específicas no território.

Com relação aos elementos simbólicos e míticos construídos localmente sobre a presença dos *encantados* nas ilhas flutuantes do lago Formoso, Araújo e Pinheiro, (2012:101) advertem que, de fato, por muito tempo essa crença nos seres sobrenaturais se constituíram em importantes fatores que contribuiriam com a preservação das ilhas flutuantes e do lago de uma forma geral. Porém, “a crença vem perdendo força, e com isso, o temor dá lugar ao descuido, gerando risco crescente para os Aterrados, em seu fraco equilíbrio com o lago Formoso”.

Esse fato fica elucidado no trecho já citado da fala de Seu Zacarias, nas frases em que ele se refere a esses fenômenos sobrenaturais no lago Formoso. Utiliza o verbo sempre no tempo passado, no período em que ele “*era mais novo*”: “*lá era o seguinte*”, “*O camarada não podia chegar assim*”, “*you dava as vez uma tarrafiada e aí rapidinho você conseguia*”, “*Não sei se aquilo é porque tinha uma proteção de Deus, né?*”. Então, a conjugação do verbo indicando sempre o passado nos leva a concluir que as crenças nos seres míticos donos da natureza foram ficando no passado e na memória dos pescadores artesanais.

Considerando o trecho da fala de Seu Zacarias, questiono qual seria o motivo pelo qual o pescador de Penalva considera como passado a importância atribuída à presença sobrenatural dos *encantados* como elemento importante na organização social do grupo e para a dinâmica de renovação dos recursos naturais. Neste aspecto, considerando a migração desse pescador dos povoados rurais para o centro da cidade de Penalva, levamos em conta o pensamento de Oliven (2002: 45), que analisa que na migração campo-cidade não há uma

ruptura com o mundo rural, mas o desenvolvimento, através de uma "reserva cultural" anterior, de formas e estratégias inovadoras no cotidiano urbano. Entretanto, a "sociedade urbano-industrial tenderá a destruir nos migrantes e habitantes das cidades suas raízes e tradições culturais, impondo-lhes uma cultura padronizada pelos meios de comunicações de massa que seriam responsáveis por um processo de homogeneização de comportamentos, valores, práticas e orientações". Dessa forma, é possível concluir que as crenças e as representações de seres míticos foram ficando no passado e na memória do pescador a partir do momento que ele se distanciou do ambiente rural e passou a incorporar as representações do universo urbano.

Imagem 06: Ilhas Flutuantes do lago Formoso



Fonte: <https://www.penalvama.com.br>

O lago Cajari é um dos mais importantes da região, banha a cidade de Penalva e constituiu o ponto principal de realização da atividade da pesca local, uma vez que grande parte do peixe consumido nos povoados da região e em municípios vizinhos é oriunda da realização diária da atividade da pesca neste lago. A comercialização do pescado é realizada no momento do desembarque diretamente entre pescadores revendedores e consumidores locais. “O lago Cajari é considerado o mais rico em pescado e o que ocupa maior extensão, ocasionando o benefício do pescado a um número maior de pescadores” (CORREIA, 2006:29).

Imagem 07: Cidade de Penalva a partir da outra margem do canal Maracu



Fonte: Arquivo pessoal

Franco (2012:159) afirma que o lago Formoso se distancia em linha reta aproximadamente 12 km da mais próxima extremidade oeste do lago Cajari, e essa região se apresenta como uma importante fonte de inundações no período chuvoso, “deixando-se fluir continuamente nesse período sazonal para a extremidade oeste do lago Cajari, depois de preencher as conchas dos lagos Lontra e Capivari”.

Nessa perspectiva, o autor informa que os lagos se destacam como corpos de água característicos da paisagem da região natural da Baixada Maranhense, tanto no que diz respeito ao caráter geomorfológico que apresenta na imensa planície sedimentar, como na sua identidade como recursos hídricos e importantes *habitats* naturais para as espécies de peixes capturados localmente, o que torna as pescarias promissoras nos diversos períodos sazonais. A atividade para a captura do pescado em Penalva é realizada nessa região lacustre do município, como veremos mais adiante.

2.2 Pescar e despescar: o *métier* do pescador artesanal de Penalva

No vocabulário local *pescar* diz respeito ao ato de capturar o peixe, ou seja, toda e qualquer técnica e tecnologia empregada para obter o produto da pesca e consumir o ato de ter acesso ao pescado. Já a ação de *despescar* está relacionada com a retirada do instrumento

de pesca da água e, conseqüentemente, a captação do peixe aprisionado por tal instrumento de pesca. E, ainda, o ato de *correr rede* significa a atitude de verificar a presença de alguma presa na armadilha para fazer a despesca. “*Olha pescar é ali...colocar a rede, armar a rede, né? pra apanhar o peixe no lago. E despescar é quando a gente vai correr a rede e desenganchar o peixe que tá preso na rede, aí é despescar*” (Dona Maria José, entrevista realizada em 08/06/2015).

No que diz respeito ao ato de pescar e despescar, Maldonado (1986:61) esclarece que:

Despescar é, de certa maneira, diferente de pescar. Para que a pesca se realize supõe-se a presença do homem e dos seus instrumentos de trabalho em interação com o peixe em seu habitat. Já a *despesca* consiste na retirada de peixes ou lagostas dos instrumentos fixos, como curais, covos e espinhéis, ou ainda das malhas das caçoeiras, sem a presença do pescador no momento da captura.

Diegues (1983) enfatiza que os inúmeros grupos de pescadores artesanais do território brasileiro se identificam como um grupo social que possui uma profissão. Esta profissão está diretamente relacionada com a capacidade e o domínio que os pescadores possuem através de conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao sujeito subsistir e se reproduzir socialmente enquanto pescador. Nesse sentido, pertencer a um determinado grupo se concretiza, sobretudo, pela necessidade de possuir a documentação que o reconhece como tal, a carteira de pescador profissional.

Em Penalva, a atividade da pesca é entendida como profissão e, como tal, diz respeito a um ofício que demanda uma ação cognitiva através de um processo de aprendizagem iniciado, na maioria dos casos, ainda na infância. Nas narrativas dos pescadores entrevistados, fica elucidado o fato de os mesmos terem adquirido o conhecimento que se faz necessário para o trabalho na pesca com seus progenitores, parentes mais velhos ou pessoas próximas à família, com as quais mantêm algum laço de solidariedade. Nas narrativas que seguem, observamos relatos sobre a iniciação dos pescadores na atividade da pesca em Penalva que confirmam essa afirmativa:

Eu comecei a pescar com meu pai. Ele era pescador, nascido e criado aqui. Aí comecei a trabaiá mesmo com ele de 10 anos de idade pra frente. De 15 anos pra frente eu comecei a trabaiá por minha conta (João Carlos – Entrevista realizada em 30/01/2015).

No depoimento do pescador João Carlos, 44 anos, observamos que iniciou na atividade da pesca com a idade de 10 anos em companhia de seu pai e, que com 15 anos já se considerava uma profissional no trabalho da pesca, quando ele afirma que “*De 15 anos pra frente eu comecei a trabaiá por minha conta*”.

Eu aprendi a pescar com meu avô, o velho Domingos Araújo, porque eu fui criado com ele, desde de criança. Aí fui crescendo e aprendi a profissão (Seu Edivaldo Mendes – Entrevista realizada em 05/06/2015).

Eu comecei a pescar com a idade de 10 anos, com meu tio, tá vendo? Eu acompanhava ele quando ele ia pro campo pescar. Aí eu fui aprendendo, aí a gente foi levando a vida até hoje, né? (Lourival – Entrevista realizada em 05/06/2015).

Nos dois depoimentos acima os pescadores Edivaldo Mendes e Lourival afirmam que aprenderam a pescar com parentes próximos, com o avô e com tio respectivamente. Já no depoimento abaixo, o pescador José Ribamar explica o motivo que o levou a começar a trabalhar na pesca teria sido a necessidade de acompanhar o seu pai nas pescarias. Com 18 anos se tornou um profissional da pesca, especialmente, por ter que sustentar sua família.

Eu comecei a pescar com 15 anos com meu pai, pra meu pai não pescar só eu ia com ele pra ser o cumpanheiro dele. Aí fui aprendendo, aprendendo... com 18 anos eu já ajeitei família como não tinha outra opção, a não ser pescar, tive que me profissionalizar em pesca, como pescador (José Ribamar – Entrevista realizada em 04/06/2015).

Não obstante, observei em algumas narrativas que a profissão de pescador é seguida, algumas vezes, pela falta de perspectiva e pela escassez de oportunidades que são oferecidas aos jovens de Penalva de aprender e se qualificar em outra profissão. E, ainda, pela necessidade e tradição própria das famílias de pescadores em contar com a ajuda das crianças no trabalho para o sustento do núcleo familiar. Em consequência, a profissão de

pescador termina por ser adotada mais por necessidade de ajudar os mais velhos a sustentar a família e pela falta de políticas públicas e educacionais, do que, propriamente, por escolha. Cito como exemplo os trechos abaixo:

Eu comecei cedo a ir com meu pai pra pescar, e a minha profissão é essa. Não tem outra coisa pra gente viver aqui sem ser o ramo da pesca. Aí comecei como criança pescando com meu pai e até hoje continua na profissão pra sustentar minha família (Alessandro Lobo – Entrevista realizada em 29/01/2015).

Geralmente, a parte de pescador é só quem não tem curso de nada, né? Eu só aprendi a assinar o nome, mas meu pai me ensinou a trabaiaá... me ensinou a quebrar coco, me ensinou a trabaiaá de roça e me ensinou a pescar (Seu Domingos Silva – Entrevista realizada em 12/11/2014).

Eu comecei a pescar com doze anos. Já criança comecei a aprender a profissão, porque a gente aqui no interior não tem outra coisa pra viver, então a pescaria é pra nós um meio da gente viver e sustentar a família (Seu João Pedro - Entrevista realizada em 30/01/2015).

Nos trechos acima das narrativas dos pescadores Alessandro Lobo, Domingos Silva e João Pedro os interlocutores explicam que, em geral, o pescador segue a profissão por falta de outro tipo de trabalho e, mesmo, por falta de uma educação profissional que os habilitem para desenvolver outro tipo de trabalho.

Nas narrativas dos pescadores fica esclarecido, também, que a iniciação na atividade pesqueira se dá por necessidade de ajudar os familiares mais velhos no sustento da família, como é esclarecido nos depoimentos abaixo:

Eu comecei com a idade de 10 anos, já trabaiaava com pesca, até porque eu fui criado sem pai. Era eu e mais cinco irmão, tudo piquinininho. Aí eu tinha um tio que trabaiaava com pescaria, aí eu comecei a ir com ele. Daí por diante eu já comecei a trabaiaá pra ajudar minha mãe (Seu José Antônio - Entrevista realizada em 04/06/2015).

Eu comecei a pescar foi desde de criança, eu fiquei sem minha mãe muito cedo. Aí já tinha que ajudar meu pai na criação de meus irmão menor (Seu José Carlos - Entrevista realizada em 28/01/2015).

Entretanto, nos depoimentos é possível inferir, também, que o reconhecimento do pescador como um profissional, se efetiva a partir do momento em que este constitui uma família e depende da atividade pesqueira para sustentá-la. Nessa perspectiva, além de ser uma forma de sustento das famílias, a pescaria é vista, também, como um trabalho capaz de atribuir honra e reconhecimento àqueles que a praticam. Sobre este aspecto apresentamos os trechos abaixo:

Com a idade de dez anos eu comecei a pescar com meu pai, depois eu cresci, meu pai morreu... Também, aí eu ajitei família, aí continuei pescando como profissão mesmo, pra sustentar a família (Seu José Antônio – Entrevista realizada em 06/06/2015).

Eu pescava com meu pai desde criança, e até hoje nós pesca junto. Quando eu procurei família tinha dezoito anos, aí eu me fiz um profissional mesmo, como pescador, de lá pra cá é assim que eu levo a vida (Seu Valbelino – Entrevista realizada em 06/06/2015).

Uma das principais razões apontadas pelos pescadores de Penalva pela qual têm se a ocupado com a atividade da pesca, é a inexistência de outras ocupações no município para absorver a força de trabalho local. Com relação a isso, o pescador Alessandro Lobo conclui que “*Não tem outra coisa pra gente viver aqui sem ser o ramo da pesca*”. Nos relatos informam, também, terem se dedicado à pesca em virtude de não conseguirem alcançar uma educação formal que proporcionasse a eles outra qualificação profissional que permitisse a inserção em outro ramo no mercado de trabalho, Seu Domingos Silva diz que “*Geralmente, a parte de pescador é só quem não tem curso de nada, né?*” e completa informando sobre a profissão que aprendeu com seu pai “*Eu só aprendi a assinar o nome, mas meu pai me ensinou a trabaia*”. Seu João Pedro conclui dizendo que na falta de perspectiva de contar com outro tipo de atividade produtiva para o sustento da família, a pesca seria a única alternativa “*porque a gente aqui no interior não tem outra coisa pra viver, então a pescaria é pra nós um meio da gente viver e sustentar a família*”.

Entretanto, não deixarei de mencionar outro fato detectado em alguns depoimentos, nos quais fica esclarecido que alguns pescadores dizem não deixarem de trabalhar na pesca, mesmo no caso daqueles que já se encontram aposentados, por considerarem a atividade uma distração. Pois, alguns pescadores artesanais afirmam que, além, da necessidade de trabalhar na pescaria para se manter, desenvolvem a atividade, também, por considerá-la um

trabalho prazeroso, considerado como esporte. Isto pode ser verificado nos trechos das narrativas abaixo:

E até hoje... Hoje eu já sou aposentado mas, eu não aparo em casa. Ainda agora mesmo, tou pidindo pra esse daqui [apontando para o colega], que tou sem canoa, pra pescar na dele. De vez em quando, eu ainda vou pescar, porque é uma coisa que eu gosto, a pescaria é assim uma coisas que o pescador se sente bem em fazer, pegar o peixe, ter aquele peixe fresquinho pra bóia, é muito bom (Seu José Antônio - Entrevista realizada em 04/06/2015).

Pra mim não tem riqueza que me faça deixar de pescar. Todo mundo tem um esporte, e pra mim, além de profissão e de sustento, que agora eu já sou aposentado, a pescaria é um esporte pra mim (Seu Benedito de Jesus - Entrevista realizada em 15/11/2014).

Uma vez entendida como profissão, a pesca artesanal se constitui em uma forma de trabalho e de modo de vida, caracterizando um *habitus*, na medida em que agrega interações sociais e revela estruturas simbólicas específicas dentro do grupo, apresentando disposições, habilidades, expectativas, conhecimentos e crenças inerentes que ajustam os agentes ao domínio da vida prática e que regulariza o mundo social.

Na perspectiva de Bourdieu (1990:198), o *habitus* é definido como:

(...) um sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da expectativa durável de uma posição no mundo social. O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído.

Na teoria de Bourdieu (1998), o *habitus* é o elemento que articula os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas e estruturas estruturantes, se constitui nas disposições individuais apreendidas ao longo da vida que regem as ações sociais. O *habitus* articula, portanto, sujeito e estrutura, e conhecimento e realidade, não sendo possível a separação completa entre o signo e o real. Os símbolos são produzidos coletivamente pelos agentes na sociedade e a configuração do *habitus* é resultado dos contatos entre os agentes com as estruturas sociais.

Entendido dessa forma, o *habitus*, como um sistema de disposições duráveis, confere à vida social prática uma ação organizadora, repassada de uma geração à outra através das relações sociais estruturadas e estruturantes. Portanto, o *habitus* se caracteriza pelo poder organizador e gerador de novas práticas, ou seja, por um lado se constitui em uma noção historicamente determinada no processo de socialização e herdada de gerações anteriores; por outro lado, o *habitus* é, também, criador na medida em que é produto de condicionamentos que se alteram no decorrer do tempo.

No trabalho da pesca, isso pode ser observado na mudança e readaptação das técnicas e instrumentos utilizados no desenvolvimento da atividade, sobretudo pela influência do desenvolvimento tecnológico que gera uma mudança no *habitus* relacionado ao trabalho do pescador artesanal. Nesse aspecto, podemos observar as narrativas abaixo:

Olha, eu pesco desde criança. Eu, de primeiro... de primeiro a pescaria era diferente dessa de agora. De primeiro era mais de tarrafa e depois eu fui pescando, pescando... aí, começou a aparecer essas linhas de náilon, de fibra. Aí a gente começou a fazer rede, até hoje eu ainda pesco de rede (Benedito de Jesus - Entrevista realizada em 15/11/2014).

Eu comecei a pescar de socó. Aí, fui crescendo quando eu comecei a pescar de rede acompanhando meu pai. Aí, fui crescendo e fui aprendendo cada vez mais a fazer o trabalho da pesca, hoje minha profissão é pescador. Hoje acabou a pesca com socó. A pesca aqui em Penalva é mais só de rede (Seu José Carlos - Entrevista realizada em 28/01/2015).

Eu já pesquei muito de tarrafa antigamente, hoje parei com negócio de tarrafa e é só de rede que eu pesco. Quando não se tinha a caixa de isopor e gelo pra conservar o peixe, que aqui não tinha fábrica de gelo. Nessa época eu pescava era com viveiro. A gente ia pegando o peixe e ia prendendo o peixe no viveiro, no grajau, pra mode conservar o peixe até voltar da pesca pra poder vender o peixe (Seu Edivaldo Mendes - Entrevista realizada em 05/06/2015).

Geralmente, quando é no período do verão, eu passo até dois dias no campo, direto pescando. Assim que é, quando se tá apanhando bem o peixe, aí a gente leva o gelo e a caixa de isopor para conservar o peixe, né? Aí, fica até dois dia no campo pescado (Seu José Carlos - Entrevista realizada em 28/01/2015).

Nos trechos dos depoimentos acima ficam evidenciadas as mudanças e readaptações que a prática da pesca tem sofrido no decorrer dos anos. Os pescadores falam de técnicas e instrumentos que antes eram utilizados e, que, atualmente, já não são utilizados com tanta frequência, como é o caso do socó e da tarrafa. Um dos motivos apontados pelos pescadores pelo qual deixaram de utilizar tais técnicas seria o fato desses instrumentos demandarem um maior esforço físico no trabalho da pesca (sobre este aspecto abordarei de forma detalhada mais adiante).

Outro fato demonstrado nas narrativas diz respeito à utilização do gelo e do isopor na conservação do pescado. Seu Edivaldo nos diz que “*Quando não se tinha a caixa de isopor e gelo pra conservar o peixe, que aqui não tinha fábrica de gelo. Nessa época eu pescava era com viveiro*”. O *viveiro* é um espécie de cercado que mantém o peixe preso e vivo dentro d'água, utilizado antigamente quando os pescadores de Penalva não tinham acesso à aquisição do gelo e da caixa de isopor para a conservação do produto até o momento da venda. Nas palavras de seu Edivaldo “*A gente ia pegando o peixe e ia prendendo o peixe no viveiro, no grajau, pra mode conservar o peixe até voltar da pesca pra poder vender o peixe*”. Com a utilização do gelo e do isopor aumentou a produção do pescado, uma vez que, contando com essas tecnologias, o pescador armazena por mais tempo uma quantidade maior de pescado.

A partir do conhecimento local, enquanto formador de sujeitos para a sociedade e gerador do processo de socialização de novas gerações, o *habitus* se dá no decorrer de um longo processo de socialização. Dessa forma, o trabalho é compreendido como um mecanismo de iniciação da criança nos costumes da comunidade de pescadores e o produto desse processo é o conhecimento adquirido que confere à criança a capacidade de manejar os apetrechos e as técnicas de captura do pescado e o conhecimento sobre o meio ambiente adquirido ainda com pouca idade.

Imagem 08: Crianças e adolescentes participam da pesca em Penalva



Fonte: Arquivo pessoal

De acordo com Loureiro (1985), a formação dos pescadores fica a cargo da família, quando participam desde crianças das tarefas ligadas à pesca, como na ajuda ao conserto de redes, e mesmo quando começam as incursões no espaço aquático, a títulos diversos, seja para aprender o ofício, ou mesmo, para acompanhar pessoas mais velhas com as quais possui laços de parentesco ou de solidariedade. Esse aspecto é possível inferir a partir do trecho do depoimento abaixo:

Quando eu ia pescar com meu minino (filho) de noite quem corria rede e despescava era eu, mas de dia eu deixava ele correr rede, pra ir aprendendo (Seu Domingo Silva - Entrevista realizada em 12/11/2014).

Alencar (1991), em um estudo realizado em uma comunidade de pescadores na Ilha de Lençóis no estado do Maranhão, observou que as crianças, mesmo nas atividades de lazer, realizavam brincadeiras voltadas para o universo da pesca, de forma que imitavam os adultos no trabalho pesqueiro cotidiano, construindo, dessa forma, brinquedos que imitavam instrumentos e situações corriqueiros utilizados pelos adultos no trabalho da pesca. Nas atividades de socialização e de lazer, construíam pequenas embarcações, utilizando como material, para fazer o lastro do barco, casca de coco seco e sacos de plástico para confeccionar as velas. Havia uma preocupação com os detalhes das embarcações utilizadas pelos adultos nas pescarias. Esta é, portanto, uma forma dessas crianças interiorizarem o

conhecimento relacionado com o mundo da pesca. Um conhecimento que é adquirido seja por meio da observação e imitação do saber fazer do adulto, seja pelas informações que são repassadas às crianças por uma pessoa mais velha. Alencar (1991: 131) constatou que em Ilhas dos Lençóis:

Em virtude deste aprendizado, qualquer criança com cerca de dez anos de idade mais ou menos, pode informar sobre os diferentes tipos de pescaria, as diferentes espécies de peixe e os movimentos das marés. É neste momento de socialização que a criança adquire um conhecimento sobre seu ambiente natural, e (sic) é introduzido os saberes sobre os tempos e os serviços.

Com relação a essa questão, Cardoso (2002:162 e 167), em sua pesquisa realizada na comunidade de pescadores de Algodão, no nordeste paraense, constatou que o treinamento para a entrada na atividade pesqueira se inicia muito cedo nos diversos locais de sociabilidade das crianças da comunidade. As primeiras atividades desenvolvidas pelas crianças nessa comunidade tem um caráter de treinamento para o trabalho na pesca que exercerão no futuro. Nas comunidades de pescadores o aprendizado se realiza pela prática, pela continuidade e pela convivência do grupo. E afirma que:

O aprendizado das crianças nas comunidades pesqueiras começa cedo – aos cinco ou seis anos de idade, quando os pais começam a cobrar que os filhos realizem suas primeiras atividades, como forma de treinamento e colaboração, que favorecerá imediatamente ou futuramente o grupo doméstico. (...). As informações sobre os instrumentos de pesca, suas disposições na canoa, suas utilidades, por quem e como são usados, todas elas desde cedo fazem parte do universo dos meninos, que em pouca idade já conhecem uma grande variedade de nomes de peixes, sabendo responder como se estrutura a organização da pesca na canoa, a posição de cada um e sua atividade.

Para Cardoso e Souza (2001: 176), o trabalho na pesca se efetiva através dos conhecimentos adquiridos pelos mais velhos e repassados no cotidiano para novas gerações, inclusive, ainda, na infância:

Na realidade, é por meio das práticas cotidianas que se efetiva a reprodução de um modo de vida pautado num princípio de maior proximidade entre pais, filhos e parentes, e é reproduzido certo *habitus*,

que garante o provimento de alimentos para a família, mas que, em sua construção, forma o sujeito, inserindo-o, desde cedo, nas atividades produtivas, especialmente na pesca artesanal. Para os sujeitos locais, ser pescador é uma condição existencial, é uma forma específica de realizar a formação do adulto responsável e autossuficiente.

Esse aspecto fica ilustrado no trecho abaixo, em que Seu Zacarias, pescador artesanal de 74 anos de idade e aposentado, descreve como ele iniciou seus filhos no trabalho da pesca:

Olha o pescador é o seguinte, como eu pescava, meus filhos tudo pesco, porque se criaro junto comigo, num sabe? E enquanto eles não podiam ir pro campo eu tava indo, mas quando eles tavo grossinho a gente já ia levando, já ele ia aprendendo, já tenho hoje três... quatro filho que já pesca, um é piqueno, mas já pesca, sabe trabaiá. Tem um que já é sócio(colônia de pescadores). Pescar se apende (Seu Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

Dessa forma, podemos afirmar que a arte de *tornar-se pescador* se efetiva através do conhecimento local, um conhecimento entendido como um produto social de um saber-fazer repassado por aqueles pescadores mais antigos e fruto de experiências vivenciadas por gerações anteriores. O *tornar-se* pescador está fundamentado no resultado das práticas das técnicas e tecnologias de pesca, as quais são repassadas e aperfeiçoadas de uma geração a outra. Isto é evidenciado no trecho do depoimento do pescador Pedro Penha, quando ele fala o seguinte:

Eu aprendi a pescar foi com meu pai, que também era pescador, ainda criança. A criança de hoje que é proibido trabaiá. Mas, antigamente, com 8,9 anos já começava a pescar, já tava no batente, já tava aprendendo, a profissão, a forma de vida, nê? Porque nesse tempo não se tinha outra oportunidade e outro meio de viver. Aqui em Penalva era só a pescaria mesmo, como ainda hoje é, como prova você pode vê nessa rua até a beira do lago só mora pescador. Então, desde de piqueno meus pai já me ensinavo e minha mãe me dizia: - Olha, meu filho a gente tem de aprender a pescar, fazer uma rede, concertar a rede e até, saber tratar o peixe. Porque se não isso mais na frente vai te fazer falta. E hoje eu agradeço a minha mãe, porque se eu não tivesse aprendido essa profissão, eu tava sofrendo (Pedro Penha - Entrevista realizada em 07/06/2015).

Ramalho (2012) elabora o conceito de *conhecimento patrimonial pesqueiro*, no qual afirma que as expressões socioculturais são decisivas para construir o *fazer-se* pescador artesanal em termos prático e simbólico. O *conhecimento patrimonial pesqueiro* é uma tradição que se manifesta através dos costumes, formas de conhecimento, cultura produtiva e organização do trabalho. Este conhecimento acumulado está relacionado com a experiência adquirida e a prática cotidiana da pesca. Nesse aspecto, o *fazer-se* pescador se traduz em um fazer sociocultural ancorado em uma dinâmica social que articula a tradição com as necessidades e adequações do presente, combinando tradições do passado que se renovam e se mantêm no presente. De acordo com Ramalho (2012:17):

O conhecimento patrimonial pesqueiro é uma forma de produção e de reprodução social desenvolvida por pescadores artesanais ancestralmente (muitas vezes, ao longo dos séculos), com o claro objetivo de se apropriarem de um tipo específico de recurso natural [os pescados e, por isso, o mar, os rios e estuários] para fins de sobrevivência, de acordo com o uso de técnicas e de tecnologias (pescarias), e que sempre dialogaram com as novas necessidades do tempo presente (o ser pescador), para responderem a projetos existenciais da comunidade e, especialmente, ao mercado, renovando-se e se conservando ao mesmo instante.

Isto é possível ser observado na fala do interlocutor abaixo, na qual ele menciona a importância que a família exerce no processo de *tornar-se* pescador, uma vez que, através da mediação com o trabalho, os pescadores mais velhos da família repassam a arte de ser pescador, a qual somente se consolida com o domínio das técnicas de captura; a formas de convívio com as águas e os saberes sobre navegação; o conhecimento sobre as espécies e cardumes, seus ciclos e ritmos de vida; a maestria que lhes permite identificar os pontos de pesca; e a habilidade de fabricação e conserto dos instrumentos de pesca, uma vez que sem essas aptidões, não é possível *tornar-se* pescador artesanal.

Olha, o pescador tem que ter, assim, uma continuação da família para se tornar um pescador. Até porque, pescar tem ciência, só mesmo com a experiência e com o tempo é que o camarada se torna um bom pescador. Pescar qualquer um pesca, Mas, saber mesmo pescar...ter assim... aquela arte de saber botar rede, saber aonde é que apanha o peixe...ter a coragem de enfrentar o lago, uma tempestade... isso não ficou pra todo mundo, não (risos) (Lourival - Entrevista realizada em 05/06/2015).

Então, disso podemos concluir que, quando o interlocutor se refere à importância do papel social da família para o *tornar-se pescador*, dizendo que “*o pescador tem que ter, uma continuação da família para ser pescador*”, indica que esses saberes e conhecimentos adquiridos e repassados pela tradição sobre a arte do trabalho na pesca se constituem em um patrimônio indispensável para a reprodução social dos pescadores artesanais de Penalva. Quando Lourival nos fala que “*pescar tem ciência, só mesmo com a experiência e com o tempo é que o camarada se torna um bom pescador*” deixa clara a importância do *conhecimento patrimonial pesqueiro* para a reprodução do universo simbólico e prático da pesca artesanal em Penalva. Há, portanto, um processo de construção dos sujeitos no decorrer da vida que faz com que se torne pescador, um processo que é percorrido pelo aprendizado que se inicia na infância e continua como repetição no cotidiano, fortalecendo a afetividade entre um adulto e uma criança ligados por laços de parentesco e afinidades.

Diegues (1983: 197-199), caracteriza o trabalho do pescador artesanal considerando que o ponto definidor deste não se resume apenas às condições materiais da pescaria, ao ato de “viver da pescaria”. Mas, está, sobretudo, baseado nos meios de produção da pesca, que está ancorado no conhecimento sobre o método, as técnicas, e as tecnologias que oferecem subsídios para o controle de “como pescar e do que pescar”, ou seja, as habilidades que fazem de um homem (ou mulher) possuidor da arte de pesca, o que faz dele um pescador que possui uma profissão.

O que caracteriza o pescador artesanal não é somente o viver da pesca, mas é sobretudo a apropriação real dos meios de produção; o controle de como pescar e do que pescar, em suma o controle da arte de pesca. O domínio da arte exige dele uma série de qualidades físicas e intelectuais que foram conseguidas pelo aprendizado na experiência, que lhe permitem apropriar-se também dos segredos da profissão. (...). Tornar-se um pescador profissional, entretanto, significa ser portador do conhecer que implica no quanto, onde e por que fazer. Esse conhecer é constituído por um conjunto de ideias sobre o navegar, o movimento das marés, os tipos de fundo propícios à vida de certas espécies de pescado, noções empíricas sobre os hábitos dos diferentes peixes, etc. O importante não é conhecer um ou outro aspecto do segredo, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar as decisões relativas à captura (DIEGUES, 1983: 197-199).

Portanto, o saber local necessário ao desenvolvimento do trabalho da pesca é entendido como um patrimônio cultural de um determinado grupo de pescadores, na medida em que se apresenta como expressão simbólica e material capaz de produzir e reproduzir o modo de vida dos pescadores artesanais de Penalva e se expressa nas formas de sociabilidades que revelam particularidades características desse grupo social em questão. Dessa forma, *tornar-se* um pescador artesanal é estar munido de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural que permite ao pescador transitar no plano material e simbólico. A atividade pesqueira envolve uma complexa cadeia de inter-relações sociais, mas também ambientais, o manejo dos recursos naturais aquáticos demanda conhecimento e habilidade a respeito da ação do homem sobre o meio ambiente, do convívio cotidiano com a natureza e dos homens entre si.

E a gente não trabaia só numa coisa, a gente intralha uma rede, tece e concerta uma rede, né? Porque tudo isso faz parte do trabalho do pescador, né? A gente tem que saber fazer e concertar nosso material de trabalho. O trabalho do pescador não é só quando a gente vai pro campo e chega lá no lago pra armar a rede, não. O nosso trabalho é tudo isso, se o cara não souber tudo isso, ele não é um pescador, né? Tudo é o trabalho do pescador, tem que saber... (Luís Carlos - Entrevista realizada em 05/06/2015).

O pescador artesanal utiliza o conhecimento adquirido ao longo de sua trajetória na atividade da pesca para decodificar os sinais que a própria natureza lhe oferece sobre as questões climáticas e do tempo – por exemplo, se tem probabilidade de chover ou não – de descortinar os locais mais propícios para o pescador realizar uma empreitada bem sucedida na pesca, os pesqueiros, as atitudes comportamentais e alimentares das espécies, entre outros. Sobre esse domínio que os pescadores artesanais possuem sobre a natureza, Furtado (1993:200 e 206) observou nos pescadores do Rio Amazonas, especialmente, sobre a tática de descoberta e definição dos pesqueiros ou pontos de pesca:

Ora, é pelo saber, pela ciência que os pescadores tem da natureza, que os leva a definir, redefinir, criar e/ou a valorizar certos ambientes para sua atividade, bem como as espécies ictiológicas que interessam aos seus objetivos. Por este caminho, territórios aquáticos e terrestres são incorporados às suas necessidades. É por esse conhecimento que alcançam a capacidade de classificar as coisas do mundo vivo. E também graças a

essa ciência que podem reproduzir-se socialmente e transformar em tradição os traços culturais apreendidos das gerações anteriores.

Para descobrir um novo ponto de pesca em seu circuito de trabalho, o pescador precisa ter um aguçado senso de observação a fim de notar alguns sinais que denunciam a presença de peixes em determinados locais, que recebem este nome. Tais sinais, que se conjugam na mente do indivíduo para denunciar a presença da fauna ictiológica, capaz de proporcionar um considerável nível de captura para os fins desejados, podem estar associado à água e/ou a terra, ou as duas, ao mesmo tempo.

Com relação à habilidade que o pescador artesanal tem de identificar os locais mais propícios para a captura do peixe, José Ribamar, 39 anos e pescador de Penalva nos descreveu algumas características do que seria, na opinião dele, um bom ponto de pesca:

Pois assim que é, a gente observa a água, a vegetação alí do local, aí a gente sabe se alí é um ponto bom pra apanhar o peixe, assim que é. Por exemplo, a gente observa o nível da água aqui mesmo da beira do lago, e aí a gente já sabe se outros pontos mais longe já tá bom pra gente ir apanhar o peixe, dependendo do abaixamento ou das cheias, né? É assim, só mesmo com o conhecimento, com a experiência que a gente sabe o local que o peixe gosta de tá no lago (Entrevista realizada em 04/06/2015).

Com isso, podemos afirmar que os sinais e características que podem indicar a presença de peixe em determinada parte de um território pesqueiro, somente são possíveis serem detectados com “o conhecimento, com a experiência que a gente sabe” como nos fala José Ribamar. E esse “conhecimento” e “experiência” somente se efetiva com uma intensa e obstinada observação do comportamento da natureza e seus recursos. Trata-se de um aprendizado contínuo que, como já discuti anteriormente, é iniciado desde a infância na vida das crianças do grupo de pescadores artesanais de Penalva. Para Alencar (1991), a organização do trabalho na pesca, nos moldes como ocorre nas comunidades de pescadores artesanais, envolve sempre um modo tradicional de transmissão do conhecimento sobre natureza, expresso na maneira como o homem interage com o ambiente natural, explorando-o com seu trabalho.

Deus já deu esse conhecimento pra gente do tempo, aí a gente já sabe: quando se forma um tempo... aí a gente já sabe que vem uma chuva grande, uma ventania, uma tempestade, uma coisa assim. Aí já diz pro cumpanheiro: - Rapaz, lá vem uma tempestade. Vumbora se esconder? Se

abrigar, porque ali vem uma tempestade!. A gente já sabe, sim senhora. Já sabe ... (José Ribamar - Entrevista realizada em 04/06/2015)

Munidos deste conhecimento sobre o trabalho na pesca os pescadores de Penalva desenvolvem a atividade durante todo ano. Consideram porém, o período da estiagem, chamado localmente de “verão”, entre os meses de agosto e dezembro, como o período anual em que a produção de peixe é mais expressiva. O horário de saída e de retorno, diariamente, para desenvolver o trabalho na pesca em Penalva varia de acordo com o ciclo das águas, que marca os dois períodos. Com isso, a pesca em Penalva é praticada dentro de uma lógica de tempo baseada em um sistema ecológico, em que o tempo está intimamente ligado às mudanças ecológicas. Nesse aspecto, as condições ecológicas agem de forma determinante para definir os locais onde vivem e trabalham, o que proporciona seus referenciais de tempo e espaço a partir da atividade produtiva da pesca definida dentro da organização social do grupo.

Aqui, nesse nosso campo de Penalva não tem igual, pescador aí é de manhã, de tarde e de noite pescando, e todo mundo pega. A gente vai num dia pega. Já vai no outro dia pega bem pouquinho, ou já não pega... Assim que é (Seu José Antônio - Entrevista realizada em 04/06/2015).

De acordo com as informações dos pescadores interlocutores, o horário escolhido por grande parte dos pescadores para se deslocarem para a atividade é aquele que sai durante a noite e volta pela manhã, horário propício para a comercialização do pescado no porto de Penalva, denominado pelos pescadores artesanais de “prainha”. Entretanto, dependendo do período do ano, e mesmo, do local do ponto de pesca, optam por sair no período da tarde, passar toda a noite no campo desenvolvendo a atividade e chegar pela manhã para vender o pescado. Na análise de Maldonado (1986:36), “o tempo do pescador é medido pelos ciclos da natureza” pelo decorrer dos dias e noites no ambiente pesqueiro e pelo comportamento das espécies. José de Ribamar narra no trecho abaixo como acontece sua rotina na atividade da pesca em Penalva:

Assim: o horário de pescar depende se é no inverno ou no verão. Esse período agora (“inverno”) a gente sai de duas a três horas da manhã e chega esse horário assim (por volta de 8h30 a 9h00). Agora no verão, que a gente só pesca quase no lago aqui mais perto, eu saio quatro horas;

quatro e meia da manhã e chego esse horário, também. Eu só pesco na madrugada. Mas, tem pescador que sai duas horas da tarde e só chega esse horário, geralmente, são aqueles que tem o boi na canoa, aquela casinha que protege da chuva. Eu pesco de segunda a sábado. Domingo a gente, eu e o companheiro, tira sempre pra descansar. E durante os dias da semana que eu pesco... sempre o pescador, depois do almoço, tira aquele cuchilo, né? Porque tem que levantar de madrugada...aí tem que descansar. Aí de tarde vai consertar a rede, fazer a manutenção dos instrumentos de trabalho, né? Porque, como qualquer outro trabalho, nós temos nossos instrumentos e temos que fazer a manutenção, né? Mas, também, tem dia que a gente não vai, ontem a gente não foi, porque tava chovendo. Assim que é, se a gente vê que o clima não tá bom, a gente não vai, porque com a experiência que a gente tem, sabe que pode vir uma tempestade, uma ventania, uma coisa assim. Aí, é um perigo pra vida da gente... (Entrevista realizada em 04/06/2015).

Nas informações abaixo, outros interlocutores informam seus horários habituais que destinam para desenvolver o trabalho pesqueiro:

Eu mudei o jeito de pescar, agora nós sai 1 hora da madrugada, aí bota rede, quando vamos pra mais longe, pro lago de Viana. Mas, quando é aqui pertinho nós sai 3 horas da madrugada por aí... quando é seis horas a gente começa a tirar a rede e despescar (Seu Domingo Silva - Entrevista realizada em 12/11/2014).

É de noite, chaga lá (no local de pesca) 1 hora da tarde e, aí, passa a noite. Às vez muitos vai passa o dia, uma hora dessa (aproximadamente 18h30) ele vem embora, traz o peixe gelado. Chegou guardou no outro dia de manhã ele vem pra praia vender, assim que é. Quando é pra passar a noite a gente faz aquela toca na canoa, leva um merenda ou leva os preparos pra fazer lá: leva o arroz, leva a panela, leva o tempero pra fazer lá, assim que é. Dependendo do camarada querer ele vai pescar todo dia (Seu Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

De acordo com informações levantadas no trabalho de campo, observei que a pesca na região lacustre de Penalva é praticada, também, no turno da tarde, embora não com a mesma frequência com que é praticada a pesca matutina. Pois, esta é considerada mais importante do ponto de vista da comercialização do pescado, fazendo com que neste turno, o número de pescadores seja mais expressivo, ocasionando uma maior produção do pescado no período da manhã. Porém, alguns pescadores têm a prática ficar dois ou três dias em uma pescaria. Como é possível observar nos trechos acima, a rotina do trabalho dos pescadores de Penalva se inicia entre 2h00 e 3h00 da madrugada, horário que, normalmente, os pescadores saem para pescar, retornando entre 7h00 e 9h00, horário de maior volume de

venda do pescado capturado diariamente em Penalva, tanto na “prainha” como na feira da cidade. Esse aspecto pode ser observado nos trechos da narrativa abaixo:

A pesca é assim: às vez a gente pesca de noite no campo, as vez passa o dia, às vez vai de 02h00, 03h00 horas da madrugada e chega 07h00, 08h00 horas. Aí, é assim, depende do período e conforme o peixe tá dando melhor. E se quiser só ir pegar a boia vai próximo aqui, bem pertinho e ligeirinho pega o rango. Eu não vou todo dia na pescaria, não. Até porque a rede fura, aí tem que tirar um dia pra consertar a rede, pra fazer a manutenção do material, assim que é. Mas, tem pescador aí que vai todo dia (Luís Carlos - Entrevista realizada em 05/06/2015).

Com relação às modalidades e instrumentos utilizados na captura do pescado em Penalva, observei que os pescadores utilizam na atividade da pesca, quase unicamente, a rede parada ou de encache e a tarrafa. Sendo a tarrafa o outro instrumento mais utilizado, porém, apenas de forma esporádica, e em alguns períodos do ano. Portanto, a análise elaborada a partir desta pesquisa tem como campo empírico o grupo de pescadores artesanais que praticam a pesca utilizando, sobretudo, a rede, como será detalhadamente analisado mais à frente.

Com relação a isso, em pesquisa realizada por Pinheiro & Araouche (2013:51), os autores constataram que:

Existem várias modalidade de pesca empregada pelos pescadores nos lagos de Penalva. As principais permitidas são: a pesca de tarrafa, a camboa (um tipo de pesca de tarrafa), rede parada ou de enganche e a pesca de anzol. Outros tipos de pesca também são praticados, porém não são legalmente permitidos. São elas: a pesca de espinhel, choque, arrasto, muzuá, landruá, rede de avesso, tapagem, espera, pesca de fojo e pesca de ganzepe.

De acordo com Paula Andrade (1999), a pesca nessa região é praticada por homens, mulheres e crianças, sendo os primeiros os que mais desenvolvem essa atividade. A canoa é utilizada como meio de transporte para o desenvolvimento da atividade pesqueira, mas esse deslocamento é, também, feito a pé. Em algumas unidades domésticas, há os que, desde a infância, vão sendo preparados por seus pais para desenvolverem a atividade pesqueira

como atividade principal para o sustento da família, sendo desenvolvidas, dessa forma, diversas técnicas de pesca artesanal na região.

2.3 A mulher na atividade da pesca em Penalva: “*porque mulher de pescador é pescadora*”

Longe de ser uma atividade exclusiva dos homens, a pesca em Penalva é desenvolvida, também, por mulheres e crianças de ambos os sexos. Muito embora, a maioria das mulheres participe de atividades que são realizadas na *terra*¹⁹, ou seja, aquelas atividades que estão relacionadas com a pescaria, sem, entretanto, participarem diretamente do ato de *pescar* e *despescar* nos lagos e embarcadas com seus maridos, filhos, pais e/ou outras mulheres. Essas atividades desenvolvidas pelas mulheres pescadoras estão relacionadas, sobretudo com a fabricação, consertos e reparos de materiais de pesca, especialmente as redes. Essas mulheres pescadoras associam os afazeres domésticos, como cuidar da casa, dos filhos, preparo da alimentação e outras atividades diárias da esfera doméstica com o trabalho da pesca, como forma de ajuda na produção pesqueira familiar.

As mulheres de pescadores ainda têm a prática de “*tecer rede pra fora*”. *Tecer rede pra fora* é um tipo de trabalho que algumas mulheres pescadoras de Penalva desenvolvem, quando recebem encomendas de terceiros para tecer rede recebendo em troca um valor em dinheiro. Esse trabalho é considerado por elas como uma forma de complementação da renda familiar. Observamos o que falou os pescadores de Penalva nos trechos abaixo:

Minha mulher tece rede ligeiro demais, até mais do que eu (risos)... A mulher dele aqui [do seu parceiro de pesca] também tece rede. Geralmente, as mulher ajuda os marido pescador é dessa forma, por isso as mulher de pescador tem os mesmo direitos. Os direito que o homem pescador tem, as mulher tem, né? (José Ribamar- Entrevista realizada em 04/06/2015).

¹⁹ De acordo com Alencar (1991: 22) os trabalhos etnográficos realizados em comunidades de pescadores no Brasil revelam que o universo da pesca se organiza a partir do ponto de vista espacial, em uma díade representada pela relação que se estabelece entre dois aspectos distintos: terra e mar (no que se refere à pescar artesanal em Penalva esses espaços correspondem à terra e lagos). “Estes espaços contém duas dimensões, uma de ordem da especialidade e outra da ordem das elaborações simbólicas”.

No depoimento acima o pescador José Ribamar fala sobre o trabalho da mulher pescadora de Penalva, considerando o trabalho desenvolvido por sua esposa e pela esposa de seu companheiro. O pescador fala, sobretudo, daquele trabalho desenvolvido pela mulher na terra, ou seja, da fabricação e reparos da rede de pesca.

Porque a companheira do homem também é pescadora, eu e ela aqui (a esposa), a gente recebe o seguro junto, então ela trabalha na pesca também. Ela tece uma rede, concerta uma rede, assim que é. Então, a mulher do pescador é pescadora também. Se nós somos casado no documento, ela também é pescadora, porque aqui a gente vive é da pesca pra criar nossos filho, todos dois: eu e ela. Tem vez que ela me acompanha no campo, vai pescar comigo, pra me ajudar, assim que é (Luís Carlos - Entrevista realizada em 05/06/2015).

Tem mulher que se sai melhor do que homem na pescaria (Seu José Carlos - Entrevista realizada em 04/06/2015).

Nesta perspectiva, a partir das narrativas acima, podemos apreender que os pescadores ao se referirem às suas esposas, como mulheres pescadoras e, portanto, como sujeitos portadores do conhecimento sobre a atividade da pesca, consideram que estas possuem as mesmas habilidades que os homens pescadores ou que, até mesmo “*que se sai melhor do que homem na pescaria*”. Quando José Ribamar afirma “*minha mulher tece rede ligeiro demais, até mais do que eu*” e a fala de Seu José Carlos “*tem mulher que se sai melhor do que homem na pescaria*” nos leva a entender que em Penalva, muito embora a pesca seja uma atividade desenvolvida principalmente pelos homens, a mulher tem um espaço legítimo e reconhecido como um agente capaz de desenvolver as atividades relacionadas à pescaria tão bem quanto os homens.

E quando o interlocutor afirma que “*por isso as mulher de pescador tem os mesmo direitos*” está se referindo a quais direitos? Trabalhistas? Previdenciários? O trecho em que Seu Luís Cardoso referindo-se a sua esposa diz “*a gente recebe o seguro junto, então ela trabalha na pesca também*” esclarece que ele está se referindo aos direitos trabalhistas e previdenciários que sua mulher, enquanto possuidora de uma identidade social e de uma carteira profissional de pescadora, desfruta por ser reconhecida como uma trabalhadora da pesca (no Capítulo IV trataremos mais especificamente sobre esse assunto).

Neste sentido, a autodefinição de agentes sociais tem uma expressão identitária traduzida por sentimentos de pertencimento de identidades coletivas que emanam dos movimentos sociais. Observamos nas últimas décadas o aparecimento de grupos sociais que se afirmam através de uma identidade coletiva, entre eles: seringueiro, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, castanheiros, pescadores artesanais, entre outras, as quais trouxeram a complexidade de elementos identitários, colocando além das práticas conflitantes de agentes sociais diferenciados, o reconhecimento de dimensões simbólicas peculiares nas relações desses agentes com conquistas políticas relacionadas às identidades coletivas (ALMEIDA, 2010).

Para Barth (2000) os grupos sociais se constituem em categorias de identificação, as quais são utilizadas pelos próprios agentes, tendo como característica a capacidade de organização e interação social. As categorias étnicas são, portanto, uma forma de organização social. Portanto, a manutenção das fronteiras da etnicidade não está garantida a partir do isolamento, mas da própria inter-relação social entre os grupos, ou seja, quanto maior a interação social, maior será a eficácia da fronteira étnica.

O autor considera que grupos são socialmente construídos e que os grupos, em termos culturais, não têm uma existência ou estabilidade *a priori*. Nessa perspectiva, a etnicidade é entendida como um processo, que reflete as trajetórias históricas, sociais e políticas, utilizando os objetos culturais para produzir distinções nas sociedades. Considerando a reflexão de Barth (2000), observei que em Penalva as mulheres pescadoras, e mesmo seus maridos, acionam a identidade de *pescadoras* como uma estratégia política para garantir o acesso a determinados benefícios trabalhistas e previdenciários, especialmente, o seguro defeso.

As mulheres que desenvolvem a atividade da pesca embarcada trabalham com pais, maridos ou companheiros para fazerem companhia e auxiliar os mesmos durante o trabalho nos campos e lagos da região, no processo de pesca e despesca. Em casa – ou na *terra* – associam as tarefas domésticas com a fabricação, conserto e pequenos reparos das redes de pesca. Entretanto, observei que em Penalva as mulheres pescadoras são protagonistas do processo de trabalho na atividade pesqueira como àquele que é desenvolvido embarcadas, ou seja, o trabalho propriamente dito de captura do pescado. Com relação a esse aspecto, as narrativas abaixo trazem informações sobre o trabalho da mulher pescadora de Penalva:

Mas tem mulher aqui em Penalva que é pescadora mesmo. A mulher do meu cunhado vai todo dia pescar com ele. Ela é a cumpanheira de trabalho dele mesmo, é ela que vai pescar com ele, é ela que o parceiro, parceira que trabalha com ele. Eles vão todo dia duas horas da madrugada e chega uma hora dessa assim (por volta das 08h30) (José Ribamar - Entrevista realizada em 04/06/2015).

Eu aprendi a pescar com meu marido. Quando eu me casei com ele, ele já era pescador, aí eu comecei a acompanhar ele quando ele ia pro campo pescar. Foi assim. Aí eu que já era a cumpanheira dele na pescaria. E sempre o tecendo rede, tecendo rede... (Dona Maria José - Entrevista realizada em 08/06/2015).

Gerber (2013: 95) dedicando-se ao estudo sobre mulheres pescadoras do litoral de Santa Catarina procura fazer uma etnografia sobre a participação das mulheres embarcadas no trabalho da pesca. Para tanto, a autora enfatiza que os trabalhos da área das ciências sociais produzidos no Brasil tendem a invisibilizar a mulher enquanto sujeito que participa de forma afetiva e diretamente do universo da pesca, sobretudo, quando se trata da condição de *embarcada*. Destaca que, em geral, nos trabalhos etnográficos que tratam da pesca e da participação feminina, as mulheres “quando citadas, o são de forma muito sutil, sendo que na maioria elas não aparecem”.

Outros trabalhos quando fazem referência às mulheres que desenvolvem a atividade, referem-se a elas como as *mulheres de pescadores*. Reserva às mulheres pescadoras um papel sem maior importância na organização social da pesca. No contexto desses trabalhos acadêmicos, a mulher não é pensada como um sujeito que possui uma identidade social de *mulher pescadora*, o que independe desta mulher desenvolver seu trabalho no espaço da terra ou embarcada. Nesse aspecto, Gerber (2013:103) informa que temos avançado no que diz respeito aos estudos etnográficos que analisam as condições sociais que reconhecem a mulher enquanto pescadora:

Os estudos sobre mulheres em comunidades pesqueiras aumentaram desde as primeiras pesquisas realizadas no Brasil onde contamos com etnografias interessantes sobre o cotidiano feminino, como os exemplos aqui referidos em que os dados sobre os trabalhos realizados por mulheres em terra nos trazem algumas pistas sobre os espaços das mesmas na pesca. Porém, considero que há uma lacuna no que se refere aos estudos que apresentam de forma mais específica, explícita e central peculiaridades alusivas a como as mulheres vêm se constituindo como pescadoras, entre as quais as embarcadas.

Em Penalva, o trabalho de campo trouxe informações a respeito da participação do trabalho feminino na pesca. Observei que a mulher se insere em lugar central na organização social da pesca, seja ela trabalhadora de atividades realizadas em *terra* ou que atue como embarcada. Um fato curioso é que, inclusive, os homens pescadores de Penalva reconhecem e destacam que algumas mulheres pescadoras se sobressaem mais que alguns homens tanto nas atividades ditas do espaço da *terra*, tecer e fazer reparos e concertos em redes, como no ato de pescar propriamente dito para capturar o peixe nos lagos da região.

Na narrativa abaixo de Dona Joana, pescadora de Penalva, 55 anos, podemos observar que sua iniciação na atividade da pesca se deu ainda na tenra idade e por “*precisão*”. Nesse contexto, podemos entender o termo “*precisão*” por necessidade. Uma necessidade que posiciona a mulher, ao contrário, do que foi constatado em outros trabalhos antropológicos em comunidades de pescadores, as quais conservam tabus sexuais relacionados ao gênero feminino e às condições biológicas que geram representações sobre o corpo da mulher, como menstruação, gravidez e pós-parto, que justificam seu afastamento do espaço produtivo da pesca nesses períodos de liminaridade em que a mulher se encontra em condições delicadas de saúde. Ainda, em outras representações, a mulher nessas condições é considerada como um agente de contaminação, poluição e desordem, ou ainda, que se daria pela crença de que a mulher seria a portadora da condição de “*panema*”²⁰ é superada pela necessidade que as mulheres encontram ao fazer da pesca uma profissão e meio de sustento de suas famílias (MOTTA MAUÉS, 1977; PEIRANO 1975).

Eu comecei a pescar com a idade de seis anos por precisão, porque eu tinha que acompanhar meu pai. Nesse tempo meu pai ia pescar e eu ia com ele e fui aprendendo. Com a idade de nove anos, meu pai já ia pra roça e eu ia pescar sozinha pra pegar a bóia. Tinha meus irmão pequeno, minha mãe às vez tava de resguardo e, mesmo, tinha que cuidar dos meus irmão que eram pequenos. Então, era eu que tinha que ajudar meus pai. E assim, eu cresci procurei família, meu marido também pescador, eu continuei pescando. Tinha um senhor pescador aqui vizinho, Seu Loloza, ele dizia assim pro meu marido: - Olha tua mulher é mermo que ser homem! Não se sabe o dia que ela tá menstruada, nada. Senhora, eu era no campo direto pra criar 9 filho. E, ainda, hoje eu tenho minha canoa, minhas rede e o homem (o marido) tem os material dele. Assim que é, até hoje pescar é comigo mesmo (Entrevista realizada em 06/06/2015).

²⁰ De acordo com Witkoski (2007:294), no caso da pesca na Amazônia, a condição de “*panema*” significa “um estado de morbidez que se caracteriza por má sorte, azar, infortúnio, que vira uma espécie de feitiço, e que impede o indivíduo de ser bem-sucedido, nas atividades que costuma fazer”.

Em Penalva, Dona Joana nos fala que outro pescador ao expressar admiração por seu trabalho na pesca o compara com o trabalho desenvolvido por um homem pescador “*tua mulher é mermo que ser homem! Não se sabe o dia que ela tá menstruada, nada*” fica elucidado que a mulher trabalhar durante o ciclo menstrual ainda causa admiração e estranhamento, indicando ser algo que ainda não foi totalmente naturalizado dentro do grupo social de pescadores. Então, a “*precisão*” que se explica tanto na necessidade de “*pescar sozinha pra pegar a bóia*”, como estar “*no campo direto pra criar nove filho*” faz com que os tabus a respeito de alguns estados biológicos do corpo feminino sejam, de certa forma, desmistificados, dando lugar a uma visibilidade e reconhecimento social da mulher pescadora como capaz de, embora tendo um corpo diferenciado daquele masculino, passa a desenvolver o trabalho da pesca tão bem quanto o homem.

Outra questão que a fala de Dona Joana nos ajuda a refletir diz respeito à forma como ela diz ter aprendido pescar e, posteriormente, ter continuado na atividade pesqueira. Primeiramente, começou “*a pescar com a idade de seis anos por precisão*”, acompanhando seu pai. Fica esclarecido em sua narrativa que, possivelmente, ela não tinha irmãos mais velhos com idade suficiente pra substituí-la no trabalho de ajuda ao pai. Nesse aspecto, também se explica à “*precisão*”. Na idade adulta, Dona Joana casa-se com um homem pescador e continua na profissão para auxiliá-lo no trabalho da pesca para “*criar nove filho*”, o que explica a “*precisão*” de continuar na profissão de pescadora artesanal.

Sobre o termo “*precisão*”, Moura (2009) observou, a partir de sua pesquisa realizada com trabalhadores do município de Codó que se submetem ao trabalho em condições análogas à escravidão em fazenda do Pará e Maranhão, que a “*precisão*”, bastante enfatizada por eles, diz respeito a uma necessidade financeira extrema, ocasionada pela falta de oportunidade de trabalho existente tanto na área rural quanto urbana de Codó, obrigando-os a ser “*escravos da precisão*”. Dessa forma, a autora chegou à conclusão de que aqueles trabalhadores somente se submetem a essas condições tão adversas de trabalho por falta de outra alternativa e pela necessidade de sustento de suas famílias. Portanto, quando a pescadora de Penalva fala de “*precisão*” é possível concluir que esse termo surge em um contexto parecido com aquele dos trabalhadores anteriormente descritos, por uma necessidade emergencial de ajudar seu pai no sustento da família e, posteriormente, de ajudar o marido na criação dos filhos.

Ainda na fala da interlocutora, observamos que além da ajuda a seu pai, enquanto criança, na idade adulta continua a auxiliar seu marido. Entretanto, é possível observar que mesmo na tenra idade, Dona Joana já possuía uma autonomia com relação ao trabalho da pesca, quando ela nos diz que “*Com a idade de nove anos meu pai já ia pra roça e eu ia pescar sozinha pra pegar a bóia*”. Autonomia que é observada depois de casada quando afirma que “*E, ainda, hoje eu tenho minha canoa, minhas rede e o homem [o marido] tem os material dele*”.

Imagem 09: Mulheres envolvidas com a atividade da pesca



Fonte: Arquivo pessoal

Portanto, considerar a referência de que o mundo da pesca é eminentemente masculino, é deixar de reconhecer a existência e, portanto, é invisibilizar pescadoras como Dona Joana, cuja participação nas atividades relacionadas à pesca é inerente a sua trajetória de vida. Nesse aspecto, Geistdoerfer (1989), afirma que, quando a antropólogo estuda uma comunidade de pescadores, deve analisar a organização social da produção que perpassa

pelas práticas técnicas, sociais, simbólicas de pescadores membros de comunidades ou de sociedades em questão. Mas, também, não deve negligenciar o estudo sobre relações homem-mulher, a divisão sexual do trabalho, as relações familiares, o estatuto e as funções assumidas pelas mulheres no seio desses grupos sociais.

As mulheres pescadoras de Penalva são devidamente registradas na Colônia de Pescadores e possuidoras da Carteira de Pescador (ou Pescadora) Profissional. Condições que, além de, contribuírem com a afirmação social da identidade de mulheres pescadoras artesanais garantem a elas ter “*os mesmos direitos que os homens têm*”, como a garantia de receber o seguro-defeso e a aposentadoria no futuro (esses aspectos serão melhores detalhados no capítulo IV).

2.4 Os pontos de pesca: como dividir o indivisível?

Os pontos de pesca ou pesqueiros são as áreas que os pescadores utilizam “para designar as áreas limites onde desenvolvem sua atividade de pesca” (FURTADO, 1993:205). Os pontos de pesca “constituem a unidade básica da territorialidade dos pescadores” (MALDONADO, 1993:107). Os pescadores artesanais, tanto da água doce como marinha, têm critérios próprios para identificar os locais específicos para a captura do peixe. De acordo com Begossi (2013: 163 e 164), isso se explica em termos ecológicos, uma vez que os cardumes de peixes, em geral, são encontrados agregados, em mexas, nos rios, mares e lagos. “Ou seja, o que os pescadores denominam como “pesqueiros” são na realidade manchas de pescados, ou locais onde determinadas espécies são encontradas”. Então, “pesqueiros são parte das áreas de uso, ou do espaço aquático usado por pescadores”. Sobre os critérios ecológicos mencionados por Begossi, Seu José Carlos, pescador de Penalva, 62 anos nos, descreve como um pescador de Penalva classifica um ponto de pesca: “*O pescador conhece se o ponto é bom para peixe, é conforme a água: se a água é corrente, essas coisas*”.

Para Maldonado (1993; 24), “o meio indiviso e imenso viabiliza a ação do homem sob o pressuposto da divisão e da apropriação, se não individualmente, pelo menos ao nível de comunidades, de famílias e de tripulação de pescadores”. Neste sentido, a autora ressalta a importância das percepções que os pescadores têm dos espaços produtivos, uma vez que o manejo consciente desses recursos pesqueiros representa continuidade ao modo de vida

artesanal da atividade pesqueira. Uma dada cognição e interpretação do pescador artesanal, em relação às especificidades do ambiente, permite que ele pratique a atividade profissional através das formas de manejo.

E, ainda de acordo com Begossi (2013:165):

podem ser consideradas áreas de pesca o espaço usado na pesca por diversos indivíduos ou por uma comunidade. Pontos de pesca, os locais específicos, ou micro-áreas onde é realizada a pescaria. Pesqueiros, são pontos de pesca onde há alguma forma de apropriação, regra de uso ou conflito, sendo então um território em seu sentido ecológico.

É importante mencionar que a autora destaca, ainda, que é necessário observarmos a diferença existente entre áreas de pesca e os territórios de pesca ou pesqueiros. Áreas de pesca dizem respeito à área usada. Já os pesqueiros agregam significado de apropriação e disputas inerentes à garantia de uso desses territórios. Portanto, os pontos de pesca são socialmente construídos a partir da lógica da organização produtiva da pesca artesanal, possuindo regras próprias de uso e apropriação.

Loureiro (1985) define pesqueiros como locais em que, habitualmente, a abundância de peixe é maior, de forma a tornar o trabalho do pescador mais produtivo. O pescador artesanal de Penalva não dispende de instrumental que indique com precisão a posição, o movimento e a profundidade dos cardumes, pilota suas embarcações em direção às faixas de água tradicionalmente conhecidas pela presença dos cardumes.

Com relação aos conhecimentos que os pescadores artesanais detêm Silvano (2013), considera que estes geralmente possuem um conhecimento detalhado acerca da ecologia, comportamento e classificação dos peixes, sendo que esse conhecimento influencia e é influenciado pelas estratégias de pesca na captura dos cardumes. Em Penalva, Seu Luís Cardoso, pescador, esclarece que para o pescador detectar um ponto de pesca, isso somente se faz possível a partir do conhecimento e da experiência que o mesmo adquiriu ao longo de sua trajetória de trabalho mediado por sua aproximação com o mundo natural.

Aí, só mesmo com a experiência que a gente tem, pra saber se o ponto é bom ou não. É se a água tá com aquela correnteza, essas coisa assim. Às vezes, naquele lugar que cria aquelas samambaia, aqueles capinzinho, aí a

gente já acha que eles (os peixes) tã por ali por perto, querendo comer aqueles matinhos, assim, a gente bota a rede ali. Mas, às vez, não dá nada, às vez dá certo, às vez não dá...Assim que é: uma aventura. Aí só Deus mesmo que nos ajuda, né? Porque nós que depende das coisa da natureza, depende de Deus mandar, porque a natureza é Deus que dá pra gente (Seu Luís Carlos - Entrevista realizada em 05/06/2015).

A apropriação social dos recursos naturais de uso comum “refere-se aos arranjos de direitos de propriedade nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos” (MCKEAN & OSTROM, 2001: 80). De acordo com esses autores, os recursos naturais utilizados em regime de propriedade comum são formas de “privatizar direitos sobre um objeto sem dividi-lo em pedaços”. No que diz respeito à apropriação social dos recursos aquáticos na atividade pesqueira, segue esses mesmos sistemas tradicionais de manejo que consideram formas comunais de propriedade.

Em Penalva, a apropriação social dos recursos pesqueiros disponíveis nos ecossistemas lacustre da região é organizada de acordo com a “precisão” de todos e regida por um “respeito” mútuo ao outro. Cordell (2001: 148) constatou que na pesca marítima artesanal da Bahia os pescadores firmam regras de consideração e “respeito” uns para com os outros, não necessitando o pescador estar sempre presente para defender seu ponto de pesca, uma vez, que seu território pesqueiro é respeitado pelos demais pescadores. Nesse aspecto, o autor afirma que:

O respeito é criado e reafirmado através de atos, às vezes substancias e às vezes triviais, bem como por gestos de benevolência recíproca. Uma ilustração desse código de honra é a maneira pela qual os pescadores agem quando encontram outros pescadores na zona-tampão. Nesta situação por causa dos pequenos intervalos de maré. Quando há espaço para um único lanço, os mestres tiram a sorte para ver quem lança primeiro a rede. Uma vez que a ordem é estabelecida, um marcador de maré, geralmente uma estaca de madeira na margem, determina a sequência de direito do lanço. Não mais que um lanço é permitido por barco durante a maré. Nessa circunstância, os mestres decidem se devem ou não permanecer no lugar. Em geral, esse padrão sequencial de lanço funciona bem, mas algumas vezes um barco não consegue fazer o cerco no tempo devido. Se, contudo, o barco seguinte lançar a rede ambas podem ficar emaranhadas.

Tratando-se da noção de “respeito”, fica esclarecido no trecho da fala de seu João Mariano, pescador de Penalva, que os pescadores constroem um respeito recíproco, e isso

fica evidente quando o pescador que primeiro chega e se apropria de um determinado ponto de pesca “*Aí, o outro pescador quando chega, já não bota ali*”. Quando o interlocutor utiliza o adverbio de lugar “*ali*” para se referir ao ponto de pesca que já foi apropriado por aquele pescador que chegou primeiro no espaço, nos leva a concluir que a representação de “respeito” é construída levando em consideração a ordem de chegada, não sendo, o ponto de pesca, portanto propriedade particular, especialmente por ser um ambiente indivisível, não permitindo fronteiras ou delimitações geográficas. Resta ao pescador que chegar posteriormente “*botar mais adiante*” no espaço aquático indivisível e, ao mesmo tempo, comum a todos. Segue o fragmento retirado da narrativa do interlocutor:

Olha, é assim: tá ali o lago, né? Aí o pescador chega bota a rede ali no seu ponto. Aí o outro pescador quando chega, já não bota ali. Já vai botar a rede mais adiante. Assim que é. Tem esse respeito, assim que é. Quem chegar primeiro já vai armando sua rede. Já o outro que chegar depois, já não bota perto, já vai botar mais adiante (João Mariano - Entrevista realizada em 06/06/2015).

A partir do trecho da fala de José Ribamar, pescador de Penalva, 36 anos, podemos concluir que, além do “respeito”, aparece, também, a solidariedade e o entendimento de que “*todos nós temos precisão*”, esta solidariedade se concretiza na medida em que um pescador que já chegou primeiro no local de pesca, permite a pescaria do outro pescador que chega posteriormente e diz ao outro “*pode botar sua rede aqui, não tem problema*”. Entretanto, observamos que, considerando o “respeito”, deve haver uma prévia solicitação do pescador que chegar depois para ter acesso ao ponto de pesca já apropriado pelo pescador que chegou antes dele. Ficando, inclusive, a critério de esse pescador aceitar ou não a solicitação. Caso a solicitação seja negada o outro pescador age da seguinte forma: “*Aí, a gente já disvia pra outro lado. Porque a gente vai se intendendo assim, pra não criar confusão*”. Isso nos leva a concluir que os pontos de pesca são construídos, também, em alguns casos, através de conflitos, caso o “respeito” não seja levado em consideração.

A gente intende que todos nós temos precisão. Aí o outro chega a gente diz: - Companheiro, pode botar sua rede aqui, não tem problema. Mas tem uns que são brabos, que diz assim: - Não, rapaz! Aqui não que já tem minha rede. Aí a gente já disvia pra outro lado. Porque a gente vai se intendendo assim, pra não criar confusão (José Ribamar - Entrevista realizada em 04/06/2015).

De acordo com Maldonado (1993: 125), os critérios estabelecidos pelo grupo social facilitam, de certa forma, a convivência harmoniosa do meio explorado. Porém, essa harmonia dependerá do “respeito” aos códigos territoriais, os quais são de natureza simbólica, mas se conjugam a elementos de ordem prática, e estão “calcados na cooperação, princípio ético que orienta o princípio de trabalho e as relações sociais nas comunidades pesqueiras de modo geral”.

A autora enfatiza que as características de uso dos espaços pesqueiros confirmam as relações sociais na organização da produção pesqueira que são inerentes a essas comunidades de pescadores, traduzidas a partir do próprio movimento dialético da sociedade e a natureza. Uma vez que “Os recursos que o pescador explora são móveis, sendo complicado delinear, manter e defender fronteiras e territórios, não havendo equivalência com os sistemas de terra” (MALDONADO, 2000: 61).

Considerando essas questões, a territorialidade pesqueira é construída a partir dos processos e mecanismos pelos quais os grupos de pescadores estabelecem as regras de apropriação e de como defender o uso comum de espaços classificados como interessantes e produtivos na captura do pescado. Trata-se de uma dimensão prática, mas, também simbólica, do comportamento humano, a partir da apropriação do espaço e de sua transformação em territórios. Para Maldonado (1993: 35):

Esses territórios tanto podem corresponder a realidades geográficas concretas quanto a representação que frequente se estendem às relações sociais, na medida em que a territorialidade humana encopasse amplo leque de dimensões humanas como status, identidade e prestígio, não raro podendo constituir-se em ordenação simbólica em cujo bojo se dão relações de poder e dominação, eventos de linguagem e ideologia.

A territorialidade se desenvolve através do tempo, passando de uma geração a outra nos processos de socialização e de transmissão da tradição como uma relevante dimensão da capacidade que o homem tem de conferir significado simbólico ao espaço, inclusive ao espaço social em que ocorrem as suas relações, construindo *lugares*.

Seu Zacarias, pescador de Penalva, 68 anos, descreve como procede ao chegar a um determinado ponto de pesca, ao posicionar a sua rede em um determinado local do lago, que julga como um ponto estratégico para a captura de peixes, visando, uma pescaria bem sucedida. O outro pescador, que chega posteriormente, procura não ficar em uma área muito

próxima a dele para não “*improvisar*” (prejudicar) sua pescaria. Entretanto, o outro pescador entende que, caso resolva realizar a pesca naquele mesmo ponto, corre o risco de sua pescaria ser “*improvisada*” (prejudicada), porque “*ou ele me improvisa ou eu improviso ele*”. Observamos aí que, o sentimento de cooperatividade surge, tanto por “*consideração*” ao outro (não prejudicar a pescaria do outro pescador), como por interesses particulares, uma vez, que ao fazer uso do mesmo ponto de pesca pode ser prejudicial, também, para ele. E, caso os pescadores entrem em acordo para utilizar o mesmo pesqueiro, uma regra tem que ser respeitada: “*em algumas ocasião eles bota [a rede] por cima da [rede] da gente que fica incruzada. Agora quando bota emparelhada é que não dá, mas ficando incruzada, as vez o cara não gosta muito, mas ele deixa*”. A seguir a íntegra do trecho do depoimento:

O problema é o seguinte: eu chego boto minha rede aqui [apontando] aí outro chega já me acha aqui aí vai mais pra frente, já não fica ali perto de mim, porque se ele ficar, aí tem uma projudicação ou pra ele ou pra mim, né? Ou ele me improvisa [no sentido de atrapalhar] ou eu improviso ele. Já ele quer afastar mais que é pra não ficar perto de mim, assim que é. Em algumas ocasião eles bota... às veze bota [a rede] por cima da [rede] da gente que fica incruzada. Agora quando bota emparelhada é que não dá, mas ficando incruzada, as vez o cara não gosta muito, mas ele deixa (Seu Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

Em Penalva os pescadores artesanais descobrem os pesqueiros, estes são preservados e, posteriormente, são abandonados, por conta da sazonalidade que, dependendo do período do ano, afeta a produtividade em determinados locais da região lacustre de Penalva. Outros pontos de pesca são esquecidos pelos pescadores, e/ou reapropriados por outros, o que indica que o acesso e apropriação aos territórios pesqueiros são flexíveis. Na região lacustre de Penalva, os pescadores artesanais constroem seus territórios, seus locais de trabalho, que passam a fazer parte de sua identidade, que é permeada por noções práticas e simbólicas do espaço.

Uma das formas de marcação dos pontos de pesca são bandeiras. As bandeiras são confeccionadas com varas e um pedaço de tecido ou sacos plásticos. As varas são afixadas no fundo do lago e na outra extremidade fica o pedaço de tecido ou saco plástico para sinalizar para outros pescadores que aquele local está sendo apropriado por outros pescadores. A marcação serve, inclusive, de sinalização para outras embarcações – seja de pescadores ou aquelas utilizadas para transporte de passageiros – evitarem passar no local,

como forma de preservar as redes que ali estão à espera de peixes. Pois, o tipo de motor utilizado nessas embarcações pode ocasionar rasgos ou, até mesmo, total destruição ao instrumento de pesca. Portanto, as bandeiras servem, também, como sinalização náutica.

Maldonado (2000) afirma que os pescadores, de modo geral, tendem a construir uma relação com o espaço em que a noção de indivisão está intimamente relacionada com o trabalho na pesca. Especialmente, porque os espaços aquáticos são meio indivisos em si, sendo ainda, mais complexas as tentativas de uma determinada comunidade de pescadores criar formas contínuas de posse e de usufruto do meio aquático, como o mar, rios, lagos, uma vez, que existem condições específicas e predominantemente simbólicas nas formas de percepção, de apropriação e de divisão desses territórios. Ainda de acordo com a autora, no que diz respeito à pesca realizada em territórios marítimos:

A condição de patrimônio comum do mar, implica a sua indivisibilidade sistemática e a ausência de apropriação formal e contínua do meio. Em termos produtivos, isso está subsumido às condições em que ocorrem os ciclos biológicos das espécies marinhas e à imensidão do meio. Este é o primeiro ponto a abordar quando se trata de espaços marítimos: o fenômeno da indivisibilidade e da não-apropriação formais conjugando-se; mobilidade do mar e imprevisibilidade da produção, sobretudo se for feita a comparação a condição de patrimônio comum do mar, implica a sua indivisibilidade sistemática e a ausência de apropriação formal e contínua do meio (MALDONADO, 2000: 60).

De acordo com Chamy (2004) ao apropriarem-se de territórios marinhos, pescadores artesanais definem as regras de acesso, limites e marcações de áreas produtivas que resultam de práticas cognitivas bastante complexas. Essas práticas desenvolvidas junto ao meio natural e que são transmitidas entre gerações, permite que o pescador reconheça marcas tridimensionais visíveis e invisíveis no ambiente aquático e estabeleça divisões, muitas vezes conflituosas desses espaços aquáticos.

Dessa forma, a partilha do espaço aquático pesqueiro se torna possível a partir da territorialidade construída pelos pescadores no processo do trabalho e da organização social da pesca nos espaços produtivos. Sendo possível, portanto, a divisão do indivisível a partir da capacidade cognitiva dos pescadores, os quais são capazes de desenvolver habilidades específicas que surgem com a relação entre pescador e a natureza na construção dos recursos pesqueiros. Na convivência com o meio, o pescador adquire conhecimento que

viabiliza o zoneamento sazonal do espaço, tanto para fins de organização do trabalho, como para fins de territorialidade. “Assim, o meio indiviso e imenso se viabiliza à ação do homem sob o pressuposto da divisão e da apropriação, se não individualmente, pelo menos ao nível de comunidades, de famílias e de tripulação de pescadores” (MALDONADO, 1993: 24).

Imagem 10: Bandeira de saco plástico hasteada para sinalizar ponto de pesca



Fonte: Arquivo pessoal

Gerber (2013) em sua pesquisa sobre as atividades da pesca desenvolvidas por mulheres embarcadas no litoral de Santa Catarina, no que diz respeito às bandeiras que marcam e sinalizam os pontos de pesca, constatou que:

Uma segunda regra remete a considerar que, se o mar aparentemente não tem dono, não tem cercas, é possível afirmar que há uma complexidade alusiva aos muitos territórios que são sinalizados e que, portanto, mostram para os que ali circulam quem é o *dono* daquele ponto. A delimitação e a sinalização destes territórios, embora sejam migrantes e se desloquem de acordo com a época do ano, é marcada pelas bandeiras. As bandeiras são, portanto, os sinalizadores que mostram visualmente onde estão colocadas as redes de pesca, uma forma clara de delimitar e dividir o espaço do mar e, embora aos olhos leigos possam parecer todas iguais, cada pescador sabe qual é a sua.

Constatai, então, que na pesca artesanal praticada em Penalva, o “*respeito*”, a “*precisão*” e o cuidado com a ética para não “*improvisar*” (no sentido de atrapalhar, como expressou por Seu Zacarias) o outro, constituem-se em elementos fundamentais para a construção de códigos e regras que regem o uso comum dos locais de pesca nos lagos da região a partir da representação que se tem de espaço físico e espaço social. Os princípios que orientam o processo de trabalho na pesca e as relações sociais que são construídas na reprodução do modo de vida desses pescadores artesanais exprimem sentimentos de identidade, que se realizam em atos que demonstram hospitalidade, generosidade, ou ainda, rejeição e agressividades, como expressou José Ribamar:

Mas tem uns que são brabos, que diz assim: - Não, rapaz! Aqui não que já tem minha rede (José Ribamar - Entrevista realizada em 04/06/2015).

Com o fragmento da fala do pescador José Ribamar, podemos concluir que no processo de uso dos locais de pesca em Penalva, nem sempre, se dá de forma pacífica, existindo, também, os conflitos. Sobre isso, Begossi (2013: 164) afirma que os pontos de pesca ou pesqueiros são partes das áreas de uso de recursos marinhos ou de água doce. E que “quando há conflito no uso de algum pesqueiro, ou quando há alguma regra com relação ao uso de determinado pesqueiro, podemos supor que se trata então de um território”. Nesse aspecto, a autora considera que a territorialidade da pesca é construída a partir das regras de uso, e mesmo, dos conflitos gerados em torno das disputas pelo acesso e uso dos recursos pesqueiros, o que torna possível a divisão do indivisível.

2.5 A imprevisibilidade na pesca: “*Porque a pescaria é assim, cada tempo tem um traço*”

Além da indivisão, autores que desenvolvem trabalhos voltados para uma análise da antropologia da pesca, consideram que a atividade pesqueira é imprevisível (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1986 e 1993; ADOMILLI, 2002). Para tanto, observam que os recursos pesqueiros não têm sua origem no trabalho humano. Na verdade, ao contrário da produção industrial, a reprodução dos objetos do trabalho, o peixe, é materializado segundo leis de reprodução biológica dos cardumes, as quais escapam ao controle humano. Neste

aspecto, Diegues (1983) esclarece que os recursos pesqueiros são móveis, muitas vezes “invisíveis”, reproduzindo-se e migrando de um ambiente para outro, obedecendo a complexos padrões, os quais se tornam de difícil compreensão humana.

Maldonado (1986: 31) fala de imprevisibilidade na pesca, sobretudo no que diz respeito à produção, pois o pescado tem natureza cíclica e móvel. “Já que, em tese, o pescador não pode controlar as condições do tempo e a mobilidade do peixe, utiliza mecanismos tecnológicos e direciona seus laços para organizar a produção, obter informações sobre as concentrações de pescado e assegurar vias de comercialização do produto”. Dessa forma, a mobilidade das espécies de peixe reforça a imprevisibilidade na pesca, uma vez, que as espécies se deslocam constantemente de acordo com os ciclos da natureza.

Porque a pescaria é assim cada tempo tem um traço. Tem tempo que dá mais é de dia, o peixe dá melhor de dia, tem tempo que é de noite. O peixe é o seguinte ele muda, entendeu? Ele muda. Ele tá dando de noite, tá dando, tá dando... Aí quando bate pro meio do verão aí ele passa parar mais de noite e andar de dia, quando é no inverno ele para de dia e anda de noite, mais é de noite... O cara às vez vai... às vez é faz 100, faz 200, 50, 60 reais. Mas a pescaria não tem lógica, não tem lógica: hoje você vai, faz 100 reais, amanhã você vai faz 30, né? Baixou o que? 70, né? Às vez depois de amanhã você já vai faz 200, 150... Assim que é a pescaria. Ela não tem lógica (Seu Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

A exemplo do que os autores que se dedicaram a estudar outras comunidades de pescadores observaram sobre a imprevisibilidade da pesca, através dos dados de campo, constatei que em Penalva, o caráter de imprevisibilidade da pesca fica bastante evidenciado na fala dos pescadores. Quando Seu Zacarias diz no trecho acima que “*O peixe é o seguinte ele muda, entendeu? Ele muda*”, que em um determinado período é possível capturar o peixe durante a noite. Já em outros períodos a pesca de determinadas espécies somente se faz possível durante o dia, ou seja, fica esclarecido que a pesca em Penalva, também apresenta esse aspecto de imprevisibilidade.

Imprevisibilidade, da qual seu Pedro Penha, também pescador de Penalva, diz que, apesar de o pescador, escolher um ponto de pesca sobre o qual ele espera obter uma pescaria bem sucedida, ele “*vai aventurando para vê se tem sorte*” porque “*pescaria não é uma coisa certa*”, é algo que depende também, da providência divina “*é onde Deus dê*”. Depend

da ajuda do sobrenatural significa dizer que no plano humano não é possível de se realizar, sendo, portanto a pescaria imprevisível “*assim que é: às vez pega, as vez não pega*” dependendo, inclusive da “*sorte*”. Portanto, a categoria sorte, também traduz a concepção de que a pesca apresenta imprevisibilidade. Abaixo o trecho do depoimento em que essa questão é bastante ilustrada:

Aqui em Penalva é assim: o pescador chega bota a rede. Outro já chega e bota a rede dele mais adiante ... É onde Deus dê ... É assim, vai aventurando pra ver se tem sorte, né?. A pescaria não é uma coisa certa, a gente com a experiência que já tem de muitos anos, já sabe mais ou menos os pontos que apanha melhor o peixe. Mas, nem toda vez acerta. As vez vê um ponto aí diz assim: - Eta, que aqui tá bom de peixe! Mas as vez não pega nada. Assim que é: as vez pega, as vez não pega (Pedro Penha - Entrevista realizada em 07/06/2015).

O meio aquático em que os pescadores desenvolvem suas atividades pesqueiras apresenta imprevisibilidades, já que o mar, os rios e os lagos não são espaços inertes, pelo contrário, são constituídos de dinâmicas que exigem saberes capazes de auxiliar os pescadores durante uma empreitada. Ocasional, inclusive, riscos e até mesmo perigos de morte, que são inerentes à atividade. Para Maldonado (1993: 80):

Pela sua natureza cooperativa e pelo distanciamento da terra, a pesca é uma atividade na qual a confiança e a competência dos participantes constituem condições de produção. O mar não só sugere riscos e conflitos, como exige que haja harmonia entre os pescadores, para que a cooperação tenha lugar. Essa cooperação é feita também do senso de igualdade que caracteriza os pescadores e que termina por se estender até o desembarque.

Esse aspecto também foi observado por Adomilli (2002: 84) com os pescadores artesanais do Parque Nacional da Lagoa do Peixe no Rio Grande do Sul, onde ele constatou que:

(...) a imprevisibilidade vem acompanhada da noção de “sorte” e de “fracasso”. Para os pescadores, junto ao conhecimento e a habilidade, é preciso uma boa dose de “sorte”. Utilizando a ideia de jogo, como metáfora, na pesca deve-se jogar: o pescador domina as regras (saber) e as executa com habilidade (fazer), mas o resultado não depende apenas do jogador, ou de sua estratégia, mas de forças alheias a ele (a natureza), que

são determinadas para o resultado (sorte). Portanto, saber jogar é imprescindível, mas o resultado independe do conhecimento.

Neste sentido, a atividade pesqueira, por si só apresenta uma instabilidade que está relacionada com seu objeto de trabalho, o peixe. Pois, por ser um recurso aquático e estar constantemente se movimentando debaixo d'água, faz com que o pescador não tenha controle sobre o mesmo. Muito embora, os conhecimentos que o pescador adquire ao longo dos anos e com a prática e experiência da atividade pesqueira e da própria interação do pescador com a natureza e com o meio aquático, proporcionada pelo processo de trabalho na pesca, confira ao pescador habilidades capazes de detectar os pontos de pesca ou pesqueiros. Contudo, devido sua incerteza sobre os locais exatos que se encontram os cardumes e determinadas espécies, atribui à pesca a imprevisibilidade, como é possível observar nos depoimentos dos interlocutores:

Aí eu chego pra mim armar a minha rede, marro a rede lá, aí, aguardo lá.. às vez pega, às vez não pega. Assim que é... (Seu Benedito - Entrevista realizada em 15/11/2014).

Olha! Nós já tivemos pescaria de 20,00 até 600, 00 reais em uma madrugada. Até 600,00 reais! De 150, 00; 400,00 assim que é... Mas também, tem vez que você não apanha nada (Seu Domingos Silva - Entrevista realizada em 12/11/2015).

Nos depoimentos acima fica esclarecido que a pesca é imprevisível na medida em que, mesmo com o conhecimento que o pescador tem sobre o ambiente, não é possível a ele ter certeza que ao escolher um determinado ponto de pesca terá um pesca bem sucedida, como expressou o pescador Benedito: “às vez pega, às vez não pega”.

2.6 A sorte, o risco e a inveja na pescaria em Penalva

A atividade da pesca artesanal propicia as condições objetivas da produção e reprodução social de comunidade de pescadores, como o acesso à alimentação e renda e; também, condições subjetivas, como o conhecimento local sobre o meio natural, o qual é

condicionado por dinâmicas ambientais que estão relacionadas com os conhecimentos locais, os recursos naturais, os instrumentos e técnicas empregados na captura do pescado. Nesse processo, a natureza se constitui no meio de trabalho dos pescadores artesanais, em que os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos propiciam a reprodução do modo de vida.

No entanto, para uma pescaria bem sucedida, o pescador depende também, da sorte. É preciso ter sorte para acertar um bom pesqueiro. A sorte traduz o outro lado da moeda: a existência móvel dos cardumes, a imprevisibilidade do seu aparecimento. A sorte tem um peso bastante significativo para os pescadores de Penalva, como vimos anteriormente. Sobretudo, porque o pescador artesanal penalvense trabalha com armadilhas fixas. Mas, ainda assim, o saber que o pescador tem sobre o trabalho é um fator importante para o sucesso da pescaria. Nesse contexto, o conhecimento é contrabalanceado pela sorte.

É possível observar na narrativa de Seu Domingos Silva, pescador de Penalva, quando ele informa que o pescador deve conhecer “*a passagem do peixe*” para colocar a armadilha, a rede de pesca, pois é através do saber que detém que o pescador julga se determinado local se apresenta ou não adequado para a captura de determinada espécie de peixe. Porém, Seu Domingos é cauteloso em dizer que o ponto de pesca “*é uma aventura*”, a pescaria depende também do pescador ter “*a sorte de apanhar*” o peixe. Então, podemos apreender daí que a sorte é considerada importante pelos próprios pescadores artesanais em suas empreitadas pesqueiras.

Geralmente o ponto de pesca é uma aventura, é uma aventura... geralmente, a gente coloca a rede na passagem do peixe. Mas, tem gente que não conhece. Aí a gente espera ter a sorte e apanhar o peixe. Olha, uma vez nós fumo pro Formoso, pescamos três dia, trouxemos uma viola [risos]...Uma despesa que a gente sai daqui pro Formoso não é menos de R\$ 100,00, com combustível, gelo, a merenda (Seu Domingos Silva - Entrevista realizada em 12/11/2015).

Para Maldonado (1993), a noção de sorte se expressa em fenômenos que ocorrem nas tensões específicas do meio natural, “a sorte é uma categoria construída no social”, estando também associada à territorialidade através de medidas de regulamentação do uso comum dos recursos marítimos. A autora observou também, que o risco é inerente quando

se trata do espaço que é construída socialmente a tradição pesqueira, entre o mundo da terra e o mundo do mar.

A noção de risco está intimamente ligada a de imprevisibilidade e de sorte. Pois, o ambiente aquático é considerado pelos pescadores como um ambiente instável, suscetível às tempestades e ventanias, representando um perigo constante aos pescadores que dependem deles como meio produtivo. Com relação à pesca marítima, Diegues (1983: 194) destaca que “O mar é o espaço das correntes perigosas, dos ventos que mudam de direção, do peixe que se desloca; e finalmente, mesmo com o peixe no cesto, o pescador enfrenta a instabilidade no mercado”.

Por estas questões, os pescadores podem ser considerados trabalhadores que se deparam constantemente com o risco, especialmente no que diz respeito à sua segurança física. Pois, além da possibilidade constante de naufrágios, tempestade, ventania, os acidentes são uma realidade durante as pescarias dos trabalhadores de Penalva. Tendo em vista, que os próprios instrumentos de trabalho com os quais o pescador lida como motor, linhas de náilon, entre outros, aliados aos acidentes como mordida de peixes, perfuração com esporão de arraia, picada de cobras, representam riscos à vida dos pescadores artesanais.

Não raramente, nas narrativas dos pescadores penalvenses surgem preocupações relacionadas com a segurança. Justificam, inclusive, a necessidade de pescar sempre acompanhados, tendo em vista a hostilidade e os perigos do ambiente relatados por eles, como podemos observar nos trechos abaixo:

O pescador ele corre risco de vida, né? Porque o pescador ele tá ali flutuando em cima d'água pode vir uma tempestade, uma coisa assim, e ele alagar. É corre risco de vida, tando dependendo da natureza... pode ser uma tempestade de chuva aí o lago fica bravo, aí é sempre um perigo pro pescador (Dona Maria José - Entrevista realizada em 08/06/2015).

O risco que o pescador corre é a gente tá no campo e se formar uma tempestade de chuva ou um temporal, que a gente fala: - Eita rapaz, lá vem um tempo de chuva! Nas travessia é muito ariscado! A gente pescando aí pelos campo também, corre o risco de ser furado de arraia, de ser picado por uma cobra, essas coisa (José Ribamar – Entrevista realizada em 04/06/2015).

Na pesca é um risco, é uma vida sofrida. A gente pega chuva, é vento demais, é praga. Ah! Pode crer que não é uma vida fácil não. O maior perigo que o pescador é quando vem uma tempestade e ele tá no lago. Hum! Aí só mesmo Deus pra livrar! Sorte dele se salvar! No ano passado morreu 6 pessoas de um vez só (Seu Reinaldo - Entrevista realizada em 07/06/2015).

Nos depoimentos dos interlocutores eles relatam os perigos que são sujeitados no trabalho da pesca. Os mais relatados são os perigos de naufrágio, tempestades, fortes chuvas, picada de cobra, de arraia e mordida por algumas espécies de peixes. Mas, eles relatam também, o fato do pescador ter coragem, no sentido de não ser preguiçoso, e ser corajoso para desenvolver o trabalho mesmo sabendo dos perigos que são inerentes à profissão. No trecho abaixo o pescador João Carlos esclarece sobre isso:

Um homem pra ser pescador, ele tem que ser corajoso, porque sair às vezes uma, duas da manhã e amanhecer o dia no campo pescando não é pra qualquer um, o camarada tem que ter coragem [risos]. Até porque ele tem muito risco com isso. É verdade, tem que ter coragem (João Carlos - Entrevista realizada em 30/01/2015).

Nesse aspecto, a pescaria se apresenta como uma atividade que oferece inúmeros riscos aos pescadores que a praticam. Portanto, insegurança e risco são categorias sociais presentes na relação social dos pescadores artesanais de Penalva. Além da indivisibilidade e do risco que são inerentes ao processo de trabalho do pescador, surge com muita frequência nas narrativas do grupo de pescadores artesanais entrevistados a categoria *inveja*, um exemplo é quando o pescador de Penalva, Seu Zacarias diz que “*pescador é um bicho invejoso, é pescador é invejoso. Caviloso... é pescador é caviloso*”.

Essa noção de *inveja* é construída para definir o interesse despertado em um pescador a partir do momento que ele fica sabendo da empreitada bem sucedida de outro colega de profissão, pois ele fica “*pesquisando*” qual foi o ponto de pesca em que o colega teve êxito na pescaria. Este aspecto pode ser observado na fala de Dona Joana, quando ela diz que “*Aí quando o cara pega bem em um local, aí alguém diz: - Rapaz, fulano pegou bastante aqui*” e, então, “*Aí o outro vem e coloca bem no lugar que a gente pescou*”. Porém, como a pescaria é imprevisível e o peixe não é estático, se movimentando o tempo

todo nos lagos, José Ribamar, também pescador de Penalva, informa que, na maioria das vezes, o fato de um pescador se apropriar do pesqueiro que o outro anteriormente utilizou, não significa a garantia de que terá o mesmo sucesso que o colega teve, pois “às vez acontece de ir e não pegar”. Abaixo os trechos dos depoimentos dos pescadores Zacarias e José Ribamar e da pescadora Dona Joana:

Pescador é um bicho invejoso. É, pescador é invejoso [risos]. Caviloso... é pescador é caviloso. Olha aqui é o seguinte eles pesco aí, aí outro pescador fica pesquisando, olha o peixe do outro aí, se é um peixe bonito, graúdo ele fica capturando pra que roteiro ele tava, até quando ele sabe [descobre]. Às vez ele olhou o outro passando ou olhou naquele lugar no outro dia quando ele vai já tem 3, 4, 5 já tem um magote ali já botando rede. O pescador é caviloso demais, é tem uma cavilação doida por peixe [risos] (Seu Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

Porque sabe, o pescador é um cabra invejoso que só. Aí, quando o cara pega bem em um local, alguém diz: - Rapaz, fulano pegou bastante aqui. Aí, o outro vem e coloca bem no lugar que a gente pescou. Assim que é pescador (Dona Joana - Entrevista realizada em 06/06/2015).

É o seguinte, pescador é assim: fica naquela curiosidade: - Rapaz, quem pegou bem foi fulano, ele tava em tal lugar assim, assim... Aí, tem uns que vão primeiro que o outro. Aí bota a rede, primeirinho porque soube que o outro pescador pegou bem naquele ponto ali. E às vez acontece de ir e não pegar [risos] (José Ribamar - Entrevista realizada em 04/06/2015).

Na fala de seu Domingos observei um fato curioso, e que não aparece nas narrativas dos outros interlocutores. Os outros interlocutores falam da “inveja” que os outros pescadores apresentam com relação àqueles que “pega bem o peixe”, essas inveja se traduz pela “curiosidade” em saber qual o ponto de pesca que o outro pescador se apropriou, como já vimos acima. Mas, o que me chama a atenção no trecho do depoimento de Seu Domingos, é que o pescador, tenta manter em *segredo* a localização do seu ponto de pesca, a partir do momento em que “Se ele apanhou pra nascente, ele diz que tava pro norte, pra não dizer o ponto pro outro”. Neste exemplo, observamos mais uma vez a noção de indivisibilidade do ambiente pesqueiro. Ora, se o pescador não tem como cercar, delimitar, vigiar e proibir que outro pescador se aproprie daquele ponto de pesca considerado bastante produtivo para pegar o peixe, a única estratégia dele para preservar seu ponto é manter em

segredo a localização, preservando-o, desta forma, dos pescadores invejosos. Vejamos o trecho da fala do interlocutor.

O pescador as vez ele apanha um peixe. Aí o outro pescador pergunta assim: - Rapaz, pra onde tu tava? Se ele apanhou pra nascente, ele diz que tava pro norte, pra não dizer o ponto pro outro... (Seu Domingos - Entrevista realizada em 12/11/2014).

A respeito da noção de *segredo* no contexto da pesca, Maldonado (1993) considera que, assim como a territorialidade e as forma de apropriação que o *segredo* propicia, este se constitui em um elemento fundamental à organização da produção e ao modo de ser de grupos sociais de pescadores, algo produzido pela estrutura social que contribui com a sustentação e a reprodução dos mesmos.

CAPÍTULO 03- AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO EM PENALVA

Neste capítulo, pretendo analisar as relações sociais de produção construídas no espaço da pesca no município de Penalva. A atividade pesqueira aqui é compreendida através das ações que envolvem a captura e a comercialização do pescado. Como já disse antes, a comercialização do pescado em Penalva é realizada no local do porto aonde os pescadores chegam com as embarcações, a qual é denominada localmente de “praia”, outros denominam de “prainha”. Diariamente é também comercializado na feira da cidade. Entretanto, na feira, em geral, o produto é comercializado por atravessadores ou revendedores.

Em Penalva, a atividade pesqueira artesanal não se resume apenas ao ato de captura do pescado, existe uma cadeia produtiva em que a comercialização é um fator importante na formação de um mercado local onde os pescadores vendem seu produto, conferindo assim, recursos para o seu sustento. Dessa forma, o mercado local da comercialização do peixe se efetiva através da existência da interação entre grupos de compradores e vendedores, os quais apresentam um potencial para negociar uns com os outros.

A venda do produto acontece imediatamente quando os pescadores chegam em suas canoas ao ponto de desembarque e vendem o pescado diretamente aos atravessadores que ali os esperam para negociar os menores preços, através de uma espécie de “leilão”. Raramente vendem, também, para a população local, enquanto consumidores finais. Portanto, observei que, muito embora a pesca em Penalva apresente formas tradicionais caracterizando-a como pesca artesanal, isso não exclui o caráter de mercado inerente à mesma. Apesar de os pescadores destinarem uma parte da produção para a subsistência familiar, o resultado do trabalho na pesca é, sobretudo, destinado para a lógica de mercado. Mesmo porque, o rendimento dos pescadores artesanais de Penalva organiza-se pelo sistema de partilha sobre o valor da produção comercializada, após a dedução das “despesas”.

O materialismo histórico considera o trabalho como meio necessário para atender as necessidades imediatas de manutenção da existência humana. O trabalho seria uma ação do homem capaz de transformar a natureza para atender às necessidades vitais do ser humano. De acordo com Marx (1973), esta seria a condição essencial à vida humana em quaisquer formas de organização social. Neste aspecto, o trabalho assume uma centralidade fundante

do ser social e no conjunto de atividades intelectuais e manuais organizadas pela espécie humana e aplicada sobre a natureza, visando assegurar sua existência. Portanto, os homens, para existirem, devem ser capazes de se reproduzir enquanto seres humanos; forma específica desta reprodução é dada por uma peculiar relação dos seres humanos com a natureza através do trabalho. A categoria do trabalho emerge, desta forma, como categoria central do ser social.

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso (...). De um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias. É o momento em que se efetiva o trabalho concreto, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado, o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aflora sua dimensão abstrata, onde desvanecem-se as diferentes formas de trabalho concreto e onde elas não distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (MARX, 1975, p. 45-54)

O autor considera que a produção material condiciona e é condicionada pela consciência que se constrói em um determinado momento da história, na forma como o homem se relaciona com a natureza e os outros homens, determinam a sua existência. E essas construções somente são possíveis pelas condições materiais e sociais de produção dos meios de existência numa determinada época.

Considerando essa perspectiva, Diegues (1993) analisa que a pesca artesanal é uma atividade que visa extrair da natureza a satisfação das necessidades básicas dos pescadores. Então, o pescador necessita compreender o espaço aquático para retirar dele os meios de sua existência. Nesse aspecto, é construída aí uma ação dialética, através de uma complexa relação de apropriação, fazendo com que esse mesmo espaço seja transformado pelas ações humanas, entretanto, o homem sofre, também, as transformações.

Neste contexto, foi possível observar que os pescadores se preocupam diariamente com o sustento familiar e vendem o excedente. A renda adquirida com a venda do excedente é o que possibilita ao pescador comprar outros produtos, denominados localmente de

“mistura”, essenciais para complementar a dieta alimentar que é baseada no pescado. Os produtos mais citados são: o arroz, a farinha de mandioca, óleo, sal, café, açúcar, macarrão, frutas, verduras e outras carnes, como, bovina suína e de frango. Inclusive, eu obtive alguns relatos de pescadores enfatizando que, quando o peixe não é muito apreciado por ele ou outro membro qualquer da família, é comum a prática de se vender o peixe para comprar outras carnes e produtos industrializados. Isto fica elucidado se observamos a fala de José Ribamar sobre o destino que é dado ao peixe que ele captura. Observe no trecho abaixo:

A gente vai pescar pra tirar a boia. O outro que sobra é pra vender, pra tirar a despesa do combustível, do gelo, da merenda que às vez a gente leva pro campo e pra comprar os outros mantimento: o arroz, o café, a farinha, né? As coisa que a gente necessita pra sustentar a família, porque não é só o peixe, tem as outras mistura, né? (Entrevista realizada em 04/06/2015).

Além da subsistência doméstica, outras necessidades existenciais são relatadas, com a própria aquisição, manutenção e consertos dos instrumentos de trabalho, assim como despesas diárias que a pescaria demanda: a compra de combustível, de gelo, caixas de isopor, entre outros. Ainda, surgem, outras necessidades básicas que são priorizadas, por exemplo, conta de luz, gás de cozinha, vestimenta, calçados e material escolar para os filhos.

A pesca às vez, quando dá, tira aquela do almoço e o que sobra vende pra comprar o arroz, a farinha, o café, pagar uma conta, essas coisa. Quer dizer que a gente depende pra sobreviver da pescaria, então é daqui que a gente tira o sustento (Pedro Penha - Entrevista realizada em 07/06/2015).

Considerando todas essas questões, não posso afirmar que em Penalva a produção do pescado destinado para a venda não é um objetivo almejado e perseguido pelos pescadores, pelo contrário, além do sustento da família, o trabalho na pesca visa, sobretudo, a venda e o rendimento obtido a partir da mesma. Dessa forma, o processo de comercialização do pescado se inicia a partir do momento em que o pescador se aproxima do porto, local onde, geralmente, já estão esperando os agentes envolvidos na comercialização, especialmente, os atravessadores. A partir daí se inicia a comercialização do produto *in natura*. De acordo

com Loureiro (1985: 183) “é através da comercialização que o pescado se realiza como mercadoria”.

Portanto, a pesca em Penalva é destinada para o consumo doméstico e para a comercialização. Neste contexto, consumo familiar e venda se alternam como forma de possibilitar a reprodução social entre os pescadores artesanais. Então, o trabalho na pesca se caracteriza, sobretudo, por assegurar a reprodução social e transformar-se em valor de troca para os agentes que se envolvem direta e indiretamente neste processo. Portanto, enquanto atividade produtiva, a pesca envolve uma racionalidade de mercado.

3.1 “É no olho”: outro peso, outra medida na comercialização do pescado em Penalva

Como já foram mencionadas, as atividades relacionadas à pesca artesanal na região lacustre de Penalva são praticadas diariamente nos turnos matutino, vespertino e noturno. Pela manhã, é o horário que envolve um número maior de pescadores, devido à comercialização do pescado, sendo, no início da manhã, mais expressiva no porto de Penalva, denominado localmente de “praia”. A pescaria é realizada em canoas, a remo ou a motor e o pescado é acondicionado em caixas de isopor com gelo. Mas, é muito comum o peixe chegar ainda vivo dentro das canoas, sendo comercializado *in natura*.

Ao perguntar a Seu Zacarias sobre quem determina o valor do peixe em Penalva, ele me respondeu que são os próprios pescadores e, de acordo com a escassez ou abundância do pescado o valor atribuído à mercadoria pode variar. Sobre este aspecto, o pescador explica que “*se tiver em falta, se tá pouco o peixe eles [os compradores/atravesadores] arroja em cima pra comprar aí o pescador aproveita*”. Ele explica que “*Às vez quando tá dando pouco peixe você faz mais dinheiro do que quando você tá pegando muito*”. O que Seu Zacarias explica é que no período de menor oferta do pescado, geralmente, o produto é mais valorizado na comercialização local. Observe o trecho do depoimento abaixo:

É a gente e a falta. Porque se tiver em falta, se tá pouco o peixe eles arroja em cima pra comprar, aí o pescador aproveita, né? Às vez quando tá dando pouco peixe você faz mais dinheiro do que quando você tá pegando muito, num é? O peixe não é como no mercado que o preço da carne é aquele todo dia. Mas, o peixe não, se faltar o peixe... Porque a nação, a população hoje, já quer mais é peixe do que carne, não é não? O

peçoal de hoje já quer comer é mais peixe do que carne. Olha, carne aí no mercado fica até tarde, nas feira, né? O problema da carne é porque o cara já tá abusado de cumer aquela carne todo dia, todo dia, aí ele já quer mudar. Agora eu não, eu sempre pesquei, mas sempre gostei de carne, num sou chegado pra peixe não, eu como ele, mas, não sou muito chegado, não. Já aconteceu muito de eu vender o peixe pra comprar a carne, agora a mulher aqui gosta de peixe, já meus minino tudinho já puxa é pro meu lado porque eles não é muito chegado a peixe. Aqui em casa, quando a gente tá pescando, fica mais peixe aqui em casa mais é por causa dela [da esposa] (Seu Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

Ainda, no depoimento de seu Zacarias, aparece uma prática bastante comum, que já mencionei anteriormente. Um costume que consiste em vender o peixe e, com o rendimento da venda comprar os outros produtos necessários para compor a sua dieta alimentar, especialmente, quando algum membro da família dos pescadores tem preferência por outro tipo de alimento, que não o peixe. Portanto, Seu Zacarias afirma que é muito comum ele “vender o peixe pra comprar a carne”, uma vez que, ele e seus filhos não apreciam o produto pra a alimentação.

Diariamente, ao se aproximarem da “praia”, os pescadores já encontram um grande número de compradores ou atravessadores aguardando com suas caixas de isopor e gelo em motocicletas, bicicletas e carros de mão para negociar a produção do dia. Dessa forma, na comercialização do pescado em Penalva se efetiva como um espaço social de interação e troca, regido por normas e regras formais e informais, onde a negociação dos valores atribuídos ao produto influência nas decisões dos agentes envolvidos.

Imagem 11: Revendedores à espera do desembarque do pescado na “praia”



Fonte: Arquivo pessoal

Na negociação e venda do pescado na “praia” entre pescador e comprador não é utilizado o método da pesagem, não se utilizam balanças ou outro instrumento para aferir uma determinada quantidade e/ou peça de pescado. O método utilizado na venda se dá através de uma negociação entre pescador e comprador, que consiste em negociar o valor sobre uma determinada quantidade ou uma unidade de peixe, a partir daquilo que se está visualizando (a quantidade de peixe, as espécies presentes no lote, o tamanho dos peixes, etc.). Dessa forma, o preço é anunciado pelo pescador ou é ofertado pelo comprador, cabendo aos dois chegarem a um acordo a respeito do valor ou não. Portanto, se diz em Penalva, que a compra do peixe “é no olho” outros dizem que é na “lapada”. José Ribamar no trecho da narrativa abaixo, explica como é que acontece a negociação na comercialização do pescado na “praia”:

É no olho, é no olho, que a gente determina o quilo do peixe. Aí, é o pescador com o atravessador que negocia. Aqui da nossa dupla é meu cumpanheiro que negocia, eu fico só olhando. Mas, quando a gente chega em determinado lugar, alí de 10 a 15 minutos pra chegar na praia, ele já vem logo ajeitando e separando o de vender e o de cumer, ele é que faz a negociação (José Ribamar - Entrevista realizada em 04/06/2015).

A não existência de tabela e regras que estabeleçam os valores do pescado pode ser entendida, quando Seu Edivaldo fala no trecho abaixo como acontece a negociação sobre o valor da mercadoria disputada:

Quem determina o valor do peixe, é os dono mesmo, não tem ninguém pra fazer assim uma tabela. É no olho, que a gente negocia o peixe. O cara pega uma caixa de peixe, nesse período agora e chega na praia pedindo 200,00 reais. Já o comprador bota 50,00; 60,00... O resultado é vender por 120,00 conto... 150,00 mais ou menos. (Seu Edivaldo Mendes - Entrevista realizada em 05/06/2015).

Os denominados localmente de peixes “graúdos” são aquelas espécies que, geralmente, são negociadas por unidade por apresentar um tamanho maior, se comparado com outras espécies. Os peixes desse porte citados pelos pescadores são a pescada, o surubim e a curimatá. “O peixe que tem mais saída pra venda é o peixe graúdo” ou “O peixe graúdo é sempre mais vendável”. As outras espécies de peixe, por serem bem menores, são separadas por quantidade ou “punhado” e, então, é atribuído ou ofertado o valor àquele lote. Os revendedores têm a prática de negociar diretamente com o pescador “a caixa de peixe”, ou seja, toda a produção do dia, até chegar a um consenso a respeito do valor da mercadoria:

Aí, o pescador chega com uma caixa de peixe, um bota 200,00 reais; já o outro bota 250,00. Aí, qual é o pescador que vai deixar de vender uma caixa de peixe por 250,00 pra vender por 200,00? Uma pescada de mais ou menos 2 quilos é 40,00; 50,00 reais aí na praia. E nego dá mesmo. Assim que é, é tipo um leilão: quem dá mais é quem leva. Ninguém pesa não, o preço é no olho (Seu João Mariano - Entrevista realizada em 06/06/2015).

O peixe melhor de venda é o peixe graúdo. O peixe graúdo é sempre mais vendável (Reinaldo - Entrevista realizada em 07/06/2015).

Levando em consideração, que em determinados períodos do ano a procura aumenta consideravelmente, aumentando o número de revendedores, o sistema de comercialização é chamado de “leilão” pelos próprios pescadores, pois, é muito comum negociarem mais de um comprador sobre um determinado lote de peixe. Então, a negociação adquire as

características de um “leilão” entre vendedores e compradores, uma vez, que os revendedores ficam ofertando diferentes valores ao pescador, ocasionando “*uma adrenalina na praia, é um leilão*”, como fala Seu Domingos no trecho abaixo:

O preço do peixe aqui não tem tabela, o que vale é... é a pessoa chegar na canoa, se agradar, aí, o dono [pescador] bota o preço. Tem Surubim de dois quilos que ele [comprador] bota 80,00 reais sem preguiça. Aqui não tem tabela aqui é na lapada. É uma adrenalina na praia, é um leilão. A senhora chega: - Quanto é isso aqui? – É 50,00. Outro: - eu dou 10,00; eu dou 30,00; eu dou 20,00. Tem ocasião que dá até briga, dá discussão... Olha o dilema hoje é o peixe, é dinheiro vivo (Seu Domingos - Entrevista realizada em 12/11/2014).

Seu Domingos para se referir à valorização do pescado no mercado atualmente em Penalva, diz o seguinte: “*olha, o dilema hoje é o peixe, é dinheiro vivo*”, com isso é possível constatar que, em Penalva, na atividade pesqueira e na comercialização diária do produto, se configura uma relação de sociabilidade, a qual apresenta uma lógica de mercado permeada por relações simbólicas que, por um lado, traz as relações de troca baseadas na lógica da tradição local, forjada na solidariedade do grupo. Mas, por outro lado, apresenta a lógica do capital, fundada no individualismo, baseado nas relações comerciais que são estabelecidas.

Imagem 12: Comercialização do pescado entre pescador e atravessador



Fonte: Arquivo pessoal

3.2 Da “praia” à feira: dois espaços de sociabilidade na venda do pescado

Os pescadores vendem o peixe na “praia” para os revendedores, e, em pequena porcentagem, para o consumidor direto, a população local. Alguns pescadores seguem com a produção do dia com destino à feira para vender diretamente à população local. Entretanto, nos relatos dos pescadores entrevistados ficou bastante explícito que os pescadores preferem vender toda a produção ali mesmo na “praia” para os atravessadores. A justificativa principal da preferência pela não venda na feira, se deve ao fato de a labuta do trabalho na pesca ser muito desgastante fisicamente, então quando os pescadores chegam das pescarias já estão bastante cansados para se deslocarem para a feira com a produção e, ainda, tem o trabalho com desembarque e para carregar todo o material de pesca. Portanto, consideram mais cômodo vender toda a produção diária na “praia”, separando apenas a parte a ser consumida na esfera doméstica. Abaixo alguns trechos de relatos sobre este assunto:

Eu não gosto de vender na feira, porque a gente já chega cansado, aburricido. Já chega cansado da pescaria. Aí ainda subir pra vender na feira se torna assim... muito atarefado. Aí a maioria dos pescador vende logo pro atravessador na praia, quando chega com a canoa (José Carlos – Entrevista realizada em 28/01/2015).

Eu prefiro vender a produção pros atravessador, porque a gente já chega cansado, ainda tem a mão de obra de subir com o material, as rede, tudo aquilo, aí a gente já tá cansado. Eu não gosto de subir pra vender na feira, não. Já vendo logo ali na beira da praia mesmo (Lourival - Entrevista realizada em 05/06/2015).

Eu vendo pro atravessador, não subo pra vender na feira não, mesmo porque quando a gente chega já tá cansado, né? (Seu Domingos - Entrevista realizada em 12/11/2014).

O pescador mesmo quase não vai pra feira vender, porque ele já chega cansado, vende aí o peixe e vai pra casa ajeitar uma rede, vai fazer outras coisas, já pegou seu dinheirinho do dia. É assim...(Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

Observando os trechos das narrativas acima, é possível constatar que o motivo principal alegado pelos pescadores de preferirem vender toda a produção na “praia” para os

atravessadores, ao invés de irem vender na feira diretamente para o consumidor final, o que, a meu ver, poderia ser mais rentável para os pescadores artesanais, confirma o que já foi descrito. Ou seja, o motivo seria o árduo trabalho que demanda uma grande soma de energia física durante a pescaria, fazendo com que o cansaço físico, os coaja a vender logo ali mesmo na “praia”.

No entanto, no trecho da fala de Seu José Ribamar a seguir, surge outra questão pela qual o pescador justifica o motivo de não vender o pescado na feira *“É muito difícil eu ir vender na feira, quem vai mais é meu cumpanheiro aqui. Mas, só às vez quando na praia não tá bom de venda, aí ele vai vender na feira. Mas, é difícil, é difícil ir vender na feira, só mesmo quando não consegue vender, ou não acha o preço que a gente quer aqui na praia”*.

Então, a venda na feira fica como segunda opção, ou seja, somente quando *“a praia não tá boa de venda”* ou *“não acha o preço que a gente quer na praia”*. Diante disto, posso concluir que a venda diretamente para os revendedores na “praia” pode parecer mais interessante aos pescadores do ponto de vista econômico. Tendo em vista, inclusive, que, segundo os dados levantados, os próprios pescadores preferem não vender a “boia” para o consumidor final que chega na “praia” pra comprar, pois, a eles parece mais interessante negociar toda a produção com o atravessador, e mesmo, a procura pelo consumidor na “praia” não é muito frequente, uma vez, que fica mais oneroso para o consumidor direto comprar na “praia”, mesmo que já seja da mão do atravessador. Como fica esclarecido do trecho da entrevista abaixo:

Quem vem comprar a boia aí na beira da praia, ele escolhe um peixe do agrado dele, é pro isso que é caro. Aí o atravessador pede caro, muitas vez num quilo de peixe ele paga 20 reais, 25,00; 30,00. Às vez num dá nem um quilo que presta, só porque ele escolhe um peixe bonito. Mas, não pesa só vende a olho (Seu Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

Mas, dependendo da lei da oferta e da procura do pescado, a feira, especialmente no tempo passado, já foi considerada mais atrativa para a venda do pescado, isso podemos observar na narrativa abaixo:

É muito difícil um pescador ir vender lá na feira, eu já vendo na feira, naquela época que tinha muito peixe, às vez aqui na praia eles

(atravessadores) botam um preço muito baixo, aí eu ia e fazia dois tanto. Exemplo: se eu chegasse com uma caixa de peixe, aí, eles botavam 30,00 reais, aí eu botava num carro de mão e levava pra feira e lá eu fazia 60,00; 70,00 reais, assim que é, aconteceu muita vez (Seu Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

Imagem 13: A “praia” a partir do outro lado da barragem do canal Maracu



Fonte: Arquivo pessoal

Na “praia”, diariamente, acontece também, um comércio paralelo à comercialização do peixe, a venda de lanches e café da manhã. Esses alimentos são consumidos pelos pescadores que, ao aportarem na “praia” e após a negociação da produção do dia, aproveitam a oportunidade para fazerem seu desjejum. Os atravessadores, também, que estão entre os fregueses, enquanto esperam a chegada das canoas com o pescado a ser negociado, podem resolver se alimentarem. O comércio da venda de alimentos que acontece na “praia” contribui com a geração de renda para comerciantes informais, fazendo da “praia” um espaço de sociabilidade gerado a partir do comércio e da geração de renda. Nessa perspectiva, a comercialização diária do pescado em Penalva constrói um mercado local que contribui com a interação os agentes, através de um processo de negociação, em que pescador e comprador interagem para adquirir seu sustento.

Imagem 14: Venda de lanches na “praia”



Fonte: Arquivo pessoal

As condições sanitárias e de higiene no espaço da comercialização do pescado na “praia”, e também na feira, são bastante precárias. Pois, é muito comum no ambiente a presença de animais, como urubus, cachorros, gatos, entre outros, assim como a ocorrência de esgoto a céu aberto. Lixo e restos de alimentos se misturam a pequenos peixes que são descartados pelos pescadores e/ou compradores, fazendo com que o ambiente se torne pouco adequado aos padrões sanitários para a comercialização do pescado. Com relação a isto, Pinheiro e Arouche (2013: 66), observaram que:

A produção pesqueira em Penalva, Baixada Maranhense, movimentava um comércio que extrapola a cidade, alcança povoados do município e fora dele, produzindo proteína e gerando renda na cadeia de comercialização de peixe. A ausência do poder público aliado à limitação da Colônia resulta em desorganização, falta de higiene, especulação e venda desfavorável ao pescador e o mantém na condição de penúria em que vive, apesar da condição favorável da pesca. O problema é agravado por falta de condições de estocagem do pescado, falta de organização para cooperativismo e de pouca ou nenhuma capacitação de dirigentes e dirigidos no setor pesqueiro local.

Localizada no centro comercial da sede da cidade de Penalva, a feira acontece todos os dias da semana, com exceção aos domingos. Na feira, encontram-se à venda produtos alimentícios, frutas, verduras, carnes diversas, frangos e patos abatidos e por abater e,

naturalmente, o peixe capturado nos lagos da região. Sendo raramente vendido pelos próprios pescadores, em geral, é vendido pelos atravessadores que se encarregam de ofertar o produto ao consumidor final e população local.

E quem compra na feira é a população daqui de Penalva. Aqueles que não desce aqui [na praia] ficam lá. Mas a feira nunca mais lotou como antigamente, depois que apareceu esses atravessador/revendedor. Se deu muito, mas a hora que chega já tem atravessador esperando aí 5, 6 até 10h00 esperando pescador subir pra comprar o peixe pra levar lá pra onde ele vai: lá pra São João Batista, lá pra Viana, lá pra Pedro do Rosário (Seu Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

Ao analisarmos o trecho acima da fala de Seu Zacarias, podemos observar que a feira já foi no passado um espaço de maior expressividade no que diz respeito à comercialização do peixe. Entretanto, seu Zacarias nos informa que “a feira nunca mais lotou como antigamente” e o motivo para esse esvaziamento e queda da venda do pescado na feira se deve, segundo ele, à presença dos atravessadores. Portanto, o que se pode concluir é que o papel do atravessador representa no comércio local do pescado uma mudança no que diz respeito ao destino que é dado ao peixe em Penalva. No tempo passado, a maior parte da produção de peixe era comercializada na feira e ruas da cidade e, parte consumida pelas famílias dos pescadores. A presença cada vez maior dos atravessadores na cadeia de comercialização do pescado faz com que grande parte da produção seja escoada para municípios vizinhos, como Matinha, Viana, Pedro do Rosário, Cajari e, até mesmo, para a capital, São Luís.

A venda do peixe melhorou muito nesses tempo agora. Aí por volta de 90, a venda do peixe não era assim, não. Nesse período o peixe secava as escama aí na feira e ninguém comprava. Agora, não fica peixe, vende todinho. É mais fácil ficar um comprador sem levar peixe, porque o que não falta é comprador. Porque tem muita procura, todo dia eu me molho até aqui [apontando na altura da cintura] pra encontrar o pescador quando ele tá atracando, pra poder comparar. Porque é assim: quando um pescador chega com o peixe, os comprador começa a botar preço no peixe, e o pescador pede o valor que quer, assim que é (Seu João Mariano - Entrevista realizada em 06/06/2015).

Mas, Seu João Mariano, 59 anos, pescador de Penalva e, atualmente, trabalha também como atravessador, fala que *“a venda do peixe melhorou muito nesses tempo agora”* e que, por volta da década de 1990, a comercialização do peixe não era tão lucrativa e que *“nesse período o peixe secava as escama aí na feira e ninguém comprava”* e que *“agora, não fica peixe, vende todinho”*. Isso significa que antigamente havia uma maior oferta do pescado e que, como a comercialização era, a grosso modo, somente na feira, não havia uma procura maior pelo pescado, e que, com a atuação dos atravessadores a cadeia produtiva se tornou mais ampla e, conseqüentemente, aumentou o número de consumidores, fazendo com que o preço do pescado se elevasse, considerando que *“é mais fácil ficar um comprador sem levar peixe, porque o que não falta é comprador”*.

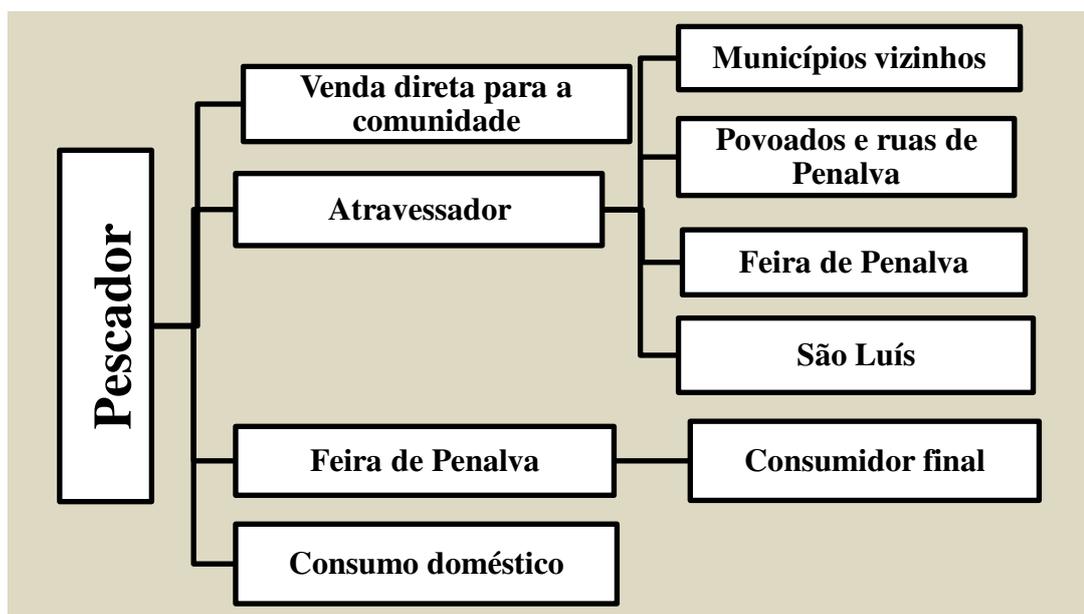
Imagem 15: Comercialização do pescado na feira de Penalva



Fonte: Arquivo pessoal

Muito embora, na feira seja utilizado o método da pesagem baseada no quilo para vender o peixe ao consumidor, tem-se o relato de que na feira, também, já se utilize a lógica da *“lapada”* e do *“olho”* para negociar a venda do pescado. A seguir é um organograma que ilustra o destino que é dado à produção de peixe capturado em Penalva.

Organograma 01: Destino do pescado capturado na região lacustre de Penalva



Fonte: Elaboração da autora

Como ilustrado no organograma acima, o pescador é o responsável pela venda direta do peixe, sendo que ali mesmo na “paria”, a venda é feita diretamente para a comunidade ou para o atravessador ou revendedor, é separada a parte do consumo doméstico e, alguns pescadores, raramente, resolvem vender o peixe na feira da cidade. O pescador que decide vender o peixe na feira, o vende diretamente para o consumidor final. Já os revendedores costumam vender o pescado na feira, ruas e povoados mais distantes de Penalva, outros levam para municípios vizinhos, tais como Viana, Matinha, Cajari e Pedro do Rosário e, ainda, outros revendedores levam o peixe para ser vendido em São Luís. “A região dos lagos de Penalva, pela sua fartura de pescado, pelas condições que tem hoje de produzir o ano todo, abastece um grande número de povoados de seu próprio território e de municípios vizinhos” (PINHEIRO & AROUCHE, 2013:66).

A pesca em Penalva abastece Pedro do Rosário, Viana Matinha, Olinda e chega até São Luís. Porque nesses municípios o peixe só tem um período, como Viana, que quando é verão, de setembro a dezembro, em Viana fica raziinho o lago. Já Matinha nesse período seca o lago, fica praticamente seco. Aqui é direto inverno e verão. Esse lago aqui depois que o prefeito Lourival mandou fazer a barragem²¹, ficou melhor ainda, porque no período do verão a água fica represada no lago, o que é bom pra

²¹ Barragem construída em 1997 sobre o canal Maracu, que liga o centro da cidade de Penalva ao bairro Trizidela, ocasionando o aumento do volume de água do lago Cajari, considerado pelos pescadores como positivo para o desenvolvimento da pesca.

pescaria, aí a safra é boa também no período do inverno (José Ribamar – Entrevista realizada em 04/06/2015).

A cadeia produtiva da pesca em Penalva tem uma importância regional significativa, sendo responsável pelo abastecimento de pescado dos municípios próximos, como afirma o depoimento do pescador José Ribamar acima.

3.3 Os agentes envolvidos na atividade da pesca em Penalva

As relações sociais que os pescadores estabelecem entre si, entre compradores e revendedores e com a natureza engendram novas formas de sociabilidades cuja intencionalidade é constituir o modo de vida e formas de se manter no contexto do trabalho pesqueiro. Dessa forma, as representações dos pescadores sobre seu modo de vida baseado na pesca, as relações sociais que se configuram no universo pesqueiro e o saber sobre a natureza demonstram um detalhado conhecimento sobre as espécies que capturam. Essas questões implicam na forma como os pescadores percebem os elementos que constituem sua organização social enquanto grupo.

Esta organização social dos pescadores está baseada em práticas sociais concretas e nos significados dados pelos próprios agentes sociais, a partir das interpretações que expressam sobre suas experiências vivenciadas na prática e cotidiano de trabalho na pesca.

Sobre este aspecto, Sahlins (2003: 44) afirma que as controvérsias existentes entre marxismo e estruturalismo na contemporaneidade estão nas relações entre estrutura e ação material, considerando que toda produção econômica é determinada por uma esfera simbólica e a cultura como um sistema de significação que é estruturante. Dessa forma, o autor afirma que “uma base econômica é um esquema simbólico da atividade prática – e não somente o esquema prático na atividade simbólica. É a realização de uma dada ordem de sentido nas relações e finalidade de produção, na avaliação de bens e determinações de recursos”.

Neste sentido, o autor procura demonstrar que a utilidade e os aspectos materiais não são separados dos processos sociais e da cultura, entendendo a cultura como um universo simbólico. Uma vez, que “a efetividade material somente existe na medida e na forma projetada por uma ordem cultural” (p.184). Em Penalva a atividade da pesca é uma ação

prática, que, se realiza, enquanto ordem cultural, através da produção e comercialização do pescado.

3.3.1 Proeiro e popeiro: relações de amizade, parentesco e solidariedade

A organização do trabalho e as relações sociais na pesca em Penalva estruturam-se, especialmente, com o trabalho conjunto entre dois pescadores que, entre si, consideram-se companheiros ou, na terminologia local “*cumpanheiros*”, e formam as duplas de trabalhadores da pesca. Essas duplas são formadas livremente, levando em conta os critérios de parentesco, amizade, relação de vizinhança e compadrio, sem vínculo empregatício. Os dois pescadores trabalham em uma canoa, na qual a forma de parceria é a forma de relação social vigente entre os “*cumpanheiros*”. “*Eu tenho 68 anos, mas eu nunca gostei de botar rede sozinho. Eu gosto sempre de ir com um cumpanheiro*” (Benedito de Jesus - Entrevista realizada em 15/11/2014).

Os dois pescadores que compõem a dupla de trabalho possuem posições determinadas, em geral, no percurso entre o porto e o ponto de pesca, um se localiza na popa, manobrando a canoa, e o outro segue na proa, é o responsável por “botar” a rede. Portanto, eles se denominam de popeiro e proeiro respectivamente. A tarefa de pilotar a canoa demanda habilidades e conhecimentos náuticos e sobre a natureza, os quais nem sempre todos pescadores possuem. Da mesma forma, “botar rede” é uma tarefa destinada àqueles que possuem conhecimentos sobre o ofício de pescar. Entretanto, em geral, muito embora, exista essa organização na divisão das tarefas, os dois que formam a dupla possui o conhecimento sobre as duas funções, o que afasta a possibilidade de existirem hierarquias. Sobre a função do proeiro e do popeiro, José Ribamar fala com detalhes no trecho da narrativa abaixo:

Quer dizer que eu pesco na frente, eu sou o proeiro, ele é o popeiro. Eu sou o proeiro, trabalho na proa da canoa botando rede. Ele [o companheiro] é o popeiro, vem só governando a canoa. Mas, tem muita gente que pesca só. Eu já não gosto de pescar só, tem que ter meu cumpanheiro, ele aqui que pesca comigo é meu amigo, meu cumpade, nós somos como se fosse irmão (José Ribamar - Entrevista realizada em 04/06/2015).

Além da ajuda nas tarefas durante o deslocamento e durante as pescarias, um dos principais motivos alegados pelos pescadores sobre a necessidade de formar as duplas de trabalho, tem a ver com os perigos e imprevisibilidades que a atividade da pesca apresenta, ou seja, é muito recorrente nos depoimentos os pescadores expressarem que, por se tratar de um trabalho em que o pescador corre riscos constantemente e que não é possível prever algumas situações inesperadas, eles reconhecem a importância de contar com a companhia de alguém que pode prestar socorro e ajuda na hora da “*nicissidade*”. Sobre isto podemos observar na fala de Seu José Carlos, pescador de Penalva, que nos diz que outrora pescava sozinho, mas decidiu contar sempre com o “*cumpanheiro*”, pois “*é perigoso tá nos campo sozinho, corro o risco de uma piranha morder a gente, a gente aduicê e não ter ninguém pra socorrer na hora de uma nicissidade*”.

Eu pesco sempre com meus filho. Sempre vou com um deles (Pedro Penha - Entrevista realizada em 07/06/2015).

Eu sempre vou com minha mulher. Ela que me acompanha sempre, Às vez que eu vou com meu pai (Valbelino Santos - Entrevista realizada em 28/11/2014).

*Todos pescador hoje tem um cumpanheiro de trabáio. Antigamente eu pescava só, mas depois de uns tempo, a gente foi conhecer que é perigoso tá nos campo sozinho, corro o risco de uma piranha morder a gente, a gente aduicê e não ter ninguém pra socorrer na hora de uma nicissidade, né? Porque sozinho... não é bom não, não é bom não. **E a gente tem que levar alguém que entenda da pescaria, também, porque se não saber não vai ajudá em nada, né?** Aí, esse cumpaneiro é o filho, as vez é a mulher, um amigo...mesmo um cumpade da gente, assim que é... (José Carlos - Entrevista realizada em 28/01/2015) (Grifos nossos).*

Fato curioso observado ainda na fala de Seu José Carlos é o que ele diz no seguinte trecho: “*E a gente tem que levar alguém que entenda da pescaria, também, porque se não saber não vai ajudá em nada, né?*”. O que é possível entender a partir dessa fala é que a um pescador interessa formar dupla com outro pescador, com alguém que “*entenda da pescaria*”. Então, além do parentesco, da amizade e da solidariedade, existem outros critérios que são levados em conta na formação das duplas do trabalho na pesca, como o conhecimento e a arte de pescar, o qual compreende saberes sobre navegação, sobre as mudanças do tempo, sobre o ritmo das águas, sobre o comportamento das espécies de peixe,

conhecer o lago e identificar um ponto de pesca. Conhecimentos que são adquiridos ao longo dos anos e que refletem no saber local.

No trecho abaixo da fala de Seu Domingos, observa-se que ele compartilha da mesma ideia do outro pescador mencionado anteriormente, no que diz respeito à importância de trabalhar na pescaria sempre acompanhado. Observe o trecho abaixo:

Eu nunca me habituei a botar rede sozinho, sempre vou com meu piquenho [filhos]. Aí eu não gosto de ir sozinho, porque dirrepente, a gente adocece... alguma coisa assim, aí a gente tem um cumpanheiro ali com a gente, né?(Entrevista realizada em 12/11/2015).

Imagem 16: Dupla de “cumpanheiros” no trabalho da pesca em Penalva



Fonte: Arquivo pessoal

A partir desse sistema de parceria, os pescadores artesanais de Penalva formam as duplas de trabalho e organizam o sistema de “meia”. O sistema de “meia” consiste em estabelecer relações de partilhas da produção obtida em uma determinada pescaria. Em geral, na dupla, um é o dono da canoa, do motor e das redes; o outro muitas vezes leva, também, suas redes como forma de complementação dos instrumentos para realizar a pescaria. Então, a partilha da produção se dá após a venda do pescado e após a dedução dos

gastos com investimento para a realização da pescaria, gastos com combustível, gelo, alimentação, entre outros. Somente após essa matemática é que se realiza a partilha do rendimento obtido com a venda da produção diária. A dupla de pescadores, quando de famílias diferentes, separa primeiramente a “boia” de cada um. Seu João Mariano informa como isso acontece:

Eu não gosto de pescar sozinho, eu vou sempre com um companheiro. Aí, a divisa é assim: a gente chega com o peixe, vende aí o total a gente tira a despesa, que é o combustível que a gente compra, o gelo, uma merenda que sempre a gente leva, né? Aí, divide o capital com o companheiro. Assim que é a partilha (Entrevista realizada em 06/06/2015).

Através dos dados levantados em campo, constatei que a forma de trabalho baseada na parceria em que é dividido o ganho da produção diária por meio de partilha, é uma das características da pesca artesanal em Penalva. É por conta da condição de partilha que muitos pescadores preferem trabalhar com um membro familiar – o filho, a esposa, o pai – considerando que, na hora da partilha da renda obtida com a pesca, a mesma fica integralmente no mesmo núcleo familiar.

3.3.2 O atravessador ou revendedor

Já foi mencionado em outro momento o papel desenvolvido pelo atravessador ou revendedor na cadeia produtiva da pesca artesanal em Penalva. A reprodução social dos pescadores depende de certa forma, do atravessador, se o considerarmos como aquele que se apropria do produto final da pesca e se ocupa com a comercialização do pescado nos diversos espaços de destino dado ao produto. O atravessador é o agente que se ocupa com a comercialização do pescado, na feira, nas ruas e povoados de Penalva, nos municípios vizinhos e, até mesmo, em São Luís. Seu João Mariano, pescador de Penalva, tem 59 anos e, que atualmente, tem desenvolvido a função de revendedor, nos informa sobre a venda do peixe em Penalva. Observe abaixo trechos do seu relato:

Olha aqui vem comprador de Matinha, São João Batista, Olinda e Viana, aqui nessa praia comprar, pra revender nessa redondeza aí todinha (Entrevista realizada em 06/06/2015).

Em Penalva se estabelece uma grande concorrência na comercialização do pescado. Observei diariamente um grande número de revendedores que disputam a produção obtida pelos pescadores ao ancorarem na “praia”. A concorrência se inicia a partir do momento em que o pescador se aproxima, sendo que, no impulso de chegar e negociar primeiramente com o pescador, os atravessadores caminham em direção ao lago Cajari na tentativa de ter êxito na negociação e sair com seu produto para a venda. Essa procura acirrada pelo pescado faz com que, aconteça um tipo de “leilão” em que os interessados ofertam diversas propostas de preço, fazendo com que o peixe se torne cada vez mais valorizado do ponto de vista econômico.

Imagem 17: Disputa entre atravessadores para se aproximarem das canoas



Fonte: Arquivo pessoal

Aí quando a canoa chega aí na praia eles entra dentro d'água vão com água nisso [apontando na altura da cintura], e já compra logo o peixe, comprar lá mesmo dentro d'água. Quanto mais o peixe maior mais classifica o peixe, mais caro é (Seu Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

Na imagem acima e no trecho da narrativa de Seu Zacarias é possível observar como se dá a abordagem do pescador pelos atravessadores ao se aproximar do porto, na tentativa de convencê-lo a vender a produção do dia de forma que seja economicamente rentável para eles.

De acordo com estatística levantada por Pinheiro & Arouche (2013), no ano de 2013, os pescadores desembarcavam e comercializavam no porto de Penalva diariamente uma quantidade de pescado que gerava um valor bruto de produção estimada em R\$ 60.000,00. Chegando-se a um valor médio de venda diária por canoa de quase R\$ 50,00.

O produto de que o atravessador se apropria para, em seguida, revender e obter sua renda, é transportado, sobretudo, em motocicletas, mas outros meios de transportes são utilizados, como o carro de mão e a bicicleta. Geralmente, quem utiliza a bicicleta para o transporte vende o pescado nos bairros e povoados do próprio município. Nos carros de mão, o peixe é transportado para ser vendido na feira e ruas da cidade de Penalva. Os pescadores que decidem vender o pescado diretamente na feira costumam transportar o produto nos carros de mão. Os revendedores que utilizam a motocicleta levam o peixe para ser comercializado nos povoados mais distantes de Penalva e para os municípios próximos. Com menor frequência são utilizados também, automóveis para o transporte e venda do peixe. Este meio de transporte carrega o produto para os municípios mais distantes, inclusive para São Luís.

Quadro 2: Espécies de peixes capturados nos lagos de Penalva

Nome	Nome científico	Habitat
Piaba Lambari	<i>Cheirodon s.p.</i>	Lagos, rios e igarapés de águas limpas e claras.
Piau de coco/Piau cabeça gorda	<i>Leporinus friderici</i>	Ribanceiras rios e lagos de águas limpas e claras.
Viola cabeça comprida	<i>Lericariichthy s.p</i>	Rios, lagos em águas turvas, argilosas e arvores em decomposições nos fundos dos lagos.
Bodó Joana Mina/Aca	<i>Hypostomus s.p</i>	Pequenos rios, igarapés.
Bagrinho	<i>Parauchenipterus galeatus</i>	Águas correntes.
Sardinha	<i>Anchovia surinamensis</i>	Águas limpas.
Cacundinha	<i>Roeboides sp</i>	Águas limpas e claras.
Carrau	<i>Paltydoras sp</i>	Águas profundas e escuras cobertas com balcedos.
Curimatá	<i>Prochilodus nigricans</i>	Ambientes com vegetações aquáticas
Jeju	<i>Phoplerythrinus unitaenatus</i>	Águas escuras cobertas com balcedos.
Mandi bicudo	<i>Hassar sp</i>	Águas profundas e escuras e turvas.
Pescadinha	<i>Palgioscion squamosissimus</i>	Lagos e rios de águas claras.
Piranha ambéu	<i>Sarrasalmus marginatus</i>	Lagos e rios.
Piranha vermelha	<i>Pygocentrus nattereri</i>	Águas paradas em lagos e rios.
Sarapó curuvira	<i>Stenopygus macurus</i>	Em lagos
Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	Em rios e lagos em águas profundas.
Tubio	<i>Raamphichthys guianensis</i>	Em rios e lagos em águas profundas
Urubarana	<i>Hemiodus sp</i>	Em lagos
Tapiaca sorona	<i>Curimatá cyprinoids</i>	Em lagos e rios
Mandubé papista	<i>Pseudauchenipteru nordosus</i>	Em rios e lagos em águas profundas
Cara preta	<i>Cichiasoma orientele</i>	Campos cobertos, aterrados e balcedos
Bodó preto	<i>Pterygoplichthys sp</i>	Águas profundas
Piau aracu/piau de vara	<i>Schzodon-vittatus</i>	Vegetação aquáticas
Calambage	<i>geophagusbrasiliensis</i>	Áreas rasas e arenosas de lagos e rios
Cascudo tamatá	<i>Hoplosternum litorale</i>	Trincheiras inundadas
Mandiaçu	<i>Pimelodus ornatos</i>	-
Cara pitanga	<i>Cihiasoma sp</i>	Em rios lagos e igarapés
Pacu	<i>Metynnis sp</i>	Lagos e rios
Camurim/sabão	<i>Cherinicichlas-saxatilis</i>	Águas rasas e claras
Sardinha	<i>Triportheus-angulatus</i>	Em lagos

Fonte: Pinheiro & Arouche (2013).

Em Penalva, tem se registrado o aparecimento de espécies exóticas, entre elas são citadas o Tucunaré (*Cichla ocellaris*) e o camarão gigante da Malásia (*Macrobrachium rosenbergii*) denominado localmente de *lagosta*. De acordo com Pinheiro e Arouche (2013), o camarão gigante da Malásia passou a ser capturado no lago Cajari a partir do final da década de 1990. Seu aparecimento no lago é atribuído ao rompimento dos taludes dos açudes onde estavam sendo cultivados, no município de Viana, avançando para os lagos de Penalva pelo canal Maracu. Os pescadores informam que essas espécies não são muito apreciadas pelos consumidores locais, sendo mais vendidas em São Luís.

Imagem 18: O camarão gigante da Malásia e o Tucunaré



Fonte: Arquivo pessoal

O tucunaré é uma espécie de peixe que não é nativo no nosso campo, as pessoa até tem assim uma desconfiança que o tucumaré como outros peixe. Aqui não é muito bom de venda, Às vezes eles levo [os atravessadores] pra São Luís, porque lá é bom pra venda (Entrevista realizada em 04/06/2015).

Com relação ao o aparecimento do Tucunaré, localmente os pescadores artesanais desconhecem uma explicação lógica para o aparecimento desta espécie nos lagos de Penalva. Mas, alguns pescadores acreditam que o peixe deve ter chegado na região através

das grandes enchentes, e que, portanto deve ter vindo dos rios próximos. José Ribamar narra o seguinte sobre o tucunaré:

3.4. Modalidades e materiais utilizados na pesca

O trabalho na pesca artesanal demanda um conjunto de procedimentos, ações, técnicas, instrumentos ou materiais de pesca²² e manejos utilizados na atividade. Os instrumentos de trabalhos são considerados aqueles objetos utilizados para capturar os peixes. Como técnica, são considerados os procedimentos tomados em conjunto – e de acordo – com os instrumentos, visando como meta final ao aprisionamento e à retirada do peixe do ambiente aquático. A busca pelos melhores pontos de pesca, a escolha dos horários mais adequados, fazem parte de conjunto de procedimentos indispensáveis no trabalho na pesca, e que são possíveis somente a partir dos saberes adquiridos pelo pescador e repassados de uma geração a outra pela oralidade.

A pesca artesanal em Penalva é marcada pelas técnicas e materiais tradicionais de captura do peixe. As embarcações utilizadas na atividade pesqueira é o modelo que vem sendo usado há vários séculos, sem sofrer grandes mudanças quanto à confecção. Um fato que marcou a introdução de técnicas mais modernas foi a utilização do motor a gasolina do tipo “rabeta”, fazendo que as canoas se tornassem motorizadas, deixando de ser movidas apenas pela vara e pelo remo. A pesca artesanal em Penalva tem permanecido como atividade econômica e de consumo no núcleo familiar ao longo dos anos, cuja reprodução social se dá através dos ensinamentos através de relações práticas e simbólicas.

Em geral, o pescador artesanal de Penalva detém a posse dos materiais de pesca: rede, canoa, motor, entre outros, tendo, dessa forma, o domínio completo das atividades de captura e comercialização de seu objeto de trabalho, o peixe. Porém, devo ressaltar que nem todos os pescadores que desenvolvem a atividade da pesca artesanal possuem todos os instrumentos de trabalho. Alguns pescadores possuem somente parte dos materiais necessários, sendo necessário trabalhar com outros pescadores que possuem os demais

²² Utilizarei aqui a categoria *materiais de pesca* para definir os instrumentos e as tecnologias, os quais os pescadores de Penalva utilizam para capturar o pescado nos lagos da região. O motivo pelo qual optei pela categoria *materiais* e não *apetrechos*, ou outra denominação qualquer, se deve ao fato de que optei por adotar a categoria utilizada pelos nativos.

meios de produção, desenvolvendo o papel de “*cumpanheiro*” de pesca, participando da produção através da partilha, quase sempre pelo sistema de meia.

O grupo de pescadores entrevistado declarou que, atualmente, o instrumento utilizado na captura do peixe é a rede de espera ou de emalhar. A tarrafa ficou como a segunda opção mais citada, entretanto a preferência é sempre em pescar com a rede. Outros instrumentos foram citados, porém, os pescadores se referiam a eles mais como uma técnica do passado, são eles: o anzol, choque, rede de arrasto e munzuá. Aqui, vale ressaltar que os tipos de pesca permitidas são apenas a pesca de anzol, pesca de rede parada e a pesca de tarrafa. Todas as outras modalidades de pescarias são consideradas ilegais pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Portanto, esse pode ser o motivo pelo qual os pescadores de Penalva declaram não praticar a pesca utilizando tais instrumentos.

O material do pescador é a canoa, o motor, a rede. Aqui você não ver quase ninguém pescando em canoa sem ser de motor. E aí ele leva uma merenda, leva alguma coisa pra comer no campo (Seu Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

Entretanto, o que foi possível constatar é que, a pescaria de rede de espera é, de fato, a modalidade mais praticada pelos pescadores, pois, a tarrafa, que ficou como o segundo instrumento mais citado, é legalmente permitida, no entanto, é raramente utilizada. Sendo usada mais no período do “verão”, na técnica de pesca denominada localmente de *camboa*²³. Sobre este assunto os interlocutores explicam nos trechos abaixo o motivo pelo qual eles preferem utilizar a rede e não a tarrafa:

Antigamente o pescador profissional usava a tarrafa e a rede. Mas, agora todo mundo usa mais é a rede. Mais de 95% dos pescador de Penalva trabáia mesmo, é com a rede. Só no verão que eles pesco de tarrafa nas camboa. E, também, pesca de tarrafa é mais cansativa. De rede não, a

²³ De acordo com Pinheiro & Arouche (2013: 53) a pesca de *camboa* praticada em Penalva é uma “Modalidade de pesca praticada em grupo. Os pescadores saem com suas canoas por volta das 4-5 horas da manhã e retornam entre 8-9 horas. Cada canoa leva dois pescadores, sendo que um dirige a canoa e o outro opera a tarrafa. Uma *camboa* tem no mínimo 4-5 canoas e no máximo, 20 canoas; o número considerado ideal é de 12 canoas. Na época do ano de entressafra (outubro), das águas mais baixas e menos peixe, os pescadores preferem esta modalidade, porque ainda que pesquem menos em quantidade, comparado com a pesca de rede, passando menos tempo pescando”.

gente bota a rede e tem como descansar, de tarrafa não pode descansar. Tem que ficar o tempo todo forcejando para jogar a tarrafa, se deixar ela parada não pega (José Ribamar - Entrevista realizada em 04/06/2015).

A pesca com a tarrafa a gente forceja mais. Com a rede o pescador tem só dois trabalho: é o de botar e de tirar. Aí, de tarrafa tem que ficar o tempo todo tarrafiando: tarrafeia ali, tarrafeia aqui pra vê se pega, né? Já de rede, não. A rede a gente bota ela ali no ponto, aí é só esperar (Pedro Penha - Entrevista realizada em 07/06/2015).

Dessa forma, um dos motivos alegados pelos pescadores de não utilizarem com frequência a tarrafa seria o fato de considerarem que o trabalho com este material de pesca ser muito desgastante fisicamente ou, pelo menos, ao compararem com a rede. Sobre isso o pescador Pedro Penha conclui que “*A pesca com a tarrafa a gente forceja mais. Com a rede o pescador tem só dois trabalho: é o de botar e de tirar*”.

3.4.1 A rede

De acordo com Gutman (2006), a rede utilizada na pescaria pelos pescadores artesanais da Baixada Maranhense, possui comprimentos variados, podendo chegar a até 150m, feita de náilon, com altura que varia de 2 a 3m, com malhas entre 40 e 70mm. A rede possui, no lado superior, pequenas boias de isopor e no lado oposto, pequenos pedaços de chumbo distribuídos ao longo da sua extensão, totalizando em média 6 quilos.

Os pescadores de Penalva consideram que, atualmente, está mais fácil e menos oneroso possuir as redes de náilon, uma vez que já é possível comprar os “*panos*” de rede que são fabricados por grandes indústrias e, portanto, o valor cobrado não é muito alto, se comparado com aquele que é feito artesanalmente. Porém, as redes confeccionadas com fibra, espécies de linha de seda, que cada vez se torna mais comum entre os materiais dos pescadores, são tecidas somente de forma artesanal pelos pescadores, familiares e/ou terceiros. Os pescadores compram os “*panos*” de náilon para “*entralhar*” a rede. Entralhar no vocabulário local significa dar forma à rede, de acordo como deseja o pescador, seria o ato de emendar os “*panos*” entre si, colocar a corda, as boias de isopor e os chumbos nas extremidades, para chegar ao formato desejado. Sobre isto, o pescador José Ribamar avalia que “*Se tornou assim: mais fácil a rede e mais difícil o peixe*”.

De acordo com informações concedidas pelo grupo de pescadores entrevistados, um quilo de náilon custa aproximadamente de R\$ 45,00 a R\$ 50,00, sendo que o valor da mão de obra para tecer artesanalmente o quilo do material custa em média de R\$ 140,00 a R\$ 150,00. Com essa matemática, o custo final do quilo de “*pano*” de rede tecido artesanalmente chega a um valor aproximado entre R\$ 190,00 a R\$ 200,00. Entretanto, o quilo do náilon já tecido industrialmente é encontrado no mercado por um valor orçado em torno de 160,00 reais.

Os pescadores de Penalva não costumam ir para as pescarias levando apenas uma rede, a não ser que realmente possua somente uma. Costumam chamar as redes de fardos. Então quanto mais fardos um pescador leva para o lago, mais chances ele terá de capturar uma quantidade maior de peixes, pois entende que, os peixes andam em cardumes diferentes que se movimentam em diversas direções. Neste sentido, seu Domingos, pescador de Penalva, nos informa que “*a canoa tem que ser grande para carregar as redes*”.

Como já foi falado em outro momento nesta Tese, o trabalho na pesca não diz respeito apenas ao ato de ir capturar o peixe nos lagos da região, esse trabalho é associado com a confecção e manutenção dos instrumentos de trabalho. Os pescadores artesanais de Penalva sempre enfatizam a necessidade de dividir o tempo que passam pescando com o tempo necessário para fazer a recuperação das redes de pesca, entre uma pescaria e outra. A expressão utilizada para refazer e recuperar as redes que se rompem durante a pesca é *consertar, remendar*. Seu Valbelino, pescador de Penalva, narra como é sua rotina diária no trabalho da pesca: “*Eu saio 2h00 da madrugada e chego 8h00 da manhã. Eu pesco todo dia. Só no dia de domingo que, às vezes, eu não gosto muito de ir. Mas, quando eu não vou o trabalho é esse aqui, fazer a manutenção do material, consertar a rede*”.

Imagem 19: Pescador concertando rede de pesca



Fonte: Arquivo pessoal

Os pescadores fazem este trabalho e contam, também com a ajuda de outros membros da família. Dependendo do tamanho da rede, o trabalho tende a ser coletivo. Para a realização dos consertos, são utilizadas agulhas e linhas. O procedimento é ir costurando os rasgões de acordo com a malha e o nó, fazendo o formato que a rede foi originalmente tecida.

3.4.2 A canoa e o motor

No município de Penalva funcionam duas oficinas de fabricação de canoas. As canoas são confeccionadas de madeira artesanalmente. As embarcações são consideradas um importante instrumento para a realização do trabalho na pesca. Antigamente a propulsão das canoas era realizada somente através do remo ou da vara.

De acordo com as informações dos pescadores, a partir da década de 1990, começaram a aparecer as primeiras canoas com propulsão a motor “rabetá”. O motor é adaptado na popa da canoa através de uma barra de ferro, fazendo com que gere energia para a propulsão da embarcação. Em Penalva, os pescadores artesanais têm a prática de não deixar os motores juntamente com a canoa no porto temendo que o motor seja roubado, caso

bastante comum na região. Como o motor é adaptável, o pescador leva consigo cada vez que chega de uma pescaria, voltando a adaptar na canoa todas as vezes que sai para uma nova jornada de trabalho.

Imagem 20: Oficina de fabricação das embarcações utilizadas na pesca



Fonte: Arquivo pessoal

As embarcações motorizadas, através da adaptação do motor, se tornaram um importante meio de transporte tanto para passageiros, como para a mobilidade na atividade da pesca, uma vez que a canoa motorizada permite ao pescador se deslocar para ter acesso ao peixe com maior facilidade e rapidez, para atingir aqueles pontos mais distantes. Porém, o custo de aquisição desses meios de produção, a canoa e o motor, e dos insumos, tais como gasolina e óleo, implicam em gastos que são desfavoráveis na renda do pescador artesanal penalvense. De acordo com informações concedidas pelos próprios pescadores, uma canoa de 7m custa em média de R\$ 2.000,00 a R\$ 2.500,00. Já o motor é adquirido por um valor correspondente entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00. Sobre este aspecto, Seu Luís Magno, pescador de Penalva lembra que “*a pescaria tem um investimento*”.

A pescaria tem um investimento, temos que comprar o material: a canoa, o motor, as redes, e aí tem o gasto com o combustível, com gelo (tá 4,00 reais a barra) (Luís Magno - Entrevista realizada em 06/06/2015).

Imagem 21: Canoa contendo o “boi”



Fonte: Arquivo pessoal

Na figura acima (Imagem 21), temos o tipo de embarcação utilizada pelos pescadores artesanais de Penalva. Podemos observar a adaptação feita nas canoas, que é denominada de “boi”. O “boi” é uma espécie de abrigo que é adaptado e confeccionado na canoa com uma estrutura de ferro e madeira e depois é coberto com lona de plástico. A função do “boi” é proteger o pescador da chuva, do frio e dos mosquitos durante a pescaria. Os pescadores que utilizam a canoa com o “boi”, geralmente, são aqueles que passam de dois a três dias pescando.

É bastante comum encontrar nas casas dos pescadores de Penalva um cômodo reservado para armazenar e guardar os materiais de pesca, como o motor, os remos, as redes, entre outros, como podemos observar na imagem abaixo:

Imagem 22: Materiais de pescaria em cômodo da casa de pescador



Fonte: Arquivo pessoal

Em Penalva os materiais de pesca, que os pescadores artesanais consideram como sendo a rede, o motor, a canoa, a caixa de isopor, o gelo, o remo, o combustível e outros, são entendidos como os meios de trabalho sem os quais um pescador não se reconhece e não é reconhecido como tal.

A dificuldade do pescador aqui em Penalva é de comprar o material. Se a gente não se organizar de um período pro outro, fica sem poder trabaiá, porque não vai ter o material de pesca. Às vez, o pescador não tem uma canoa. A dificuldade é grande. Porque às vez, de um período pro outro, ele não se prepara com a rede, não se organiza com seu material de trabalho. A gente já tá se organizando (ele e o companheiro) pro verão, então a gente não vai encontrar muita dificuldade. Tem uns colega aí, que vai pescando até que acabar a rede, não faz manutenção do material, quando chegar pra pescar no verão, não tem o material (Entrevista realizada em 04/06/2015).

No trecho acima da fala de José de Ribamar, é possível observar como os *materiais* são indispensáveis na organização do trabalho na pesca: “*A dificuldade do pescador aqui em Penalva é de comprar o material*”, é que o pescador tem que se organizar no sentido de adquirir e conservar seus materiais de trabalho para não passar “*dificuldade*”. Quando o interlocutor se refere “*de um período pro outro*”, possivelmente, deve estar se referindo ao período que recebem o benefício do seguro defeso, o qual a maioria dos pescadores informa

que anualmente investe na compra de seus materiais de pesca (sobre o seguro-defeso tratarei mais detalhadamente no Capítulo IV).

3.5 A autonomia no trabalho da pesca: “*porque a gente trabalha pra nós mesmo*”

De acordo com estudos já realizados com comunidades de pescadores artesanais, é comum o fato dos pescadores artesanais considerarem-se, no que diz respeito ao sistema de trabalho, como livres e autônomos. Essa liberdade atribui a eles autonomia para decidirem, por exemplo, como e quando pescar, uma vez que essa noção de liberdade na pesca está relacionada ao fato de os pescadores acreditarem não ser submetidos ao jugo do patrão e do assalariamento (MALDONADO, 1993; DIEGUES 1983).

O que se observa é que esse imaginário sobre a liberdade que o pescador possui surge, em geral, em oposição a outros trabalhadores que vivem o sistema de assalariamento. Mesmo nos casos quando o pescador não é proprietário de embarcação e da rede, por exemplo, e trabalha como “cumpanheiro” de outro pescador, isso não faz com que ele deixe de ter autonomia sobre todas as etapas ligadas ao seu trabalho, possuindo liberdade para tomar as decisões necessárias que seu trabalho demanda. Outro aspecto importante, diz respeito à partilha em partes iguais do resultado do trabalho, representada pela quantidade de peixe capturado ou pelo valor do dinheiro obtido com a venda do produto. E, também, o destino dado à produção pesqueira, sendo permitido a ele separar uma parte para o consumo doméstico, essas “benefícios” conferem ao pescador artesanal situações mais favoráveis, se comparado com outros trabalhadores que desenvolvem atividades produtivas no sistema de assalariamento.

Imagem 23: Pescadores artesanais no porto de Penalva



Fonte: Arquivo pessoal

Essa liberdade inerente à atividade da pesca é entendida, sobretudo, pelo fato de que é no processo do trabalho pesqueiro que o pescador tem a liberdade de planejar quando e onde deve pescar, e determinar todas as etapas envolvidas no processo do trabalho na pesca, sem sofrer maiores pressões e nem estar sujeito a elementos coercitivos externos. Sobre isto, o pescador José Ribamar, faz a seguinte observação:

Essa é a vantagem da gente trabaiá por conta própria, não ter patrão. Aí, às vez a gente diz assim: - Ah, hoje eu não vou, porque eu sou dono do meu próprio negócio! A minha esposa não vai mandar eu ir pro campo, se eu não quiser. Então, a gente vive dentro do acordo, então é bom por isso. Mas eu sou pai de família e sei minha obrigação (Entrevista realizada em 04/06/2015).

Ao observamos a narrativa acima podemos perceber que o sentimento de liberdade proporcionado pelo trabalho na pesca está intimamente relacionado ao fato de “não ter patrão”, como acontece com um trabalhador assalariado, o que atribui ao pescador artesanal uma liberdade que se baseia na não submissão ao um patrão e ao assalariamento.

Entretanto, fica evidenciado na fala do pescador, que essa é uma liberdade limitada, quando entra em cena a “obrigação” de tirar diariamente da pesca o sustento da família. A

liberdade presente na atividade pesqueira está relacionada, também, com a autonomia. Realiza-se pelo controle que o pescador tem de confeccionar, reparar e consertar seus instrumentos de trabalho. E do saber sobre a pescaria, que permite a ele desenvolver seu trabalho e garantir seu sustento a partir desta atividade. A esse respeito Seu Valbelino, pescador de Penalva, 42 anos, exemplifica uma situação muito prática:

A pescaria é assim: se tu amanhecer lisinho, vai pro campo, quando é de tarde tu tá com teu dinheiro no bolso. Qual é o trabalho hoje que faz isso pra gente, hem? A lavoura é diferente: tu tabaiá num ano pra colher no outro, é muito demorado. Já a pesca acode a gente mais depressa, né? Hoje eu levantei duas horas da madrugada, aí fui acolá [apontando pro lago Cajari], não fiz muito, mas ainda, fiz cinquenta [reais]. Então, é assim com a pescaria. E sem falar na boia do dia, o almoço, né? (Entrevista realizada em 28/11/2014).

No trecho do depoimento de Seu Valbelino é possível concluir qual é um dos motivos que faz da pesca a atividade produtiva mais praticada em Penalva. Quando o pescador faz uma comparação entre a pesca e a lavoura, ele chama atenção para o fato de que a lavoura demanda um tempo maior para chegar à colheita, nas palavras dele: “*tu tabaiá num ano pra colher no outro, é muito demorado*”. As vantagens apontadas pelo pescador sobre a pesca se referem ao fato de caracterizar-se como um trabalho que “*acode a gente mais depressa*”, no sentido de que, com a pescaria é possível ao pescador, no trabalho de apenas um dia, adquirir o suficiente para alimentação da família e ainda obter algum dinheiro como rendimento obtido com a venda de parte da produção.

3.6 Percepções sobre a natureza: foi o peixe que diminuiu ou foi a população que aumentou?

Para Faggionato (2002), no que diz respeito à percepção ambiental, cada indivíduo tende a perceber, reagir e responder de forma diferenciada frente às ações sobre o meio. Dessa forma, as respostas ou manifestações são resultado das percepções, dos *processos cognitivos*, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Com relação aos pescadores artesanais, eles constroem uma íntima relação com os recursos naturais pesqueiros

disponíveis na região lacustre de Penalva. Por isso, possuem uma gama de conhecimento que permite determinar a maneira de usar e manejar os recursos naturais.

Nas narrativas dos pescadores entrevistados é bastante recorrente mencionarem que no tempo passado o peixe era mais abundante e que no tempo presente já se observa uma diminuição das espécies e da produção. Questionados sobre quais seriam os motivos que levaram a uma diminuição da produção pesqueira ao longo dos anos, obtive duas explicações, formuladas a partir da percepção que eles têm da natureza: a) a primeira diz respeito ao número da população que aumentou, portanto de consumidores (e pescadores), e ainda, que a aquisição/confecção do principal instrumento de captura do peixe, a rede, se tornou mais fácil e menos oneroso, se comparado com o tempo passado; e b) a outra explicação seria de cunho ecológico e ambiental, consideram que o peixe tem diminuído em consequência da pesca predatória praticada pelos próprios pescadores nos lagos da região.

Portanto, a percepção que um determinado grupo social tem a respeito dos aspectos ecológicos do território com o qual interage contribui ou não com o manejo dos recursos naturais nele contidos. Dessa forma, na fala de Seu Benedito, pescador de Penalva, observa-se que ele, ao admitir que os recursos pesqueiros venham diminuindo na região lacustre de Penalva, entende como justificativa o crescimento populacional da região. Inclusive, percebe a natureza como algo sobrenatural, que excede às explicações humanas, quando cita o exemplo do açude que se torna um habitat de diversas espécies de peixe, sem, no entanto, ter sido previamente posta em cativeiro e então conclui “*então, é obra da natureza*”.

O que acontece é que a população tá maior. Mas, peixe nunca faltou aqui, sempre tem peixe. Tem ano que dá mais, tem anos que dá menos, mas sempre tem peixe. Tudo obra da natureza. O peixe desova, mas pra mim, esta água e esta terra tem um germe, que pode até acontecer virar o peixe. Porque, hoje, tá vendo? A senhor faz um açude centrado, aí no decorrer do tempo, a senhora não bota uma, traíra, uma cara, preta, uma curimatá... nenhuma piranha, mas quando você vai ver aparece lá esses peixe. Uma coisa imcabulosa! Então, é obra da natureza (Benedito de Jesus - Entrevista realizada em 15/11/2014).

Porém, nessas culturas, os indivíduos não percebem a natureza de uma única forma, sendo formuladas diferentes visões, pois cada um se relaciona com a noção de natureza por ele construída. Então, no caso dos pescadores artesanais de Penalva, a forma como a natureza é interpretada determina a forma como os agentes vão se relacionar com ela. Para

Gonçalves (2000:23), “O conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura”.

Na minha opinião é o seguinte: hoje tem menos peixe, mas não é por causa da população que cresceu. Tudo bem, se sabe que cresceu, entendeu? Mas eu enxergo assim: Ô de primeiro, quem pescava com uma rede que tinha a malha bem piquinininha ou uma tarrafa, heim? Quer dizer que se pegava os peixe maior, e aqueles mais piquininino ficava no lago pra crescer. E hoje, só falta pegar a ova do peixe! Porque até com malha 3, se pesca por aí no lago. Então, eu bato é muito contra: não é por causa da população que tá crescendo, é nós que não tamo preservando o que nós temo. Se voltar pra época passada, de trabaiá com a malhadeira de malha grande, com a tarrafa de malha grande, aí este ano nós vamos passar uma dificuldade, vamos pegar pouco, entendeu? Mas, quando for no ano vindouro, tem mais peixe graúdo. Por que? Porque não se pegou o miúdo! Então, o que tá acontecendo é isso: não tamo preservando aquilo que é nosso, no futuro falta. É isso que eu digo pra eles aqui. Mas, tem gente que diz: - Ah é porque a população cresceu! Não resta dúvida: cresceu mas, se tu não preserva o que tu tem hoje, como é que tu quer ter sempre? (José Antônio - Entrevista realizada em 04/06/2015).

No trecho acima, observamos a representação que Seu José Antônio, pescador de Penalva, 68 anos, tem da natureza. A explicação do pescador para a diminuição da produção de pescado nos lagos de Penalva seria em consequência da pesca predatória realizada pelos próprios pescadores artesanais. Quando ele diz que os pescadores atualmente “*só falta pegar a ova do peixe*” significa dizer que as práticas predatórias, sobretudo, no que diz respeito ao tipo de malhas contidas nas redes de pesca é o motivo pelo qual tem diminuído o estoque pesqueiro de Penalva. Seu José Antônio é bastante enfático na sua crítica a respeito daqueles que defendem como motivo o crescimento da população: “*Ah é porque a população cresceu! Não resta dúvida: cresceu, mas, se tu não preserva o que tu tem hoje, como é que tu quer ter sempre?*”.

O peixe tá diminuindo porque o pescador não respeita, pega o tanto que quer, o que não quer entrega, bota pra porco, pra gato, deixa aí pra urubucumer. Mas, depois vai senti falta. Pesca com malha miúda, tem um tal de malha 3, malha 4, essas são as criminosas que acaba com tudo. A malha 5 já prejudica, que dirá a malha 3, 4. Eu mesmo pesquei com malha desse tamanho, mas acabei com isso, vi que a gente também tem que respeitar e preservar o que a natureza nos dá, pra não acabar (Edivaldo - Entrevista realizada em 05/06/2015).

Agora tem menos peixe que quando eu pescava com meu pai. Por exemplo, quando eu pescava com meu pai, não era fardo de rede que a gente chamava, era por braça. Então papai tinha 50, 60...100, 150 braças de rede. Esse tanto era considerada muita rede e a gente pegava muito peixe e agora a gente tem 40, 50 fardo e pega menos peixe... hoje a venda que é melhor, mas tá mais difícil a gente pegar o peixe. Então, é porque diminuiu a quantidade de peixe (José Ribamar - Entrevista realizada em 04/06/2015).

No trecho da narrativa acima, Seu Edivaldo, também pescador de Penalva, justifica que o pescador artesanal de penalvense “*não respeita*” a natureza, quando realiza a pesca predatória e que descarta algumas espécies de peixe que a ele não interessa, nem para o consumo nem pra comercialização “*Mas, depois vai senti falta*”. Então, o pescador reconhece que já praticou a pesca predatória, mas que já não pratica mais, pois percebeu que “*a gente também tem que respeitar e preservar o que a natureza nos dá, pra não acabar*”.

É porque eu acho que, quanto mais tempo vai passando vai diminuindo, sabe como é? Tudo vai diminuindo, num é? É Porque na época que eu era mais novo eu pescava tinha muito peixe e tinha pouco pescador. A destruição de peixe era pouca, a consumação, tá vendo? Era pouca pra cá, e hoje você vê aí na beira do lago de manhã isso é cheinho de moto e... só moto bicicleta quase não se ver mais. Quando tá dando peixe esses atravessador leva pra Viana, leva pra Cajari, leva pra Matinha, leva pra São João Batista, Pedro do Rosário, leva até, acho, pra São Luís vai. Acho que é porque tá espalhado (o peixe), as água muita, né? E tudo que vai passando o tempo... de um ano para o outro vai diminuindo mais, porque no tempo que eu era novo, às vez tinha ano que dava bastante peixe num lugar, às vez a gente tava até com o material pouco e dizia: - “Rapaz, esse ano eu vou me preparar pra ganhar um dinheiro aqui”, às vez o cara se preparava e num dava peixe. Pois é, a pescaria é uma coisa falha num é certa, pode me acreditar (Seu Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

Acima, no trecho da narrativa de Seu Zacarias, ele explica que a diminuição das espécies de peixes acontece à proporção que os anos vão passando e o estoque de peixe vai diminuindo, “*quanto mais tempo vai passando vai diminuindo*”. Porém, ele encontra outra explicação para justificar a escassez, considera que devido à quantidade de água, os peixes estariam espalhados nos lagos em Penalva. Entretanto, ele, também, reconhece que,

aumentou o número de pescadores e consumidores, fazendo com que aumentasse a “destruição” e “consumação” do peixe.

Diegues (1994) considera a noção de conservacionismo como um “mito moderno”. De acordo com o autor, as denominadas populações tradicionais, como extrativistas, pescadores, índios, cuja relação com a natureza se dá através da interdependência destes com o meio, o termo “conservação” pode não fazer parte do vocabulário desses grupos sociais, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções sobre as relações entre homem e natureza. Para tanto, Diegues (1994) chama atenção para as várias formas tradicionais de manejo de águas estuarinas e costeiras por pescadores artesanais, considerando que as diversas técnicas de manejo tanto para a floresta como para os ambientes costeiros contribuíram e contribuem para a manutenção da diversidade biológica, tanto das espécies quanto dos ecossistemas. São práticas que revelam um grande conhecimento acumulado pelas populações tradicionais.

Embora os pescadores interajam diretamente com os recursos naturais, devemos levar em conta as questões simbólicas e as noções de sagrado existentes na representação que os pescadores constroem sobre a natureza. Neste sentido, o caráter conservacionista resultante nesta relação do pescador com o meio ocorrerá somente porque precisam dos recursos naturais para se manterem, mas pelo fato dessa relação transcender a dimensão exclusivamente utilitária. Portanto, considerando o manejo que as populações tradicionais desempenham nos lugares em que estão inseridas, recusa-se a possibilidade da existência de áreas naturais intactas, uma vez que tais áreas são produtos de ações desenvolvidas por estas populações durante longos períodos (DIEGUES & PEREIRA, 2010).

Nesta perspectiva, Diegues e Pereira (2010) advertem que, muito embora tais práticas terminam por contribuir com a conservação dos recursos naturais, o conservacionismo, difundido na sociedade urbana, não está presente nas concepções intrínsecas a esses grupos sociais. O que é possível ser considerado é que homem e natureza não são independentes, sendo estabelecida uma relação simbiótica, na qual ambos desempenham funções para a manutenção do meio, sendo as ações humanas desenvolvidas neste contexto permeadas por diversos valores e regras, próprios da cultura pela qual são difundidos. Portanto, o manejo desses recursos está diretamente ligado com mitos, regras, valores e conhecimentos que definem a maneira e o período em que tais recursos serão utilizados, podendo determinar as atitudes das pessoas perante o meio ambiente. Seu Luís

Carlos, pescador de Penalva, 42 anos disse o seguinte “*A gente tem sempre o cuidado pra não pescar com a malha 5, 4, 3, né? Pra não pegar aquele peixe muito miúdo, pra não estragar, né? Porque depois vai fazer falta*” (Luís Carlos – Entrevista realizada em 05/06/2015).

E, ainda de acordo com estudos realizados por Costa (2006: 78) nessa região lacustre, a autora concluiu que:

O ponto principal a considerar quando se aborda a sustentabilidade do setor pesqueiro é que a redução dos estoques pesqueiros e demais efeitos negativos que se abatem sobre a ictiofauna, tais efeitos não advêm exclusivamente da pesca, mas de impactos negativos do entorno, como a derrubada das matas ciliares, a destruição de nascentes, o assoreamento, a poluição e o represamento de lagos e rios. Desta forma, atividades potencialmente impactantes, como construção de barragens e criação de búfalos devem ser levadas em consideração quando se trata de política ambiental voltada para a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais (COSTA, 2006:78).

Diegues (1994) destaca que nem todos são conservacionistas natos. Mas, entre eles há grupos sociais que armazenaram um vasto cabedal de conhecimento empírico sobre o funcionamento do mundo natural em que vivem. Dessa forma, o que esses grupos sociais fazem é respeitar os seus modos de vida, que se baseia no uso da natureza, sendo a ideia de conservacionismo uma construção recente da modernidade. O que resulta no manejo dos recursos naturais, em parte sustentável, pelas denominadas populações tradicionais, não é, necessariamente, por atribuírem um valor ecológico a esses recursos, mas por se relacionarem de forma diferenciada com a natureza.

Segundo Leff (2006), na relação entre sociedade e natureza, não devemos levar em consideração apenas a hermenêutica dos diferentes sentidos atribuídos à natureza, mas sim, também, o fato de que toda natureza é captada a partir da linguagem e de relações simbólicas que implicam em visões, sentimentos, razões, sentidos e interesses que eclodem na arena política. Portanto, a percepção dos pescadores artesanais não se traduz apenas em um conhecimento imediato, pois, o conhecimento dos pescadores é um conhecimento adquirido e reinventado na sua interação sobre o meio ambiente e herdado de gerações anteriores, permitindo aos pescadores a compreensão do meio em que vivem.

Os pescadores artesanais constroem, ao longo dos anos, relações identitárias com a localidade. É através dessa relação que se estabelecem sentidos da percepção ambiental, tais como o aumento e/ou diminuição dos cardumes e desaparecimento e/ou surgimento de algumas espécies. Portanto, a forma como os pescadores artesanais de Penalva interpretam a natureza legitima suas ações sobre o meio em que atuam para garantir a reprodução social de seus modos de vida, uma vez que as representações de um determinado grupo social constroem sobre a natureza se efetivam a partir da percepção que os agentes possuem quanto às limitações e potencialidades da mesma.

Entretanto, de modo geral, o que observei junto aos pescadores penalvenses é que, com o impacto da concepção moderna de mundo, as cosmologias estão se modificando, na medida em que o mercado demanda cada vez mais o aumento da produção pesqueira, resultando na prática da pesca predatória.

CAPÍTULO 04- INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROFISSÃO E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DO PESCADOR ARTESANAL

A ação do Estado brasileiro historicamente buscou conduzir os pescadores artesanais à modernidade, através do reconhecimento da profissão de pescador por meio da legislação e de atos executivos ao longo dos séculos XX e XXI. Este aspecto é possível ser constatado ao analisarmos as instituições e legislações criadas e aprovadas com o objetivo de exercer a regulamentação, controle e reconhecimento do trabalho na pesca e do pescador enquanto categoria profissional. Neste sentido, é necessário me reportar à institucionalização da pesca artesanal para entender como a atividade adquiriu o status de profissão no Brasil.

De acordo com Ramalho (2014: 32) o surgimento das Colônias de Pescadores, a formulação de leis e códigos de pesca, a criação e a atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e, posteriormente, do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) foram medidas tomadas pelo Estado brasileiro e que “anunciaram a existência de projetos sociopolíticos e econômicos vinculados a teses nacionalistas e a ideia de modernidade, nos quais o controle político e a formação de uma força de trabalho que atendesse os interesses da Marinha e empresariais tiveram destaque”.

Neste aspecto, Resende (2013) considera que a primeira lei republicana sobre pesca apareceu na segunda década do século XX. Sem o intuito de promover grandes mudanças na atividade pesqueira no território nacional, o Decreto nº 9.069, de 25 de outubro de 1911, apresentava como principal objetivo reestruturar as companhias de pesca segundo uma percepção republicana, desde logo impondo a cada empresa a denominação de *companhia brasileira de pescarias*, e vinculando-lhe o funcionamento a um processo industrial e não a uma atividade de extrativismo. Posteriormente, foi criado o Decreto 9.672, de 17 de julho de 1912, o qual o autor considera como um dos maiores ganhos para o pescador artesanal em âmbito nacional, prevendo a posse das suas terras a partir da doação do Estado; um benefício que antes só se outorgava às companhias (indústrias de pesca).

Venturato (2008:71) considera que, a institucionalização da pesca pelo Estado brasileiro se deu a partir de 1919, quando as primeiras Colônias de Pesca foram fundadas pelo Comandante Frederico Villar em sua expedição. A formação das colônias nesse período baseou-se na ideologia da defesa nacional, que admitia no conhecimento empírico das comunidades de pescadores a forma de manter uma identidade cultural aliada ao manejo

dos recursos naturais e à garantia de homens disponíveis no cadastro da Marinha. A autora adverte que, quando foram criadas as colônias não “foram criadas como Sindicatos e sim como uma associação de pessoas ligadas à pesca”. Isto se explica, inclusive, pelo fato de que no início eram denominadas de “Colônia de Pesca e não de Colônia de Pescadores”.

Em 1919, partiu do Rio de Janeiro uma expedição sob o comando do Capitão Frederico Villar, denominada “Missão do Cruzador José Bonifácio”, com as finalidades de nacionalização da pesca no Brasil, organização dos serviços de pesca, pesquisas oceanográficas e saneamento do litoral brasileiro. A missão foi executada pela Marinha de Guerra do Brasil, com a participação de cerca de duzentos marinheiros, cujo objetivo principal era conhecer social e ambientalmente a costa brasileira.

De acordo com o próprio Villar (1945: 21-27), a sua missão era ressaltar a importância que a Marinha do Brasil possuía perante as entidades políticas nacionais e mostrar que a missão deveria transformar o pescador, dentro das suas comunidades, num elemento concreto da nação brasileira, como tentativa de constituir uma nação interligada por uma ação militar, estruturada pelo Estado, através de uma organização do território brasileiro.

A Nacionalização da Pesca e a Organização dos seus Serviços são mais alguns “quartéis” (amarras) na amarra de Segurança da Pátria. Cada Colônia, formada pelos agrupamentos de pescadores no litoral, ilhas, rios e lagoas, seria um ponto de apoio para a ação social, administrativa e militar do Governo da República. Seria um centro de orientação técnica e profissional. Um núcleo de vigilância da costa e de defesa nacional, facilmente mobilizável; de instrução e de educação cívica. Um posto de fiscalização da Pesca - defesa da fauna e da flora aquáticas e dos processos de trabalho em nossas águas. Nós somos o Amor da Pátria multiplicado no coração dos marinheiros da Armada do Brasil, emissários do Governo da República para chamar à gloriosa Comunhão Nacional esses compatriotas, abandonados nas curvas da costa e nos labirintos dos rios-profundos que formam a tua imensa e caudalosa bacia!

Dessa forma, a fundação das Colônias de Pesca deu-se a partir da expedição do Cruzador José Bonifácio, muito embora, a criação das colônias de pesca já houvesse sido contemplada em 1912, pelo Decreto nº 9.672, que é considerado como o primeiro passo para descentralizar a organização da pesca no Brasil. É possível constatar isto no seguinte artigo da referida lei:

Art. 53. De acordo com os recursos que forem decretados pelo Congresso Nacional e com os regulamentos especiais que forem expedidos pelo Governo, serão criados, nos lugares mais convenientes, colônias de pesca, postos de piscicultura, portos de pesca e frigoríficos (BRASIL, 1912).

Na década de 1920, houve um reordenamento da atividade da pesca no Brasil, em razão principalmente da retomada do controle da atividade pelo Ministério da Marinha em âmbito nacional. A pesca tornou-se elemento importante da frota militar e objeto de grandes pesquisas tanto para o reconhecimento das características naturais quanto sociais do território brasileiro. Dessa forma, a primeira lei desse período foi a Lei nº 4.015, de 09 de janeiro de 1920, que fixou a força naval para o mesmo ano, enquanto no Artigo 9º, parágrafo 2º, determinava que a reserva naval se compusesse de indivíduos pertencentes à Marinha Mercante e cuja profissão marítima estivesse regulamentada. Estabeleceu, portanto, que o pescador profissional estava incorporado à reserva naval brasileira. (VENTURATO, 2008).

Após a missão da Cruzada de José Bonifácio, destinada a reconhecer a costa brasileira e regulamentar a atividade de pesca por meio das colônias de pescadores, em 25 de outubro de 1923 foi emitido o Decreto nº 16.183, que transferiu para a Marinha brasileira a organização e plenos poderes para administrar e fiscalizar a atividade pesqueira para garantir o saneamento do litoral. Para tanto, o Ministério da Marinha devia organizar e regulamentar as embarcações, os instrumentos de pesca, o pessoal e a polícia naval e manter os escoteiros do mar.

Em 1930, ocorreu a implantação do Estado Novo no Brasil. A ascensão de novas classes sociais, o questionamento ao poder federal submetido aos interesses das elites agrárias paulistanas e mineiras (a república café com leite), e a necessidade de um projeto nacional mais burguês foram as marcas desse momento histórico. O que caracterizou primordialmente esse período do governo de Getúlio Vargas foi a forte intervenção do Estado na economia, no trabalho, na cultura e na vida social e política brasileira; o Presidente era elevado à categoria de única força com capacidade de conduzir a nação aos rumos da modernidade. (RAMALHO 2014: 40).

Nesse período, o Presidente Getúlio Vargas aprovou o Decreto nº 23.672, de 02 de janeiro de 1934, que criou o Código de Caça e Pesca. A partir do referido Decreto todos os

serviços ligados à atividade pesqueira sairiam da tutela da Marinha e ficariam subordinados ao Ministério da Agricultura. Um diferencial do decreto anterior foi o fato de este acrescentar, no seu 2º artigo, a divisão da pesca em duas modalidades: pesca marítima e pesca interior. Em relação à permissão para o exercício da pesca e funções relacionadas, o artigo sétimo restringia estas atividades aos brasileiros, descrito da seguinte forma: “Art. 7º Somente aos brasileiros é facultado o exercício e exploração da pesca e indústrias correlatas” (BRASIL, 1934).

Com relação à organização dos pescadores enquanto classe profissional este documento estabelece que os pescadores deveriam matricular-se nos órgãos competentes conforme é enunciado no artigo 11:

Art. 11. A matrícula do pescador é gratuita e será concedida pela repartição competente. § 1º São competentes para conceder matrícula de pescadores as Capitânicas dos Portos, as Delegacias das Capitânicas dos Portos, as Agências das Capitânicas dos Portos, e outras repartições do Ministério da Marinha que tenham essas atribuições enquanto não se instalarem as Delegacias e Agências de Pesca do Ministério da Agricultura (BRASIL, 1934).

Uma das principais alterações na legislação sobre a atividade da pesca ocorrida com a aprovação do Código da Pesca foi a criação do Conselho de Pesca. No artigo 69 deste Decreto-Lei, é estabelecida a autorização para a implantação desse conselho da seguinte forma: “Art. 69. O Conselho de Pesca, que por este ato fica criado, terá sede no Rio de Janeiro e compor-se-á de sete membros, indicados pelo Ministro da Agricultura e nomeados pelo Presidente da República” (BRASIL, 1938). Seriam de competência do Conselho as seguintes atribuições:

- a) propor ao Ministro da Agricultura qualquer emenda ou alteração dos dispositivos do presente Código;
- b) emitir parecer sobre os assuntos de relevância que o Serviço de Caça e Pesca tenha de resolver, nos que lhe forem solicitados pelo Governo e aqueles enumerados por este Código;
- c) patrocinar os congressos de pesca;
- d) instituir prêmios de animação à pesca, à piscicultura e às indústrias correlatas, de acordo com o Ministro da Agricultura;
- e) organizar seu regimento interno.

Com relação à associação dos pescadores em Colônias de Pescadores, o Art. 12 do Decreto nº 23.672, de 02 de janeiro de 1934 estabelece o seguinte: “Todo o pescador profissional é obrigado a fazer parte da Colônia em cuja zona reside” (BRASIL, 1934). Neste contexto, as Colônias de Pesca se apresentam como a principal associação de classe dos pescadores brasileiros, sendo que cada estado possui suas respectivas colônias. No Art. 13, desse mesmo decreto, são colocadas algumas normas para a formação de uma colônia como:

Art.13 Colônia Cooperativa de Pescadores é todo agrupamento constituído, no mínimo por cem pessoas que legalmente exerçam a profissão de pescador.

Parágrafo único. As Colônias Cooperativas de Pescadores serão designadas pelo prefixo "Z" seguido do número de ordem que lhes couber e terão suas zonas estabelecidas pelo diretor do Serviço de Caça e Pesca. (BRASIL, 1934).

Posteriormente, em 1938 foi sancionado, também, pelo então Presidente Getúlio Vargas, revogando o Decreto nº 23.672 de 1934, na parte referente à pesca, o Decreto-Lei nº 291, de 23 de fevereiro. Neste, o Governo Federal volta a estabelecer incentivos e estímulos concedidos aos pescadores, através de subsídios e créditos, através da taxa denominada “Expansão da Pesca” com o objetivo de “desenvolver a pesca e indústrias derivadas, a amparar a classe dos pescadores e a ampliar o Serviço de Caça e Pesca, do Departamento Nacional da Produção Animal, reajustando-o às necessidades do país” (BRASIL, 1938).

A partir do Código de Pesca de 1938, Ramalho (2014) considera que o Estado Brasileiro estabeleceu uma Lei com características assistencialistas e que manteve a ideia de preservação da natureza voltada para o interesse de “defesa da fauna e flora aquícolas e desenvolvimento de suas indústrias” como ficou estabelecido no Artigo 1º do documento. Com isso, mantinha-se, sobretudo, o viés policialesco sobre a vida política e de trabalho dos pescadores, fundamental quando incumbiam àqueles que fiscalizavam a pesca (capatazes) equiparação “aos agentes de segurança pública e oficiais de justiça, sendo-lhes facultado o porte de arma de defesa”, como normatiza o Art. 76. Nesse Código também, foi previsto a instalação de serviços médicos e odontológicos nas colônias de pescadores. Ademais, a lei criou o Conselho Nacional de Pesca (CNP).

De acordo com o mesmo autor:

Assim, do decênio de 1930 em diante, esse controle caracterizou-se por idas e vindas da Marinha para o Ministério da Agricultura, ficando em definitivo, ao menos formalmente, nas mãos da Agricultura com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) em 1962. Mesmo com a implantação da Superintendência, o mando sob os pescadores nunca deixou de ser compartilhado com a Marinha, também em razão da instauração da ditadura militar em 1964. (RAMALHO 2014: 42).

Com isso, é possível concluir que até a década de 1930, a legislação pesqueira no Brasil foi produzida no período imperial, sobretudo, por influência da Marinha, que ficou responsável por regulamentar e desenvolver a atividade da pesca em todas as regiões e contribuiu, dessa forma, com o conhecimento do território brasileiro, permitindo integrar o desenvolvimento dessa atividade às estruturas do Estado. No entanto, não visa desenvolver políticas que tendem a defender maiores interesses dos pescadores, enquanto categoria profissional.

Na década de 1940, através do Decreto-Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942, as Colônias de Pescadores passam para a jurisdição do Ministério da Marinha, subordinadas aos Comandos Navais e às Capitânicas dos Portos, para os assuntos de vigilância e defesa das águas territoriais, permanecendo o fomento e a orientação técnica a cargo do Ministério da Agricultura. Em 1950, foram aprovados pela Portaria nº 478 do Ministério da Agricultura, os Estatutos para Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, para as Federações Estaduais de Pescadores e para as Colônias de Pescadores (VENTURATO, 2008).

Somente em 1961 ocorreu a aprovação de um ato legal relevante para a atividade pesqueira. Em 28 de junho de 1961, o Presidente Jânio Quadros sancionou o Decreto nº 50.872 que criou o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE). Entre as principais atribuições deste órgão, que era diretamente subordinado à Presidência da República, é possível destacar as seguintes:

- a) estudar e propor as diretrizes da política nacional da pesca;
- b) elaborar o plano plurianual da pesca e promover a execução de planos de emergência, quando as condições o exigirem;
- c) estudar a localização e promover junto às entidades competentes a construção de portos, estaleiros, frigoríficos, fábrica, escolas, etc., relacionados com a pesca, diretamente ou mediante convênio ou contrato;

- d) promover a assistência social ao pessoal da pesca e das indústrias e comercio correlatos, e de outras indústrias de exploração de recursos de origem aquática, por intermédio das entidades oficiais competentes ou privadas que a isso se prontificarem;
- e) proporcionar facilidades para o registro de fábricas, rótulos, etc. e para tripular, operar e movimentar barcos de pesca, mediante recomendações aos órgãos competentes para que simplifiquem as exigências regulamentares;
- f) estudar as facilidades a serem concedidas à indústria nacional de construção de barcos de pesca e à indústria pesqueira, cujo desenvolvimento ou implantação seja julgada de interesse para a melhoria das condições da pesca;
- g) recomendar aos órgãos competentes a concessão de possíveis prioridades, subvenções e isenções fiscais, indicadas como indispensáveis para a implantação ou o desenvolvimento das indústrias pesqueiras ou construções de barcos de pesca, consideradas de real interesse para a política nacional da pesca;
- h) promover os meios de assistências técnica e financeira a novas indústrias, criadas dentro dos objetivos referidos no item anterior;
- i) estudar o re-aparelhamento permanente da frota pesqueira, promovendo os meios para a sua execução;
- j) promover a expansão dos mercados de consumo dos grandes centros demográficos e cidades do interior, mediante o estudo da melhoria das condições de distribuição e realização de campanhas educativas destinadas a estimular e incluir nos hábitos alimentares da população brasileira no consumo do pescado (BRASIL, 1961).

Em 1962, ano seguinte à criação do CODEPE, foi implantado, por meio da Lei Delegada nº 10, de 11 de Outubro de 1962, pelo então Presidente João Goulart, a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), a qual, no Art. 2º segundo, estabeleceu e definiu como competências desta autarquia federal as seguintes atribuições:

- I- elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (PNDP) e promover a sua execução;
- II- prestar assistência técnica e financeira aos empreendimentos de pesca;
- III- realizar estudos, em caráter, permanente, que visem à atualização das leis aplicáveis à pesca ou aos recursos pesqueiros, propondo as providências convenientes;
- IV- aplicar no que couber, o Código de Pesca e a legislação das atividades ligadas à pesca ou aos recursos pesqueiros;
- V- pronunciar-se sobre pedidos de financiamentos destinados à pesca formulados a entidade oficiais de crédito;
- VI- coordenar programas de assistência técnica nacional ou estrangeira;
- VII- assistir aos pescadores na solução de seus problemas econômico-sociais (BRASIL, 1962).

Em 1967, foi publicado o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro, que instituiu, entre outras providências, o Registro Geral da Pesca (RGP)²⁴, conforme trata o artigo 93º: “Fica instituído o Registro Geral da Pesca, sob responsabilidade da SUDEPE” (BRASIL, 1967).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a pesca foi tema abordado na Carta Magna em dois artigos: no Art. 8º, que tratava da associação profissional ou sindical, passando a incluir as Colônias de Pescadores como uma forma de organização dos profissionais da pesca, considerando, no entanto, a leis específicas do setor. Já no artigo 187, que trata da política agrícola, a pesca novamente é contemplada. O parágrafo primeiro assim destaca: “Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais” (BRASIL, 1988).

Após a promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro de 1988, identificamos alguns avanços acerca da organização dos pescadores artesanais. As colônias foram equiparadas, em seus direitos sociais, aos sindicatos de trabalhadores rurais. Abriram-se possibilidades das colônias elaborarem seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus municípios. O artigo 8º da referida Constituição trata exclusivamente de questões comuns a colônias e aos sindicatos de trabalhadores rurais. Destacamos o inciso I do referido artigo: “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvando o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical” (DIEGUES, 1983: 138).

A partir de 1989 houve uma queda na atividade da pesca no país, que pode ser atribuída ao desmonte do aparato estatal que era responsável pela organização do setor pesqueiro, a crise econômica que marcava o período e os impasses vividos pelo Estado desenvolvimentista que tiveram reflexo na SUDEPE. Assim, em 1989, a SUDEPE foi extinta e a pesca ficou, por 14 anos (até 2003), sem um órgão responsável por ações públicas de fomento dessa atividade. Dessa forma, após a extinção da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, em 1989, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) absorveu parte das suas atribuições, sem ter qualquer contribuição no fomento da atividade pesqueira, que fora o centro da ação política da

²⁴ Atualmente o Ministério da Pesca e Aquicultura utiliza esse registro para saber de fato quem é pescador ou pescadora profissional, ou seja, a pessoa que faz da pesca a sua profissão ou seu principal meio de vida. Com o RGP o pescador pode acessar os programas sociais do Governo Federal, como microcrédito, seguro desemprego, pago nos meses de defeso. (MPA, 2015)

SUDEPE. Criou-se, assim, um vácuo nas políticas produtivas para o setor pesqueiro, visto que o IBAMA é uma instituição de proteção ambiental, havendo a perda de serviços como o controle estatístico da produção, dificultando o controle das capturas, algo que já era bastante complicado de se realizar, mesmo com os trabalhos dos técnicos do antigo órgão pesqueiro (RAMALHO, 2014).

Nesse aspecto, Diegues (1983: 146) considera que entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, o Estado brasileiro investiu e incentivou a implantação da indústria pesqueira nacional, através de mecanismos de incentivos fiscais, como a isenção de impostos, e fomentou a expansão frente ao novo manejo de captura do pescado. Em contrapartida, a atividade profissional artesanal sofreu um processo negativo, tanto no que diz respeito à identidade cultural como a falta de incentivos fiscais para o setor artesanal, o que contribuiu com a degradação do modo de vida do pescador artesanal. “Em 1977, dez anos após a implantação dos incentivos fiscais às indústrias, a pesca artesanal, sem nenhuma ajuda financeira considerável, ainda era responsável por 50% do volume total da pesca brasileira e por cerca de 50% do valor gerado por esta atividade”.

De acordo com a avaliação de Ramalho (2014), entre os anos 1962 e 1989, o apoio e a formação de uma classe social empresarial na pesca foram o grande projeto de Estado para essa área de produção, já que a industrialização do setor não havia sido consolidada até então; e a SUDEPE foi o órgão responsável para realizá-lo, colocando essa etapa no centro de seu planejamento. O autor considera que, nesse processo, os pescadores deixaram de ser vistos pelo Governo Federal apenas como reserva naval e passaram a ser compreendidos como força de trabalho de reserva para os industriais da pesca, o que também ocorre, atualmente, no Ministério da Pesca e Aquicultura.

Após esse período, somente em 1º de janeiro 2003, com a criação da Secretaria da Pesca e Aquicultura (SEAP), através da Medida Provisória nº 103, é que a atividade pesqueira no Brasil retornou aos programas oficiais do Governo Federal, algo que não acontecia praticamente desde a aprovação do Decreto-Lei 221 de 1967. Mas, foi em 2009 que a pesca, em nível nacional, alcançou visibilidade através da Lei nº 11.958, de 26 de julho, pela qual houve a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) que passou a normatizar toda a atividade pesqueira, transformando as Colônias de Pesca em uma espécie de sindicato representativo da categoria, alçando uma demanda antiga, mas que ainda não

podemos afirmar se vem de uma origem dos movimentos sociais ou uma reestruturação a partir do Estado (SANTOS, 2011).

O Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA–, que passou a ter o papel de articulação de políticas para a produção pesqueira, com ênfase para o setor aquícola. Uma das provas disso foram os lançamentos dos planos *Mais Pesca e Aquicultura*, em agosto de 2008, em que buscou-se estimular vendas externas e a ampliação do consumo nacional de pescados por meio da crescente participação de produtos da aquicultura; e em 2012, no Governo Dilma, o *Plano Safra da Pesca e Aquicultura – 2012 a 2014*, que objetiva “[...] implantar novos parques aquícolas em lagos e represas de várias regiões do Brasil” (MPA, s/d, p.7), enquanto força moderna para que o país atinja a meta de “produzir 2 milhões de toneladas anuais de pescado até 2014” (MPA, s/d, p. 4),¹³ (...). Como parte importante desse cenário, criou-se o Novo Código de Pesca (Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009) (RAMALHO 2014:54).

A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, tem como conteúdo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, objetivando regulamentar as atividades pesqueiras. Dessa forma, o novo texto da legislação revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, entre outras questões voltadas para o setor pesqueiro. No Art. 8º da referida Lei classifica a atividade da pesca em duas categorias: comercial, subdividida em artesanal e industrial; e não comercial, que se subdivide em científica, amadora e de subsistência. Segue abaixo o que estabelece o Art. 8º da Lei nº 11.959:

Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:

I – comercial:

- a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
- b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II – não comercial:

- a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;
- b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;

c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.

Recentemente, como a reforma ministerial anunciada em 02 de outubro de 2015 pelo Governo atual da Presidenta Dilma Roussef, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) foi extinto. Com a extinção do MPA, a pesca passou para a tutela do Ministério da Agricultura, mais uma vez na história do país. Portanto, a administração da atividade pesqueira no Brasil tem sido feita com base em um sistema de direitos praticáveis, através do estabelecimento de regras para o acesso aos recursos pesqueiros. Em geral, as regras estabelecidas referem-se às questões tais como, imposição de taxas, concessão de licenças de pesca, estabelecimento de cotas de captura, suspensão da pesca em determinadas áreas ou durante certas estações do ano, limitação do tamanho mínimo do peixe capturado, seletividade imposta ao uso dos implementos de pesca, entre outras.

Portanto, o que percebemos ao longo da história, é que a ação do Estado brasileiro em relação aos pescadores artesanais teve como alvos, por um lado, a produção pesqueira e, por outro, a incorporação dessa fração de classe social na condição de força de trabalho de reserva da Marinha na primeira fase. E, posteriormente, os pescadores artesanais são incorporados ao capital pesqueiro industrial e aquícola. A convergência dos dois aspectos se deu quando foi atribuído aos pescadores o papel de braços utilizáveis pelos projetos civilizatórios e modernos, necessitando, sobretudo, que eles fossem “estimulados” e/ou “educados” para essas empreitadas estatais e privadas. Então, é possível concluir que, independentemente do recorte sociohistórico, uma orquestração fez-se elo importante na elaboração das políticas do Estado para a pesca: o incessante desejo de converter pescadores artesanais, quando muito, em coadjuvantes do projeto de desenvolvimento nacional e, com isso, em não bloqueadores das ideias de modernidade do poder público e das classes dominantes (RAMALHO, 2014).

4.1 As Colônias de Pescadores

Como foi exposto acima, as colônias de pescadores no Brasil, enquanto instituição estatal obedecem às mesmas trajetórias da legislação elaborada pelo Estado para a atividade da pesca. Como já relatado, as primeiras colônias de pescadores (que a princípio eram

denominadas de colônias de pesca e não colônias de pescadores) foram fundadas a partir de 1919, pela Marinha de Guerra. As colônias eram definidas como *agrupamento de pescadores* ou *agregados associativos*, através das quais o Estado exercia uma força coercitiva, a partir do momento em que os pescadores eram obrigados a se matricularem nas instituições para poder desenvolver a atividade pesqueira. Em 1920, foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil, que tinha como objetivo gerir e fiscalizar as Colônias de Pesca do território nacional.

De acordo com Ramalho (2014: 38-39), as colônias de pesca deveriam reunir e organizar os pescadores, acreditando-se com isso, que a organização dos pescadores para a formação das colônias, seria um ponto de apoio decisivo para a atuação e o controle do Estado sobre as regiões costeiras. Nesse sentido, o surgimento dessa entidade era, antes de qualquer coisa, um importante espaço de realização das políticas da Marinha. O autor informa, que com a missão da Cruzada de Villar e de seus comandados, foram fundadas cerca de 800 colônias e cadastrados mais de 100.000 pescadores no país, como força de trabalho a ser usada pela Marinha. Para poder desenvolver a atividade pesqueira os pescadores eram obrigados a se matricular nas colônias. “Para mobilizar os pescadores, os mecanismos utilizados eram variados, e revelavam a política paternalista e controladora que iria predominar, durante décadas, na vida da categoria, marcando fortemente a sua cultura organizativa até os dias de hoje, em muitas localidades”.

No caso da pesca, isso apenas intensificou algo já existente em termos de controle do trabalho, especialmente quando a Marinha dividiu com o Ministério da Agricultura o mando sobre os pescadores, cabendo a este último as ações de fomento ao setor. Dessa maneira, em 1933, a pesca passa às mãos do Ministério da Agricultura, através da Divisão de Caça e Pesca (DCP). A Confederação Geral dos Pescadores Brasileiros, implantada em 1920, subordinou-se à DCP, e as colônias, conseqüentemente, também. O cadastramento dos pescadores e de seus barcos, porém, continuou a cargo da Marinha Brasileira. Nessa conjuntura, foi elaborado o Código de Caça e Pesca – Decreto nº 23.672, de 02 de janeiro de 1934 –, primeira lei mais acabada sobre o setor pesqueiro, que previu, em um de seus pontos, a entrega de balancetes e de relatórios mensais pelas diretorias das colônias à DCP, permitindo-lhe intervir na entidade quando julgasse necessário. O artigo 15 da referida lei ordenava que “as colônias reger-se-ão por estatutos elaborados pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e aprovados pelo ministro da Agricultura”. Ademais, frisava o artigo 12 que “todo o pescador profissional é obrigado a fazer parte da colônia em cuja zona reside”, pois, do contrário, os pescadores seriam proibidos de entrar nas águas para pescar. Juntamente com esse caráter de regulamentação autoritária, manteve-se a noção de

conservação dos recursos pesqueiros em benefício das incipientes e/ou futuras indústrias de pesca, como ficou claro nas funções atribuídas ao Serviço de Caça e Pesca, particularmente no artigo 112 do mencionado Código: “d) observar quais as espécies que mereçam ser industrializadas e realizar estudos referentes aos processos mais aconselháveis de sua conservação e aproveitamento industrial”. (RAMALHO, 2014: 41).

No início da década de 1970, o Ministério da Agricultura, sob o qual a pesca encontrava-se ligada, baixou a Portaria N° 471, de 27 de dezembro de 1973, a qual instituiu um novo estatuto para as colônias de pescadores, fazendo com que as mesmas se mantivessem sob a denominação de sociedade civil, porém, subordinadas ao controle do Estado, através das Federações e da Confederação Nacional de Pescadores. Este fato pode ser constatado no §2º do Art. 1º que estabelece o seguinte: “As colônias de pescadores se obrigam a estreita colaboração com as autoridades públicas, com as respectivas Federações e com a Confederação Nacional de Pescadores”; e letra c) do Art. 26: “Compete à diretoria da colônia, cumprir e zelar pelo cumprimento deste Estatuto, do Regimento Interno, das deliberações da SUDEPE, da Confederação Nacional dos Pescadores e Federação, bem como das autoridades navais”. Este estatuto ainda prevalece até os dias de hoje em muitas colônias do país.

Neste período, os Estatutos das Colônias de Pescadores eram aprovados por decreto do Ministério da Agricultura e vinculados ao marco autoritário dominante. Este Estatuto estabelecia que poderiam se associar nas entidades quaisquer pessoas ligadas à atividade pesqueira, como patrões de pesca, donos de fábricas de gelo, donos de frigoríficos, armadores, comerciantes de petrechos de pesca, funcionários de órgãos públicos ligados à pesca, pescadores amadores e pescadores artesanais. Esta flexibilidade das colônias de pescadores associarem nesse período os diferentes agentes envolvidos com a pesca deixava a representatividade dos pescadores artesanais ainda mais fragilizada, uma vez que cada um desses grupos sociais apresenta interesses diferenciados e, em alguns casos, totalmente opostos.

Como já foi ressaltado anteriormente, no final da década de 1970, o Estado passa a incentivar a implantação da indústria pesqueira nacional, principalmente através da concessão de incentivos fiscais e da isenção de impostos, buscando gerar novas divisas para o país, por meio da atividade pesqueira industrial. Em contrapartida, no mesmo período, a pesca artesanal foi perdendo incentivos. De acordo com Silva (2012), em meados dos anos

1970, surgem no país diversos movimentos de reivindicação para conquistas sociais amparados pela Pastoral da Pesca e em setores progressistas da Igreja Católica.

Na avaliação de Silva (2014), as colônias de pescadores no Brasil, historicamente, tiveram sua atuação política limitada à emissão de carteiras de pescadores e ações de seguridade social. Sua atuação no sentido de conquistar direitos e reivindicar direitos reclamados por pescadores se tornava inviável, pois através da entidade não seria possível os pescadores se organizarem sindicalmente. Essa relação apática das colônias de pescadores tem determinações históricas e somente se explica a partir da criação das mesmas. As colônias de pescadores sendo uma criação do Estado, sempre sofreram intervenções estatais desde 1919, quando as primeiras colônias foram regulamentadas pelo próprio Estado. Sendo obrigados a se matricularem para poder exercer a atividade da pesca e não se sindicalizarem, os pescadores recebiam a missão de proteger as águas do território brasileiro, servindo diretamente ao Estado.

Maldonado (1983: 46) considera que, com relação às colônias de pescadores, os próprios pescadores têm consciência da fragilidade destas instituições com a categoria profissional, reconhecendo a baixa representatividade do pescador nesta instância de decisão.

No caso dos pescadores no Brasil constata-se uma espécie de esgarçamento na sua vinculação institucional, percebido pela vinculação dos assuntos do mar a dos ministérios – Marinha e Agricultura – e que se evidencia também na origem e atuação da sua representação profissional. Às colônias de pescadores se impõem um modelo de organização que não visa atender os interesses do pescador artesanal ou promover a sua coalisão.

Sobre este aspecto, Esterici (2002) conclui que, estudos já realizados na Amazônia e em outras regiões do país trazem à tona a origem das colônias de pescadores e o caráter não representativo da organização com relação ao grande contingente de pequenos trabalhadores da pesca. Pois, por terem sido criadas pela Marinha e tendo por objetivo o controle do agrupamento dos pescadores do litoral, a garantia do abastecimento e da proteção da costa brasileira, ao serem transportadas para as situações de pesca dos rios e lagos, elas continuaram a ser regidas por normas legais contrárias à autonomia e à representação dos trabalhadores. A autora complementa que durante o século XX, na direção da organização, prevaleceram as presenças de outros profissionais como comerciantes, donos de barcos,

armadores, oficiais da marinha e até fazendeiros, tanto nas colônias quanto nas federações e na confederação.

A partir de 1970, em alguns estados do nordeste, um movimento começou a se fazer com o apoio da Igreja Católica e outras instituições, no sentido de mudar esta situação. Já nos anos de 1980, a Constituinte da Pesca, convocada pela própria Confederação e contando com o apoio efetivo da Comissão Pastoral da Pesca – CPP, foi um momento de mobilização nacional dos pescadores e resultou, afinal em alterações significativas introduzidas na Constituição de 1988. Entre as alterações destaca-se a que equipara a organização dos pescadores aos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos (...) De fato, depois da Constituição de 1988, surgiu o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE, cujo objetivo seria o de garantir os direitos adquiridos por lei (...) (ESTERCI, 2002: 56):

Nessa perspectiva, a autora avalia que na década de 1980, com a promulgação da nova Constituição, em 05 de outubro de 1988, consideram-se alguns avanços no que diz respeito à organização trabalhista dos pescadores artesanais. As colônias passam a ser equiparadas, em seus direitos sociais, aos sindicatos de trabalhadores rurais, o que lhes possibilitou elaborar seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus territórios.

4.2 A Colônia de Pescadores de Penalva e a representatividade política dos pescadores

A Colônia de Pescadores Z-23 Dr. Sebastião F. Ramos, de Penalva, foi fundada em 1977. De acordo com informações do pescador Carlos César, a Colônia foi estabelecida pelo interesse dos próprios pescadores, sendo o seu pai um dos fundadores da instituição. Atualmente, na Colônia de Pescadores Z-23 existem cerca de três mil pescadores e pescadoras associados. Entretanto, de acordo com informações da diretoria, somente 600 pescadores e pescadoras estão adimplentes com as contribuições devidas à entidade. Localizada na Rua Josias Silva, número 18, Centro de Penalva, a Colônia Z-23 possui sede própria, correspondente a uma casa composta por cinco cômodos: uma secretaria, um escritório da presidência, um banheiro, uma sala de espera e outro cômodo que não foi possível identificar como é utilizado.

Observei em Penalva que os pescadores e pescadoras enfrentam dificuldades no relacionamento com a diretoria, reclamam do pouco interesse por parte da entidade em representá-los para reivindicar e garantir os direitos trabalhistas e os benefícios previdenciários previstos por lei aos pescadores e pescadoras. Especialmente, porque reconhecem que dependem da associação na Colônia de Pescadores Z-23 para requererem junto ao Ministério de Pesca e Aquicultura o Registro Geral da Pesca (RGP), emitido por meio dos Escritórios Estaduais da Secretaria Especial de Aquicultura (SEAP) e consiste na identidade profissional do pescador. A carteira de Pescador Profissional tem validade de cinco anos quando se trata de registro inicial e de seis anos para os pescadores profissionais já inscritos no RGP. Nos dois casos, a Carteira de Pescador Profissional deverá ser revalidada anualmente ou bienalmente, conforme o caso.

A representatividade política de uma instituição passa, necessariamente, pelo reconhecimento do grupo social que dela faz parte enquanto organização jurídica e social. Com respeito à sua ação institucional, a Colônia de Pescadores deve ter importância na tomada de decisão no que diz respeito ao seu próprio benefício, de seus associados e da sociedade em geral. Enquanto entidade representativa entende-se que qualquer opinião ou decisão da Colônia de Pescadores influencia no momento da definição de políticas públicas e conquistas para o setor que representa a pesca. Neste contexto, observei que, em Penalva, quando os pescadores falam em reivindicações, reconhecimento e implementação de direitos, não estão falando apenas nas políticas assistencialistas garantidas pelo Estado, mas, de uma maior representatividade do órgão na luta pela conquista e efetivação de políticas públicas específicas que venham garantir a participação dos pescadores e pescadoras artesanais de Penalva.

Imagem 24: Colônia de Pescadores de Penalva



Fonte: Arquivo pessoal

Entretanto, em contextos atuais, observei que a mobilização política da Colônia de Pescadores de Penalva é muito tímida para atender às reivindicações dos pescadores artesanais. Enquanto espaço de discussão e de orientações políticas, a Colônia de Pescadores Z-23 tem se apresentado, de certa forma, omissa, no sentido de contribuir para a formação profissional, política, ambiental e educacional dos pescadores artesanais penalvenses. A partir dessas questões, observei que, em Penalva, o fato de os pescadores e pescadoras estarem associados na Colônia de Pescadores não contribui de forma efetiva com o reconhecimento da identidade destes enquanto profissionais, mas o que se observa é que os pescadores e pescadoras esperam contar, pelo menos, com o acesso aos benefícios previdenciários a eles garantidos por lei. Este fato fica elucidado quando observamos os trechos dos depoimentos abaixo:

Sou sócio da colônia já há dezenove anos. Mas, a colônia deixa a desejar uma pução de coisa. Por exemplo, como profissional eu tenho dezenove anos, mas só recebo o seguro-desemprego há cinco anos. Porque a colônia não se interessa muito pelos direito dos pescador. A senhora tá entendendo? Quer dizer, que eu tinha carteira de profissional, mas só comecei a receber seguro depois de nove anos (José Ribamar - Entrevista realizada em 04/06/2015).

A colônia deveria orientar mais os pescador. Dizer como tem que ser, como não, falar dos direitos dos pescador. Mas, nós não temos esse apoio da colônia com nossos direitos. E precisava também, ter um advogado dentro da colônia, e não tem. Quando a gente precisa ir atrás de nosso direito, temos que pagar advogado sendo que, a gente já paga a colônia. Então, eu acho que isso era uma coisa pra colônia ter pra atender nós pescador (Maria José - Entrevista realizada em 08/06/2015).

A partir dos depoimentos acima, observei que as insatisfações dos pescadores e pescadoras de Penalva no que diz respeito à atuação e representatividades da Colônia em relação à categoria de trabalhadores se dão, sobretudo, pelo fato de estes não terem seus interesses garantidos, quando José Ribamar informa que *“como profissional eu tenho dezenove anos, mas só recebo o seguro-desemprego há cinco anos”* e *“Porque a colônia não se interessa muito pelos direito dos pescador”*. O pescador considera que a Colônia apresenta certa negligência em garantir a ele o benefício previdenciário que lhe é devido.

No depoimento de Dona Maria José, pescadora de Penalva, 55 anos, ela faz uma observação considerando que *“A colônia deveria orientar mais os pescador. Dizer como tem que ser, como não, falar dos direitos dos pescador”*. Em sua fala fica esclarecido que a pescadora reconhece que a entidade, além de garantir os direitos já estabelecidos por lei, deve orientá-los sobre seus direitos e deveres trabalhistas. Ela, ainda, reconhece que faltam técnicos na Colônia para auxiliá-los nas diversas questões relacionadas com a garantia da efetivação de suas conquistas frente ao Estado.

Com relação à representatividade política dos pescadores pelas colônias de pescadores no Brasil, Esterci (2002: 60) considera que, historicamente, para a categoria de pescadores, os instrumentos de representação sempre foram de eficácia muito desigual. Pois, a partir de uma percepção mais generalizada, as colônias foram criadas pela Marinha para servir a interesses diferentes daqueles dos pescadores, *“para os pescadores a história das colônias não é, pois uma história de autovalorização da categoria”*. A autora, ainda enfatiza que *“A filiação às colônias que vem crescendo nos últimos anos, parece ser muito mais em função da exigência impostas pelo Estado como condição de acesso à licença para pescar, carteira profissional, seguro desemprego, de que um indicador de mobilização”*.

Quando foi questionado sobre a importância da Colônia enquanto um órgão que representa os pescadores e defende seus interesses, o pescador João Carlos (entrevista realizada em 30/01/2015) disse o seguinte: *“A colônia aqui é um benefício pra receber o*

seguro, mas mesmo assim, é aquela chaleirisse. Só isso mesmo, a gente não vê o interesse de ajudar o pescador, de defender os interesse do pescador”, ou seja, o que o pescador quis dizer é que, uma das únicas ações da Colônia em favor do pescador de Penalva é de garantir o benefício do seguro-desemprego. Entretanto, ainda assim, para ser beneficiado, o pescador depende da boa vontade ou do apadrinhamento político da diretoria da entidade, no que diz respeito ao seu papel, como o de documentar e auxiliar os pescadores nas relações estabelecidas junto a órgãos públicos para o pescador ou pescadora receber o seguro desemprego.

No depoimento abaixo, Seu Zacarias é enfático quando diz que *“A colônia nunca representou nada aqui, é só mesmo pra fazer o cadastro e receber o seguro, nunca fez benefício nenhum”* e, logo em seguida, o pescador cita o exemplo da situação vivenciada por sua esposa que, ao iniciar o processo de aposentadoria, teve o benefício negado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) *“E aí ela não passou lá só porque ela não tinha uma carteira do SEAP”*. Os pescadores reconhecem que a Colônia de Pesca de Penalva necessita de maior organização para que a entidade se transforme no espaço adequado para empreender a representatividade dos pescadores. Abaixo o trecho da entrevista concedida por Seu Zacarias:

A colônia nunca representou nada aqui, é só mesmo pra fazer o cadastro e receber o seguro, nunca fez benefício nenhum, eu mesmo não cheguei fazer seguro, porque eu me encostei logo pela Colonia. A mulher tá até com o benefício na justiça para ver se recebe. A colônia às vez o cara se bate tanto pela colônia, e a colônia não se bate pelo cara: se bate pra pagar, pra ficar em dias, e as vez ela nem se toca. Porque o problema da colônia é o seguinte, pra mim era pra ser assim: se eu sou um sócio, sou cativo lá no meu órgão, então eles eram pra ser cativo comigo, quando chegasse a idade pra mim me aposentar, eles já eram pra ser cativo também pra me aposentar, mas aqui eles não ligo disso, eles só querem o dinheiro que a gente contribui e pronto. Olha ela (a esposa dele) foi lá no INSS, o cara do INSS não passou ela, tá vendo? E aí ela não passou lá só porque ela não tinha uma carteira do SEAP. Pois é, ele não passou ela, e agora ela ainda não tem essa carteira, e ela meteu na justiça e aí o advogado levou tá pra lá, tá com quase um ano. Já completou ano e ela da não resolveu nada... Só por causa de uma carteira ela não tá recebendo a aposentadoria dela (Seu Zacarias - Entrevista realizada em 06/06/2015).

A partir das conversas travadas com os pescadores, foi possível perceber que estes compreendem que a Colônia de Pescadores Z-23 Dr. Sebastião F. Ramos deveria ser um

importante órgão a serviço dos pescadores e pescadoras penalvenses, percebendo-a como uma instituição sindical que deveria ter a missão de representar e lutar pela garantia dos seus direitos. Observei que são mencionadas, quase exclusivamente, as necessidades cotidianas e emergenciais dos próprios pescadores. Entretanto, tais sentidos não são atribuídos aos próprios pescadores em encontrar estratégias de luta que visem o enfrentamento no sentido de democratizar a gestão da diretoria do órgão. A atual diretoria já está na gestão há 16 anos, totalizando cinco gestões de três anos cada. Em janeiro de 2015, houve eleição para a diretoria da Colônia de Pescadores de Penalva. Disputou a eleição uma chapa de oposição, entretanto, não obteve vitória, sendo reeleita a chapa indicada pela diretoria que estava em exercício.

Eu já vou fazer 35 anos de sócio da colônia. Eu contribuo com a colônia desde 1981. Quem fundou a colônia de pescadores de Penalva foi meu pai, em 77. O atual presidente é o Antônio Carlos Travassos (o Tote) e já está com mais de 10 anos como presidente. A colônia pra mim é muito importante, porque eu já consegui muita coisa através da colônia. Mas, era pra entrar outra pessoa. Porque esse que tá aí, ele faz uma coisa certa, outra coisa ele faz errado, principalmente com os documentos da gente. Por exemplo, uma carteira da SEAP, a gente aqui paga pra renovar, paga pra ele. Mas, se a gente for em São Luís não paga nada. Então, eu acho que isso é uma coisa errada, porque nós já pagamos a entidade R\$ 10,00 por mês, então eu não acredito que a Colônia não tenha esse recurso pra providenciar os documentos da gente. Então, nós pagamos é pra ele fazer as viagem dele pra resolver as coisa dos pescador. Então, a colônia é muito importante, o que tá faltando é um representante (Carlos César - Entrevista realizada em 05/06/2015).

Como é esclarecido por seu Carlos César, no trecho da narrativa a cima, é possível observar que pelo menos uma parte dos pescadores, além de não se sentir representada, se apresenta insatisfeita com os trabalhos desenvolvidos pela atual diretoria da Colônia. Quando o pescador diz que, “*era pra entrar outra pessoa. Porque esse que tá aí, ele faz uma coisa certa, outra coisa ele faz errado, principalmente com os documentos da gente*”, é possível observar a insatisfação dele com a atual gestão que, segundo ele se torna ilegítima quando, de alguma forma, age de má fé com a categoria que representa.

Nos trechos abaixo, quando o pescador José Ribamar fala que a diretoria da colônia “*procura só quem tá em dias para receber o seguro*” e que “*Ele não procurar o pescador, só quem tá em dias*” conclui-se que na entidade estão matriculadas pessoas que não

desenvolvem a atividade pesqueira e que, ao se associarem e se manterem adimplentes com a contribuição devida à colônia são legitimados a receberem o benefício do seguro-desemprego, enquanto que, um pescador, que de fato sobrevive da pesca, muitas vezes, fica de fora do processo. Então, isso é um agravante, se considerarmos o verdadeiro objetivo da entidade, que é o de garantir os direitos do pescador artesanal em Penalva. Abaixo o trecho da fala do pescador.

O atual presidente da Colônia de Pescadores de Penalva já está na gestão há 16 anos. Só quem se mantém em dias com a colônia (pagamento da taxa de associação) que recebe o seguro. Aí ele (o presidente da Colônia) procura só que tá em dias para receber o seguro. Ele não procurar o pescador, só quem tá em dias. Essa que é a dificuldade que o pescador de Penalva enfrenta com a colônia. Porque se a gente tem um sindicato, pra representar a gente, ele tem que garantir nossos interesses e direitos como pescador. Não só o seguro, são muitos outros direito que a gente tem como pescador. Não é só receber o seguro, às vez, um que não é pescador profissional e que se associa e tá em dias recebe o seguro. Já quem é pescador mesmo, às vez nem recebe (José Ribamar - Entrevista realizada em 04/06/2015).

Com relação à associação de algumas pessoas que não são reconhecidas como um/uma profissional da pesca, seu Edivaldo Mendes é bastante enfático ao dizer que “*Eu conheço gente aí que diz que é pescador e tá associado nessa colônia aí, mas não sabe nem meter uma palheta num nó pra tecer uma rede. Mas, diz que é pescador pra receber o seguro desemprego*”. Portanto, é possível concluir que, além da não representação, a Colônia de Pescadores de Penalva passa por questões bastante delicadas, sobretudo, no que diz respeito à sua legitimação frente aos pescadores e pescadoras.

Aqui, tentei discutir as intrincadas relações construídas entre o Estado, a diretoria e os membros da colônia de pescadores, observando a partir do entendimento de que as tensões são presentes em sua constituição. Observei, também, a atuação do Estado e dos pescadores na afirmação dessa entidade. As colônias ao longo de sua história têm se configurado de acordo com os próprios interesses do Estado, bem como as formas como os pescadores associados da entidade percebem o papel que ela deve desempenhar para representa-los. Ficou elucidado, a partir das falas que, em Penalva, os pescadores percebem que, mesmo sendo uma criação do Estado, no intuito de tutelar essa categoria de trabalhadores, eles veem a possibilidade de serem representados pela Colônia. Não

percebem a Colônia como um instrumento a serviço do Estado, cuja função não seria agir pelos asseios da categoria, mas sim como um instrumento de colaboração em suas lutas e não somente para resolver os problemas burocráticos de seu dia a dia.

Mas observei, em Penalva, que alguns pescadores profissionais decidem se associar à entidade não por reconhecê-la como algo de interesse pessoal e coletivo. Mas, porque se constitui em uma exigência do Estado para obterem o documento que os reconhecem e os habilitam como sujeitos capazes de realizar o ofício da pesca profissionalmente, a carteira de pescador profissional. Devido a colônia ser um órgão que traz desde suas origens quase somente a função de organização burocrática dos pescadores profissionais, estes pescadores não poderiam se ver fora desse processo. Entretanto, em Penalva, parte dos pescadores não se limita a essas relações com a Colônia, se relaciona com dimensões mais amplas da vida social, tratando sobre os problemas ambientais, sociais, econômicos e demais elementos relacionados com vivência e cotidiano no universo da pesca.

4.3 O seguro defeso dos pescadores artesanais de Penalva: do discurso oficial às narrativas locais sobre o processo de efetivação do benefício.

Os pescadores artesanais são considerados como segurados especiais da Previdência Social, uma vez, que a eles são concedidos todos os benefícios previdenciários que são concedidos às outras categorias de trabalhadores, como os trabalhos e trabalhadoras rurais, por exemplo. Entretanto, ao pescador artesanal é concedido, também, o seguro desemprego, que contempla aos pescadores artesanais um salário mínimo mensal no período da piracema, também chamado período do defeso²⁵. Além do seguro desemprego pago aos pescadores no período do defeso, outros benefícios previdenciários são concedidos aos pescadores e pescadoras artesanais de Penalva que possuem regularização da atividade junto a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), entre eles, Auxílio-Doença, Salário-Maternidade, Aposentadoria por Idade e Pensão para os herdeiros por Morte, pagos através do Instituto

²⁵ O período de defeso é aquele em que as atividades de caça, coleta e pescas esportivas e comerciais são proibidas em diversos locais do território nacional. Este período é estabelecido pelo IBAMA de acordo com o tempo em que os crustáceos e os peixes se reproduzem na natureza, tendo como objetivo principal a preservação das espécies e o uso sustentável dos recursos naturais. No caso, dos pescadores artesanais, eles recebem do Governo Federal seguro desemprego durante o período do defeso, período do impedimento legal da atividade, não podendo ser obtida a renda através da pesca.

Nacional de Seguridade Social (INSS); e o Auxílio-Funeral aos herdeiros. Lembrando que, para o pescador e/ou pescadora para ter direito a tais benefícios é necessário, antes de tudo, se associar e estar adimplente com a Colônia de Pescadores.

De acordo com dados oficiais do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2015):

Um em cada 200 brasileiros são pescadores artesanais. Considerada uma das atividades econômicas mais tradicionais do Brasil, a pesca artesanal é exercida por produtores autônomos, em regime de economia familiar ou individual, ou seja, contempla a obtenção de alimento para as famílias dos pescadores ou para fins exclusivamente comerciais. É uma atividade baseada em simplicidade, na qual os próprios trabalhadores desenvolvem suas artes e instrumentos de pescas, auxiliados ou não por pequenas embarcações, como jangadas e canoas. Esses pescadores atuam na proximidade da costa, dos lagos e rios.

Segundo o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), estima-se que existem hoje no Brasil quase um milhão de pescadores artesanais. Sendo assim, uma das atividades de maior impacto social e econômico no Brasil que usufrui da grande extensão litorânea e da biodiversidade pesqueira nas 12 grandes bacias hidrográficas brasileiras. Aproximadamente 45% de toda a produção anual de pescado desembarcada são oriundas da pesca artesanal.

Além da associação em uma colônia de pescador, para complementar os documentos exigidos para ter acesso ao benefício do seguro desemprego, o pescador deve comprovar o registro de pescador artesanal devidamente atualizado, ou seja, o Registro Geral de Pesca (RGP) cujo registro inicial terá uma antecedência mínima de um ano da data do início do defeso, do qual serão pleiteadas as parcelas do seguro desemprego. Quem efetua o RGP é o Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP). Ao ser comprovado que o pescador, efetivamente, desenvolve atividade de pescador profissional, é efetuada a inscrição e emitida a carteira de pescador.

De acordo com a legislação vigente, o pescador artesanal, para fins de benefícios governamentais, deve ter seu registro como pescador profissional. Dessa forma, com a apresentação da referida carteira profissional e de outros documentos²⁶ exigidos, fica a cabo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) efetuar o pagamento do benefício durante o

²⁶ Além da Carteira Profissional, o pescador ou pescadora precisa apresentar os seguintes documentos para requerer o seguro-desemprego: Certificado de Reservista (se homem), CPF, RG, Certificado Médico, Comprovante de residência, Fotografia 3x4, PIS ou PASEP, Certidão de nascimento ou casamento, Título Eleitoral e comprovante de que encontra-se quite com a Justiça Eleitoral, Carteira da Marinha, Carteira do MPA, Carteira de associado da colônia e comprovante de contribuição sindical da colônia.

período em que durar²⁷, de acordo como o que prover o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em conformidade com Lei nº 8.287, de 1991, que instituiu o seguro desemprego como uma modalidade específica do Programa Seguro Desemprego dedicada ao pescador artesanal, o benefício do programa correspondia ao pagamento de **um** salário mínimo mensal, ao longo do período do defeso, em que o trabalhador estaria em situação equiparada à de desemprego involuntário. Este trabalhador deveria comprovar o prévio e ininterrupto exercício da atividade de pesca por intervalo equivalente a, no mínimo, três anos. Esta comprovação se dava pelo IBAMA mediante a emissão de registro de pescador profissional, por meio do Registro Geral da Pesca (RGP) – a certidão de exercício pesqueiro –, bem como por meio de atestado da colônia de pescadores à qual o trabalhador se vinculasse. O custeio do programa era realizado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A definição do período de defeso, bem como dos locais e das espécies animais, era efetuada pelo IBAMA. Ademais, o acesso ao programa era controlado pelo MTE – que, à época, se encontrava unido ao Ministério da Previdência Social (MPS). Desse modo, tornava-se evidente uma de suas características: diversas instituições estatais tinham de se envolver para que o pescador artesanal tivesse acesso ao seguro defeso (CAMPOS & CHAVES, 2014).

²⁷ Os pescadores de Penalva recebem quatro salários mínimos. Pois, o período do defeso corresponde a quatro meses compreendidos entre 1º de dezembro a 31 de março.

Imagem 25: Carteiras de pescador emitidas por diversos órgãos estatais



Fonte: Arquivo pessoal

A imagem (25) acima exemplifica os modelos da carteira profissional emitidos pelos diversos órgãos estatais, levando em consideração como vem se configurando a legislação que regulamenta a profissão de pescador artesanal no Estado brasileiro ao longo dos anos. Nos documentos acima, temos: 1- documento que comprova o Registro Geral da Pesca emitido pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) emitida no ano de 1983; 2- Carteira de Registro de Pescador Profissional emitida pelo Instituto Nacional de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), documento com data de 1993; 3-

Carteira de Inscrição e Registro de Pescador Profissional emitida pelo Ministério da Marinha no ano de 1997; 4- Carteira de Pescador Profissional emitida em 2002 pelo Ministério da Agricultura; 5- Carteira de Pescador Profissional fornecida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP) (modelo vigente); e 6- o modelo da Carteira de Associado da Colônia de Pescadores Z-23 Dr. Sebastião F. Ramos de Penalva.

As exigências para ter acesso ao seguro desemprego, especialmente sobre a questão da documentação, demonstra uma defasagem na área da assistência social aos pescadores e pescadoras artesanais em Penalva, uma vez que, muitos desses trabalhadores buscam adquirir tal documentação somente a partir do momento em que desejam associarem-se à Colônia de Pescadores Z-23, para posteriormente requererem o benefício do seguro defeso. Entretanto, uma parcela significativa dos pescadores e pescadoras não adquire todos os documentos exigidos, sendo isto, portanto, um entrave para acessar o benefício.

A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, revogou a Lei nº 8.287 de 1991, passando a ser a norma reguladora do programa. O beneficiário continuou sendo o pescador artesanal com o perfil descrito na Lei anterior. O benefício permaneceu como um salário mínimo, pago pelo número de meses do período do defeso. Art. 1º da Lei nº 10.779 de 2003, estabelece que:

O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

Os critérios para o recebimento do benefício são estabelecidos no Art. 2º, destacando especialmente o inciso I, o qual dispõe o seguinte:

Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e emprego os seguintes documentos:

I – registro de pescador profissional devidamente atualizado, emitido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso;

II – comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS como pescador, e do pagamento da contribuição previdenciária;

III – comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio acidente e pensão por morte; e

IV – (DECLARADO INCONSTITUCIONAL PELO STF)

Parágrafo Único. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá, quando julgar necessário, exigir outros documentos para a habilitação do benefício.

E ainda, o Art. 4º, I e II da referida Lei considera que o seguro desemprego constitui a fonte de renda básica dos pescadores artesanais no período do defeso, tendo, portanto o caráter alimentar e de subsistência. Dessa forma, o seguro desemprego conta com dois objetivos, um social e outro ambiental. O primeiro é assegurar amparo ao pescador artesanal, sob a forma de transferência de renda, durante o período de defeso, quando ele não pode retirar sua subsistência do mar, dos rios ou dos lagos. O segundo objetivo, relacionado a este, é ajudar na preservação de várias espécies de peixes e crustáceos, cuja reprodução ocorre justamente durante o período de defeso (CAMPOS & CHAVES, 2014).

Com relação ao seguro defeso, os pescadores de Penalva avaliam como importante a concessão do benefício, uma vez, que o consideram como uma “ajuda” financeira no período da piracema. Sobre esse aspecto o pescador Pedro penha conclui que o seguro defeso “ajuda muita gente”. Abaixo segue o trecho do depoimento.

O Governo, de uns tempo pra cá, já nos deu uma ajuda, aí com esse benefício do pescador. O seguro todo ano tem. Antigamente, o pescador era mais sofrido. Esse seguro ajuda muita gente (Pedro Penha - Entrevista realizada em 07/06/2015).

Nos trechos das narrativas abaixo dos pescadores João Mariano e Luís Carlos, fica esclarecido que os pescadores têm o entendimento sobre a importância do período do defeso para a reprodução e conservação das espécies quando João Maria no afirma que “O período da proibição da pesca é de dezembro a março, o período da desova”. Ainda, Luís Carlos fala sobre a importância de respeitar o período em que a pesca é proibida “a gente tem que ter aquele respeito pra poder ir conservando pra nunca faltar pra gente”. A seguir os trechos completos dos depoimentos:

O período da proibição da pesca é de dezembro a março, o período da desova, que é proibido eles dão aí esse auxílio [seguro defeso] nesse período (João Mariano - Entrevista realizada em 06/06/2015).

No período da piracema tem aquele proibimento, que o peixe tá na disiva, aí a gente não pode pegar mais de 5 quilo. E aí, a gente tem que ter aquele respeito pra poder ir conservando pra nunca faltar pra gente (Luís Carlos - Entrevista realizada em 05/06/2015).

Além de todos os documentos já citados, que são exigidos para que o pescador artesanal tenha acesso à seguridade social do benefício do seguro defeso, o profissional da pesca deve ser submetido a uma entrevista no escritório regional da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), em São Luís, cujo conteúdo da entrevista procura verificar a evidência da efetividade no trabalho da pesca, ou seja, tem o objetivo de verificar a habilidade e o conhecimento que aquele pretendente ao benefício tem sobre a atividade pesqueira. Para isso, são levantados questionamentos sobre o comportamento e reprodução das espécies de peixe, sobre a confecção e os materiais de pesca utilizado no trabalho, sobre as embarcações utilizadas no deslocamento durante as pescarias, sobre o meio ambiente em que atuam, entre outros.

Sobre essa etapa para concessão do benefício do seguro desemprego ao pescador artesanal, em Penalva identifiquei um fato interessante: dos quatro lagos que formam a região lacustre de Penalva, o lago Cajari é um dos mais explorados pelos pescadores e pescadoras artesanais na atividade. Entretanto, quando o pescador ou pescadora de Penalva é questionado/questionada durante a entrevista sobre em qual lago desenvolve a pesca, os mesmos evitam responder que é no lago Cajari, sob pena de serem considerados não aptos a receberem o seguro desemprego. Isso se justifica pelo seguinte motivo: caso o pescador responda que é no lago Cajari, por imperícia do técnico da SEAP, este pode considerar que o lago Cajari pertença ao município do mesmo nome e não ao município de Penalva. Com isso, considera que o pescador não tem o conhecimento e experiência de quem efetivamente desenvolve o trabalho da pesca, restando a ele avaliar o candidato como não apto a receber o benefício.

Considerando essa possibilidade, os pescadores e pescadoras artesanais de Penalva têm receios em responder que pescam no lago Cajari e, portanto, costumam denominá-lo de “lago de Penalva” e/ou “rio Maracu”. Isto foi constatado nas conversas que tive com os

pescadores e pescadora de Penalva. Quando perguntava em quais os lagos costumavam pescar, os pescadores foram bastante cuidadosos em explicar a questão do nome do lago. Dessa forma, obtive as seguintes respostas:

Tem esse lago que eles chamo Cajari, mas que já tá dentro de Penalva. Mas, o nome dele é Cajari (José Ribamar - Entrevista realizada em 04/06/2015).

Olha, esse lago aqui não é Penalva. Esse lago aqui é Cajari, só que ele faz parte aqui do município de Penalva (Carlos Cesar - Entrevista realizada em 05/06/2015).

Eles considero esse lago aqui como Cajari. Mas, isso é uma coisa que eu acho errada, porque aqui é Penalva, então tem que ser lago de Penalva e não Cajari, porque Cajari [o município] é pra lá (Edivaldo Mendes - Entrevista realizada em 05/06/2015).

Penalva não tem lago. Esse lago aqui não é de Penalva, tá vendo? Esse lago aqui é de Cajari, os lagos de Penalva é Capivari e Formoso (Domingos Silva - Entrevista realizada em 12/11/2014).

A institucionalização da pesca impõe algumas restrições à atividade artesanal, uma delas é a proibição do exercício da profissão em períodos específicos, fazendo com que os pescadores artesanais se tornem vulneráveis às adversidades que interferem no seu modo de vida. A Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, que foi revogada pela Lei nº 11.959 de 2009, proíbe a pesca de espécies em épocas de reprodução e estabelece que o Poder Executivo fixe os períodos de defeso da piracema para a proteção da fauna aquática, atendo-se às peculiaridades regionais, podendo adotar as medidas necessárias ao ordenamento pesqueiro.

A Lei nº 11.959 de 2009, estabelece restrições durante a piracema, tanto para os pescadores amadores como para os profissionais, em relação aos locais de pesca, tipos de equipamentos utilizados e quantidade que pode ser pescada. Independentemente da bacia hidrográfica, a pesca é proibida durante a piracema, a menos de 1.500 metros a jusante e a montante das usinas hidrelétricas, cachoeiras e corredeiras dos rios, para qualquer que seja a categoria do pescador. Para qualquer espécie de peixe, tanto para a pesca amadora quanto a profissional, não pode ser capturado e nem transportado mais do que 5 kg de um exemplar

por espécie, e nem de tamanhos diminutos que os caracterizem como filhotes (BRASIL, 2009).

Em Penalva, durante o período da piracema a prática da pesca é proibida por lei, durante o período que se estende do início do mês de dezembro ao final do mês de março, que constitui o período de defeso, ficando garantido aos pescadores profissionais o pagamento do seguro desemprego, de responsabilidade do Governo Federal. Portanto, o benefício é também denominado de seguro defeso por se constituir em um pagamento em forma de indenização por o pescador profissional não poder desenvolver a atividade no período de defeso.

Entretanto, o que foi observado sobre o período da piracema em Penalva, é que nesse período os pescadores continuam a desenvolver a atividade pesqueira, uma das justificativas é que eles consideram difícil manter-se somente com o seguro durante todo o período do defeso. Isto faz com que as pescas clandestinas sejam um fator que colabora para o aumento de escassez do peixe, conseqüentemente causando um grande impacto ambiental no ecossistema. Entretanto, a consequência do possível esgotamento de algumas espécies de peixes da região lacustre, ameaça a reprodução do modo de vida dos pescadores e pescadoras de Penalva. Com relação à pesca predatória desenvolvida no município de Penalva, Pinheiro e Arouche (2013: 66-667) consideram que:

A região dos lagos de Penalva, pela sua fartura de pescado, pelas condições que tem hoje de produzir o ano todo, abastece um grande número de povoados de seu próprio território e de municípios vizinhos. Isso tem produzido uma grande pressão sobre o estoque pesqueiro daqueles lagos, o que pode gerar problemas futuros, se medidas de controle não foram tomadas.

Sobre este aspecto, além da dificuldade dos pescadores se manterem no período do defeso somente com o benefício do seguro desemprego, outros motivos fazem com que os pescadores artesanais desconsiderem as regras estabelecidas e continuem praticando a atividade pesqueira nesse período. Um dos fatores que revelam o fracasso dessas políticas estabelecidas pelo Estado é o fato de elas serem implantadas de cima para baixo, sem estabelecer um debate com os seguimentos sociais interessados. Com relação a isso, Schnuettgen (1984: 01) considera que uma das razões pelas quais os pescadores brasileiros são “indiferentes e avessos às organizações de sua categoria, dentro dos padrões impostos

de cima para baixo” é que, desde a criação das primeiras organizações, entre elas as colônias de pescadores, que deveriam atender os interesses dos pescadores, têm sido criadas a partir das interpretações estatais, sem, entretanto, se estabelecer um diálogo com os setores da sociedade a serem beneficiados com tais políticas sociais.

Neste aspecto, a simples interrupção da atividade pesqueira não condiz, necessariamente, com a dinâmica do trabalho desenvolvida pelos pescadores e pescadoras artesanais penalvenses. Isso suscita a necessidade de um debate mais aprofundado sobre as lacunas existentes na comunicação entre as instituições que administram a política do seguro desemprego do pescador artesanal e, também, destas com a realidade local vivenciada pelos pescadores. Pois, embora o objetivo final da política do seguro defeso seja garantir a preservação das espécies na época da reprodução, não estão sendo feitos estudos que assegurem se realmente estas espécies estão completando seu ciclo reprodutivo.

No Maranhão, em julho de 2015, já existiam cerca de 170 mil pescadores cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP). Deste total, 24.673 pescadores tiveram seus cadastros suspensos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA, devido a suspeita de fraudes relacionadas à concessão do seguro desemprego do pescador artesanal. A suspeita foi levantada devido ao crescente número de novos cadastros de pescadores no Maranhão no segundo semestre de 2014. Diante da suspeita, o MPA solicitou a realização de auditoria para investigar possíveis fraudes. Os pescadores que tiveram seus cadastros suspensos tiveram um prazo de 60 (sessenta) dias para fazerem o recadastramento presencial e apresentarem toda a documentação que comprova o efetivo exercício na atividade da pesca²⁸.

²⁸ “No Maranhão, cerca de 170 mil pescadores estão cadastrados no registro geral da pesca (RGP). Destes, 24.673 tiveram seus cadastros suspensos por suspeita de fraude, segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura. Mas, para a Federação dos Sindicatos de Pesca do Estado do Maranhão (FEPESMA) o número pode chegar a 35 mil pescadores. A suspeita foi levantada depois de um grande número de novos cadastros de pescadores no RGP, que entre outros benefícios garante o acesso do pescador ao seguro defeso. Esses registros foram feitos entre julho e outubro do ano passado. O secretário geral da FEPESMA, Fernando Furtado, responsabiliza o próprio Ministério da Pesca e Aquicultura e a Superintendência no Maranhão pela fraude. “O Ministério da Pesca com a Superintendência estadual tem que sentar com todas as entidades representativas, discutir o modelo para se discutir quem é quem deve ou não”, disse. Os pescadores têm um prazo de 60 dias para fazer o recadastramento presencial. Eles devem preencher um formulário de requerimento da licença de pescador profissional e apresentar originais e cópias de carteira de identidade, comprovante de residência ou declaração equivalente, foto 3X4 recente e comprovante de inscrição no programa de integração social (PIS) ou programa de formação do patrimônio do servidor público (PASEP). Quem não fizer o recadastramento vai perder o benefício. E quem for flagrado usando o registro sem comprovar que é pescador terá que devolver os valores de seguro defeso recebidos indevidamente, além de responder por falsidade ideológica”. Matéria publicada em 28/07/2015. Disponível em <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia>. Acesso em 03/12/2015.

Com o objetivo de reduzir as distorções relacionadas ao pagamento do seguro defeso destinado ao pescador e pescadora artesanal, em 1º de abril de 2015 foram publicados no Diário Oficial da União os Decretos nº 8.24 e 8.25, os quais estabelecem as novas regras para a concessão e pagamento do benefício e estabelecem as novas regras para serem requeridos o Registro Geral da Pesca-RPG. Entre as mudanças, está o limite de tempo de quatro meses para receber o valor. Além disso, não será mais permitido acumular o seguro desemprego do pescador artesanal com outros benefícios, inclusive o Bolsa Família.

De acordo com o Decreto nº 8.424, o seguro desemprego pago ao pescador profissional artesanal será destinado ao interessado que exerça a função ininterruptamente, de modo individual ou em regime de economia familiar. O benefício será devido ao pescador inscrito no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), com licença de pesca concedida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura e que tenha realizado o pagamento da contribuição previdenciária nos últimos doze meses imediatamente anteriores ao requerimento do benefício, ou desde o último período de defeso. Estão excluídos de receber o benefício, os trabalhadores de apoio à pesca artesanal e os componentes do grupo familiar do pescador profissional artesanal. Além disso, está vetada a acumulação desse benefício com outro vínculo de emprego, ou relação de trabalho; outra fonte de renda diversa da decorrente da pesca; ou com mais de um benefício social no mesmo ano. Mesmo no caso do Bolsa Família, o beneficiário deixará de receber o benefício do programa Bolsa Família temporariamente, enquanto estiver coberto pelo Seguro Defeso, informa o Ministério da Pesca e Aquicultura. E, ainda, o pescador interessado deverá assinar uma declaração confirmando que não dispõe de outra fonte de renda e que se dedicou à pesca das espécies e nas localidades atingidas pelo defeso, em caráter exclusivo e ininterrupto. Caso as informações relatadas não sejam condizentes com a situação real do interessado, ele será responsabilizado civil e criminalmente (PORTAL BRASIL, 2015).

O Decreto 8.425, altera os critérios e estabelece as novas regras para o pescador requerer o Registro Geral da Pesca (RPG). Desse modo, foram estabelecidas três categorias de pescador profissional: 1- Exclusiva, considera o pescador que tem a pesca como atividade profissional única; 2- Principal, para quem a pesca representa o seu principal meio de sustento, mas tem outro trabalho; e 3- Subsidiária, considera aqueles pescadores para quem a pesca não é o principal meio de vida. Em função dessa nova classificação, as

carteiras de pesca serão trocadas no ano de 2016. A partir dessas novas regras, o aniversário do pescador será a data para emissão da carteira definitiva, com cada categoria especificada.

A justificativa para a publicação do Decreto nº 8.24 e o Decreto nº 8.25 foi que o Governo detectou irregularidades, como pessoas que recebiam o seguro por um longo período de tempo, emendando um pedido no outro, ou pediam o benefício em estados em que não moravam. O objetivo do benefício é para contribuir com a preservação das espécies, protegendo a reprodução das mesmas durante os períodos específicos. A legislação determina que os pescadores parem de trabalhar na atividade pesqueira e sejam beneficiados pelo seguro. Dessa forma, as novas regras procuram garantir o acesso ao benefício somente a quem é pescador artesanal e não possui outras atividades.

O seguro defeso é entendido como uma política pública que visa à redistribuição de renda e a mediação do acesso aos recursos pesqueiro, a qual pressupõe, não apenas o conhecimento do processo produtivo da profissão de pescador, mas também das dimensões que compõem a gestão do seguro desemprego que beneficia o pescador. Procura buscar, também, fatores que contribuem e evidenciam sua organização e as condições de trabalho, que estão relacionadas a seu ambiente de reprodução do modo de vida e, ainda, às relações de poder que agem e interferem na autonomia do pescador e no processo produtivo que vai além do trabalho cotidiano do pescador artesanal. O benefício tem como objetivo garantir uma renda mínima ao pescador e pescadora artesanal que, devido à proibição de desenvolver a atividade da pesca durante a piracema estabelecida na lei sobre o defeso, passa a ser compensado pelo benefício como indenização pela paralisação da atividade. Dessa forma, tem um papel importante ao garantir, segundo o que é estabelecido pela legislação vigente, uma renda de subsistência ao pescador no período do defeso, para garantir a renovação das espécies e a sustentabilidade da atividade.

No entanto, quanto ao seguro defeso, muito embora, seja apresentado como uma medida importante para garantir a reprodução das espécies e contribuir com o equilíbrio ambiental, o que se observa é que somente a renda paga ao pescador não garante tais resultados, sendo necessário um debate mais inclusivo, em que os pescadores artesanais possam manifestar suas opiniões e sugestões, tendo em vista que detém importantes conhecimentos sobre o manejo e reprodução das espécies, podendo contribuir com o conhecimento científico que baliza a criação de políticas sociais e formulação da legislação

vigente. Os pescadores artesanais possuem conhecimento sobre todo o processo de produção da atividade pesqueira, esse conhecimento que é passado e aprimorado de geração em geração não está restrito apenas ao processo produtivo da profissão que exerce. As relações estabelecidas pelos pescadores com o ambiente em que interagem e as relações de poder que agem e interferem na autonomia dos pescadores e no processo produtivo, são fatores essenciais da dimensão do trabalho cotidiano do pesca artesanal.

Pensada de forma unilateral, a política pública do seguro desemprego pode ter um efeito ambíguo, se apresentando como um fator suscetível a fraudes. Pois, em decorrência da garantia de renda, fornecida pelo Governo Federal ao pescador, o número de indivíduos que tem requerido o Cadastro Geral da Pesca tem aumentando significativamente a cada ano, acarretando um inchaço na demanda por recursos públicos.

De acordo com Furtado (1993) a pesca no Brasil ao longo dos anos tem sofrido diversas transformações em nível econômico e político. Tais mudanças referem-se ao processo produtivo da atividade, bem como de concretização de políticas públicas no setor da pesca. Dessa forma, as mudanças que ocorreram no setor pesqueiro no Brasil no decorrer dos anos foram decisivas na organização social dos pescadores artesanais, incluindo além das mudanças tecnológicas na atividade pesqueira, a conquista de direitos sociais e trabalhistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca é considerada uma das atividades mais antigas praticadas no Brasil, constituindo-se em fonte de alimento, comércio e renda para grande parte de sua população, especialmente a que reside nas proximidades litorâneas e nas margens dos rios e dos lagos. A atividade pesqueira na Baixada Maranhense tem grande importância na economia e na reprodução social dos grupos locais. O universo simbólico e a ação desses grupos a partir das representações que eles têm sobre os recursos naturais da pesca estão diretamente relacionados aos saberes apreendidos, os quais ultrapassam gerações sobre os mais diversos aspectos. Os pescadores artesanais mantêm contato direto com o ambiente natural e, assim, adquirem conhecimento acerca da classificação, história natural, comportamento e utilização dos recursos naturais da região onde vivem, e saberes são acionados para o manejo dos territórios de pesca.

A Baixada Maranhense apresenta características diversificadas do ponto de vista ecológico, cultural, social e econômico. Possui um complexo ecossistema que inclui manguezais, babaçuais, campos inundáveis e bacias hidrográfica e lacustre, apresentando uma das maiores regiões lacustre do nordeste brasileiro. Proximamente aos rios, lagos e estuários vivem grupos sociais, entre eles os pescadores artesanais, que constroem um modo de vida e se reproduzem socialmente através da atividade pesqueira e movimentam a economia local.

Em Penalva, assim como em toda Baixada Maranhense, a pesca tem uma importância significativa na economia e na manutenção do modo de vida dos pescadores artesanais. Nesse contexto, entender como se organiza a vida dos grupos sociais através de suas relações com o território e com o uso dos recursos pesqueiros em Penalva foi o objetivo principal desta Tese.

A partir de meados da década de 1980, houve a consolidação da Antropologia Marítima ou Antropologia da Pesca. Esse campo de estudo é responsável por desenvolver análises sobre os grupos de pescadores (DIEGUES, 2004) e contribuiu analiticamente com o estabelecimento de um conhecimento socioantropológico que possibilita conhecer e analisar as múltiplas particularidades da vida econômica e social das comunidades de pescadores, cuja reprodução social depende do manejo dos territórios marinhos, fluviais ou lacustres (BRETON, 1981).

A literatura socioantropológica, através da Antropologia Marítima ou Antropologia da Pesca, construiu elementos epistemológicos que permitem entender que as relações sociais entre pescadores artesanais se dá através de uma cultura distinta de outros setores ligados ao campesinato, como aqueles que lidam diretamente com a terra, que se apropriam de um espaço mensurável e a relação com a natureza se estabelece através de uma capacidade cognitiva própria. Já os grupos de pescadores seguem uma lógica de trabalho própria, construída a partir de uma intensa e específica forma de relação de produção que se apropria de um espaço aberto, móvel e indivisível para a obtenção de seu sustento, é esse modo de vida que assegura a reprodução social dos grupos envolvidos na pesca (DIEGUES, 1993).

Os pescadores artesanais têm suas relações sociais imbricadas em um tempo social determinado pelo ritmo da natureza que estabelece como e quando o pescador deve trabalhar na captura do pescado, ou seja, o que determina os métodos e técnicas de pesca e os tipos de peixes é o ritmo das águas dos lagos ocasionado pelo ciclo de inundação. Portanto, foram essas peculiaridades das relações sociais, construídas no âmbito da pesca os fatores que orientaram a análise e o desenvolvimento desta Tese.

Através da pesca os pescadores adquirem um extenso conhecimento sobre o meio ambiente, as condições das águas, os tipos de ambientes propícios a certas espécies de peixes, a fabricação e o manejo dos instrumentos de pesca, identificação dos melhores pontos de pesca, o comportamento e classificação dos peixes. E de acordo com Diegues (1983), esse conjunto de conhecimentos é utilizado nas estratégias de pesca e pode ser útil para o manejo de estoques pesqueiros.

Dessa forma, na interação homem e natureza são produzidos saberes e técnicas que se constituem em um elemento de ligação e identificação dos grupos sociais e o meio ambiente em que estão inseridos. A pesca se organiza como em um elemento de ligação milenar entre sociedade e natureza para alimentação humana, o ato de capturar o pescado está diretamente ligado aos modos de vida que são construídos e ressignificados pelos grupos sociais em diferentes culturas. Os conhecimentos herdados de gerações anteriores e reinventados pelo pescador artesanal para desenvolver a atividade pesqueira faz com que ele estabeleça relações lógico-espaciais com o ambiente da pesca. Isso permite a ele classificar e compreender aspectos naturais, climáticos, mas também, simbólicos.

O trabalho desenvolvido na pesca em Penalva, e as singularidades culturais presentes na forma de apropriação do meio ambiente e seus reflexos na prática cotidiana intercaladas com as lógicas produtivas diversas, suscita uma reflexão a respeito da pesca artesanal, enquanto atividade que interfere na natureza e nas relações sociais dos agentes envolvidos na produção. Sendo assim, é possível se reconhecer que grupos locais de pescadores detêm um conhecimento que foi adquirido através do contato direto com a natureza, estabelecendo normas e se adaptando ao meio.

A capacidade cognitiva e o treinamento corporal necessário para desenvolver a atividade de pesca, em Penalva, atribui ao pescador um ofício, que como tal, demanda um processo de aprendizagem iniciado, na maioria dos casos, na infância. Nessa perspectiva, a pesca artesanal, na medida em que agrega interações sociais e revela estruturas simbólicas específicas dentro do grupo, apresenta disposições, habilidades, expectativas, conhecimentos e crenças inerentes, que ajunta os agentes ao domínio da vida prática e que regulariza o mundo social, caracteriza-se como um *habitus* (BOURDIEU, 1990).

A partir desse conhecimento que é adquirido ao longo dos anos, os pescadores artesanais de Penalva desenvolvem, também, a capacidade técnica de fabricarem e fazerem pequenos consertos nos instrumentos de trabalho. Então, o trabalho na pesca não se resume apenas ao ato de ir capturar o peixe nos lagos da região, esse trabalho é associado com a confecção e manutenção dos instrumentos de trabalho. Com isso, os pescadores organizam o tempo que passam pescando com o tempo necessário para fazerem a recuperação das redes de pesca, entre uma pescaria e outra. Para este trabalho os pescadores contam, também com a ajuda de outros membros da família e, dependendo do tamanho da rede, o trabalho tende a ser coletivo.

Nesta perspectiva, o trabalho desenvolvido pelos pescadores artesanais penalvenses é articulado dentro de um processo de aprendizado partilhado pelo grupo, cuja interpretação do ritmo da natureza torna-se essencial. Com relação à apropriação social dos recursos naturais, ela se organiza a partir de um sistema de crenças culturais e valores morais que se entrelaçam constituindo identidades sociais que se articulam com um sentido de lugar.

A atividade da pesca em Penalva pode ser caracterizada, pela forma de organização social, como uma pequena produção econômica, em que, na maioria dos casos, a unidade produtiva da pesca é constituída pelo grupo doméstico, ligado por laços de parentesco, amizade, vizinhança ou compadrio. O espaço produtivo tem como característica a

apropriação comum dos recursos pesqueiros, isso reflete na percepção que os pescadores artesanais elaboram a respeito do meio em que interagem, e repercute nas relações sociais estabelecidas, o que permite a sistematização de categorias analíticas no universo pesqueiro, como a noção de *respeito*, *inveja* e *risco*.

A produção pesqueira em Penalva é alternada ente a venda e consumo familiar, o que possibilita de reprodução social dos pescadores artesanais. A comercialização da produção pesqueira acontece no porto, local aonde os pescadores ancoram com suas embarcações, denominado de “*praia*”, na feira, nas ruas e povoados do município. Na “*praia*”, e até mesmo na feira, não são utilizados métodos de pesagens convencionais para aferir o peixe vendido. Pescadores e compradores estabelecem um tipo de negociação entre si, que consiste em ajustar o valor sobre uma determinada quantidade ou unidade de peixe, considerando aquilo que se está visualizando. Por isso, a compra e venda do pescado é feita através do “*olho*” ou da “*lapada*”.

As colônias de pescadores no Brasil foram institucionalizadas a partir de 1919, pela Marinha de Guerra. A princípio foi uma forma de o Estado exercer uma força coercitiva sobre os pescadores, a partir do momento que foi estabelecida a obrigatoriedade de vinculação dos pescadores com as colônias para adquirir a licença para desenvolverem a atividade da pesca. As colônias de pescadores no Brasil, historicamente, tiveram sua atuação política limitada à emissão de carteiras de pescadores e ações de seguridade social. Portanto, parte dos pescadores reconhece a fragilidade dessas instituições para com a categoria profissional, apresentando uma baixa representatividade nas instâncias de decisão.

Os pescadores artesanais associados na Colônia de Pescadores Z-23 Dr, Sebastião F. Ramos, em Penalva, se queixam do pouco interesse por parte da entidade em representá-los nas reivindicações para garantir os direitos trabalhistas e os benefícios previdenciários, entre eles a obtenção do seguro desemprego ou seguro defeso que deve ser pago aos pescadores no período do defeso, correspondente ao período de reprodução das espécies.

A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, revogou a Lei nº 8.287 de 1991, a qual estabelece que o pescador artesanal seja um assegurado especial da Previdência Social, e o benefício do seguro defeso corresponde a 1 (um) salário mínimo, pago pelo número de meses que corresponde ao período do defeso, ou seja, 4 (quatro) meses. Entretanto, em Penalva ouvi reclamações de pescadores e pescadoras que estão impossibilitados de ter acesso ao benefício, devido aos mais variados fatores. Entre eles, citam a fraca

representatividade da Colônia de Pescadores em defender esses direitos estabelecidos por lei e a ocorrência de fraudes relacionadas à concessão do benefício.

Tendo dito isto, considero que esta Tese trouxe uma contribuição, a partir da luz da Antropologia da Pesca, sobre as relações que são estabelecidas entre homem e a natureza na atividade da pesca, abrangendo nessa integração os aspectos da vida cultural, social e econômica do grupo estudado. Dentro deste contexto, foram analisadas as formas específicas pelas quais os pescadores artesanais de Penalva se apropriam material e simbolicamente dos recursos naturais pesqueiros, através da utilização de determinados instrumentos de trabalho que são fabricados e reorganizados por eles a partir de um complexo conhecimento. Esse conhecimento confere aos pescadores penalvenses as condições subjetivas e objetivas pelas quais se dá a apropriação social dos recursos pesqueiros. Nesse contexto se estabelecem as relações sociais de produção que permitem a reprodução social do grupo.

Entretanto, a partir dos achados desta Tese, considero que a pesquisa científica não pode ser dada como concluída e acabada. A Tese se encerra com possibilidades de questionamentos, cujas respostas só serão possíveis a partir de avanços futuros da investigação científica. De acordo com Bourdieu (1998) o objeto de pesquisa não se encontra pronto e acabado, é durante a investigação que o objeto é construído, e à medida que o objeto de pesquisa vai sendo construído surgem outras necessidades na investigação e indagações que não limitam a pesquisa, ao contrário, instigam um maior aprofundamento e enriquecimento da mesma.

Neste sentido, fica o questionamento sobre não elaboração e efetivação do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental-APA da Baixada Maranhense. Considerando a importância dessa APA para a proteção ambiental da Baixa Maranhense e para a manutenção dos modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais da região, inclusive os de Penalva, questiono se o motivo seria a falta de interesse, por parte do Estado, de elaborar o plano de manejo e uso dos recursos naturais da região? A existência e efetivação desse plano de manejo trariam efeitos positivos ou negativos para o grupo de pescadores e pescadoras estudados e a atividade da pesca em geral? O grupo de pescadores e pescadoras entrevistado desconhece a existência da legislação de criação da APA da Baixada Maranhense, a que se deve esse desconhecimento?

Outra questão importante a ser investigada em trabalhos futuros está relacionada com as mudanças sobre as cosmologias relacionadas às crenças aos seres sobrenaturais, *os encantados*, que, de acordo com o entendimento local, os lagos, especialmente, o Formoso seria protegido pelos *encantados*. Entretanto, observei que os pescadores e pescadoras ao se referirem a essas cosmologias falam de acontecimentos no passado. Então, o que levou a essas mudanças com relação às formas de o grupo social enxergar o mundo construído pelo imaginário local? Seria a aproximação com o ambiente urbano e a utilização das tecnologias? Quando os pescadores e pescadoras pescavam no lago Formoso tinha que pedir licenças para os *encantados*. E no lago Cajari, não é necessário pedir licença aos encantados para pescar?

Enfim, com esses questionamentos encerro esta Tese, considerando a possibilidade de desdobramentos para desenvolvimento de trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Fund. Heinrich Boll, 2004.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – RS. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação de Mestrado.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Seminário Consulta, 1995.

_____. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **Travessia**. maio/agosto, 1996. p. 30-35.

_____. Os fatores étnicos como delineadores de novos procedimentos técnicos de zoneamento ecológico-econômico na Amazônia. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004a. p. 169-182.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas, Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. *Estudos Urbanos e Regionais*. V.6, n.1/Maio 2004b.

_____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.^a ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

_____. Direitos territoriais e étnicos: as estratégias dos agronegócios na Amazônia. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 382-389.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. [et al] (Orgs). **Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. Vol. 01, nº. 01.

ALENCAR, Edna Ferreira. **Pescadeiras, Companheiras e Perigosas: a pesca feminina na ilha de Lençóis**. Brasília: UNB, 1991. Dissertação de Mestrado.

ARAÚJO N. A. e PINHEIRO, C. U. B. Avaliação sócio-econômica da pesca artesanal e do potencial aquícola na região lacustre de Penalva – APA da Baixada Maranhense. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**. Universidade Federal do Maranhão. São Luís: Lab. Hidrobiologia, 2008. Vol.01, nº. 01.

_____. Composição florística e fitossociologia das matas de aterrado do lago Formoso no município de Penalva , Baixada Maranhense, Amazônia Legal Brasileira. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**. Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 25(1): 01-12, 2012.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BALBY, Raimundo. **A cultura neolítica de Penalva**. Penalva-MA: Belgraf, 1985.

BARROS, Carlos Alberto de Sá. **Elemento para a reconstrução histórica de Penalva**. São Luís: Secretaria da Cultura, 1985.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BEGOSSI, Alpina. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, Alpina (Org.). **Ecologia de pescadores da Mara Atlântica e da Amazônia**. 2ª ed. São Carlos, SP: Rima, 2013. p. 163-188.

BEZERA, Marilene Sabino. **Avaliação do potencial turístico sustentável da região lacustre Viana-Penalva-Cajari – Baixada Maranhense**. São Luís: UFMA, 2006. Dissertação de Mestrado.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo Brasiliense, 1990.

_____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Bertrand: Rio de Janeiro, 1998.

BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. **A Profissão do Sociólogo: preliminares epistemológicas**. 2ª ed. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Lei nº 2.544, de 4 de Janeiro de 1912. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em 17 de agosto de 2015.

BRASIL. Decreto nº 9.672, de 17 de Julho de 1912. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br> Acesso em 12 de outubro de 2015.

BRASIL. Decreto nº 23.672, de 2 de Janeiro de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 12 de outubro de 2015.

BRASIL. Constituição Federal de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 794, de 19 de Outubro de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 291, de 23 de Fevereiro de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br> Acesso em: 15 de outubro de 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.159, de 15 de março de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 09 de novembro de 2015

BRASIL. Decreto nº 50.872, de 28 de Junho de 1961. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

BRASIL. Lei Delegada nº 10, de 11 de Outubro de 1962. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/pdf/decretos>. Acesso em: 19 de outubro de 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/consti/1988>. Acesso em: 22 de agosto de 2015.

BRASIL. Decreto nº 1.694, de 13 de Novembro de 1995. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 23 de outubro de 2015.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 24 de novembro de 2015.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br>. Acesso em 15 de julho de 2015.

BRASIL. Portal Brasil. Disponível em <http://www.brasil.gov.br>. Acesso em 02 de Agosto de 2015.

BRETON, Yvan. L'anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs. Réflexions sur la naissance d'un sous-champ disciplinaire. **Anthropologie et Sociétés**, Québec: Département d'anthropologie, Université Laval, 1981. vol. 5 no 1, pp. 07-27.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado**: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CAMPOS, André G. e CHAVES, José V. **Seguro Defeso**: diagnóstico dos problemas enfrentados pelo programa. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. O cotidiano da criança em uma comunidade de pescadores. In: FURTADO, L. G. e QUARESMA, H. D. A. B. (Orgs.) **Gente e Ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Viver, aprender e trabalhar: *habitus* e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 165-177, jan.-abr. 2011.

CIACCHI, Andrea. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. **Revista de Antropologia**. Vol. 50, nº 01. São Paulo: USP, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 03 de fevereiro de 2015.

CHAMY, Paula. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. In: **The Commons in an Age of Global Transition: Challenges, Risks and Opportunities, the Tenth Conference of the International Association for the Study of Common Property**, Oaxaca, Mexico, August 9-13, 2004.

CORREIA, Jaciara de Oliveira. **Sustentabilidade dos Sistemas Agro- Extrativos de produção da região lacustre de Penalva na Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense**. São Luís: UFMA, 2006. Dissertação de Mestrado.

COSTA, Cássio Reis. **A Baixada Maranhense**. São Luís: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. 1982.

COSTA-NETO, José Policarpo. Limnologia de três ecossistemas aquáticos característicos da Baixada Maranhense. In: UFMA. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**. São Luís: Lab. Hidrobiologia, 2002.

CORDELL, John. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, Antônio C. e MOREIRA, André C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 139-160.

COMITAS L. **Fisherman and Cooperation in Rural Jamaica**. Unpublis hed Ph. D. Dissertation, Columbia University, 1962.

CUNHA, Manuela C. da. e ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental In: COPOBIANCO, João Paulo R. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

DAVENPORT W. **A Comparative Study of Two Jamaican Fishing Communities**. Unpublished Ph. D. Dissertation, Yale University, 1954.

DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e historia oral. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. (4ª ed.). São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 141-156.

DIEGUES, Antônio Carlos. e ARRUDA, Reinaldo S. V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. (Org.). **A Pesca no litoral sul de São Paulo**. FFLCH/USP: São Paulo, 1973. Dissertação de Mestrado.

_____ **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Atlas, 1983.

_____ **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

_____ **A socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. In: Diegues, C. A. A socio-antropologia da pesca. São Paulo: Etnográfica, 1999. p.361-375/ Vol. III.

_____. Aspectos socioculturais do uso da água e as sociedades tradicionais. In: **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Panorama e estado dos recursos hídricos do Brasil. Vol. 1. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. p. 205-220, 2006. Disponível em www.ana.gov.br. Acessado 20/01/2014.

_____. Repensando e recriando as forma de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos e MOREIRA, André de Castro C. (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo, NUPAUB – USP, 2001b.

DIEGUES, Antônio C.; e PEREIRA, Bárbara E. Conhecimentos e populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e meio ambiente**, nº 22. Editora UFPR, 2010. p. 37-50.

DOMINGUES, H. M. B. e ALMEIDA, A. W. B de. (Orgs). **Raimundo Lopes: dois estudos resgatados**. Ouro Sobre Azul: Rio de Janeiro, 2010.

DSG, Diretoria de Serviços Geográficos do Exército. Disponível em ww.dsg.eb.mil.br. Acesso em 06/02/2016.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ESTERCI, Neide. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia brasileira. In: **Boletim Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais**. Ano 01, Vol. 01. Rio de Janeiro, 2002.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: a descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FARIAS FILHO, Marcelino Silva (org). **O Espaço Geográfico da Baixada Maranhense**. São Luís-MA: JK, 2012.

FARIA, Regina Helena Martins, de. Descortinando o Maranhão Oitocentista. In. COELHO, Mauro César, GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de. (Orgs) **Meandros da História: trabalho e poder no Grão-Pará e Maranhão – Séculos XVIII e XIX**. São Luís: UNAMAZ, 2005. p. 231- 270.

FAGGIONATO, Sandra. **Percepção ambiental**. São Paulo: USP, 2002. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/>. Acesso em: 18 de outubro de 2015.

FRANCO, José Raimundo Campelo. **Segredos do rio Maracu**: a hidrografia dos lagos de reentrâncias das Baixada Maranhense, Sítio Ramsar, Brasil. São Luís: Edufma, 2012.

FRASER T. **Rusembilan**. Ithaca, N.Y.: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

FOREMAN S. **The Raft Fishermen**: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy. Bloomington: Indiana University Press, 1970.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Antropologia, vol. 79. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1981. p. 1-50.

_____. “Onde os pescadores estão pendurando suas redes” In: Anais do 1º Seminário sobre a pesca artesanal. Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará-IDESP, 1984.

_____. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FURTADO, L. G. e NASCIMENTO, I. H. Traços de uma comunidade pesqueira do litoral amazônico: relato sobre organização em comunidade haliêutica. In: FURTADO, L. G. e QUARESMA, H. D. A. B. (Orgs.) **Gente e Ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

GEISTDOERFER, Alette. **Anthropologie Maritime**: appropriation technique, sociale et symbolique des ressources maritimes. Paris: CNRS, 1989. p. 1-10.

GERBER, Rose Mary. **Mulheres e Mar**: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil. Florianópolis: UFSC, 2013. Tese de Doutorado.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (Des) caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 2000.

GUTMAN, Saul. M. **Caracterização do sistema de produção do lavrador-pescador em quinze comunidades rurais do entorno do Lago de Viana, na Baixada Maranhense.** Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, 2005. Dissertação de Mestrado.

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **etc, espaço, tempo e crítica.** Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. Nº 02, vol. 01, agosto de 2007.

HAESBAERT, Rogério. Concepção de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton e BECKER, Berta. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3ª ed. Lamparina: Rio de Janeiro, 2011.

HERUBEL, M. **L'évolution de la pêche.** Paris: Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1928.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 10 de março de 2014.

KOTTACK C. **The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community.** Unpublished Ph. D. Dissertation, Columbia University, 1966.

LANDER, Edgar (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Colección Sur Sur, CLACSO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina, 2005. Disponível em; <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>, consultado 01/08/2012.

LARAIA, Roque de Barros. Apresentação. In. MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima.** São Paulo: Annablume, 1993.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza.** Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. La ecología política em América Latina: un campo em construcción. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). **Los Tormentos de La Materia: aportes para uma ecología política latinoamericana.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales: CLACSO, 2006. p. 21-39.

_____. **Discursos Sustentáveis.** Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick et al. **Iniciação á Prática Sociológica**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. Tradução: Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1961.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.vsites.unb.br>, consultado em 04/10/2010.

LOPES, Raimundo. **Uma Região Tropical**. Rio de Janeiro: FON FON, 1970.

_____. Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão. In: DOMINGUES, H. M. B. e ALMEIDA, A. W. B de. (Orgs). **Raimundo Lopes: dois estudos resgatados**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

LOPES, Afonso Henrique de J. **Análise preliminar das Áreas de Proteção Ambiental – APA's do Estado do Maranhão**. São Luís, 1996. Monografia de conclusão de curso.

LOPES, Antônio. **Alcântara**: subsídios para a história da cidade. 2ª ed. São Paulo: Siliciano, 2002.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Os parceiros do mar**: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém: CNPq / Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Mestres & Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. Annablume: São Paulo, 1993.

_____. Caminho das Pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.) **A Imagem Das Águas**. São Paulo Hucitec: NUPAUB/USP, 2000. p. 59-68.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 3. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 201-224.

MCKEAN, Margaret A. e OSTROM, Elionor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antônio C. e MOREIRA, André C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 79-96.

MARANHÃO. **Lei nº 5.047, de 20 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a utilização dos campos públicos naturais da Baixada Ocidental e Oriental Maranhense. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís - MA, 1990.

MARQUES, César Augusto – 1826-1900. **Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão**. Notas e apuração textual de Jomar Moraes. 3ª ed. São Luís: Edições AML, 2008.

MARTINS, Adonae Marques. **Penalva: história da fundação**. Romance histórico bibliográfico. Penalva: Santa Clara, 2014.

MATÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Trad. Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, Alex Fiuza de. **A pesca sob o Capital: a tecnologia a serviço da dominação**. Belém: Universidade Federal do Pará-UFPA, 1985.

MESQUITA, Francisco de Assis Leal. **Vida e Morte da Economia Algodoeira no Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão, 1850/1890**. São Luís: UFMA, 1987.

MIGNOLO, Walter. **Hitórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIRANDA, Glaciane Penha Everton. **Uso e ocupação do solo no entorno dos lagos Cajari e Formoso, Penalva-MA, APA da Baixada Maranhense, e suas influencia nas variáveis limnológicas**. São Luís: UFMA, 2006. Dissertação de Mestrado.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste**. Belém: EDUFPA, 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3ª ed.. São Paulo: ANNABLUME, 2008.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. “**Trabalhadeiras**” e “**Camarados**”. Relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém:CFCH/UFPA, 1993.

MOURÃO, F. **Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo**, FFLCH-USP: São Paulo, 1971. Tese de doutoramento.

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)**. São Luís: EDUFMA, 2009.

MUNIZ, Lenir Moraes. **A matança de búfalos na Baixada Maranhense: as consequências de um projeto de desenvolvimento e o conflito sócio-ambiental**. São Luís: UFMA, 2009. Dissertação de Mestrado.

MUSSOLINI, G. O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião. **Revista de Sociologia**, 7 (3), 1945. p.135-147.

_____. **O Cerco Flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil**, 1946.

NASCIMENTO, Isa Rosete Mendes A. **Estudo sócio-ambiental dos efeitos de barragens na Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense: o caso do lago Cajari, Penalva-MA**. São Luís: UFMA, 2006. Dissertação de Mestrado.

NORBECK E. **Takashima: A Japanese Fishing Village**. Salt Lake City: University of Utah Press, 1954.

OLIVEN, Ruben George. **Antropologia de grupos urbanos**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

O'DWYER, Eliane Catarino. “Nation Buiding” e relações com o Estado: o campo de uma antropologia em ação. In: ZHOURI, Andréa. **Desenvolvimento, reconhecimentos de direitos e conflitos territoriais**. Belo Horizonte: UFMG – ABA, 2012. p. 236 – 254.

ORONA A. **The Social Organization of the Margariteño Fishermen**. Unpublished Ph. D. Dissertation, U.C.L.A., 1967

PASCUAL FERNÁNDEZ, José. **Antropologia Marítima, Historia, Ecologia, Organización Social y Cambio Económico**. Madrid: Ministerio de Pesca, 1991.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Terra de Índio: identidade étnica e conflito em terra de uso comum**. São Luís: UFMA, 1999.

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. **A reima do peixe**: proibições alimentares numa comunidade de pescadores. Brasília: UnB, 1975. Dissertação de Mestrado.

PIERSON, D. e TEIXEIRA C. Survey de Icapara: uma vila de pescadores do litoral sul de São Paulo. **Sociologia**: São Paulo, 1947. p. 50-79.

PINHEIRO, Cláudio Urbano B. e AROUCHE, Galdino Cardinal. **Os recursos naturais, a socioeconomia e a cultura do município de Penalva, Baixada Maranhense**. São Luís: Gráfica e Editora Aquarela, 2013.

RESENDE, Alberto Toledo e BATISTA JÚNIOR, Glauce. **A estruturação da atividade pesqueira artesanal pelo Estado**: representatividade ou não de uma categoria. In: II Seminário Nacional Espaço Costeiro. Realizado no Período de 03 a 06 de junho de 2013. UFBA: Bahia, 2013. Disponível em www.costeiros.ufba.br. Acesso em 10 de novembro de 2015.

SANTOS, Odenilde Martins. **Avaliação dos usos e ocupação das terras da Bacia Hidrográfica do Rio Pericumã-MA, utilizando como parâmetros os padrões recomendáveis para uma área de proteção ambiental**. São Luis: UFMA, 2004. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Gilson Leonel dos. **A institucionalização da atividade pesqueira no Brasil**: avanços e recursos da pesca artesanal e industrial em Florianópolis. Universidade Estadual de Santa Catarina: Florianópolis, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. [Trad. Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SCHNUETTGEN, Alfredo. Breve histórico da colônia de pescadores: avaliação crítica. In: **Anais do 1º Seminário sobre a pesca artesanal**. Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará-IDESP, 1984.

SILVANO, Renato A. M. Pesca artesanal e etnoictiologia. In: BEGOSSI, Alpina (Org.). **Ecologia de pescadores da Mara Atlântica e da Amazônia**. 2ª ed. São Carlos, SP: Rima, 2013.

RAMALHO, Cristiano W. N. Sentimento de corporação, cultura do trabalho, e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. In: **Revista de Ciências Sociais**. Vol. 43, nº 01. Fortaleza, 2012. P. 08-27.

_____. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional: da reserva naval aquícola. In: **Revista Ruris**. CERES-IFCH/Unicamp: Campinas, 2014.

RUBIO-ARDANAZ, Juan Antonio. La antropología marítima subdisciplina de la antropología sociocultural. **Serie Ciencias Sociales** vol.10. Universidad de Deusto: Bilbao, 1994.

SEMATUR- Secretaria de Meio Ambiente e Turismo. **Diagnóstico dos principais problemas ambientais do Estado do Maranhão**. São Luís, 1991.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Trad. Laura C. B. de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SILVA, Rubens Elias da. **Guiados por mares e peixes: memória social, inovação tecnológica, e o progresso de fragmentação na pequena pesca comercial simples em duas comunidades costeiras no Rio Grande do Norte**. Universidade Federal da Paraíba, 2012. Tese de Doutorado.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: UFAM, 2007.

VENTURATO, Raquel Duarte. **Desafios do modo de vida da pesca artesanal em água doce num contexto socioambiental adverso: uma análise sociológica do caso do bairro rural do Tanquã, Piracicaba/SP**. São Carlos: UFSCar, 2008. Dissertação de Mestrado.

VERISSÍMO, José. **A pesca na Amazônia**. 2ª ed. Belém: Universidade Federal do Pará-UFPA, 1970.

VILLAR, Frederico. **A missão do cruzador José Bonifácio: os pescadores na defesa nacional (1919-1923)**. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1945.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice B. (Orgs.). **A insustentável política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

APÊNDICE - Roteiro de Entrevista

1. Nome Idade
2. Com quem você aprendeu o ofício de pescar?
3. Com quantos anos começou no trabalho da pesca?
4. Por que você é pescador? Para que pesca?
6. Que habilidades/qualidades um homem deve ter para tornar-se pescador?
7. Quais instrumentos você utiliza na pescaria? É você mesmo que fabrica esses instrumentos?
8. Como é a mobilidade/deslocamento durante o trabalho da pesca? Você é proprietário da embarcação?
9. Como você se orienta sobre os aspectos climáticos e geográficos durante a pescaria?
10. Quais os locais de pesca e lagos você costuma desenvolver a atividade da pesca?
11. Quais são os critérios/fatores levados em consideração na escolha dos pontos de pesca?
12. Como é feita a divisão dos locais de pesca com outros pescadores?
13. Como você faz para respeitar o pesqueiro de outro pescador? Alguma vez você já se desentendeu com outro pescador por causa de um local de pesca?
14. Qual é o período do dia que você trabalha na pesca? Que horas sai e que horas chega da pescaria? Quantos dias na semana você pesca? Descreva o passo a passo de como você pratica a pesca.
15. Você armazena o peixe capturado em isopor e gelo? Por quê?
16. Quais espécies de peixe são mais capturadas? Quais espécies são mais vendidas?
17. Quais espécies são descartadas? Qual o destino dos peixes descartados?
18. Você possui ajudante de pesca? Quem?
19. Tem mais algum membro da sua família que trabalha com a pesca?
20. Conhece alguma mulher pescadora?
21. Além do conhecimento e habilidade que possui um pescador, com que mais ele deve contar?

22. Qual é o destino do pescado capturado por você? Somente alimentação? Uma parte é comercializada? É totalmente vendido?
23. Para quem é vendido o pescado capturado? Quem determina o valor do quilo do peixe?
24. O que a “praia” representa para você?
25. Como é feita a comercialização lá na “praia”?
26. Quais são os agentes envolvidos na comercialização?
27. E a feira? Quem vende o peixe na feira? Quem compra o peixe na feira?
28. Quanto ganha, em média por mês somente com a pesca?
29. Qual é o período do ano que a produção de peixe maior? Por quê?
30. Que fatores prejudicam na sua atividade pesqueira?
31. É associado na Colônia de Pescadores? O que representa a Colônia de Pescadores para você? Você se sente representado pela Colônia de Pescadores?
32. A Colônia de Pescadores administra a atividade da pesca? Existe algum regulamento da Colônia de Pescadores para a comercialização do pescado (fiscalização)?
33. Sua família é beneficiada por outro programa social de transferência de renda, como O Bolsa Família, por exemplo?
34. Você recebe o Seguro Defeso?
35. Qual é o período de defeso? Os pescadores costumam pescar durante o período do defeso?
36. Você desempenha outra atividade durante o período defeso? Tem fiscalização durante o período defeso?
37. Nos últimos tempos você tem observado a presença de espécies exóticas nos lagos onde pesca (como o tambaqui e o camarão gigante da Malásia)? Como é que você avalia isso?
38. Você avalia se em outros tempos tinha mais fartura de peixe ou atualmente? Por quê?
39. Qual é hoje a principal dificuldade enfrentada pelo pescador de Penalva em seu trabalho da pesca? Cercamento dos campos e lagos? Cerca eletrificada?
40. Qual o seu nível de escolaridade? Possui outra fonte de renda? Qual? Já trabalhou em outra fonte de renda/atividade?

41. Já fez algum tipo de treinamento/capacitação em seu trabalho com a pesca? Qual?
42. O que é a natureza para você?
43. Você se apropria/utiliza alguns recursos naturais na atividade da pesca? Quais? O que eles significam para você?
44. Você tem conhecimento de algum órgão/ação/ instituição que realize algum tipo de ação na área de meio ambiente no seu município?
45. Você já ouviu falar na Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense (APA da Baixada)? O que você sabe sobre isso?
46. Você sabe de alguma história, lenda ou encantaria para contar que tenha presenciado ou que outro pescador contou? Você já ouviu falar nas estearias?